



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1519-3446

**Instituto de
Ciências Humanas**

Humanitas - v. 4, n. 2, ago./dez., 2001

HUMANITAS

Editor/Editor

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias

Editor associado/Associate Editor

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy

Revisor de normalização/

Profª. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias

Profª. Dra. Elisete Zanlorenzi

Profª. Dra. Lilia Inés Zanotti de Medrano

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy

Profª. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

Profª. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa

Profª. Dra. Doraci Alves Lopes

Equipe técnica/Technical Group

Profª. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas) normalização/normatization

Profª. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English revision

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in sign articles.

Copyright©Humanitas

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total reproduction depends on the authorization of the Revista

Humanitas é continuação do título Revista Humanitas do ICH da PUCAMP, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade do Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como de colaboradores externos.

Humanitas is former Revista Humanitas do ICH, PUCAMP, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Humans Siencie, as well as external contributors works.

Colaborações/Contributions

Os manuscritos devem ser encaminhados ao Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão (NUPEEN), Instituto de Ciências Humanas (ICH) conforme as “Instruções aos Autores”, publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão (NUPEEN), Instituto de Ciências Humnas and should comply with the “Instructions for Authors”, publishid in the end of each issue.

Assinaturas/Subscriptions

Pedidos de assinatura (Anual: R\$20,00) ou permuta devem ser encaminhados ao Núcleo do ICH.

Subscription (Anual: US\$10.00) or exchange orders should be addressed to the Núcleo do ICH.

Correspondência/Correspondence

Toda a correspondência deve ser enviada ao Caderno do ICH no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Caderno do ICH at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas - PUC-Campinas.

Rod. D. Pedro I, km 136 - CEP 13086-900 - Prédio Administrativo II, Campus I - Tel.: (19) 3756-7238

Parque das Universidades - Campinas - SP

Caixa Postal 317 - CEP 13012-970

E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

ARTIGOS/*ARTICLES*

- 3 Os Caseiros de Vinhedo, São Paulo, e a Ruralidade
The Home Care Takers in Vinhedo, São Paulo, and Rurality
Vera Lúcia G. Silva Rodrigues
- 27 A Mídia e o Discurso sobre a Preguiça
The Media and the Discourse About Laziness
Elisete Zanlorenzi
- 41 Um Estudo sobre a Questão de Gênero entre os Apinajé Etnia Indígena de Língua Jê
A Study About the Question of Gender Among the Apinajé
Raquel Pereira Rocha
- 57 Tributação, Empreguismo e Manufaturas na Conformação do Mercado de Trabalho Livre na Corte Imperial Brasileira (1850-1864)
Taxation, Employism and Manufacturers in the Formation of a Free Job Market at the Brazilian Imperial Court (1850-1864)
Artur José Renda Vitorino
- 91 As Construções Simbólicas de Exclusão em uma Fábrica no Interior do Estado de São Paulo
The Symbolic Constructions of Exclusion in a Factory in the Interior of São Paulo State
Cátia Regina Muniz
- 105 Apontamentos sobre a Informalização do Trabalho no Brasil
Notes on the Labor Informality in Brazil
Maria Aparecida Alves
- 119 Em Busca da Utopia - Alguns Comentários sobre o Surgimento da Primeira grande Organização de Esquerda no Cenário Político Brasileiro
Searching Utopia - Some Comments about Emersion of the First Big Left Organization in Brazilian Political Scenery
Galileu do Amaral Fidélis

RESENHA

- 131 HERKENHOFF, João Baptista. Para gostar do direito: carta de Iniciação para Gostar do Direito.
Wellington Soares da Costa

OS CASEIROS DE VINHEDO, SÃO PAULO, E A RURALIDADE

THE HOME CARE TAKERS IN VINHEDO, SÃO PAULO, AND RURALITY

Vera Lúcia G. Silva RODRIGUES*

RESUMO

Este artigo aborda um dos novos personagens que passam a integrar o novo mundo rural de Vinhedo: os caseiros. A medida que as fazendas deixam de ser produtivas e se transformam em condomínios fechados ou chácaras de diversos tipos, os antigos meeiros se transformam em caseiros. Ser caseiro passa a ser uma alternativa de emprego também para trabalhadores vindos de outras regiões como o Paraná e Mato Grosso. O artigo enfatiza a pluriatividade destas famílias e os seus diversos vínculos com a terra e perspectivas de futuro mostrando as várias formas de ser caseiro.

ABSTRACT

This article deals with one of the new actors that now integrate the rural world in Vinhedo: the home caretakers. As the farms have a non productive use and are transformed in country houses of all kinds, the "caseiro" became an important work alternative not only for the rural workers of the region, but also for workers from other states, mainly Paraná and Mato Grosso. The article emplatizes the variety among these families and land relationships as well as future projects that form different kinds of home care takers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões a partir dos dados levantados durante a pesquisa Novos Atores do Novo Rural em Campinas e Região, um dos subprojetos do projeto temático Caracterização do Novo Rural Brasileiro. Grande parte da pesquisa concen-

trou-se em Vinhedo, pela magnitude das alterações ocorridas em seu espaço rural.

A pesquisa visa conhecer os personagens que integram o mundo rural de Vinhedo, bastante transformado e aberto a novas atividades e, portanto, a novos integrantes.

A medida que as fazendas foram se transformando em chácaras de diversos tipos,

(*) Doutora de Sociologia pela USP, professora do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, Membro do Laboratório de Estudos Sociedade Ética e Cidadania. E-mail: veragraziano@uol.com.br

loteadas para darem origem aos vários condomínios fechados, ou se voltaram para o turismo, atores sociais tanto da cidade como de fora passaram a integrar um espaço que antes era exclusivo dos proprietários rurais.

Isto significa que se estabelece uma série de novos conflitos entre estes atores, que devem ser compreendidos para que seja possível se pensar políticas públicas dentro deste novo contexto.

Em Vinhedo, em particular, pode-se notar um movimento intenso de substituição dos antigos meeiros que cultivavam a uva, outras frutas e hortaliças por caseiros de diversos tipos.

Entretanto, tem-se observado que a diversidade e o dinamismo do mundo rural não tem levado necessariamente a uma maior cooperação entre seus vários integrantes. Como ressalta Eduardo Moyano, muitas vezes tem-se a impressão de que cada grupo persegue apenas seus interesses particulares, levando a uma dificuldade para se definir interesses coletivos para o mundo rural.

Neste novo olhar sobre a cidade e o campo é necessário enfatizar que além das antigas dinâmicas de geração de emprego e renda, no “novo rural” surgem dinâmicas absolutamente novas no que diz respeito a geração de emprego. Particularmente no caso de Vinhedo é importante considerar aquilo que tem sido chamado de dinâmicas **imobiliárias**. Aqui estão incluídas não apenas a demanda da população urbana de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como a prestação de serviços pessoais a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.) e a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para auto-construção de suas moradias em áreas rurais.

O objetivo aqui é apresentar uma reflexão sobre a realidade destes caseiros, de forma a permitir detectar seus interesses específicos

para que possam, eventualmente, ser repensados a partir de um projeto de desenvolvimento local. Ou seja, para que possam ser avaliados tendo em vista a definição de interesses de caráter mais coletivo para este novo mundo rural.

Num primeiro momento serão abordadas algumas características gerais para em seguida detalharmos alguns perfis de caseiros encontrados na pesquisa. Aqui foi necessário manter algumas de suas falas, no sentido de tornar mais claras a suas diferentes formas de relação com a terra, perspectivas de futuro, do ser caseiro enfim.

I - OS CASEIROS: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Um primeiro dado importante para detectarmos o perfil dos caseiros é a divisão por sexo. É interessante ressaltar aqui a grande presença de mulheres caseiras, principalmente nas chácaras dentro dos condomínios fechados, onde a proporção homem/mulher é bastante equilibrada¹.

Este equilíbrio advém do fato de que é bastante freqüente a contratação do casal. É praticamente indiferente se no casal o homem é o caseiro e a mulher trabalha como empregada doméstica, ou se a mulher é a caseira e ele é contratado como jardineiro/piscineiro. Assim, a proporção relativa de homens para mulheres é a mesma.

Uma hipótese interessante para explicar esta grande presença feminina é que o ser caseiro, quanto mais afastado das atividades agrícolas no sentido estrito, exige pouco esforço físico, deixando de ser algo que poderia ser mais adequado aos homens. Neste sentido, além de mulheres, observou-se a presença de homens idosos entre os caseiros.

Com relação à idade, *a atividade de caseiro parece ser algo característico dos entrevistados mais jovens- entre 20 a 39*

⁽¹⁾ Grande parte destes dados podem ser encontrados de maneira detalhada, inclusive na forma de tabelas, no relatório de André Pires, citado na bibliografia. André Pires é também integrante do projeto.

anos... Entre o subgrupo de caseiros que trabalham em condomínios, mais da metade tem entre 20 e 39 anos... O número considerável de caseiras jovens, em especial as que trabalham em condomínio, deve-se ao fato de que como caseira, muitas vezes, a mulher fica responsável pela casa, e o marido ou companheiro faz serviço de jardinagem, limpeza de piscina em casas próximas. Neste sentido, podemos notar que em muitos casos os cônjuges desempenham tarefas complementares exercendo o mesmo tipo de atividade, sendo que um - geralmente a mulher - trabalha cuidando da casa e o outro - o homem - cuida do jardim da propriedade e ainda faz serviços extra fora dela (Pires, 2001:18).

Com relação ao estado civil dos caseiros, predominam as uniões conjugais formais (casamentos) ou informais (juntado/amigado). São raros os casos de solteiros, embora isto eventualmente ocorra entre os membros mais jovens. Existe também uma proporção relativamente grande daqueles que já foram casados mas que agora estão separados ou viúvos. Isto significa que embora haja uma predominância de casais, alternando as funções de caseiro/empregada doméstica ou caseira/jardineiro, não é impossível a contratação de membros solteiros e/ou separados como caseiros. Aqui, geralmente, a chácara é muito pequena e não produtiva, não absorvendo o trabalho de mais de um membro. Sendo necessário, uma faxineira ou um jardineiro são contratados externamente.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que normalmente há o interesse na contratação do casal, o homem se responsabilizando pelo serviço externo da chácara e a mulher pelo serviço interno da casa.

No que se refere à origem, existem aqueles que nasceram em Vinhedo e região, ou em outros municípios paulistas, mas existe uma parcela considerável que nasceu fora do Estado de São Paulo.

Com relação a estes últimos, os principais estados de origem são o Paraná - o grande campeão - seguido de Minas e do Nordeste. Isto

significa que Vinhedo tem atraído mão-de-obra de outros estados pela oferta de emprego doméstico como caseiro.

Esta atração de migrantes que a atividade e a cidade exercem, entretanto, dá-se de maneira diferenciada. Em primeiro lugar, podemos observar que Vinhedo pode ser o destino de um grupo que antes experimentou morar em outras cidades muitas vezes exercendo outras atividades. .. É curioso notar que poucos tiveram passagem pela Capital, cidade que em épocas passadas era passagem quase que obrigatória dos migrantes (seja oriundos do estado como de fora)...

Outro dado importante, é que Vinhedo passa a ser um atrativo direto de migrantes que saem de suas cidades de origem e para lá se dirigem sem experimentar passagens por outros municípios...

Nos casos em que Vinhedo aparece como o destino de migrantes (seja direto ou com escalas em outras cidades), o que parece ser decisivo na escolha, além da possibilidade de emprego, é a existência de vínculos prévios com residentes no município. Nesta situação, os migrantes que vieram antes chamam seus parentes ou amigos para vir trabalhar em Vinhedo, em alguns casos, com emprego previamente acertado. (Pires, 2001:22/23).

Além de freqüentemente o fato de ter algum parente e/ou amigo já trabalhando em Vinhedo facilitar a vinda, a melhoria da qualidade de vida daqueles que migraram é um estímulo para outros virem.

Esta melhor qualidade de vida é percebida não só nas condições de moradia e trabalho, como nos serviços, principalmente naqueles relativos à saúde e educação. Vinhedo apresenta, em comparação à região de origem, a possibilidade de viver melhor, educar os filhos e ainda conseguir acumular algum dinheiro. Como disse um dos entrevistados em seu

depoimento, o próprio fato de ele ter condições financeiras para ir visitar os parentes com seu carrinho nas férias já se constitui num estímulo para que outros venham. Não é sequer necessário convidar diretamente.

Um dado interessante é que tanto para os que vieram de fora como para os que nasceram na própria região, ser caseiro em Vinhedo quase sempre significa parte de uma trajetória que passou pelo rural no seu sentido mais tradicional. Com relação àqueles originários de Vinhedo, é freqüente terem sido meeiros nas antigas lavouras de uva, figo, etc. da região.

É interessante ressaltar que muitas vezes nesta trajetória pelo rural no seu sentido mais tradicional, houve esforço de se manter nele com atividades mais “alternativas”. S.F., por exemplo, era meeiro de café em Terra Rica no Paraná e com a crescente queda de preço desta cultura foi tentar a cultura do bicho da seda em Vinhema, Mato Grosso do Sul. Só desistiu e mudou para Vinhedo em 1995 porque também esta nova cultura *não tinha preço*. Continua tendo forte desejo de ter sua terra, chegando a afirmar que não pretende ter qualquer outra atividade no futuro. *O dia que sair daqui volto para o Mato Grosso*, fez questão de enfatizar durante a entrevista.

Assim como S.F. muitos outros tentaram a cultura do bicho da seda no Paraná ou no Mato Grosso do Sul como forma de não abandonar a agricultura.

Um aspecto a ser destacado dentro destas trajetórias é que *a atividade de caseiro, em alguns casos, é uma atividade temporária dentro do curso de vida do entrevistado e de sua família. Ou seja, trata-se de um momento de juntar dinheiro ou fazer seu pe’de meia, para depois retornar ao local de origem onde, em alguns casos, há ainda uma propriedade para se poder trabalhar...*

Assim, encarada como algo temporário dentro do curso de vida, exercer a atividade de caseiro como forma de garantir a

reprodução, a propriedade familiar na terra de origem e ainda conseguir algum tipo de acumulação torna-se uma atividade propícia aos mais jovens (Pires, 2001:20).

Exercer esta atividade temporariamente pode ser também uma estratégia de acumular para poder comprar uma casa própria e a partir da moradia assegurada, ter maiores chances no mercado de trabalho urbano. Nestes casos ser caseiro significa um momento da trajetória - não mais rural - onde o objetivo maior é evitar o pagamento do aluguel enquanto a aquisição da casa própria não é possível. A casa própria possibilitaria abandonar o emprego de caseiro e buscar uma alternativa melhor.

Se o ser caseiro pode ser considerado apenas uma atividade transitória para alguns, há um número significativo de entrevistados para os quais a profissão de caseiro é considerada a alternativa mais viável de emprego e não existe muita perspectiva de abandoná-la. Ser caseiro então é tido como uma profissão a ser exercida de forma permanente, e não apenas enquanto não for possível a volta a propriedade paterna, a compra de terra ou casa própria.

Os dados sobre escolaridade mostram que *a grande maioria ou não completou o primeiro grau ou não freqüentou a escola (Pires, 2001:25)*, conforme indicavam os dados para o Estado de São Paulo.

Com relação aos salários, normalmente o casal junto recebia em final de 2001, início de 2002, R\$600,00². É comum, porém, o relacionamento extremamente paternalista com o patrão elevar consideravelmente este salário. Só a título de exemplo, além da casa, água, luz e telefone, o patrão pagava a um dos caseiros as despesas de padaria e açougue. Para um outro, trazia grande parte da compra de supermercado.

Eles trazem para nós. Eles passam no supermercado compram as coisas para eles, depois algumas coisas para nós, e trazem até aqui. O que se for colocar na ponta do lápis mesmo a gente acaba

⁽³⁾ É importante ressaltar que a pesquisa quantitativa deverá proporcionar valores mais exatos do que estes coletados até o momento pela pesquisa qualitativa.

ganhando uns R\$ 800,00 ou R\$ 900,00 por mês. Ele me ajuda muito.

Esta relação paternalista era tão forte neste último caso que embora o caseiro tivesse planos de se especializar como eletricitista, não pretendia deixar o emprego até a morte do patrão, que, segundo repetiu várias vezes no depoimento, o tratava como um membro da família. São considerados netos e as crianças bisnetos, daí receberem “mesada” a exemplo dos netos “verdadeiros”.

Eu não sei, mas aqui com eles, eu pretendo ficar enquanto eles estiverem vivos, depois eu não sei como vai ficar. Não sei se vou me dar bem trabalhando para os filhos, de repente pode ser que seja a mesma coisa e a gente continue, mas por enquanto eu não sei, porque eles pegaram uma confiança na gente e a gente neles que eles falam que a gente não é empregado a gente é neto, eu tenho a idade dos netos dele, tratam a gente como se fossemos da família, é muito gostoso ter essa relação e essa liberdade com eles, mas sem estar abusando porque se não começa a ficar uma coisa muito misturada e então fica ruim né?

O Leonardo que tem 7 anos e a Maria Fernanda que completou 6 meses agora, e aqui eles falam que é a maior alegria para eles, até porque eles tem um bisnetinho com 3 anos e eles falam que a Maria Fernanda é a bisnetinha deles. Eles tratam ela com se fosse mesmo.

Ou seja, de forma semelhante às “velhas” relações paternalistas, o salário monetário é frequentemente complementado com uma remuneração em espécie. Esta pode vir sob a forma de fornecimento de gêneros ou pela autorização de ficar com a renda de produtos eventualmente cultivados na chácara. Como explica VDS:

Aqui eu e a mulher estamos com R\$ 600,00, cesta básica, padaria, açougue, se você chegar em uma padaria ou um açougue por aí ninguém me conhece, porque ele (o patrão) passa e já trás o pão e o leite, vai no açougue e compra a mistura para oito ou quinze dias para a gente, vendo que você pode entrar aí que tem: porco, galinha, é e como eu falei só não tem bicho grande, pequeno tem de tudo

Pode-se constatar de qualquer forma uma diversidade muito grande em termos de salário, principalmente entre aqueles que trabalham em chácaras produtivas e aqueles que exercem a função como empregados domésticos. Existe ainda uma diferença razoável de acordo com o nível das exigências feitas. Os patrões que exigem pouco geralmente pagam menos e até em função disto permitem que o caseiro exerça outra atividade.

Geralmente os caseiros que trabalham em chácaras onde tem que cuidar de algum tipo de produção ganham melhor. É o caso de Valdomiro e Fábio, que ganham mais de R\$ 600,00. Já V, que apenas toma conta da casa, não tendo a obrigação de atender aos patrões nos finais de semana ganha apenas R\$ 250,00.

Mais que isto, enquanto os dois primeiros são registrados, V. trabalha sem registro.

Este lado pessoal da relação é bastante valorizado. Permite que conheça o patrão e não que se tenha apenas uma relação distante com ele.

Este lado paternalista da relação explica de um lado porque muitas vezes os caseiros trabalham sem registro, ou seja, sem formalizar a relação³. De outro, porque muitas vezes o patrão permite que o caseiro abrigue membros que não compõem o núcleo familiar.

Este lado paternalista da relação explica também porque alguns se adaptam a nova atividade e outros não. Como a relação tem um componente pessoal, precisa haver uma compatibilidade entre o que é esperado do caseiro

⁽³⁾ Maria José Carneiro (2001) lembra que no Brasil a informalidade das relações de trabalho neste tipo prestação de serviço é freqüente. Embora exista a legislação que regula as relações de contrato de trabalho doméstico, a fiscalização e penalidades não são suficientes para impedir o descumprimento da lei.

por parte de cada proprietário e a disponibilidade deste de estar atendendo a esta expectativa.

Só a título de exemplo, enquanto uma família de proprietários exige dedicação total dos caseiros durante o final de semana⁴, outros preferem manter sua privacidade e a caseira só entra na casa para lavar a louça.

Mais que isto, enquanto alguns proprietários permitem uma certa flexibilidade, não controlando horários e não exigindo que o caseiro trabalhe só na propriedade, outros são mais rígidos e querem exclusividade na relação de trabalho.

Em algumas situações a mulher do caseiro chega a trabalhar como empregada doméstica na casa do patrão na cidade.

O que se quer enfatizar é que muito mais do que um perfil único, o ser caseiro é bastante determinado pelas características pessoais do proprietário e sua família. Neste sentido, ainda existe muito de pessoal na relação e os conflitos demonstram isto⁵. Assim, parece ser importante ajustar o perfil do caseiro às características do proprietário e sua família, como acontece no emprego doméstico em geral.

A necessidade de se estabelecer uma relação de confiança também foi apontada como importante nesta relação. Afinal, a casa fica sob sua responsabilidade boa parte do tempo.

OS CASEIROS E A PLURIATIVIDADE: A CHÁCARA ENQUANTO LOCAL DE TRABALHO E MORADIA

Uma das propostas do subprojeto é enfatizar a questão da pluriatividade entre estas famílias, a partir da hipótese de que esta adquire dimensões diversas em realidades diferentes.

Pluriatividade está sendo entendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro de um contexto em que a agricultura se torna cada vez mais uma atividade parcial.

Ou seja, a pluriatividade significa a combinação de atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

Em resumo, a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- a) *por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);*
- b) *por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o "management" das atividades agropecuárias (Graziano da Silva, 1999:7).*

Aqui interessa aprofundar a pluriatividade em uma situação onde o espaço rural e urbano estão muito próximos do ponto de vista físico.

Existem famílias que adotam uma estratégia de sobrevivência bastante diversificada. Em uma delas, por exemplo, o marido é caseiro e cultiva produtos orgânicos em estufa. Por sua vez, esposa o auxilia nesta última atividade, faz faxina na casa da chácara e em outras residências, além vender produtos de beleza.

A pluriatividade enquanto combinação de várias atividades agrícolas e não-agrícolas sendo exercidas tanto no interior da chácara, quanto fora dela, só é possível pela sua proximidade com a cidade.

De qualquer maneira, pode-se observar várias formas e graus de pluriatividade entre as famílias. Foi importante inicialmente classificar os domicílios em três categorias: os domicílios em que todos trabalham dentro da chácara, os domicílios em que há membros trabalhando

⁽⁴⁾ Grande parte dos caseiros tem inclusive que preparar o churrasco para o patrão.

⁽⁵⁾ É interessante perceber que muitas vezes o conflito se dá entre a mulher do caseiro e o patrão em termos muito semelhantes aos que acontecem entre as empregadas domésticas e as suas patroas. Em vários depoimentos a justificativa para o abandono do emprego anterior como caseiro foram divergências da esposa com o patrão.

dentro e/ou fora e finalmente aqueles em que os membros trabalham somente fora (Pires, 2001:37).

Trabalhamos com os domicílios de forma a levar em conta não somente o entrevistado mas o conjunto dos residentes no domicílio, conforme proposta definida na metodologia.

Os dados trabalhados até o momento indicam que a pluriatividade está presente de maneira significativa nestas famílias⁶. É importante destacar de qualquer forma que existe uma parcela de domicílios(23%) cujos membros dependem exclusivamente do trabalho dentro da chácara.

Em relação ao trabalho interno, os cônjuges formam os principais parceiros... Do total de 23 cônjuges existentes dentro do grupo dos caseiros, 19 (ou 82,60%) ajudam seus maridos ou esposas no trabalho dentro das chácaras. Tal como dissemos anteriormente, homens e mulheres desempenham atividades complementares dentro das chácaras, sendo que o primeiro normalmente cuida do jardim ou horta enquanto a mulher trabalha como doméstica ou faxineira na casa do patrão. ...

Sobre o trabalho fora da propriedade, podemos observar que mais de 53% dos entrevistados do grupo de caseiros trabalha fora, assim como quase 44% de seus cônjuges (Pires, 2001:38).

Com relação á questão da moradia, houve muita ênfase no sentido de colocar o sítio rural como um local mais tranqüilo para se viver.

Entretanto, é importante frisar que muitos, ao falar das condições de moradia, falavam ao mesmo tempo das condições de trabalho. *Sendo a profissão de caseiro (até pelo seu próprio nome) identificada pela associação entre local de trabalho e local de moradia, não é surpreendente que tenha havido este tipo de*

interpretação. Para grande parte de dos caseiros, portanto, falar das vantagens do seu local de moradia significa falar, também, das vantagens da sua profissão, tais como não ter que pagar água/luz/aluguel, em ter um bom salário ou melhores oportunidades de emprego (Pires, 2001:40).

Ressalte-se que em algumas situações, a chácara é apenas local de residência tanto para o proprietário, como para o próprio caseiro.

Um exemplo interessante é de A.L.J, cujos padrões foram obrigados a residir na chácara do pai devido às dificuldades financeiras da empresa. Embora não pague salário, o casal "cuida" do caseiro, já com oitenta anos⁷, e permite que ele cultive uma horta para sua subsistência. Em troca, o caseiro ajuda na manutenção da chácara e cuida dela e dos animais na ausência dos padrões. Estes enfatizam a lealdade de A.L.J. Assim, a chácara vem permitindo pelo menos a sobrevivência do caseiro e padrões até a situação financeira da família melhorar.

Com relação aos caseiros, as chácaras servem muitas vezes de residência não só para o casal e seus filhos solteiros, como para os casados e suas novas famílias também. Em várias destas famílias, filhos separados voltaram a residir com os pais na propriedade onde estes são caseiros. É freqüente também a chácara abrigar os netos de filhos ou filhas solteiras.

Nestas situações, mais do que o salário propriamente dito, o importante é que a chácara passa a abrigar uma família numerosa.

É importante ressaltar que existem situações em que a propriedade ainda é produtiva e absorve a mão de obra de quase todos estes membros. Aqui, a manutenção de uma família extensa garante a necessidade de mão de obra a um custo reduzido. Em outros, onde não se produz praticamente mais nada na propriedade, apenas um dos membros tem vínculo de trabalho

⁽⁶⁾ Tabelas elaboradas por André Pires mostram que em quase 74% dos domicílios do grupo de caseiros já entrevistados existiam indivíduos que trabalham dentro e/ou fora da propriedade.

⁽⁷⁾ Viúvo e com os filhos morando longe, são os padrões que socorrem ALJ em casos de doenças, cada vez mais freqüentes. ALJ reconhece que é a eles que recorre em caso de problemas sérios.

com a chácara e os demais exercem outras atividades fora dela. De qualquer forma, a chácara torna-se importante na estratégia de sobrevivência da família enquanto local de moradia, principalmente devido ao alto custo do aluguel na região.

Nos condomínios fechados, obviamente, a realidade é diversa. Neles o fundamental é garantir a segurança e a privacidade, sendo a preferência por famílias pequenas, formadas por casais jovens e mesmo por pessoas viúvas ou solteiras. Às vezes, inclusive, os caseiros sequer residem no local. Afinal, na vida em condomínio, a possibilidade de isolamento é mais que uma questão de assegurar uma vida tranqüila. É também estar espacialmente separado das pessoas de menor poder aquisitivo, onde a presença só é permitida como jardineiros, empregadas domésticas, piscineiros ou caseiros. Todos, é claro, devidamente credenciados⁸!

Assim, é possível perceber que quanto mais “rural” a propriedade, mais se preserva a possibilidade de manter a família no mesmo domicílio ou, com o casamento, em domicílios próximos na mesma propriedade. A diferença é que esta estratégia de manutenção do domicílio não está mais associada a uma estratégia de unidade de produção. Ao contrário, a existência de famílias que vivem só do trabalho na chácara é rara. A propriedade não é mais local de trabalho para o conjunto da unidade familiar, mas converte-se em local de moradia para grande parte deles, que exercem atividades não agrícolas.

É interessante observar que a questão da moradia torna-se relevante e adquire uma importância excepcional nesta situação de transição. Mesmo quando a família está relativamente bem alojada e já reside na propriedade por um longo período, o risco de perder a residência com as alterações em curso recoloca o problema da moradia. É o caso de uma família de S.R.S, constituída por marido, mulher, sogra e três filhos, um deles casado,

morando em dois domicílios diferentes numa chácara ainda produtiva, mas cujo proprietário tem planos para transformá-la numa pousada. Assim, um dos filhos já comprou uma casa para abrigar a família caso esta possibilidade se confirme. Ressalte-se que isto só foi possível porque este filho tinha um emprego relativamente bem remunerado fora da propriedade.

A procura por planos de habitação popular tem sido também muito freqüente entre os caseiros, pois a aquisição da casa própria é uma garantia frente à instabilidade do emprego. Afinal, a moradia e o emprego estão vinculados, quando se trata de ser caseiro.

Em outras palavras, o sonho da casa própria está muito presente, mesmo entre aqueles caseiros que tiveram uma trajetória no meio rural e que tem como projeto futuro comprar terras, principalmente em lugares onde o seu preço é mais acessível. É como se na impossibilidade de comprar um pedaço de terra maior, a compra da casa se apresentasse como um projeto mais viável. Muitos caseiros já compraram suas casas, principalmente no bairro da Capela, e mais recentemente Vida Nova, onde o preço do terreno é mais acessível. De qualquer forma convém lembrar a valorização imobiliária no município. Apenas para se ter uma idéia, um terreno de apenas 160 m² nestes bairros estava avaliado em R\$ 15 mil em abril de 2002.

Ressalte-se ainda que em grande medida o fato de não pagar aluguel enquanto caseiro é que permite guardar dinheiro para a compra da casa posteriormente.

Para a mulher, o sonho da casa própria não significa muitas vezes apenas segurança material advinda do fato de ter moradia assegurada. Significa ser finalmente dona de sua própria casa, já que como caseira mora numa casa que não lhe pertence, embora não pague aluguel.

Não foi raro encontrar caseiras bastante divididas entre o desejo de permanecer como

⁽⁸⁾ Detalhes do que é a vida em condomínio podem ser vistos no trabalho de Rosângela Escorza. A Urbanização do Meio Rural: condomínios fechados em Vinhedo, São Paulo. Trata-se de dissertação de mestrado a ser apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas no início de 2003.

caseiras - tanto pelas vantagens oferecidas, como por querer manter o vínculo com alguma forma de atividade agrícola - e o desejo de ser dona de um espaço que lhe pertença totalmente, de uma casa da qual ela seja realmente a dona.

De qualquer forma, uma primeira constatação importante, além de sua diversidade, é que o rural em Vinhedo vem adquirindo crescentemente a função de moradia para a população nas mais diversas faixas de renda.

Isto é verdade, em primeiro lugar, para os caseiros, que abrigam muitas vezes não só a família nuclear mas outros parentes e a nova família dos filhos casados. Esta foi, aliás, uma vantagem freqüentemente apontada pelas caseiras com relação a ser empregada doméstica. Se elas perdem em certa medida a privacidade por combinar o espaço de trabalho e de residência, podem, por outro lado, garantir a moradia para toda a família, além de cuidar dos filhos ao mesmo tempo que trabalham.

Com relação aos filhos de proprietários, a chácara ou o sítio freqüentemente deixa de produzir, mas cada vez mais torna-se o espaço onde novos domicílios são construídos. Ao se casarem, os filhos e/ou seus cônjuges, mesmo trabalhando em atividades não-agrícolas constroem suas residências na propriedade paterna. Mais que isto, embora com menor freqüência, a propriedade paterna torna-se local de residência e trabalho para filhos que perderam seu emprego em outras atividades. Com a facilidade de acesso, os filhos podem não apenas residir na chácara, mas nela exercer uma atividade não-agrícola, como a de mecânico, por exemplo.

Neste sentido as chácaras passam a ter, não só para algumas famílias de caseiros como para a de filhos dos proprietários, um duplo papel em sua estratégia de sobrevivência. Constituem-se ao mesmo tempo local de moradia e de trabalho. A proximidade da cidade permite que exerçam atividades tipicamente urbanas. R. A .P. M, por exemplo combina o ser caseira com a venda de produtos da marca Natura para sua clientela na cidade, além de cultivar produtos orgânicos em estufa.

Interessante observar que não é rara a construção de vínculos de sociabilidade bastante intensos entre as famílias de caseiros e de chacareiros/sitiantes. Só a título de exemplo, ECF, filha de NMCF e PBF, caseiros, é casada com o filho de um sitiante e mora com o sogro. A proximidade das duas propriedades permite que ECF deixe a filha com a mãe enquanto trabalha de motorista fazendo transporte escolar.

Finalmente, e este é um fenômeno que já esperávamos encontrar, as chácaras e os condomínios fechados tornam-se residências permanentes ou secundárias para uma população de alta renda que busca mais segurança e tranquilidade.

Ressalte-se que o fato do rural vir assumindo crescentemente a função de local de moradia não significa necessariamente que em todas as situações ele esteja restrito a esta função. Em algumas propriedades, elas ainda abrigam famílias dos empregados ou do próprio proprietário que continuam se dedicando à agricultura. Nestas situações combina-se local de residência e local de trabalho, neste caso agrícola. Do ponto de vista do proprietário, contratar famílias grandes com membros em idade produtiva garante sua necessidade de mão-de-obra o ano todo a um baixo custo. O fato de oferecerem moradia permite rebaixar salários e evitar o custo de transporte. Evita contratar um grande contingente de mão-de-obra a um custo superior na época da colheita.

Exemplo típico destas famílias é a de L.C.C. Além dele mais sete membros trabalham na chácara, que produz pêssego e possui sete mil pés de figo. Cada um recebe um salário mínimo, mas não tem participação na produção.

Um outro dado relevante é que além de garantir residência para vários segmentos da população, as chácaras têm a possibilidade de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR), este bem menor do que o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Assim, observou-se uma grande preocupação em se caracterizar a propriedade de maneira a que continue credenciada a pagar o ITR, já que a grande metragem dos terrenos significaria pagar um imposto extremamente elevado.

Ou seja, neste momento de transição, um problema que tem afligido os proprietários é que abandonar as atividades agrícolas e substituí-las por não-agrícolas têm dificultado o pagamento do ITR. Há uma grande preocupação em se manter um mínimo de produção agrícola que justifique o pagamento do imposto ao INCRA, e não para a prefeitura. Neste sentido, é comum a manutenção de alguma atividade produtiva exclusivamente com esta finalidade.

Resumindo, assumir apenas a função de moradia, está inviabilizando algo que é fundamental para estas propriedades que é caracterizá-las como estabelecimento rural. Ou seja, assumir exclusivamente a função de moradia traz para este novo rural um conflito, ao descaracterizá-lo como rural do ponto de vista administrativo e legal.

Em outras palavras, manter a propriedade exclusivamente como moradia, esbarra com o problema de sua classificação como rural para estar habilitada ao pagamento do ITR. Assim, nas situações em que isto é viável, a propriedade acaba sendo vendida e loteada para a construção de condomínios fechados.

De qualquer maneira, observa-se uma grande preocupação com a obrigatoriedade do pagamento do IPTU, à medida que pela classificação da Prefeitura não existe mais zona rural no município. É possível imaginar que surja uma resistência a esta classificação da prefeitura, pois afinal a venda da propriedade para loteamento não é o desejo e nem plausível para todos os proprietários. Este é um dos aspectos que pretendemos continuar acompanhando no decorrer da pesquisa.

Fica claro, portanto, que dentro das novas funções que a agricultura vem adquirindo - proteção ambiental, o lazer, o turismo - o ser residência, não só para antigos moradores de regiões urbanas como para as famílias ampliadas do próprio rural, vem prevalecendo. A exploração do turismo coloca-se como uma possibilidade, mas ainda não está concretizada.

É interessante que a transformação das chácaras em local de moradia acaba proporcionando novas formas de renda. Um proprietário alugou, além de duas casas, um barracão de sua chácara para um frigorífico. Um outro aproveitou a experiência adquirida com o loteamento de sua chácara e se tornou corretor de imóveis.

Fica claro ainda que do ponto de vista dos proprietários, a transformação do estabelecimento em moradia adquire significados diferentes para os vinhedenses, e para aqueles que vem de fora, geralmente de São Paulo.

Para os primeiros, esta transformação faz parte de uma estratégia de sobrevivência. Utilizar a propriedade como local de residência e ter grande parte dos membros exercendo atividades não-agrícolas é uma alternativa para enfrentar a crise do preço da uva e outros produtos tradicionalmente cultivados na região. Outras alternativas são mantê-la produtiva, voltá-la para o turismo ou loteá-la de maneira definitiva. E a “opção” nunca é tranqüila. Como declarou a um repórter o proprietário da Chácara São Sebastião quando perguntado porque não deixava o “progresso” invadir sua chácara, vendendo-a para a instalação de alguma empresa, já que está situada ao lado do Distrito Industrial : *Tento viver da uva. Até agora ela me deu a camisa. Tenho fé que vai continuar assim. Mas está ficando difícil para trabalhar*⁹.

Em resumo, para as antigas famílias de Vinhedo, dar outras funções para a propriedade e no limite vendê-la, é visto quase como uma imposição, à qual geralmente oferecem resistência. Significa abandonar uma atividade que a família já vinha mantendo não porque quisesse, mas porque são obrigados. Daí porque muitas vezes insistir em mantê-la é visto como um verdadeiro ato de “teimosia”. A valorização imobiliária torna esta resistência crescentemente mais difícil, uma vez que a venda da propriedade torna-se cada vez mais atraente em comparação

⁽⁹⁾ Vários depoimentos interessantes neste sentido podem ser encontrados na reportagem **Vinhedo ainda tem uva sim senhor**, no Caderno B do Jornal de Vinhedo de 17 de março de 2001.

com a eventual renda advinda da venda de produtos agrícolas.

Para os “de fora”, ao contrário, a busca de uma residência permanente ou secundária é efetivamente uma opção na busca de uma melhor qualidade de vida. É tido como algo que será benéfico no sentido de que proporcionará coisas que não vinha tendo na cidade: segurança, tranquilidade, lazer, ar puro, etc. Significa, assim, mudar para melhor. O espaço torna-se um estilo de vida ao qual as pessoas aspiram¹⁰.

Neste contexto, é interessante destacar a peculiaridade da situação dos caseiros com relação à questão da moradia.

Em primeiro lugar, o fato do emprego como caseiro garantir a moradia, num padrão geralmente bastante razoável, evitando gastos com aluguel, água, luz, etc. é tido como sua principal vantagem.

Mais que isto, significa usufruir de um estilo de vida altamente valorizado. Assim como seus patrões, podem gozar do sossego, ar puro, segurança etc. que as chácaras supostamente oferecem. Quando perguntados sobre as vantagens de morar naquele local, estes são os aspectos mais valorizados pelos caseiros, num discurso bastante parecido com o da classe média e alta. O significado, entretanto, é diverso para ambos. Se para estes morar nas chácaras significa a busca da qualidade de vida que a cidade grande não mais oferece, para os caseiros, geralmente com uma trajetória rural, significa a possibilidade de manter um modo de vida ao qual estavam habituados no sítio ou pequenas cidades do interior.

O fato de fornecer possibilidade de evitar gastos com aluguel, luz, água, etc. é tão importante que chegamos a encontrar situações onde este foi um dado relevante para a opção por se tornar caseiro.

D.S.R., por exemplo, trabalhava como ajudante geral no BANESPA de Vinhedo quando ela e o marido, então desempregado,

decidiram trabalhar na chácara. Ser caseiro neste caso significou o abandono de um emprego na cidade e voltar a morar num lugar mais tranquilo e com menos violência, além de desenvolver atividade agrícola. D.S.R. e o marido cultivam, em meação com o patrão, quatrocentas caixas de uva.

Resumindo, a experiência de D.S.R. e sua família é bastante interessante porque a vivência no Paraná como diarista nas lavouras de algodão ou mensalista nas lavouras de café foi seguida pela passagem por um bairro periférico violento em Campinas. Isto lhes dá uma consciência bastante clara das vantagens desta volta ao “rural”, um novo rural, apesar de sua estratégia de sobrevivência implicar em muito trabalho.

Em outras palavras, morar nas chácaras não significa simplesmente ter moradia gratuita. Significa ter moradia num espaço onde a qualidade de vida é extremamente valorizada. Neste sentido, é interessante ressaltar que com relação ao projeto de futuro destes caseiros, para aqueles em que o acesso a terra coloca-se como relevante, adquirir uma chácara semelhante àquela em que trabalham, inclusive no mesmo local, é um desejo bastante mencionado.

Mais que isto, para a classe trabalhadora em geral, morar em área rural nem sempre é uma escolha. Muitas vezes ela é forçada a isto, apesar de seu emprego ser bastante distante. Para os caseiros, entretanto, isto não se constitui obviamente num problema, e mesmo quando exerce outras atividades, isto se dá em propriedades bastante próximas.

Assim, confirma-se em Vinhedo para um conjunto extremamente diversificado de pessoas, a existência de pequenas glebas que tem a função muito mais de uma residência rural do que de estabelecimento agropecuário produtivo. Fica claro que a modernização das estruturas agrárias podia implicar no abandono da atividade agrícola porém não necessariamente da

⁽¹⁰⁾ Pahl faz uma interessante discussão sobre a diferença do morar numa área rural londrina para a classe trabalhadora e para setores da classe média e alta, já que para a primeira morar longe do local de trabalho significa uma carga econômica adicional para a família. Ver o capítulo por ele escrito no livro Modelos Sócio-Econômicos em Geografia. Livro Técnico/USP, RJ. 1975, organizado por Choley, R. Haggett.

residência na zona rural. *Os agricultores e camponeses que consideravam os ingressos da atividade agropecuária como insuficientes, se encontravam uma oportunidade de trabalho na mesma localidade ou zona onde tinham suas terras, permaneciam, se não a encontravam abandonavam não apenas a atividade senão a área rural* (Saraceno, 2001:3). Em Vinhedo, a primeira alternativa foi viável, e a propriedade transformou-se em lugar de residência.

A especificidade de Vinhedo, além da heterogeneidade de pessoas que utilizam as propriedades como residência rural, está na dificuldade de se manter estas propriedades como rural. Os proprietários têm enfrentado cada vez mais dificuldades para caracterizar os estabelecimentos como rural e assim continuar pagando o ITR e não o IPTU. E pagar o IPTU inviabilizaria a manutenção destas propriedades.

Um dado interessante nesta direção é que dentro da Região Metropolitana de Campinas, Vinhedo lidera em arrecadação de impostos exclusivos do município. *Segundo dados da Assessoria Econômica e Financeira da Prefeitura, em 2000 o município registrou R\$ 13.990.884,00 de arrecadação de IPTU e ISS, os dois principais componentes de arrecadação própria. O valor representa por habitante R\$ 296,32. Em 96 era de R\$ 243,83. Teve um crescimento nominal de 21,53%. Entre 1996 e 2000 o crescimento destes impostos foi de 48,56%* (Jornal de Vinhedo, 30/03/02:B1).

A citação é longa mas demonstra bem a importância que a Prefeitura dá à arrecadação do IPTU.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que muitas vezes a propriedade, além de residência, se transforma em local de trabalho, agora não mais agrícola. Oficinas, salões de beleza, micro-empresas foram encontradas funcionando nas propriedades. Só a título de exemplo, N.N. aproveitou sua formação técnica e montou na propriedade uma micro-empresa que faz equipamentos para cerâmicas. Ele criou o projeto e monta a própria máquina se o cliente quiser, além de fornecer o equipamento. Para tanto, contratou três funcionários e ainda cultiva uva,

que lhe dá um rendimento de cerca de R\$ 10.000,00 anuais.

É interessante ressaltar que apesar de voltado para uma outra atividade, o proprietário tem um vínculo bastante forte com o rural e afirma que gosta de cultivar a uva, e que viveria disto se pudesse. Tanto assim que vendeu apenas uma pequena parcela da propriedade.

Resumindo, em Vinhedo a proximidade das chácaras ou pequenas propriedades com a cidade permite *manter a residência estável em uma zona rural e desfrutar de rendas, estilo de vida e qualificações profissionais comparáveis às das áreas urbanas, a um custo inferior* (Saraceno, 2001:10)

Em grande medida isto é que explica a grande atração pelo emprego de caseiro em Vinhedo e a transformação de seu espaço rural em local de moradia.

Mais que isto, é esta proximidade que abre a possibilidade de diversas alternativas de atividades além do emprego de caseiro. Atividades que vão desde aquelas ainda agrícolas (cultivo de frutas ou hortaliças em estufas) como as vinculadas aos próprios condomínios (pedreiros, piscineros, jardineiros, etc) e finalmente aquelas já tipicamente vinculadas a cidade: cabeleireira, transporte, vendedora, etc.)

SER CASEIRO E A AUTONOMIA RELATIVA

Um aspecto interessante neste perfil dos caseiros de Vinhedo é a ênfase que grande parte deles dá à questão da autonomia.

Uma autonomia recriada, que aparece de maneira bastante diversa no discurso dos caseiros de Vinhedo. De um lado, mais uma vez a união do local de trabalho e de residência é considerado um empecilho para a privacidade. O próprio fato de não poder se ausentar da propriedade é frequentemente apontado como algo que cerceia a liberdade. Tirar férias, por exemplo, torna-se algo raro, já que ser caseiro implica em estar sempre presente na

propriedade. Além disto, por mais liberdade que o patrão ofereça, é necessário estar sempre atento em não sair dos limites colocados pela própria relação de assalariamento. Afinal, patrão é patrão e empregado é empregado, conforme fica claro neste depoimento:

Não porque lá na fazenda tinha um campo de futebol e no final de semana a gente jogava bola e vinha gente de fora. Agora aqui o contato é diferente o seu João e a dona Maria tem o serviço deles e eu tenho o meu, as vezes a noite ele vai lá em casa ou eu vou na casa dele. No fim de semana o patrão dele está lá e o meu está aqui, então não fica legal a gente ficar entrando e saindo, essa é a grande diferença. Eu recebo minha família meus irmãos estão sempre ai, só que é na minha casa. Não fica bem ficar andando por ai na chácara. Isso não é só aqui, é no vizinho, é em toda parte.

Por outro lado, o caseiro é frequentemente empregado de um patrão ausente a maior parte do tempo¹¹. Isto lhe garante uma grande flexibilidade na utilização de seu tempo de trabalho. Assim, encontramos as situações mais diversas que apontam nesta direção. Só para citarmos alguns exemplos, um caseiro dedicava parte de seu tempo trabalhando na escola que seus dois filhos deficientes freqüentavam. Outros gastavam parte de seu dia cuidando de crianças ou idosos da família, o que seria impossível numa relação de assalariamento tradicional. Foi freqüente encontrar filhos, netos ou sogro/a sob os cuidados da caseira para que os demais membros da família pudessem trabalhar. Outros ainda, como ressaltou André Pires em seu relatório, fazendo churrascos em pleno dia de semana!

Assim, a ambigüidade aqui aparece no fato de que a associação do local de residência e de trabalho de certa forma “escraviza” o caseiro, de outra lhe dá autonomia para realizar atividades que não seriam possíveis em qualquer emprego que tivesse um controle maior por parte do

patrão ou seu preposto. Ressalte-se que esta última característica do “ser caseiro” é bastante valorizada pelos mesmos. Este espaço de autonomia relativa permite uma estratégia de sobrevivência mais flexível possibilitando conciliar o trabalho com outras atividades, produtivas ou não. Muitas vezes é possível alternar a atividade de caseiro com uma atividade por conta própria como meeiro na própria chácara.

Esta flexibilidade e a alternativa de poder cuidar dos filhos pequenos e mesmo de parentes idosos ao mesmo tempo que trabalham, foi apontada como uma vantagem importante do ser caseira. Muitas foram inclusive empregadas domésticas quando solteiras e optaram pelo emprego de caseira após terem os filhos. Isto fica claro no depoimento de A.C.S.M: *Eu era doméstica. Parei porque ficou difícil por causa dos filhos*.

A diferença entre ser caseira e ser empregada doméstica não é assim só uma questão de diferença salarial. Esta autonomia relativa do uso do tempo é algo importante, bem como a possibilidade de manter a família junta. Existem vários casos inclusive de parentes sendo caseiros em chácaras vizinhas ou próximas. Ser caseiro significa, em comparação com o ser empregada doméstica, além de permitir a obtenção de um salário melhor, a possibilidade de utilizar parte do seu tempo de trabalho para outras atividades, produtivas ou não.

Em algumas situações, a atividade de caseira quase que se torna secundária. É o caso de N.M.C.F., que dedica a maior parte de seu tempo como cabeleireira. *Me viro e faço as duas coisa*, afirmava ela em seu depoimento. Observe-se que neste caso atender as clientes na chácara significou evitar o risco e o ônus de manter um salão. N.M.C.F. além destas duas atividades toma conta da neta para a filha trabalhar como motorista fazendo transporte escolar.

É interessante ressaltar que muitas vezes o patrão estimula o desenvolvimento de atividades

⁽¹¹⁾ Como dizia J.P.S. em seu depoimento: *o bom aqui é que o patrão não aborrece*. Ou um outro entrevistado: *aqui se eu quiser dormir depois do almoço eu posso!*

produtivas na chácara, oferecendo, por exemplo, a infra-estrutura necessária. A título de exemplo, um jovem casal de caseiros mostrou, orgulhoso, o cultivo de hortaliças em estufas, doadas pelo dono da propriedade. A produção, e mesmo a comercialização, era toda feita pelo próprio caseiro, sem qualquer interferência do proprietário.

Naturalmente que em casos como este, além de uma postura benevolente por parte do proprietário, pode estar a sua necessidade de manter alguma atividade produtiva de forma a não pagar o IPTU.

De certa forma percebe-se uma recriação da busca da autonomia característica da agricultura camponesa, o que pode ser um indicativo de uma ruralidade reconstruída.

OS PROJETOS DE FUTURO

A questão dos projetos de futuro merece algumas considerações específicas no contexto da reconstrução da ruralidade. Ruralidade como uma categoria entendida aqui como uma forma de vida que se fortalece e adquire identidade no seu confronto com a cidade.

Isto significa supor que *mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram, diferenças significativas que têm repercussões diretas sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais dos indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade... Nas sociedades modernas a categoria “rural” se enriquece na medida em que se torna o suporte de um imaginário e de práticas de realocação, presente, inclusive, nas cidades* (Wanderley, 2000:130/31).

Ou ainda que os efeitos da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é

precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo... Ou seja, a ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.(Carneiro, 1998,54 e 61).

Com relação aos caseiros, existem, em primeiro lugar, aqueles com projetos de futuro que vão claramente na direção de um retorno à terra, que passa por sua compra, quer em Vinhedo e região, quer na região de origem, onde seu preço é menor. É o caso de J.P.S. Sempre foi lavrador, sendo que há onze anos trabalha como meeiro num sítio de café. Com a desativação do sítio, que está sendo loteado para mais um condomínio, seu desejo é voltar para Ouro Fino, em Minas Gerais. Compraria um sítio, um trator e até colocaria um pouco de gado.

Para quem tem este perfil rural ser caseiro permite estabilidade e continuar trabalhando na atividade agrícola. Como explica novamente V. D.S.: *Ser caseiro, a vantagem de ser caseiro, pelo menos nessa chácara aqui é que aqui eu tenho uma roça; trabalho de empregado e estou no campo a mesma coisa entendeu? Eu tenho uva, eu tenho acerola, eu tenho de tudo e eu tenho o meu INPS pago, entendeu?*

Existem por outro lado aqueles caseiros com projetos já totalmente voltados para o urbano. Aí o objetivo é o acesso à educação e empregos melhor remunerados, senão para si., pelo menos para os filhos. A aquisição da casa própria é parte fundamental deste projeto.

Finalmente, existem projetos “híbridos”, onde existe o desejo de acesso à terra, mas ao mesmo tempo este desejo se mistura com o sonho da casa própria e com a vontade de um emprego melhor remunerado a partir de um nível de escolaridade mais elevado.

A hipótese é a de que o desejo do acesso à terra fica de alguma forma comprometido pelo alto preço da terra na região, e de outro pelos

baixos preços dos produtos agrícolas. Ou seja, ele existe, mas sofre uma espécie de desencantamento pelas dificuldades de sua concretização.

Assim, o acesso à terra fica como um projeto de futuro mais distante. Numa perspectiva mais próxima, investe-se na compra da casa própria e no retorno ao estudo como forma de melhorar sua inserção no mercado de trabalho.

Um dado interessante é que na comparação do ser caseiro com o trabalho na agricultura que muitas vezes realizavam, a questão da segurança financeira é freqüentemente mencionada. Como enfatizava G.F., como caseiro *todo mês o dinheiro vem*, ao contrário do que acontecia na época em que trabalhava como meeiro. Ou seja, ser caseiro permite para aqueles que gostam, continuar exercendo alguma atividade agrícola e ter uma renda estável.

Além disto conseguem ter uma atividade agrícola, só que exercida com uma menor exigência de esforço físico.

Para aqueles com este perfil, a opção ser caseiro é em grande medida feita pela possibilidade de manter uma atividade semelhante a que tinha na agricultura anteriormente.

É possível perceber que existe uma relação bastante forte entre a própria utilização da chácara e o perfil do caseiro.

Aquelas chácaras que se mantém produtivas demandam caseiros que possuem forte vínculo com o rural e tem projetos de vida que priorizam a manutenção desta ligação.

Nestas situações o caseiro não deixa de ser um trabalhador rural. Aqui, freqüentemente, ele sequer alterna atividades agrícolas com não - agrícolas pois ele e boa parte da família se dedicam integralmente ao cultivo na chácara. Ao contrário do “bóia-fria” não parece inclusive ter atingido um grau de proletarização tão intenso que o torne disponível para qualquer tipo de trabalho.

Em resumo, aqui ser caseiro permite continuar realizando uma atividade agrícola. Estes caseiros inclusive definem-se como

lavradores e não como caseiros ou empregados domésticos.

Quando o patrão necessita contratar um caseiro com este perfil não é incomum contra-tá-lo em uma outra região onde o rural ainda tem características mais tradicionais. É o caso de T.J.B., que veio com a família de Caconde, S.P, onde o patrão tem fazenda.

No outro extremo, chácaras utilizadas apenas para residência e/ou lazer não absorvem geralmente caseiros com este perfil. Geralmente são famílias que embora possam até ter tido um passado rural já se encontram mais distanciados dele. Neste caso sim ser caseiro é ser empregado doméstico e freqüentemente a atividade é alternada com outros empregos que nada tem de rural. É possível inclusive que uma mulher sozinha trabalhe como caseira, numa situação muito semelhante à empregada doméstica.

É o caso de uma caseira que morava apenas com um filho adolescente e trabalhava como segurança num clube noturno da cidade.

Ou de uma outra, com a saúde bastante debilitada por um câncer, que mora apenas com a filha universitária.

Obviamente que existem situações intermediárias entre estes dois extremos. Daí insistimos na idéia de que não existe um perfil único de caseiro nas chácaras de Vinhedo. Ao contrário: o que encontramos foi uma diversidade de chácaras ao lado de uma diversidade de caseiros.

SER CASEIRO E A MANUTENÇÃO DA RURALIDADE

Existe, dentro da heterogeneidade das chácaras que constituem hoje uma parcela significativa do espaço rural de Vinhedo e região, uma correspondente diversidade de perfis de caseiros.

Embora esteja clara a importância das chácaras como local de residência, não apenas para a classe média-alta de São Paulo, para os proprietários da região, mas também para os

próprios caseiros, elas são bastante diversas e seus caseiros também.

Um primeiro perfil, que pode não ser o mais relevante do ponto de vista quantitativo, mas é extremamente significativo do ponto de vista da manutenção da ruralidade, é o do caseiro com origem rural e que vê no trabalho da chácara uma oportunidade de manter vínculos com o trabalho agrícola no seu sentido mais estrito.

Seu Jaime foi o exemplo mais acabado deste perfil que encontramos ao longo da pesquisa¹². Daí optarmos por trabalhar com o seu depoimento de forma detalhada. Para melhor aproveitarmos o depoimento do seu Jaime, trataremos de três pontos importantes para explorar este perfil: a visão de terra, a visão do ser caseiro e a perspectiva de futuro¹³.

Com relação à importância da terra, "seu" Jaime enfatizava em primeiro lugar, que a terra deveria pertencer a quem nela trabalha.

A terra não é de se vendê. A terra é de nosso uso. A terra não é pra vendê. A terra é pro nosso uso. Hoje a lei foi que separou o direito de chegá aqui e dizê: esse 100 alqueire aqui, eu quero 500 milhão. Se a senhora tivé os 500 mil conto, é dona daquele 100 alqueire de chão. Se não tem... É o que vem acontecendo...

Seu Jaime chega a construir uma visão mística da terra:

Minha ilusão, sei que vô morrê. Se Deus quisé, to pronto a hora que Deus quisé, mas digo pra senhora a verdade. Eu não pude separá um pedaço de terra pra mim. Que meu prazer é a terra. É a minha vida, o meu estado aqui na terra é pra pôr lavoura em cima. Que eu não acredito que Deus tá lá não. Deus está aqui. Aqui está o pó, o sangue, o ferro, o ar, a energia, tá

tudo aqui no chão. Nós estamos cercado numa ilha. Tudo em volta de nós é água...

Todo mundo da minha classe, devia está na lei do governo, do presidente que é o nosso chefe, um conselho que dizia assim:

Essa terra quando nós nasceu já tava feita. Não fui eu, não foi você. Quem fez foi um homem só: é o Rei. Este é que fez o céu, o ar, o sol, a terra, a água e o fogo. E deixou tudo como eles são!

E termina, muito emocionado:

Eu tenho vontade de enfrentá um pedaço de terra pra mim. Eu gosto muito da terra. Eu adoro a Deus e a terra. Que sem a terra nada sou. Água, terra, sol e chuva é nossa vida. Mas não chegou pra mim.

Muitas religiões como o Judaísmo, o Cristianismo, e Islamismo ensinam que *Deus criou a terra e tudo o mais no universo... Consistente com a idéia do valor inerente da terra e da natureza derivado do seu criador, o valor teísta intrínseco da terra refere-se aqui ao valor dos elementos vivos e não-vivos da terra para Deus* (Bergstrom, 2001:12).

Assim, para "seu" Jaime, a terra é um bem natural precioso, que deveria estar disponível para todos, e não ter sido transformado em uma mercadoria como outra qualquer.

Mais que isto, para "seu" Jaime, o contato com a terra e com a natureza são fundamentais. Tanto é assim, que esta é a sua principal justificativa por morar na chácara.

Um chão de casa na cidade que se compra aí, um pedaço de chão que nem minhas filha compro aí na Capela; 160 metro de terra, só dá pra faze o enterro, só dá pra faze o enterro. Agora, vai morá dentro daquele paredão!!! Pode me dá uma casa em Vinhedo todinha, Louveira, São Paulo, em toda essas cidade aqui que eu não quero, quer dizê, dispenso. Muito abafado, muita agitação. Não agüento ficá

⁽¹²⁾ Estamos identificando o "seu" Jaime porque fomos autorizado a fazê-lo. As conversas longas e gostosas que tivemos durante a coleta dos depoimentos não permitiram que fosse tratado apenas um personagem anônimo.

⁽¹³⁾ Estamos, como Aspásia Camargo, Maria Isaura Pereira de Queiroz e outros, acreditando na possibilidade de fragmentar a história de vida para captar, não o indivíduo, como nas biografias, mas fenômenos sociais.

dentro de quatro parede. Plantá uma árvore e num dia de sol quente quando tivé bem folgado não tê o direito de pegá um bloco e sentá debaixo daquela árvore!

"Seu" Jaime não acredita nem mesmo no cultivo em estufas., exatamente porque não permite este vital contato com a natureza.

"Seu" Jaime saiu de Barra do Borda, Pernambuco em 1954 e foi para o Paraná, lá permanecendo até 1978. Pegou a época brava dos conflitos de terra no estado e se lembra com detalhes a grilagem patrocinada pelos então governadores, principalmente Moisés Lupião. Era a época em que se *ia rapando dos pequeno e passando pros grande*. É época em que tinha muita terra solta, e *um alqueire de terra valia 20 merreis*. O governador, lembra "seu" Jaime, vinha de avião já que o acesso pelas poucas estradas de terra era precário, *tomava dos pequeno, matava aquele monte de gente, formava uma fazenda de 300, 400 mil alqueire de chão. Marcava daqui pra lá, daqui pra lá é meu! Rapaz, os pequeno passo encontrando!*

Pode-se observar, portanto, que o forte vínculo de "seu" Jaime com a terra foi construído por experiências igualmente fortes da ocupação violenta da fronteira no Paraná nos anos cinqüenta. Experiência regada a mato, onça e perdas bruscas da produção do café pela geada.

Este vínculo com a terra significou ao mesmo tempo a construção de um saber com relação ao seu cultivo do qual "seu" Jaime muito se orgulha.

Ele lembra, por exemplo, que em 1978 veio para Atibaia trabalhar no cultivo de morango de um japonês que foi buscar várias famílias no Paraná. Ficou três anos nesta chácara mas em 1981, após uma seca seguida de geada, a plantação de morango e hortaliças foi completamente perdida e o patrão foge, devendo o salário para os empregados. "Seu" Jaime entra com uma ação no Ministério do Trabalho, mas como *não achava colocação nem pra remédio*, decidiu voltar para o Paraná, largando novamente tudo para trás.

"Seu" Jaime conta então com orgulho que o que permitiu que conseguisse um emprego novamente lá foi seu conhecimento sobre a agricultura. Isto porque viu uma poda de café sendo feita com motosserra e sugeriu que poderia fazer o serviço manualmente com melhor resultado.

Fui lá numa fazenda lá, que eu sempre fui muito de trabalho, essa honra eu tenho... fui numa fazenda e cheguei lá tava a poda de café, motosserra, cafezal danado.

Vi aquela poda de café falei pro rapaz: essa poda de café aí vocês tá errada. Digo: seu Zé Pereira, voceis vai perder essa poda de café... Esse café de voces não vai brotá. Vai brotá mas vai entrá muito óleo nesse pé de café...

Após muita insistência, convenceu o administrador a deixá-lo fazer o serviço com o machado, conseguindo assim emprego. Segundo ele, o seu café brotou muito mais rápido do que o que havia sido podado com motosserra.

Ficaram tudo olhando. Eu digo: Meus filho, eu fui nascido na lavora, eu sei o que é um pé de lavora, eu sei o que é um pé de café, um pé de feijão, um pé de cana, sei prepará.

E relata satisfeito o resultado deste episódio: *quando foi com quarenta e cinco dia minha poda de café já tava tudo brotada. O outro tava com uns brotinho assim desse tamanhinho.*

O próprio trabalho braçal deveria ser valorizado, segundo "seu" Jaime. Ele se entristece ao ver que *a cultura braçal, esta já era. Noventa e nove por cento hoje é maquinária. Oi meus filho, vai chegá um certo tempo aí que o maquinário vai tirá os braçal de todo mundo e geralmente.*

Assim, duas coisas são fundamentais para "seu" Jaime: o vínculo com a terra e o saber que ele construiu através deste vínculo, apesar de analfabeto...

"Seu" Jaime ficou mais sete anos no Paraná, trabalhando como bóia-fria, *de camarada pra*

um e pra outro. Quem quisé vê sofrimento no mundo fala em bóia-fria. É duro!

E foi ficando cada vez mais difícil com a crise do café e a entrada do gado.

"Seu" Jaime aproveitou então a visita de um conhecido de Vinhedo e resolveu tentar um emprego. Teve dificuldade para arrumar emprego, pois várias delas só queriam o casal.

Após várias tentativas, "seu" Jaime consegue um emprego em uma chácara para cultivar uva. Cultivou 420.000 pés de uva, mas quando o patrão quis registrar, ele preferiu ir formar uma chácara no bairro da Capela. Preparou a chácara em dois meses e o patrão então mandou que fosse rejuntar pedra na cidade. Em mais uma afirmação do seu vínculo com a terra, seu Jaime diz uns desaforos para o patrão e deixa o emprego. Este tipo de tarefa não cabe dentro de suas expectativas de trabalhador que sempre trabalhou com lavoura!

Na tentativa de se manter enquanto tal, "seu" Jaime trabalhou na fazenda Monte Alegre, e finalmente, na Chácara Sabó, onde está há quatorze anos.

O trabalho realizado nesta chácara é um outro orgulho de "seu" Jaime.

Aqui não tinha nada... Não tinha um pé de planta de nada. Só tinha cobra. Tudo isso aqui fui eu que plantei... Peguei o machado o facão e fui cortando, fui cortando.

Foram três anos de trabalho para deixar a chácara em ordem. O gerente tentou interferir no seu trabalho, mas quando viu o capricho com que era realizado foi obrigado a admitir: *Com quem sabe não se meche! Pode fazê o que quisé.*

A opção por esta chácara e sua estabilidade nela é mais uma confirmação do vínculo de "seu" Jaime com a terra. Nesta chácara "seu" Jaime pode não só cultivar, mas fazê-lo com autonomia.

A gente tem que tê um pouco de liberdade também. Fica aí num terreno, numa chacinha e não podê plantá um pé de couve, de mandioca...

Ou seja, para "seu" Jaime, trabalhar na terra faz parte do ser caseiro. Chácaras que não

sejam produtivas, que sejam só para residência ou lazer não interessam a "seu" Jaime.

Prá mim aqui tá muito bom. Eu não tenho cachorro prá cuidá, eu não tenho gato prá cuidá, não tenho piscina prá cuidá. Não, não. Não senhora. Patrão fica pegando muito no pé da gente.

É interessante ressaltar que o cultivo de produtos na chácara é visto por "seu" Jaime como uma importante complementação de salário. Nas chácaras onde isto não é possível, *chega sábado, domingo é penteá cavalo, penteá cachorro, não, não. Tem que comê aquele jurinho, aquele salarinho que ganha. Se deu é aquele, se não deu é aquele!*

A liberdade que possui na chácara é um dos aspectos mais positivos do ser caseiro nesta chácara.

Eu moro neste sítio há quatorze anos, há quatorze ano que moro neste chão que é do Dr. Sabó. Morreu fais quinze dia. Que Deus o tenha em bom lugar. Nunca vi ele neste terreiro. Nunca me amolo num fio de cabelo. Desde que eu moro aqui. São gente fina, pra mim são gente boa. Nunca me aborreceram.

A relação com os patrões é portanto bastante contraditória. Ao mesmo tempo que afirma que o patrão tem que ser valorizado, o que esta nova geração não faz, "seu" Jaime tem em sua história de vida vários conflitos com eles.

A questão da autonomia - poder realizar seu trabalho sem a vigilância constante do patrão e exercitando seu saber construído no trabalho com a terra - é algo extremamente valorizado por "seu" Jaime. A possibilidade de poder estar vivenciando esta experiência foi fundamental para sua permanência prolongada nesta última chácara.

Esta sensação é reforçada pelo sentimento de que é ele o responsável pela propriedade. Como o próprio "seu" Jaime explica: *Era pra mim tomarem conta aqui. Aqui estou como guarda florestal... Caso entendessem de invadi aqui eu tenho que chama alguém prá me ajudar.*

É este aspecto do ser caseiro que vem incomodando cada vez mais "seu" Jaime. Garantir a propriedade pela qual é responsável está difícil com o aumento da violência, que no seu entender acontece em virtude das próprias mudanças.

Entrou muito turismo. Esses condomínios é muito ótimo porque dá serviço prá muita gente. Mais é onde os desordeiro está tudo socado ai nesses condomínio.

Essa dificuldade, aliada à morte do próprio proprietário reacenderam o projeto da terra própria: *Quero a terra. Quero vivê da terra e quero que ela acabe comigo também... Um lugar que me interessa, que eu tinha vontade de ir assim, passei lá e adorei é o Estado de Minas.. Mas minhas força já está pouca.*

Assim, um sonho um pouco mais viável vai se colocando no lugar: voltar para Pernambuco. Sonho, entretanto, não compartilhado por Dona Vangelina, que se recusa a deixar os filhos para trás.

E o nosso caseiro trabalhador agrícola vai se mantendo enquanto tal, resistindo a se tornar um empregado doméstico. E assim permanecerá enquanto este tipo de chácara continuar existindo na região.

SER CASEIRO: SER EMPREGADO DOMÉSTICO

Uma outra personagem encontrada, igualmente simpática e com uma história de vida igualmente rica foi V. Originária do interior do Mato-Grosso do Sul, seu perfil, entretanto, é completamente diverso daquele do "seu" Jaime. Neste caso não há mais a construção de uma visão da terra propriamente dita e serão enfatizados a visão do ser caseiro e perspectivas de futuro.

Uma característica interessante desta caseira é que sua trajetória está bastante marcada pela sua vida afetiva. Veio para Vinhedo há mais de seis anos, fugida do marido. Após ficar dois meses na casa de uma irmã, conseguiu um emprego em uma chácara através de um amigo. Entretanto, menos de um ano

depois decidiu voltar para o Mato Grosso do Sul, basicamente em função de ter terminado o relacionamento com o namorado. Lá permaneceu por mais seis meses cultivando na chácara da ex-sogra, quando decidiu voltar para Vinhedo novamente. Está há mais de cinco anos na chácara atual.

Assim, uma primeira diferença com relação a seu Jaime é que embora tenha um passado bastante ligado ao rural, esta caseira tem alternado o ser caseira com empregos em atividades tipicamente urbanas, como a venda de produtos de beleza e segurança em casas noturnas. Começou na roça aos onze anos, mas sempre trabalhando nos intervalos como empregada doméstica ou vendedora de produtos de beleza. E estes são os empregos mais valorizados por ela:

Eu trabalhava na roça. Nos intervalos assim eu trabalhava de doméstica eu trabalhava na casa dos professores, eu trabalhei na casa de um vice-prefeito.. Eu vendia produtos da Lemolache, da Avon, de bastante variedade de produtos eu vendia.

Mais do que o interesse em detalhar as atividades não agrícolas, mostrando que estas inclusive permitiram sua aproximação de pessoas influentes na cidade, a maior valorização destas em relação ao trabalho na roça pode ser claramente percebida no tom da voz quando se refere aos dois tipos de atividade. Este, normalmente desanimado, lacônico ao se referir ao trabalho na roça tornava-se muito mais vivo e preciso ao mencionar as demais atividades.

Um segundo aspecto que mostra um perfil diverso de V. é o fato de se empregar em chácaras não mais produtivas, mas sim voltadas apenas para moradia/lazer. Quando veio para Vinhedo, trabalhou dez meses em uma chácara como empregada doméstica. Trabalhava na chácara e tomava conta de duas crianças. O filho cuidava da parte externa da chácara. Voltou para o Mato-Grosso, ficou seis meses e tornou a vir para Vinhedo. Na chácara atual também não há produção agrícola e ela trabalha basicamente como empregada doméstica, embora agora com o filho já com vinte anos

e seu próprio emprego, ela seja obrigada a fazer a manutenção da parte externa.

Não é tão bom, porque eu continuo trabalhando na enxada, fazendo um serviço meio pesado.

O que é valorizado no ser caseiro é a possibilidade de conciliar emprego e moradia. Em suas palavras, o bom dessa chácara é que a gente vive sossegado. A gente não paga água, não paga luz, não paga aluguel. Isto facilita pra gente.

Esta é aliás a grande razão porque trabalha de caseira.

Aqui eu tenho a casa. Se eu pegar minha casa e eu vender e eu tiver jeito de sair eu deixo de trabalhar de caseira.

Quando indagada sobre a possibilidade de optar pelo emprego de segurança, quando o médico recomendou deixar um deles, V. foi bastante clara:

Não nunca. Porque neste aqui eu tenho a minha casa né, onde a gente mora. Então não. Lá era só apenas um bico. A gente fazia o que dava pra complementar o salário. Mas pra gente abandonar aqui e pega lá não.

Em outras palavras, mais do que uma possibilidade de manter o vínculo com a terra, para V. o ser caseira significa a possibilidade de ter um lugar para morar, principalmente devido à valorização imobiliária. Tanto é assim que as duas chácaras em que trabalhou não são produtivas.

Aqui tem que vive só tipo assim em chácara mesmo. Dois cômodos custam R\$350,00! Dois cômodos e um banheiro...

Uma última diferença, talvez a mais importante entre "seu" Jaime e V. diz respeito aos planos para o futuro. Como para V. ser caseiro e atividade agrícola não estão mais relacionados, o ser caseiro deixa de ser visto como algo definitivo. Ao contrário de "seu" Jaime, que luta para não abandonar as atividades agrícolas, V. gostaria de se dedicar ao comércio:

Eu tenho vontade de trabalhar com vendas. Eu sou mais assim pro lado por

exemplo que colocasse uma lojinha pra mim. Com a ajuda do meu filho e mais do meu marido... Uma lojinha de R\$ 1.99 pra gente começar devagarzinho. A gente nunca pode ir muito além.

A própria avaliação do que é ser caseiro é feita de forma diferente por V. se compararmos com seu Jaime. Enquanto para ele o fundamental era a manutenção do vínculo com a terra, para V. trata-se de garantir a moradia e ao mesmo tempo um trabalho que de qualquer forma é melhor do que o da empregada doméstica tradicional.

Eu prefiro este serviço do que empregada doméstica, afirma em seu depoimento. A razão é a maior exigência e controle dos patrões quando se trabalha como empregada doméstica.

Eu prefiro este serviço do que empregada doméstica. Empregada doméstica, é muita coisa. Não tem condição! Esse pessoal de São Paulo eles são muito exigente. As patroas! Mesmo tando de folga a gente não tinha sossego.

Fica reforçada a visão de que se trabalha mais sossegado nas chácaras, ou seja, com maior liberdade, embora a preocupação com a responsabilidade pela segurança.

Tem mais liberdade. Embora que a liberdade da gente aqui a gente tem liberdade mas ao mesmo tempo a gente tem a mesma obrigação porque a gente nunca pode sair todo mundo e deixar sozinha a chácara. Sempre a gente tem aquele dever né!

A questão da segurança aliás é uma das que unem estes dois caseiros com perfis tão diferentes. O aumento da violência é apontado por ambos como uma das maiores dificuldades.

É difícil a vida de trabalhar em chácara. Por que a gente tem aquela preocupação de sair e voltar né. Vê se está tudo em ordem né. A gente chega e tem que presta atenção nas coisas, vê como é que tá. Aquilo que a gente chega, quando vê um rastro de carro diferente, a gente sabe que veio alguém, já teve alguém diferente ai... Roubaram a casa estes tempos

atrás... dia vinte e quatro de abril. Desde quando eu tava morando aqui nunca tinha acontecido uma coisa dessa. Eu nunca na minha vida eu tinha entrado dentro de uma casa que tivesse sido assaltada. Ai pra mim foi um choque tão grande que eu não sabia o que fazia. Eu jamais imaginava que ia acontecer isto aqui.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se pensarmos especificamente nas relações dos caseiros com os demais integrantes que compõem o mundo rural hoje, podemos observar em primeiro lugar que eles possuem uma percepção bastante clara das mudanças ocorridas.

Destacam como aspecto positivo a geração de empregos e a melhoria no atendimento, principalmente nas áreas de saúde e educação. Por outro lado, a entrada destes novos personagens levou a um aumento da violência. A questão da segurança se coloca hoje como o grande problema para quem é responsável por zelar por uma propriedade.

Uma segunda observação relevante é que não existe qualquer organização articulando seus interesses específicos. Se existem Associações, ainda que embrionárias, tanto de produtores como dos atores voltados para o Turismo, os caseiros não participam de qualquer organização específica.

Mais que isto, seu grau de sociabilidade é relativamente baixo. Sua convivência geralmente se restringe a família e alguns poucos amigos. Vários deles sequer participam das Festas da região.

Um dos motivos que podem justificar esta realidade é o próprio paternalismo bastante presente na relação entre caseiros e seus patrões. De certa forma, esta relação é ainda mais pessoal do que a das próprias empregadas domésticas e suas patroas. A não separação entre local de trabalho e moradia que se constitui numa das características do ser caseiro reforça esta

tendência. O próprio salário frequentemente tem componentes não-monetários.

Um outro aspecto que poderia justificar o não associativismo entre os caseiros é a sua própria diversidade. Na verdade o que se percebe é uma gama tão grande de chácaras e caseiros, tornando difícil perceber o que os une. São sujeitos com diferentes visões do que é ser caseiro. Só para recordar, enquanto para alguns trata-se apenas de um emprego temporário, para outros é uma profissão definitiva. Enquanto para uns ser caseiro permite manter o vínculo com a terra e com o rural, dedicando-se apenas ao trabalho na chácara, outros têm projetos de futuro já voltados para o urbano. Para estes a pluriatividade adquire um significado de alternar o trabalho na chácara com uma diversidade de atividades não-agrícolas.

Esta diversidade inclui relações com os demais atores também diferenciadas. Alguns têm uma relação de assalariamento com os patrões de classe média-alta, geralmente de fora. Outros, entretanto, se relacionam de forma muito mais igualitária com os antigos proprietários das pequenas chácaras de vinhedenses que têm inclusive um estilo de vida bastante próximo ao seu. Casamentos entre famílias de caseiros e estes proprietários não são incomuns.

Resumindo, as relações paternalistas, associadas a uma grande diversidade de situações, dificultaria a possibilidade destes novos atores atuarem a partir de interesses coletivos.

Poder-se-ia mencionar ainda as dificuldades de ordem prática relacionadas ao próprio isolamento e de deixar as chácaras sozinhas por razões de segurança.

De qualquer forma, a reconstrução da ruralidade vivenciada em Vinhedo permite a existência de um grande contingente destes trabalhadores que de um lado insistem em manter uma ligação com o rural, e de outro se beneficiam da proximidade com o urbano.

Neste cenário de mudanças percebe-se uma grande capacidade de adaptação destes novos personagens. Garantiram moradia e a

possibilidade de conciliar - no caso das chácaras produtivas - a atividade agrícola com uma estabilidade de renda proporcionada pelo salário. Mais que isto, com relação a estes caseiros que ainda cultivam a terra, foi possível manter uma certa especialização, já que dedicam-se apenas a esta atividade.

No extremo oposto, aqueles que não mais desejam se manter na atividades agrícolas têm a oportunidade de complementar o emprego de caseiro com empregos não agrícola.

Assim, qualquer perspectiva de política pública visando estimular o desenvolvimento local, que tem que considerar uma crescente aproximação do urbano e do rural em Vinhedo, deve manter e estimular as possibilidades de atender a geração de empregos de maneira a atender estes vários perfis de caseiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo - Subsídios e Multifuncionalidade na Política Agrícola Européia, mimeo, 2000.
- _____ Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Relatório de Pesquisa IPEA, São Paulo, Rio de Janeiro, mimeo., 1999.
- BASALDI, Valentim Otávio - Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, UNICAMP, 2000.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. - O Novo Rural: Uma Análise Nacional Regional vol.1 EMBRAPA/UNICAMP, 2000.
- CARDOSO, Alessandra - Dicotomia Rural-Urbano, Economia Local e Pluriatividade (Em Busca de um Espaço para o Rural). Economia Ensaios, Uberlândia, 12(2) 13(1) 27-74 jul/dez 1998.
- CARNEIRO, M. J. et al - Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro
- CARNEIRO, M. José Teixeira - O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In SILVA, F, C. Teixeira da et alii (orgs.) Mundo Rural e Política, editora CAMPUS, Rio de Janeiro, 1999.
- _____ Ruralidade: novas identidades em construção, ESTUDOS Sociedade e Agricultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, número 11, out. 1998.
- _____ Do rural e do urbano : uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade II seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia, UNICAMP, out. 2001
- COSTA, Vanda Ribeiro - Origens do Corporativismo Brasileiro, in BOSCHI, Renato R. (org.) Corporativismo e Desigualdade: a Construção do Espaço Público no Brasil IUPERJ, Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1991.
- GÓMEZ, Sérgio - Novedades em la Agricultura Chilena, Nuevos Actores Sociales y Escenarios : Negociaciones y Confrontaciones. Santiago do Chile, 1997 mimeo.
- GRAZIANO DA SILVA, J. - Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro, II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia, UNICAMP, A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1996.
- _____ O Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.
- _____ El Desarrollo Local En Contextos de Globalización: una reflexión desde la experiencia brasileña. Revista Internacional de Sociologia (RIS) Tercera Época, Septiembre-Diciembre, 2000, 171-187.
- MOYANO ESTRADA, E. (coord.) - Las Organizaciones Profesionales Agrarias in la CEE, Ministério de Agricultura Pesca y Alimentación, Madrid, 1993.
- MOYANO ESTRADA, E. - Master en Direccion en Empresas Agrárias. Modulo: Organizaciones Profesionales Agrárias. Departamento de Economia y Sociologia Agrarias, Universidad de Córdoba, s.d

- _____ Ideologias y Estrategias de Accion Coletiva en el Sindicalismo Agrário, Separata de Revista Valenciana D'Estudis Autonomicos nº 14, Valencia, outubro 1992.
- _____ Sobre El Concepto de Capital Social e Su Utilidad Para el Analisis del los Procesos de Desarrollo. IESA, Córdoba, 2000 mimeo.
- NAVARRO, Zander - Desenvolvimento Rural Brasileiro: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro in ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001 83-100.
- PIRES, André - Relatório Científico FAPESP de Bolsa de Doutorado, IFCH - UNICAMP Campinas, Agosto de 2001.
- _____ Identidade e Agricultura Familiar: repensando as identidades frente às recentes transformações do espaço rural paulista através do estudo de caso no município de Vinhedo, estado de São Paulo. Projeto de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, 1999.
- _____ Relatório Científico de Bolsa de Doutorado, FAPESP, Agosto de 2001
- SARACENO, Elena - A experiência europeia de desenvolvimento rural e sua utilidade para o contexto latino americano Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 21 a 23 de novembro de 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio - Elementos Teóricos para Análise da Pluriatividade em Situações de Agricultura Familiar II Seminário sobre Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia/Unicamp, out. 2001.
- _____ A Agricultura Familiar em Uma Época de Transformações Sociais: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.
- SOUZA de, Marcelino - Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, 2000.
- TOLEDO, P. E. - Nascimento de Loteamento Rural: Problemas e Possibilidades, Preços Agrícolas, ano 14, nº168, outubro/novembro de 2000.
- VEIGA, José Eli - O Brasil Ainda não Encontrou seu Eixo de Desenvolvimento, Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- VEIGA, José Eli et al. - O Brasil Rural Precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Nead, Série Textos para Discussão, nº 1, agosto de 2001, www.nead.gov.br.
- WANDERLEY, M. Nazareth Baudel - O Lugar dos Rurais : O meio Rural no Brasil Moderno. XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1997.
- _____ A Valorização da Agricultura e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil. X Congresso Brasileiro de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000 a.
- _____ A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o "rural" como espaço singular e ator coletivo in Estudos Sociedade e Agricultura nº 15, outubro de 2000 b.
- WOOLCOCK, Michael - Social Capital and Economic Development: toward a theoretical synthesis and policy framework. Theory and Society nº 27 pp. 151-208, march 1998.

A MÍDIA E O DISCURSO SOBRE A PREGUIÇA*

THE MEDIA AND THE DISCOURSE ABOUT LAZINESS

Elisete ZANLORENZI**

RESUMO

Com interesse em colocar produtos exóticos e atraentes no mercado de bens simbólicos, a indústria do turismo e da festa apropriou-se de símbolos da cultura afro-descendente e tem divulgado a Bahia como um lugar de permanente festa, contribuindo para a construção do estereótipo da preguiça baiana. A mídia referendou e deu aval para que essa banalização simbólica pudesse se efetivar, legitimando a idéia de que a Bahia é um espaço do não-trabalho, da indolência e de um permanente estado de alegria. Isso sugere uma reflexão não apenas sobre os interesses subjacentes a esses discursos mediáticos como também em relação ao preparo de seus profissionais no tocante à dinâmica cultural das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: *preguiça, mediação simbólica, turismo, banalização simbólica, preguiça baiana, baiano.*

ABSTRACT

The tourism and party industry appropriated the symbols of African descendent culture with the purpose to put in the symbolic cultural market attractive and exotic products. It has propagated Bahia as a place of permanent party, contributing to the construction of a stereotype of "baiana" laziness. The media supported this stereotype so that a symbolic vulgarity could take place. The media legitimated the idea that Bahia is a place of non- – work, of laziness and of a permanent state of happiness. This suggests a reflection not only about the interests behind those media discourses but also about the lack of competence of their professionals in regard to the understanding of the cultural dynamics of contemporary societies.

Key words: *media, symbolic mediators, symbolic sterotype, "baiana" laziness, "baiano".*

(*) Este artigo foi desmembrado da tese de doutorado em Antropologia, defendida na Universidade de São Paulo, em 1998, sob o título "O Mito da Preguiça Baiana".

(**) Docente da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

OLHANDO PARA A BAHIA, DESCONFIANDO DAS IMAGENS

Refletir sobre o alcance da mídia, tanto na produção de um saber crítico, quanto em seu poder de criar dissimulações sobre o real remetem-nos a dois tipos de questões basilares: de um lado, os interesses - sempre ideológicos - subjacentes ao veículo de comunicação e, de outro, a preparação intelectual de seus profissionais. Em termos gerais, esses dois aspectos é que irão pontuar a postura ética do veículo, evidenciada no recorte e no teor das matérias apresentadas.

Temas aparentemente banais, como das matérias divulgadas em cadernos de Turismo, podem vir a se constituir em importantes espaços de manuseio e reprodução de imagens estereotipadas, que, quando emitidas por veículos com legitimidade e quantitativamente abrangentes – a exemplo dos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo - acabam por referendar e construir imagens preconceituosas sobre o real, que se disseminam no contexto social como se fossem verdades inquestionáveis..

A Antropologia nos ensina que a realidade é, em todos os sentidos, a classificação que se faz dela, podendo um mesmo fenômeno ou processo ser interpretado de diferentes formas por distintos sujeitos sociais. Assim, a força que têm certas afirmações de aderirem ao real, fazendo parte constituinte do mesmo, é proporcional ao poder dos sujeitos que elaboram e reproduzem tais representações (Bourdieu, 1989), como é o caso da atribuição de preguiça aos baianos, um discurso formulado cotidianamente na região sul-sudeste, que, por ser o polo economicamente mais desenvolvido do país, acaba por concentrar maior poder de definir e conferir sentido ao real.

Desta forma, ao nos depararmos com a afirmação de que baiano é preguiçoso, deveríamos formular, no mínimo, dois questionamentos: essa imagem corresponde à realidade? Como, por quem e por que esse discurso depreciativo tem sido reproduzido?

Levantamento empírico realizado em Salvador, junto a vários setores da economia, revelaram alguns dados que merecem ser objeto de reflexão. Primeiro, que a imagem da preguiça baiana não corresponde à dinâmica do mundo do trabalho e à inserção da força de trabalho nas relações do capitalismo industrial que se implantou em Salvador a partir dos anos 50. Segundo, que o calendário das festas, incluindo-se o carnaval, não interfere negativamente no ritmo do trabalho industrial. Terceiro, que os ciclos das festas, ao contrário do que apregoa o senso comum - sobretudo o carnaval e as festas juninas – longe de representarem um período de preguiça e indolência, aquecem o mercado de trabalho, particularmente o setor informal, constituindo-se em momentos em que os baianos mais trabalham.

Com bases nesses dados, uma questão bastante óbvia vem à tona: como se formou historicamente a imagem de que baiano não trabalha? Como é que a imagem da preguiça foi sendo colada à identidade baiana? Que processos históricos possibilitaram a construção dessa representação?

Investir esforços em direção ao desvendamento dessa temática requer uma incursão em vários campos teóricos, referidos, em sua maior parte, à questão racial, temática que se faz presente em vários processos, dentre os quais destacam-se: a intensificação da migração nordestina, incrementada a partir da construção da rodovia Rio-Bahia; a inserção da Bahia no processo de industrialização do sudeste, caracterizado por uma divisão inter-regional do trabalho; a nomeação utilizada pelas elites baianas em relação ao próprio baiano; o discurso de muitos artistas baianos, que usaram a fala da preguiça para criarem uma imagem exótica e diferenciada no mercado de bens simbólicos; a visão afro-descendente sobre o tempo e o significado do trabalho; os pronunciamentos que os meios de comunicação de massa emitiram - dos anos 50 em diante - tanto em relação à presença de nordestinos no sudeste quanto, de forma mais ampla, à cultura afro-descendente baiana. Este último aspecto é o que nos interessa

explicitar aqui, a partir de dados coletados em alguns veículos.¹

O REAL E REPRESENTAÇÃO SOBRE O REAL

A imagem da preguiça baiana remete a dois campos de significação: o *espaço depreciativo*, pejorativo, que ao nomear o baiano como preguiçoso, indolente e vadio desqualifica-o e associa-o a uma condição de inferioridade; e o *espaço do elogio*, diretamente relacionado à idéia de baianidade (Pinho, 1996) que, no plano simbólico, distingue o baiano, enquanto ser ontológico, de todas as outras identidades brasileiras. Nesta acepção, a condição de “ser baiano” estaria associada a algumas qualidades exclusivas, dentre as quais se coloca a preguiça, descrita como um jeito peculiar de elaborar a vida cotidiana. Como afirmou Gilberto Gil “a preguiça é uma especiaria que a Bahia serve em bandeja para todo o Brasil”².

Uma incursão na história é capaz de desvendar facetas importantes dessas duas imagens.

Após ter sido a capital da colônia, Salvador permaneceu com uma vida econômica, social, política e cultural mais ou menos isolada, até os anos 40 do século XX. Assim, enquanto a Bahia estava em seu lugar, ou seja, não havia migração baiana em grande escala para as regiões sudeste e sul e, por outro lado, Salvador ainda não havia sido incorporada à dinâmica do capitalismo industrial, essas imagens sobre a preguiça não haviam sido formuladas, conforme pudemos verificar através de artigos e crônicas dos jornais pesquisados. Foi no movimento de inserção da Bahia na divisão inter-regional do trabalho - tanto em termos econômicos, quanto em termos do mercado de bens simbólicos - que

os baianos gradativamente “adquiriram” a fama de serem preguiçosos. Nesse percurso - momento em que a Bahia começou a se projetar também pela via artístico-cultural (através do movimento tropicalista de 1967) e turística - é que a adjetivação da preguiça foi sendo colada à identidade baiana, legitimando-se no senso comum das regiões sul-sudeste - espaço de hegemonia econômica e para onde se dirigiu o fluxo migratório nordestino - uma representação de que os baianos fazem “corpo mole”, são folgados, indolentes, não gostam de trabalhar e vivem em festa o ano todo. Seria interessante investigar como se processa a imagem da Bahia em outras regiões brasileiras.

Ao analisar distintos mecanismos sociais que produzem estigmatização e segregação de sujeitos e grupos étnicos, raciais e religiosos, Goffman (1975) afirma que esse processo se efetiva por meio da nomeação, que cumpre a tarefa de fazer distinções entre os que são considerados desejáveis daqueles que se pretende controlar ou excluir. Como sustenta Bourdieu (1979: 149-150), mais do que instrumentos de conhecimento, as classificações são instrumentos de poder, orientadas por interesses de grupos que disputam espaços dentro de um campo específico de “luta” social. Assim, o teor da nomeação projeta-se a partir de interesses subjacentes a um determinado campo de ação, classificando e instituindo valores sociais numa ordenação hierárquica entre sujeitos que interagem em um mesmo contexto histórico. Nesse sentido, a partir da intensificação do processo migratório do Nordeste ao Sudeste, a atribuição de preguiça a baianos foi um instrumento poderoso de depreciação e exclusão desses sujeitos, como forma de baratear a mão-de-obra migrante e inseri-la em setores que os estrangeiros não estavam dispostos a ocupar, a exemplo da construção civil. Em São

⁽¹⁾ Foram pesquisados o Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo (e Correio da Manhã), no período de 1950 a 1980, com intuito de verificar de que forma a Bahia e os baianos foram sendo retratados pela mídia em três momentos: a intensificação do processo migratório de nordestinos para o sudeste (onde são genericamente denominados por “baianos”), o processo de industrialização baiana, iniciada a partir da década de 50, a inserção da Bahia na indústria do turismo, sob a tutela de Antônio Carlos Magalhães, particularmente a partir de 1968, quando se cria a Bahiatursa e quando se iniciam reformas faraônicas no espaço urbano de Salvador visando sua modernização.

⁽²⁾ Pronunciamento de Gilberto Gil durante o Show “Unplugged”, apresentado em Campinas, SP, em agosto de 1996.

Paulo, o termo “baiano” acabou por estender-se, em certa medida, a todos os nordestinos, às vezes chamados também por “nortistas”.

Bourdieu (1989, 1996) sugere que a produção de idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada à lógica da conquista do poder e que para compreender o real é preciso apreender, ao mesmo tempo, *o que é instituído* - resultante da luta para fazer existir ou inexistir o que existe em um determinado espaço de tempo - e *as representações*, ou seja, “enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam” e cuja eficácia é proporcional à autoridade daquele que enuncia (Bourdieu, 1996:111-112). Assim, no campo político, a palavra da autoridade tem o poder de agir sobre o mundo social e, de fato, instituí-lo.

Seguindo por essa trilha, podemos afirmar que o pronunciamento de sujeitos sociais que ocupam espaços reais e simbólicos de prestígio - a exemplo da grande mídia - também têm o poder de exercer grande influência na formulação das representações coletivas. É essa a arquitetura da fala dos chamados mediadores simbólicos, ou seja, artistas e intelectuais que, por meio da literatura, da música, dos meios de comunicação de massa e da própria ciência, foram construindo, dando forma e legitimando as imagens da Bahia como o “locus” do não trabalho, em pronunciamentos que podem se apresentar de forma bastante velada.

Por mais que distintos segmentos baianos falem da preguiça enquanto comportamento manifesto³, são os intelectuais e artistas que aparecem como um dos mais importantes artífices construtores desse imaginário coletivo mais amplo, que associa a Bahia ao “dolce farniente”. Representando apenas parte de um todo - uma vez que o real é marcado por uma pluralidade de visões de mundo e de condições reais de existência - esses sujeitos desempenham papéis sociais que os autorizam a emitir e disseminar publicamente opiniões sobre o todo social. Suas falas têm o poder de reinventar o real - que só é “tangível” a partir da simbolização

- já que, ao interpretar a realidade, reconstruemo-la, criam sobre ela impressões que são interiorizadas e legitimadas, seja pelos sujeitos que compõem o cenário dessa realidade, seja por sujeitos externos a ele.

Nos mais distintos campos - na política, na literatura, na ciência, na música, na indústria do turismo, na mídia - esses os sujeitos falam publicamente por nós, a um tempo em que falam para nós, já que delinham representações de mundo que se colam à realidade enunciada e se tornam verdadeiras, porque ditas por atores autorizados a falar (Chauí, 1981) e a criar categorias importantes na visão de mundo do senso comum.

DISSEMINANDO FALSAS IMAGENS

Para o caso da mídia, vale lembrar que as imagens do baiano preguiçoso começaram a ser tecidas em um contexto histórico no qual o rádio, a revista e o jornal eram os principais meios de comunicação de massa brasileiros (Ortiz, 1988), já que a televisão, inaugurada em 1950, passou a ter um alcance mais abrangente apenas na segunda metade dos anos 60. Por essa razão o jornal foi tomado como exemplo de um importante veículo em termos da disseminação de idéias. Como afirma Serva (1989:121), “a ação jornalística explica o real e o torna conhecido, criando, assim, a referência interior para o receptor e dando a ele o conhecimento necessário para que os fatos passem a ter sentido”.

Na chamada grande imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro (especialmente “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”) a região nordeste - assim como o norte e o centro-oeste - praticamente não existe até os anos 50, quando o capitalismo começou a incorporá-la à divisão regional do trabalho. Nessa década, as primeiras páginas dos jornais eram dedicadas exclusivamente a notícias internacionais, num momento em que

⁽³⁾ Nos originais da tese analiso o discurso político sobre a construção simbólica da Bahia, o discurso da mídia sobre o processo migratório nordestino e o discursos de artistas baianos sobre a preguiça baiana.

a Guerra Fria expandia os tentáculos do capitalismo americano. O “Jornal do Brasil”, alocado na então Capital Federal, foi o primeiro a noticiar o Brasil na primeira página, a partir de 1958, em manchetes destacando questões políticas e, eventualmente, noticiando queda de aviões, acidentes não tão raros para uma época em que a aviação comercial começava a se desenvolver no mundo todo. No entanto, mesmo em questões nacionais, o Brasil parece ser um país que só existe de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. As únicas notícias que aparecem com maior frequência são relacionadas à migração nordestina, mesmo assim, apenas nos períodos das grandes secas.

A imprensa paulista também “descobre” o nordeste através da seca e de sua conseqüência mais importante: a migração de nordestinos. Compactuando com o discurso das elites, os migrantes vão sendo retratados pela mídia como os responsáveis pela desordem urbana e pelo caos social. A eles atribui-se um conjunto de negatividades - pobres, famintos, analfabetos, despreparados para o trabalho - que, em nível simbólico, acabam por justificar sua própria exclusão. Isso exige o aparelho de estado da responsabilidade sobre o processo migratório, que tem como causa principal a concentração de riqueza e a falta de investimento social. É o migrante que acaba sendo culpabilizado pela migração.

Em meados dos anos 50, um outro discurso foi sendo lentamente delineado pelos veículos de comunicação: a definição gradual da Bahia como local turístico, exótico, místico, misterioso, calmo, um lugar do não-trabalho. Por meio de ações promovidas pelo aparelho de estado, a Bahia (particularmente Salvador) começa a transverter-se para oferecer ao forasteiro a cultura dos sujeitos que ela própria excluiu, ou seja, os afro-descendentes.

A oficialização do turismo baiano teve início em 4 de dezembro de 1951, graças a uma lei que criava o novo Código Tributário e de Rendas do Município da Cidade de Salvador. No título XIII esse código instituiu uma taxa de turismo sobre as passagens vendidas, diárias em hotéis, concessionárias e arrendatários de veículos marítimos, aéreos e terrestres. Criados em

setembro de 1953, o Conselho de Turismo da Cidade de Salvador e o Diretório Municipal de Turismo lançam, no ano seguinte, um Plano Diretor de Turismo para orientar uma atividade que, em 1959, transformou-se em um dos setores programáticos do “Plano de Desenvolvimento da Bahia”. A Bahiathursa foi fundada menos de uma década depois, em 29 de agosto de 1968, com a finalidade, dentre outras, de promover o aumento do fluxo turístico para o estado; divulgá-lo nacional e internacionalmente, através da realização de eventos e edição de materiais promocionais; melhorar a qualidade dos serviços turísticos; promover a valorização do patrimônio natural e cultural.

Os empreendimentos da Bahiathursa, que transformaram Salvador em um dos principais pólos turísticos brasileiros, alcançaram formas inusitadas e inovadoras, conforme demonstra o Relatório 1979-1983 da Bahiathursa:

“A ousada criatividade levou a Bahia a ser cenário e citação constante da telenovela “Água Viva”... cujos resultados logo se fizeram sentir, com o significativo aumento do fluxo turístico na temporada seguinte... O apoio da Bahia em produções de telenovelas brasileiras, dentre as quais o seriado “O Bem Amado” inaugurou uma nova etapa no setor de promoção turística do Brasil” (Bahiathursa, 1983).

Assim, a Bahia legitima-se no cenário brasileiro por via de um discurso oficial do aparelho de estado, promovendo um crescimento de 32,9% do Turismo nos anos 80, com um incremento também em nível internacional, cujos vôos aumentaram em 333% naquela década (Revista “ Isto É”, 24, julho, 1996). Além da permanente campanha de divulgação nos meios de comunicação e nas agências de turismo, nacionais e internacionais, a Bahia adotou várias providências para se consolidar no mercado, criando e apoiando muitos eventos festivos, culturais e esportivos na cidade. Entre 1979-1983 promoveu ou apoiou mais de 100 eventos: “a noite do samba”, “ceia baiana”, “samba de roda”, “o sol se põe no farol”, “o dia da baiana”, “regata de saveiros”, “musicamp”, “feiras de artesanato”, “festivais de música”, “exposições

de artistas”, etc. Organizou o ciclo de festas e o carnaval, que passou a ter cinco dias de folia, “tudo isso com o propósito de dar um sentido único e real às manifestações populares... Tudo é muito natural e espontâneo, mas realizado com profissionalismo e fé, como mandam a economia e os orixás. O povo dessa terra, o verdadeiro dono dessa festa, continua com suas portas abertas, orgulhoso de sua nova casa” (Revista “ Isto É”, op.cit.).

A Bahiatura, com o imprescindível apoio da mídia, foi uma das principais responsáveis pela inserção e disseminação da imagem da cultura afro-descendente baiana no mercado de bens simbólicos, tendo como uma das pilastras a reafirmação da imagem da preguiça. É a partir da ação conjunta entre governo de Estado e a mídia que a tradição afro-descendente vai sendo retratada como folclórica, exótica, sensual, mística, pronta para o consumo e produzida por um povo que sofre muito, mas que é feliz. Para avaliar a eficácia dessa atuação é interessante observar que um dos veículos de comunicação da Bahiatura, a revista “Viver Bahia”, lançada em novembro de 1973, logo no primeiro número, estampou na capa uma foto de mãe-de-santo e em nas contracapas a seguinte propaganda:

“Estamos distribuindo dinheiro para você visitar a Bahia...sua viagem, estadia e gastos financeiros em até 24 meses. Procure o Baneb ou consulte seu agente de viagem”.
“Viver, sem pressa, com força. Viver sem pressa. Negra Bahia, sensual”.

“Viver Bahia”, é apenas um retrato do modelo desse desenvolvimento turístico baiano, que vai disseminando, particularmente através da grande mídia, imagens estereotipadas da cultura afro-descendente, tomando o candomblé, a música e as festas tradicionais - que passam a ser tratadas como “festas populares” - como traço distintivo dessa Bahia exótica e misteriosa. “Sem cansaço, sem ressaca, o povo segue os santos até o carnaval” (“Viver Bahia” (28), 1976); “... as pessoas têm um jeito especial de

viver, como se o verão durasse o ano todo” (“Viver Bahia”, (27), 1976); “As festas populares em Salvador: o baiano quando não está em festa, está ensaiando” (“Turismo e Lazer” (75), 1992), título de matéria. “Bahia, terra da felicidade: ritmo calmo, descontraído, terra cheia de encantos e mistérios, povo alegre e hospitaleiro”... “cultura formada por brancos, negros e mulatos” (Bahiatura, 1983)

A propaganda turística em torno da imagem da Bahia pode ser considerada como um discurso basilar na construção da imagem da preguiça e da festa, ao aderir sobre a cidade uma aura paradisíaca, com desdobramentos que acabam forçando a prefeitura local a lançar, em 1997, uma insistente campanha contra o assédio sexual de crianças na cidade, que passou a ser vendida para o turista estrangeiro como um local privilegiado ao encontro com a sensualidade, a folia e o prazer.

Apesar do maior fluxo turístico à capital baiana ser oriundo de São Paulo⁴, é o “Jornal do Brasil” que tem maior periodicidade de referências e que publica o maior número de grandes matérias sobre a Bahia, notadamente sobre Salvador. Talvez isso possa ser explicado em função desse jornal ter instalado uma sucursal baiana já em 1969.

No período pesquisado - 1950 a 1985 - os cadernos de turismo de ambos os jornais repetem o mesmo padrão, divulgando uma representação de Salvador como cidade que, além de muitas belezas naturais e arquitetônicas, vive sempre em festa, sob a mais perfeita democracia racial e social, povoada por gente tranqüila, calma e onde não dá vontade de trabalhar. Esse discurso é uma constante.

Ao observar o tratamento dado pelos jornais a outras capitais do nordeste, muitas diferenças saltam aos olhos: Recife e Olinda são sempre associadas a um povo sério e trabalhador, local de muita importância histórica; São Luís destaca-se por sua arquitetura e seu povo “pitoresco”; Natal, João Pessoa e Fortaleza chamam a atenção pelas belezas de sua praias.

⁽⁴⁾ Um dos levantamentos realizados pela Bahiatura foi divulgado em 20/02/1973 no “Jornal do Brasil”, informando que 22,6% dos turistas que visitaram a Bahia naquele ano eram paulistas.

Todos são lembrados pela culinária, folclore, arquitetura, fortalezas e pelo artesanato. Mas Salvador é marcadamente distinta: a capital nordestina quantitativamente mais divulgada nos cadernos de turismo tem como destaque a cultura afro-descendente.

Em meados dos anos 50, “O Estado de São Paulo” começou a difundir o turismo nacional, tanto por meio de propagandas de agências quanto através de matérias que persuadiam o virtual visitante a conhecer a terra onde surgiu o Brasil e onde se instalou a Hidroelétrica da Paulo Afonso. Divulga-se uma Salvador histórica, lendária e mística, suas praias, seu artesanato, a arquitetura, o exotismo da cozinha afro-brasileira, a “cultura pitoresca”, os candomblés, o sincretismo religioso, os vendedores ambulantes, a baiana de acarajé, os vendedores de rolete de cana e de água de coco, que fazem uma cidade folclórica, apesar das desigualdades expressas na existência de “um número grande de pedintes que são fruto da improdutividade da lavoura, da indústria e do comércio baiano, o que dá ao povo baiano poucas oportunidades para o desenvolvimento de atividades úteis e regulares”. (“O Estado de São Paulo”, 19/dez/1955). No entanto, mesmo as precárias condições de existência são retratadas como se fizessem parte do próprio folclore, a exemplo dos inúmeros vendedores ambulantes que operam no mercado informal de trabalho. Sob essa ótica, referindo-se à visão do turista sobre Salvador, Faria afirma que:

“...essa pobreza sempre se lhe apresenta em trajes pitorescos, folclóricos, misteriosos até. Nem mesmo as visitas eventuais aos bairros pobres... em busca de um candomblé mais puro ou de uma roda de samba espontânea e menos comercial dão ao visitante o sentido trágico da pobreza urbana de Salvador...Persiste, sempre, a impressão que se está diante de uma pobreza fácil e gostosa, pouco ressentida, pícara senão desdenhosa do bem-estar moderno” (Faria, 1980: 23).

As matérias publicadas nesse período ainda dão pouco destaque ao calendário de festas, enquanto o exotismo do candomblé e da macumba (sic) são permanentemente destacados: “A Bahia pitoresca: Candomblés de Salvador. O candomblé é o primeiro ponto que o turistas querem ver quando chegam a Salvador” (“Jornal do Brasil”, 4/dez/1955). De ponta a ponta, e até os dias atuais, as matérias jornalísticas, via de regra, apontam para um absoluto despreparo e desconhecimento das tradições africanas no Brasil, havendo um embaralhamento de termos como “candomblé”, “macumba”, “umbanda”, “magia”, “religião”, “cultura”, “raça”, etc.

Nos anos 60 que a divulgação do turismo baiano tomou um rumo definitivo, especialmente após 1968, quando tiveram início altos investimentos no espaço urbano, tendo como uma das finalidades higienizar a cidade para viabilizar sua exploração turística. O “Suplemento Turismo” de “O Estado de São Paulo” passou a dedicar a Salvador extensas e periódicas matérias, com roteiros de viagens que incluíam passeios assaz exóticos, anunciados pelas agências de turismo: “Carnaval: Sete dias na Bahia... excursão especial a Mataripe, onde os turistas serão recebidos por técnicos da Petrobrás” (“O Estado de São Paulo”, 15/fev/1963).

Salvador vai sendo “descoberta” como um ancoradouro de mistérios a capital do turismo no Brasil que possibilita uma orgia de pratos deliciosos e exóticos, (“O Estado de São Paulo”, 3/fev/1974), “...tão rica e tão pobre, tão religiosa e tão mística, tão velha e tão nova, Salvador desconcerta o visitante. Os contrastes são marcantes na cidade alta e na cidade baixa... os prédios seculares misturam-se com os modernos... carros luxuosos correm pelas ruas, enquanto as crianças carentes cercam os turistas em busca de trocados.” (“O Estado de São Paulo”, 14/jul/1967)

O “Jornal do Brasil” deu início à divulgação do turismo baiano em meados dos anos 60, mas foi a partir de 1969⁵, com a implantação de sua

⁽⁵⁾ Observe-se que, o então prefeito Antonio Carlos Magalhães utilizou-se fartamente do “Jornal do Brasil” para divulgar as suas grandes obras, a exemplo do suplemento de 27 páginas, publicado em 3/jan/1969 e de vários outros que o sucederam, quase sempre disfarçadamente oficiais, mas visivelmente como matérias pagas.

sucursal baiana, que Salvador passou a ser a maior fornecedora de notícias para as páginas do “Caderno de Automóveis e Turismo” (“Jornal do Brasil”, 14/fev/1971).

Utilizando a imprensa escrita como exemplo do que ocorria nos meios de comunicação de massa - jornais, revista, emissoras de televisão, rádio - pode-se contemplar como Salvador foi sendo associada a uma representação de festa, misticismo, magia, espaço do não-trabalho, onde as pessoas vivem em um permanente estado de alegria e despojamento, proporcionado pela sua condição mestiça, de origem africana, ou seja, de uma alegria que está na raça, como se cultura fosse determinada pelas características biológicas. Alguns trechos de noticiários são muito elucidativos (os grifos são nossos):

“É lá que nasceu a alegria, que está no ar, no sol, na luz intensamente clara do dia, no sangue do baiano nas cores das casas, que dão à cidade o aspecto de um lugar permanentemente decorado para o carnaval. E foi lá que nasceu a clássica expressão “calma no Brasil”. É com calma que o baiano vive, com calma que sai na pesca em saveiros ou no xaréu, que suporta o elevado custo de vida, que espera por uma ajudazinha do Senhor do Bonfim... A gente, suas roupas e suas casas formam a unidade ideal para as festas... é quase que como se o santo viesse rir e cantar com os que festejam... A festa não acontece em nada exterior, ela está por dentro das pessoas... O que há a fazer é sentar numa das barraquinhas... e deixar levar pela conversa do baiano..” (“Jornal do Brasil”, 4/mar/1967).

“A Bahia é para ser vista sem pressa... As festas populares que começam no fim do ano e só terminam no carnaval, constituem um feitiço. A terra tem calor humano. As proibições são quase sempre desrespeitadas, porque o ‘dá-se um jeito’ é uma constante... E é durante três meses que a Bahia é mais Bahia, reino das festas populares, dominado pelo sincretismo religioso e pelas superstições, reino dos sons, ritmos, movimentos... Quando você

salta do avião, um ar gostoso e morno o envolve. Aos poucos você vai percebendo que esse ar morno é a própria Bahia. São as pessoas calmas, que dirigem calmo, que andam calmo, que falam calmo; é o quente das batidas, do tira-gosto, da lambreta, do marisco, do dendê e do amendoim... ruas que sobem e descem ... a gente crioula que fala gostoso, os vendedores ambulantes... as frutas vendidas em rodela... um tropicalismo total. Na Bahia o que a gente menos tem é vontade de trabalhar.” (“Jornal do Brasil”, 3/jan/1969).

“Na sua formação a cidade sofreu influências muito marcantes...o mar: principalmente à tardinha, o mar projeta uma brisa salgada na cidade, que, segundo a voz popular, tem cheiro de mulher e convite ao descanso.” (“Jornal do Brasil”, 10/fev/1970).

“Festas: a alegria o ano inteiro, é o povo como ele quer” (“Jornal do Brasil”, 8/fev/1973).

“Nada é organizado, o carnaval brota espontâneo” (“Jornal do Brasil”, 2/mar/1973).

“Bahia: as festas fora de temporada. A Bahia não deve ser visitada apenas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro... A Bahiatursa promove festas durante todo o ano... principalmente de agosto a novembro. Podem-se ver vários trios, blocos...” (“Jornal do Brasil”, 4/jul/1973)

“No calendário de festas populares quase não há interrupção durante três meses... E diariamente o turista freqüentará bairros diferentes e conhecerá as características de cada uma das festas.” (Jornal do Brasil, 11/mar/1975)

“Salvador: para além da paisagem turística. Um dos encantos que os outros centros urbanos percebem em Salvador é que não há o ar preocupado e sofrido, o gesto brusco, passo apressado e desatento dos povos dominados pela filosofia do

*viver para trabalhar... Os que visitam a cidade observam o caráter cordial e cooperativo de sua gente.. alguns dizem que é pelo fato do povo ser provinciano e exagerar na hospitalidade.. **O povo de Salvador é alegre e dança o ano inteiro.***” (Jornal do Brasil, 29/mar/1977)

“A Bahia é uma festa o ano todo, mas com muitas comemorações a partir de dezembro” (“Jornal do Brasil”, 24/nov/1978)

*“Imagine um cenário de festa popular, um imenso salão atravessando ruas, avenidas, becos, ladeiras. Dentro dele, centenas de milhares de pessoas, que pulam loucamente atrás de um trio elétrico. Gente de todas as categorias sociais, raças, ideologias, políticas e comportamento sexual, molhadas de chuva, suor e cerveja, enfim, um grande baile democrático, sem normas, regulamentos ou horários de desfiles, que limitam a folia, e tendo uma única palavra de ordem que deve ser seguida por todos: participação... **Aí está a receita do carnaval baiano, que este ano ainda ficou melhor. Por decreto governamental já assinado, a festa terá oficialmente cinco dias...***” (Jornal do Brasil”, 18/fev/1981)

“Na Bahia o verão começa mais cedo. O verão começa em setembro - outubro, quando o sol volta a brilhar, as praias se enchem de gente e as noites começam a ficar mais agitadas, prenunciando a euforia que toma conta dos baianos e turistas durante o extenso calendário de festas populares, que começa com a Santa Bárbara e se encerra com o carnaval.” (“Jornal do Brasil”, 25/fev/1981)

“Carnaval baiano só acaba com os sinos chamando para a missa... e só quando o sol já ia alto e os sinos das igrejas do centro histórico começaram a bater chamando os fiéis para a missa de quarta feira de cinzas, os trios elétricos se acalmam..” (“Jornal do Brasil”, 21/fev/1985)

Nos anos 60 e, sobretudo, 70, as matérias referem-se comumente à precariedade dos

serviços urbanos e turísticos da cidade, alertando o turista para as dificuldades que podem ser encontradas: faltam bons restaurantes, os serviços de taxi são considerados péssimos, os hotéis deixam a desejar, falta água, há muita improvisação. Mesmo assim, é o lugar mais visitado pelo turista brasileiro, conforme os jornais, por ser místico, exótico e cheio de folclore:

“Entre no ritmo da Bahia e deixe-se levar pelo feitiço da velha Salvador” (“O Estado de São Paulo”, 6/jan/1978).

*“A famosa cidade antiga, com suas infindáveis igrejas barrocas, casarões coloniais, becos e ladeiras e essa imagem largamente difundida de que **essa terra vive permanentemente mergulhada num certo clima que oscila entre o místico e o festivo**”* (“O Estado de São Paulo”, 8/dez/1978).

“... Praias, museus, igrejas, fortes, artesanatos, culinária, muito folclore e até montanhas, é isso que o turista poderá encontrar em suas férias na Bahia, além, é claro, do tradicional calendário de festas populares, que começa em dezembro e vai até o carnaval. Este ano haverá uma atração especial: uma grande festa de abertura do verão baiano. A festa, em Salvador, foi encomendada pelo próprio governador, Antônio Carlos Magalhães, que quer transformar a noite do samba, uma festa tradicional...no dia 12/12... em um acontecimento de repercussão nacional”. (“O Estado de São Paulo”, 30/nov/1979).

O DISCURSO E SEUS REFLEXOS SOBRE OS SUJEITOS

O que a alteridade pode conceber de uma sociedade que é insistentemente pintada com essa aura de preguiça, magia, sensualidade, exotismo cultural e racial? O que o olhar externo pode enxergar de um local do qual se divulga que a festa é permanente, que o povo dança, canta e cultua seus estranhos deuses durante três meses ininterruptamente no meio

da rua? Que representações vão sendo legitimadas sobre a Bahia, mesmo sendo Salvador uma das capitais industriais mais importantes do país? Enfim, sob tantas imagens estereotipadas, com que adjetivo o senso comum vai nomear os baianos? Considerando que, dentre os meios de comunicação de massa, os jornais espelham apenas uma das várias possibilidades de pronunciamentos sobre a cidade de Salvador e sobre a sociedade baiana, é possível dimensionar a extensão desse discurso que gradativamente transforma a cidade na materialização da festa, retrato do não-trabalho, enfim, da preguiça.

No processo de construção da imagem da preguiça baiana, abordado de forma mais ampla em outro trabalho (Zanlorenzi, 1998), a mídia e a indústria do turismo contribuíram de forma decisiva, constituindo-se num exemplo típico do processo de *reflexividade*, apontado por Giddens (1991) como sendo uma das mais importantes características da modernidade.

A atribuição de um caráter exótico à cultura afro-descendente baiana é parte fundamental do repertório da “baianidade”, no qual se agrega à idéia de uma cidade onde predomina a democracia racial, a festa, o prazer, a falta de ambição, onde, enfim, o pobre sofre mas é feliz (Brandão, 1993). Desta forma, apesar da exclusão econômica e social de grande parte da população afro-descendente baiana (Agier, 1995; Azevedo e Menezes, 1996; Azevedo, 1992; Bairos, 1982, 1988, 1995; Barreto, 1992, 1993; Barreto e Castro, 1993) sua cultura serve de matriz a uma poderosa indústria de turismo e lazer, dentro da qual os próprios negros pouco se beneficiam dos lucros auferidos pelo grande capital. Alguns - a exemplo da Timbalada e do Olodum - conseguem ser promovidos a estrelas de muitas grandezas, mas a maioria continua anonimamente na informalidade, no biscate, no emprego temporário, servindo - como têm feito há quase 500 anos - aos mesmos e a novos sujeitos históricos. São eles - homens, mulheres e crianças - que consertam as ruas, limpam a cidade, preparam a comida, organizam a festa, montam os equipamentos, transportam as pessoas, carregam o que é pesado, lavam a roupa e os pratos.

No entanto no mercado de bens simbólicos, a imagem do negro baiano descola dessa realidade, adquire uma órbita própria e passa a levitar, conduzida por um conjunto de interesses políticos e econômicos, do qual ele, sujeito real, parece não ter mais controle, e que, no entanto, como um espectro, esbarra sempre na construção de sua própria identidade, não em sua virtualidade, mas na trama de relações que compõem o seu cotidiano.

Pereira (1970:97-98) levanta uma questão capaz de condensar substancialmente a problemática da cultura afro-baiana na atualidade, ao afirmar que:

“...ao se folclorizar a cultura, folclorizam-se com ela o indivíduo e o grupo racial ... a folclorização é parte de um mecanismo histórico de produção do homem-espetáculo, do ser exótico e leviano, e, como tal, incorporado à dimensão não-séria - histriônica e mágica - da vida nacional. Opondo-se ao país operoso, racional, capitalista, esta cultura é expressão e suporte do que há de amalandrado, mágico, inconseqüente e preguiçoso da vida nacional. ...A partir desse painel folclorizado, fonte de estereótipos negativos, é que se constrói a representação do que é negro no Brasil.... Contidos pelo preconceito e pela discriminação, os negros ‘fabricaram’ como que um mundo institucional paralelo ao dos brancos, onde puderam, como negros e como pobres, encontrar em contextos urbanos as condições mínimas para desenvolver sua sociabilidade e, livremente, exercitar suas práticas e cultivar os seus valores culturais. ... Para os negros tais instituições e os elementos culturais a elas identificados (música, ritmo, instrumentais, expressões corporais, rituais, mito, simbologia) têm um significado muito sério. Para a sociedade brasileira, que incorpora ortodoxamente uma visão de fora, tudo isso é rotulado como divertido, manifestações exóticas do ‘ser’ brasileiro, material apropriado para ser explorado pelas indústrias do lazer, onde se destacam

os mecanismos de comunicação de massa.....” (Pereira, 1986: 97-98).

Assim, a comercialização da cultura afro-descendente não pressupõe a disseminação de símbolos étnicos. Ao contrário, a apropriação que a indústria do turismo e do lazer têm feito dessas tradições obedece a uma lógica que permite às elites deixarem “entrar nos blocos a música do negão, mas sem o negão. O negão consegue colocar sua músicas na mídia, consegue fazer as elites cantarem, mas não percebe uma modificação substancial na configuração do carnaval enquanto divisão de espaços (Moura, 1996: 93), já que a inserção de símbolos étnicos no mercado de bens simbólicos tem como requisito um processo de embranquecimento das tradições, ou seja, uma dissociação do signo em relação a seu contexto social e racial de origem.

Por isso a investida de alguns blocos em direção a uma sintaxe que consiga manter os símbolos da negritude estruturalmente colados à significação afro-descendente, de tal forma que a promoção semântica de seus conteúdos se faça acompanhar por uma real participação do sujeito negro no conjunto mais amplo das relações sociais. Dessa forma seria possível à chamada “cultura negra” deixar de ser vista como mais uma mercadoria da qual o capitalismo se apropria e descarta quando esgota o interesse de seu público consumidor. As ações dos movimentos que tentam preservar os símbolos étnicos - como é o trabalho que tem sido realizado por vários blocos baianos, a exemplo do Ilê-Aiyê, do Olodum e da Timbalada - toma a via da contramão em relação aos pronunciamentos da mídia.

CONHECIMENTO TÉCNICO E ÉTICA PROFISSIONAL

Uma redefinição do discurso dos mediadores simbólicos dos meios de comunicação e da indústria cultural poderia trazer inestimáveis contribuições à formulação das culturas locais e, mais amplamente, da cultura nacional, uma questão de singular importância frente ao fenômeno da reflexividade.

Se tanto a mídia quanto a indústria do turismo podem ser tomadas como exemplos do exercício da banalização simbólica, com consequências dramáticas no acirramento de posturas esteretipadas, preconceituosas e racistas, deveríamos nos lembrar que seus profissionais são formados em universidades e, em tese, estão preparados para atuar no mercado de trabalho.

Assim, temos que nos perguntar que formação é essa que não aprofunda em discussões sobre a dinâmica cultural e sobre a responsabilidade ética de quem atua como mediador simbólico. Talvez uma investida sobre os currículos universitários pudesse sinalizar para a necessidade de se prepararem profissionais mais críticos e atentos às artimanhas simbólicas da dinâmica cultural, que eles próprios, de forma reflexiva, ajudam a construir. Sem a inclusão e o aprofundamento da temática cultural nessa formação, torna-se difícil ultrapassar o âmbito meramente técnico do ensino e tocar, de forma responsável, na questão ética, que é, em última instância, também política. Nesse sentido, a Antropologia tem muita contribuição a oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel - “Etnopolítica: ‘A Dinâmica do Espaço Afro-Brasileiro’” in **Estudos Afro Asiáticos**, n. 22, 1992, pp. 99-115.
- AGIER, Michel - “Mobilidades: Algumas Formas Recentes de Diferenciação Social” in Antonio Sérgio A. Guimarães; Michel Agier & Nády Castro. **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec/ORSTOM, 1995, pp. 75-112.
- ARAÚJO, Nadya Castro - “O Emprego Não-Agrícola no Estado da Bahia” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.1, n.3, 1985.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli - “Algumas Investigações Sobre os Ocupados na Indústria da Região Metropolitana de Salvador” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 9., n. 1, 1992, pp.10-15.

- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de & MENEZES, Wilson Ferreira. “Mudanças nos Mercados de Trabalho de Algumas Regiões Metropolitanas: Desemprego e Informalidade” in **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v. 14, n. 1/2/3, 1996, pp. 2-13.
- BACELAR, Jeferson - **Etnicidade: Ser Negro em Salvador**. Salvador: Penba/Ianamá, 1989.
- BAIROS, Luiza. - “Desemprego: O Negro é o Primeiro que Sobra” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 9, n. 1, 1992, pp. 19-24.
- BAIROS, Luiza - “O Negro na Força de Trabalho” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 1, n. 4, 1985, pp. 17-21.
- BAIROS, Luiza. “Pecados no ‘Paraíso Racial’: O Negro na Força de Trabalho na Bahia: 1950-1980”. in João José Reis (org.). **Escravidão e Invenção da Liberdade**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988, pp. 289-323.
- BAIROS, Luiza; BARRETO, Vanda S. de Sá & CASTRO, Nadya. “Negros e Brancos num Mercado de Trabalho em Mudança” in **Cadernos do CRH**, Salvador, UFBA, Série Toques, n. 4, junho, 1992
- BAIROS, Luiza; CASTRO, Nadya Araújo & BARRETO, Vanda S. De Sá. “Vivendo em Sobressalto” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 10, n. 1, 1993, pp. 13-21.
- BARRETO, Vanda Sampaio de Sá - “Cor Tem Lugar: A Estrutura Ocupacional na RMS” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 9, n. 1, 1992, pp. 16-18.
- BARRETO, Vanda Sampaio de Sá - “Diferenciações Sociais no Mercado de Trabalho” in **Força de Trabalho e Emprego**, v.10, n.1, 1993, pp. 29-33.
- BORGES, Angela & FILGUEIRAS, Luiz. “Mercado de Trabalho nos Anos 90: O Caso da RMS” in **Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 5, n. 3, pp.30-36.
- BRAGA, Thaiz Silveira - O Emprego na Região Metropolitana de Salvador” in **Força de Trabalho e Emprego**, v. 13, n. 2/3, 1995, pp. 2-12.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo - “Baiano Nacional: A Formação de uma ‘Língua Franca’ do Brasil Contemporâneo” in **Análise e Dados**, Salvador, CEI, v. 2, n. 4, 1993, pp.76-83.
- BOURDIEU, Pierre - **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre - **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre - **La Distinction: Critique Sociale du Jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre - **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de & SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de. “A Produção Não Capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador” in Guaracy Adeodato Alves de Souza & Vilmar Faria (orgs.). **Bahia de Todos os Pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 71-101.
- COUCEIRO DE LIMA, Solange Martins - “Reflexos do ‘Racismo à Brasileira’ na Mídia” in **Revista USP**, n. 32 (Dossiê Sociedade de Massa e Identidade), dez-1996/jan-fev/1997, pp. 56-65.
- CHAUÍ, Marilena - **Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo: Moderna, 1981
- FEATERSTONE, Mike - **Cultura de Consumo e Pós Modernidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FARIA, Vilmar - “Divisão Inter-Regional do Trabalho e Pobreza Urbana: O Caso de Salvador” in Guaracy A. A. De Souza & Vilmar Faria (orgs.), **Bahia de Todos os Pobres**. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP, 1980, pp.23-40.
- FRANCO, Tânia Maria A. - “Considerações Sobre as Tendências do Emprego na Bahia de 1950 a 1980” in **Força de Trabalho em Emprego**. (2) 2, 1986.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Identidade Manipulada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. - “A Ilusão do Atalho: A Experiência Operária da Pequena Burguesia em Descenso in Antonio Sérgio Guimarães; Michel Agier & Nadya Araújo Castro, **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec/ORSTOM, 1995, pp. 149-180.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. - “O Recente Anti-Racismo Brasileiro: O Que Dizem os Jornais Diários” in **Revista USP**, n.28, dez/1995-fev/1996, pp. 84-95.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel & CASTRO, Nádia. **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec/ ORSTOM, 1995.
- LOYOLA, Elizabete & MIGUEZ, Paulo. “Lúdicos Mistérios da Economia do Carnaval Baiano: Trama de Redes e Inovações” in **Análise e Dados**, v. 5, n. 4, 1996, pp.45-55.
- MEMMI, Albert - **Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MENEZES, Wilson F. -”Perfil do Desempregado na Região Metropolitana de Salvador” in **Conjuntura e Planejamento**, n.39, 1994, pp. 26-32.
- MOURA, Milton - “O Transcaráter do Carnaval” (Entrevista) in **Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 5, n. 4, 1996, pp. 93-100.
- MUNANGA, Kabengele - “Racismo, Identidade, Alteridade, Cidadania, Democracia” in Juana Elbein dos Santos (org.). **Democracia e Diversidade Humana**. Salvador: SECNEB, 1992, pp. 165-179.
- MUNANGA, Kabengele - “Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades” in **Revista de Antropologia**, n. 33, 1990, pp. 109-117.
- MUNANGA, Kabengele - **Negritude: Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Nelson; KRAYCHETE, Gabriel & KRAYCHETE, Elsa S. - “Censo de 1980: Um Retrato da Bahia” in **Cadernos do CEAS**, N. 79, Salvador, 1982, pp. 54-72.
- ORTIZ, Renato - **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PEDRÃO, Fernando - “As Raízes da Pobreza na Bahia” in **Centro de Estudos Baianos**, n. 108, Salvador, UFBA, 1985.
- PENNA, Maura - **O Que Faz Ser Nordestino**. São Paulo: Cortez, 1992.
- PEREIRA - “A Cultura Negra: Resistência de Cultura à Cultura de Resistência” in **Dédalo**, n. 23, 1984, pp. 177-188.
- PEREIRA, João Baptista Borges - “Negro e Cultura Negra no Brasil Atual” in **Revista de Antropologia**, v. 26, 1983, pp. 93-106.
- PEREIRA, João Baptista Borges - “O Negro e a Comercialização da Música Popular Brasileira” in **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, 1970, pp. 6-15.
- PINHO, Osmundo S. de Araújo - **Descentrando o Pelô: Narrativas, Territórios e Desigualdades Raciais no Centro Histórico de Salvador**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1996. Apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- RISÉRIO, Antonio - “Bahia com ‘H’ - Uma Leitura da Cultura Baiana” in João José Reis. **Escravidão e Invenção da Liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.143-165.
- RISÉRIO, Antonio - “Carnaval: as Cores da Mudança”. In **Afro-Ásia**, n. 16, 1995, pp. 90-106.
- SANSONE, Lívio - “Cor e Trabalho Entre Negro-Mestiços de Classe Baixa na Bahia em Diferentes Gerações” in **Análise e Dados. O Negro**, Salvador, CEI, v. 3, n. 4, 1994, pp. 71-77.
- SANSONE, Lívio - “Cor, Classe e Modernidade em Duas Áreas da Bahia. Algumas Primeiras Impressões” in **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 22, 1992, pp. 143-174.

- SANTOS, Martha M. Ramos Rocha dos - “Família, Trabalho e Desigualdades: Algumas Observações” in **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 11, n. 1/2, 1994, pp. 15-21.
- SERVA, Leão - “O Caos e os Jornais” in **Revista USP**, n. 32 (Dossiê Sociedade de Massa e Identidade), dez-1996/jan-fev/1997, pp. 118-125.
- SINGER, Paul - “A Economia Urbana de Um Ponto de Vista Estrutural: O Caso de Salvador” in Guaracy A.A. de Souza & Vilmar Faria. **Bahia de Todos os Pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, pp. 41-69.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes - “A Produção do Carnaval e Suas Exportações” in **Análise e Dados. O Negro**. Salvador, CEI, v. 3, n. 4, 1994, pp. 128-136.
- SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de - “Proletário e Migrante: Livre para Subordinação”. In **Força de Trabalho e Emprego**, (7): 8-14, 1986, pp. 7-18.
- SILVA, Paula Cristina - **Negros à Luz dos Fornos**. São Paulo: Dynamis, 1997.
- SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de & FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de Todos os Pobres**. Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP, 1980.
- THOMPSON, Edward P. - “O Tempo, A Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial” in Thomaz T. de Souza (org.). **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp 44-93.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Bahia Turismo. Relatório 1979-1983. Salvador: BAHIATURSA, 1983, mimeo.

Revista Turismo e Lazer. Salvador: BAHIATURSA, ano VII, n. 75, ago./1992.

Viver Bahia. Salvador: BAHIATURSA, , ano III, n. 28, 1976.

“Jornal do Brasil” - de 1949 a 1985

“O Estado de São Paulo” - de 1949 a 1985

“Folha da Manhã” (São Paulo) - de 1949 a 1980

“Correio da Manhã” (São Paulo) - de 1949 a 1980

**UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO DE
GÊNERO ENTRE OS APINAJÉ,
ETNIA INDÍGENA DE LÍNGUA JÊ**

A STUDY ABOUT THE QUESTION OF GENDER AMONG THE APINAJÉ

Raquel Pereira ROCHA¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a questão da construção social dos gêneros masculino e feminino entre os Apinajé, etnia localizada no Estado de Tocantins. Através dessa experiência de campo foi possível perceber aspectos da dinâmica social inscritos nas histórias de vida, que permitiram-me pensar temas pertinentes à questão de gênero na etnologia indígena.

Palavras-chave: Índios Apinajé Índios da América do Sul Gênero Índios Jê.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the question of the social construction of male and female gender among the Apinajé Indians of the State of Tocantins. The field experience made it possible to perceive social aspects inscribed in life histories that allowed me to reflect upon themes relevant to the question of gender in ethnological studies of Amerindians.

Key Words: Apinajé Indians Sout America Indians Gender Jê Indians.

INTRODUÇÃO

Os Apinajé, pertencem à família lingüística Jê¹ e localizam-se ao norte do Estado do Tocantins entre os municípios de Tocantinópolis,

Maurilândia, Itaguatins, São Bento, Cachoeirinha e Nazaré², entre os rios Araguaia e Tocantins, região conhecida como “Bico do Papagaio”. As aldeias que compõem a área Apinajé são: Cocalinho, São José, Mariazinha, Riachinho,

⁽¹⁾ Mestre em Antropologia Social – Unicamp – Campinas/SP Pesquisadora do Laboratório de Etnologia da Puc-Campinas/Faculdade de Ciências Humanas.

⁽²⁾ Os povos indígenas Jê habitam exclusivamente em território brasileiro, ocupando áreas de cerrado ou intermediárias entre floresta e cerrado. As populações Jê são encontradas nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

⁽³⁾ CIMI. Ago, 1999. *A Borduna*. Jornal. GO/TO, ano 1, n° 4.

Patizal, Bonito e Botica. A aldeia São José, onde estive, localiza-se no Município de Tocantinópolis, é a maior e reúne cerca de 60% da população total, que de acordo com a Secretaria de Estado da Cultura de Tocantins, é composta de 1014 pessoas. A aldeia possui formato circular, embora irregular. Nesta aldeia, é realizada a maior parte dos rituais tradicionais e de festas em homenagem a santos católicos³, não apenas em decorrência da quantidade populacional e da amplitude do espaço físico, mas da presença de líderes influentes⁴.

Sobre os Apinajé (Jê Setentrional), concentraram-se etnograficamente quatro autores: Nimuendajú (1940)⁵, Da Matta (1976), Gonçalves (1981) e Giralдин (2000). Nimuendajú ([1939] 1983) destacou, entre os Apinajé, a existência de uma organização matrimonial que os diferenciava dos demais Timbira, fazendo com que os Apinajé ficassem conhecidos como ‘Timbiras anômalos’. Para Nimuendajú, a organização matrimonial Apinajé operava através de uma divisão peculiar denominada de **Kjê**, onde os homens herdavam o direito de pertencer ao grupo matrimonial do pai e a mulher ao da mãe.

Posteriormente, Da Matta (1976:133) argumenta que não encontrara, entre os Apinajé, grupos correspondentes aos **Kjê** com função matrimonial. Contudo, o trabalho de Nimuendajú ainda hoje é utilizado como referência importante a qualquer trabalho etnográfico, sobretudo sobre os Jê-Timbira.

Para Da Matta (1987), o dualismo Apinajé seria expresso através de um princípio diametral, representado nas metades **Korti** e **Korre** e de um caráter concêntrico, existente na relação entre o centro do pátio e o círculo das casas.

Para Da Matta (1976), o campo das ‘relações de substância’ está ligado à esfera doméstica, cujo núcleo, a família elementar, é considerada grupo natural e reificado na natureza das substâncias corporais comuns, enquanto o campo das relações sociais ou cerimoniais estaria ligado à esfera ritual e às obrigações políticas.⁶

O estudo de Gonçalves (1981:56) sobre a construção da identidade étnica dentro do processo de demarcação das terras Apinajé, reitera a concepção de Da Matta (1976) quanto à existência de um modelo concêntrico e diametral, revelado através dos grupos cerimoniais que apresenta a sociedade Apinajé dividida em dois domínios: cotidiano ou privado, representado pelas casas ou pela ‘periferia’ da aldeia, onde prevalecem as ‘relações de substância’ que vincula os membros de uma família nuclear; e outro domínio onde as relações de caráter social ou cerimonial são predominantes. Nessa concepção, a família nuclear é um ‘grupo natural’, relacionado à composição e ao funcionamento do corpo humano.

No trabalho de Giralдин (2000), a operacionalidade do princípio dualístico subjacente à organização social Apinajé é novamente constatada, porém, sem aplicabilidade direta à questão de gênero. Giralдин, apesar de constatar as metades **Korti** e **Korre** utilizadas para “classificar comportamentos e formas discursivas além de todos os elementos do universo” (2000:78), contesta a interpretação de Da Matta (1976). Ou seja, para Giralдин (2000:78), os Apinajé estão longe de pensar o mundo dividido; ao contrário, os Apinajé pensariam o universo ‘unificado’ através do compartilhamento dos **karõ**⁷ (princípio vital que anima os seres humanos, os

⁽³⁾ Os Apinajé incorporaram algumas idéias e crenças do cristianismo, tanto através da ação de missionários católicos quanto de evangélicos. Por conta disso, realizam hoje, além das festas tradicionais, festas em homenagem a santos católicos. Essa incorporação aparece em alguns mitos, onde a figura do herói confunde-se com a de Jesus Cristo. Um exemplo dessa incorporação está no relato de Maria Barbosa sobre a questão da demarcação de terras, quando ela relata a seu opressor como o mundo foi criado, para justificar porque deveria permanecer em sua terra. Ela mistura elementos da origem do mundo da crença cristã com elementos da cosmologia Apinajé.

⁽⁴⁾ Essa constatação é confirmada pelos próprios Apinajé e está presente no trabalho etnográfico de Odair Giralдин (2000).

⁽⁵⁾ Curt Nimuendajú, nos anos 30, foi pioneiro em sistematizar estudos sobre os povos Jê com base em pesquisa de campo. Sua obra chamou a atenção para a complexidade da vida cerimonial, da configuração espacial da aldeia e da organização social Jê.

⁽⁶⁾ DA MATTA, 1976.

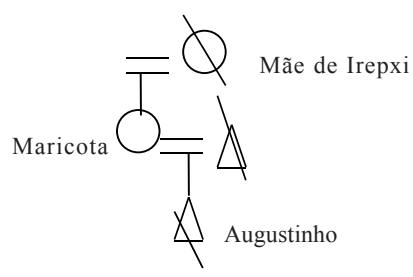
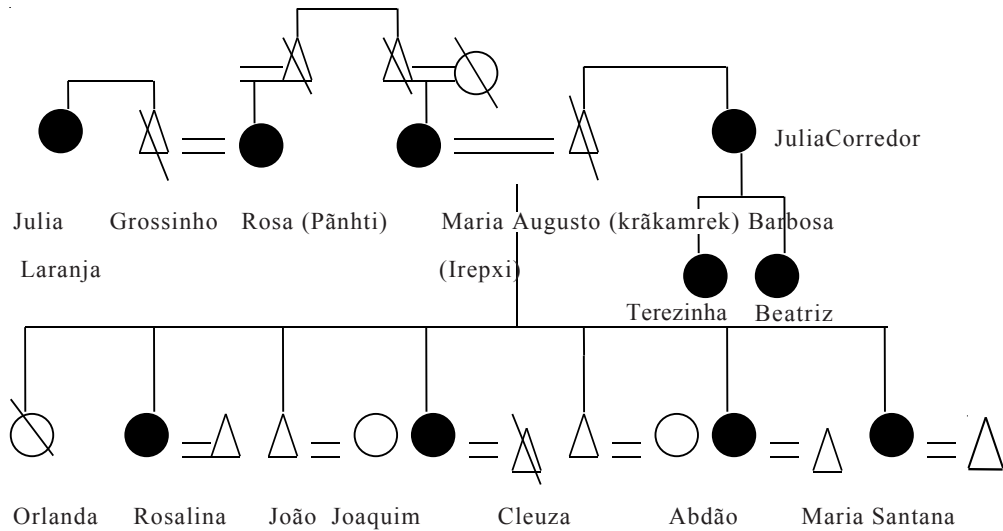
⁽⁷⁾ Algo similar ao que entendemos por espírito ou alma, embora seja aplicado a denominação de imagens como fotos e filmes.

animais e os vegetais), presentes tanto no reino animal, quanto no vegetal, numa demonstração de que, para os Apinajé, a dicotomia clássica entre natureza e cultura não se aplica.

Penso que, sobre esse princípio dualístico, muitas vezes, está baseada uma leitura sobre a construção social dos gêneros dicotomizada em esferas opostas e complementares entre si. Mulheres e homens são, através do princípio dual, classificados entre os domínios público e doméstico, central e periférico, natural e cultural.

ENTRE OS APINAJÉ

Minha primeira estadia entre os Apinajé foi em dezembro de 1999 e a segunda entre agosto e setembro de 2000. O grupo familiar que me adotou foi o de Maria Barbosa, que se tornou minha ‘madrinha’. As mulheres, sobretudo da parentela de minha madrinha⁸, foram minhas principais interlocutoras. A seguir tentarei demonstrar num esquema simples de parentesco a constituição da família que me recebeu e me auxiliou na pesquisa de campo:



- ▲ Representam as pessoas com as quais tive contato direto.
- ▲ Representam parentes próximos dos informantes principais.
- / ▲ Representam pessoas que já morreram.

⁽⁸⁾ Como é costume nas etnias Jê, também entre os Apinajé, quem chega à aldeia, inicialmente como ‘estranho’, deve passar por um processo de “adoção”, através do qual receberá um nome e uma família, simbolizando a incorporação ou a aceitação dessa pessoa na comunidade. Os Apinajé utilizam o termo ‘madrinha’ para designar a pessoa que “adota”. A ‘madrinha’, nesse caso, é também chamada de ‘mãe’.

Cleuza, uma das filhas de Maria Barbosa, participou da comemoração dos 500 anos do Brasil, na Bahia, com mais duas mulheres da aldeia São José, Terezinha, filha da irmã de seu pai, e uma de suas cunhadas. Cleuza conta que foram também o cacique e mais seis homens das aldeias Mariazinha, São José e Botica. Contou-me que compareceram ao evento outras mulheres indígenas, entre elas, Krikati, Xerente, Karajá, Kayapó e de outras etnias da Amazônia. Cleuza afirmou decepcionada que o cacique Abílio (aldeia São José) ficara inibido diante da multidão que lá se encontrava e que, quando voltaram à aldeia, numa atitude que ela considerou inadequada à sua posição, não atendera à expectativa de convocar uma reunião para discutir os assuntos debatidos. Para remediar tal comportamento, Cleuza colocou fitas gravadas com as discussões que presenciara à disposição das pessoas, que se dirigiam à sua casa para conversar sobre a reunião na Bahia.

Esse evento é um exemplo de que as discussões que dizem respeito à coletividade não estão limitadas à esfera central da aldeia. Elas podem acontecer no âmbito das casas, dependendo das pessoas que estiverem envolvidas na discussão. Nesse caso, a conversa na casa de Irepxi foi estratégica, visto que ela e sua parentela eram manifestamente contra a continuidade do antigo cacique (Abílio) e já planejavam a substituição dele por Quirino. O desfecho dessas discussões explicitou-se posteriormente no centro da aldeia, quando houve deposição do cacique e a escolha de outro líder para o cargo, decidido de antemão por Maria Barbosa e outros líderes de seu grupo político.

Entre a minha primeira e segunda visita aos Apinajé passaram-se cerca de seis meses. Durante esse intervalo de tempo, acontecimentos importantes marcaram a vida na aldeia. Entre eles, a construção de uma nova aldeia, para onde Maria Barbosa e boa parte de sua parentela estavam de mudança, provavelmente por motivos políticos, pois a decisão de construir outra aldeia coincidiu com a troca de cacique. O círculo das casas também havia sofrido

transformações. A troca de cacique tinha motivado a mudança de algumas famílias para a nova aldeia, provocando um remanejamento de casas que trocaram de moradores, sendo algumas destruídas e outras novas construídas. Maria Barbosa justificou a mudança dizendo: “quero começar uma outra aldeia dentro das terras Apinajé para deixar aos filhos e netos”.

Em conversa com Raimundo (chefe não-índio do Posto da FUNAI), ele me disse que Augustinho insistiu em levar Irepxi para a nova aldeia, com o objetivo de “tornar a aldeia mais forte”. Nos outros dias, procurei saber se outras mulheres, das mais velhas, iriam acompanhá-la à nova aldeia. Júlia Corredor e Julia Laranja continuariam na aldeia São José. Perguntei a Júlia Corredor se não iria para a aldeia nova, ela respondeu: “Vou ficar, para tomar conta dessa aqui. Meus filhos, netos, bisnetos, tataranetos, estão todos aqui”.

No dia da mudança para o local onde estava sendo construída a nova aldeia, enquanto as pessoas ajeitavam-se nas barracas improvisadas, Maria Barbosa reuniu-se com algumas mulheres à sombra de uma grande árvore. Nessa hora não havia homens no acampamento, eles encontravam-se preparando o terreno para a construção das casas. Cercada de velhas e jovens mulheres, Irepxi conversava animadamente em Apinajé. Suas filhas traduziam alguns trechos da conversa para mim. Irepxi começou a falar em tom de brincadeira sobre o fato de, na aldeia São José, haver somente cacique e governadores homens dizendo que na nova aldeia “as mulheres iriam tomar conta”, apontando algumas mulheres, nomeando-as ‘cacique’, ‘governadora’ e ‘vice-cacique’. As mulheres riram muito quando Irepxi fez essa brincadeira.

É possível que essa ‘brincadeira’ tenha como motivação a noção que as mulheres têm de que a ocupação de cargos políticos é uma responsabilidade masculina. Naquela hora, era ‘como se’ Maria Barbosa ‘lembrasse’ às mulheres que, ‘se quisessem’, poderiam se tornar cacique ou vice-cacique, mas a reação que buscava provocar, mostrava que tal atitude poderia ser entendida como desviante e, ao

mesmo tempo, indicava que o acesso masculino ao poder político não era invulnerável.

Pode ser ainda que, enquanto uma líder, Maria Barbosa julgue-se responsável pela continuidade das tradições de sua cultura. Uma mulher que lutara tão valentemente contra seus inimigos, quanto o que se espera que um homem faça, estaria, através de uma brincadeira, mostrando sua preocupação e empenho em conservar os costumes e tradições de seu povo. Além disso, dá pistas de que, para os Apinajé, qualidades associadas à masculinidade como bravura, iniciativa e poder de decisão a favor da coletividade, não estão vedadas ao gênero feminino, tão pouco limitadas a pessoas que ocupam cargos de chefia e, finalmente, com esta atitude, Maria Barbosa, ao brincar sobre seu poder de nomear mulheres para os cargos de chefia da aldeia, estaria fazendo uma demonstração de sua força junto ao grupo.

Raimundo relatou-me que todos que chegam na aldeia: “querem mesmo é saber de Maria Barbosa. Nas reuniões, Maria Barbosa repreendia o antigo cacique, o Abílio, no pátio, na frente de quem estivesse, e ele ficava quieto ouvindo”.

Além do prestígio de Maria Barbosa, as mulheres Apinajé têm uma participação ativa na escolha de caciques e das demais pessoas que compõem o quadro de cargos políticos. Mulheres mais velhas e respeitadas pela comunidade como Irepxi, Grer, Julia Corredor, Maricota, juntamente com suas filhas e outras mulheres de influência marcante, estão presentes em todas as ocasiões importantes. E o que se discute nas reuniões do pátio costuma passar antes pelas suas casas, submetendo-se às suas opiniões.

Sobre a existência de casos em que mulheres tivessem compartilhado cargos na gestão de outros caciques, disseram que o cargo mais alto ocupado por uma mulher foi o de ‘governadora’, por Beatriz (filha de Julia Corredor). Grer comentou: “Nós temos pelejado para botar Maria (Irepxi) como cacique. Ela não quer!”. Cleuza relata que, entre os Tukano, conheceu uma mulher que era cacique

(conhecimento que pode ter influenciado o pensamento e a ação dessas mulheres).

Cleuza contou-me episódios de desentendimentos entre o antigo cacique e algumas mulheres mais velhas (sua mãe, tias e outras), que teriam contribuído para a troca de cacique. Este as acusaram de não incentivar os jovens a participarem das festas tradicionais, e elas acusaram-no de ficar com a comida que era para ser distribuída nas festas. Houve uma reunião para discutir as razões dessa intriga. Nessa reunião, o cacique chamara Augustinho de ‘vagabundo’. Cleuza conta:

“Nós fizemos uma reunião e era só mulherada aqui no pátio. Quem chamou a mulherada foi a mamãe. Nós passamos a noite cantando no pátio... Teve algumas que não foram, mas quem gosta de pular e gosta de dançar a festa do índio, estava lá... pegaram no braço da mamãe, para ela ser promotora. Ela não aceitou, disse que estava muito velha para ser promotora. Aí, eles me pegaram e botaram no lugar dela e eu fiquei. Ficou três homens e uma mulher. Então, ficou assim, se eu saio, ela já fica no meu lugar ... Quando eu estava em Belém, ela foi no meu lugar em Araguaína. Então, fizeram a festa porque trocaram de cacique”.

Maria Barbosa participou ativamente à frente dos episódios que envolveram os conflitos gerados pela demarcação ocorrida em 1985; participou da fundação da aldeia Cocalinho a oeste do território Apinajé, como estratégia para garantir a inclusão da área nos limites da área já demarcada, e agora lidera, junto com Augustinho, a construção de uma nova aldeia.

A história de Irepxi e a de sua parentela na demarcação das terras Apinajé contribuiu para que essas pessoas adquirissem a reputação que possuem atualmente. Em suas próprias palavras: “Por isso, o povo me conhece. Quando chega, me procura. É porque lutei muito por causa dessa terra. Por isso, quando o povo chega, é só o meu nome. Eles me tratam de guerreira”

De acordo com um artigo da série *Aconteceu*, de 1985, produzido pelo Centro

Ecumênico de Documentação e Informação⁹ (CEDI), os Apinajé tiveram sua área demarcada oficialmente. Segundo Carelli, entre 1984 e 1985 ‘o caso Apinajé’ envolveu etnias indígenas de Goiás, do Maranhão, do Posto Indígena do Xingu, do Mato grosso e do Nordeste. Maria Barbosa é citada como líder dos Apinajé da aldeia Cocalinho, de onde foi expulsa juntamente com um grupo de 40 pessoas, por pistoleiros do fazendeiro e ex-prefeito de Araguatins, João de Deus. Após essa expulsão, Maria Barbosa buscou apoio de grupos vizinhos, sobretudo dos Kayapó, por serem considerados experientes em lutas a favor das causas indígenas e por falarem a mesma língua. O artigo descreve a reunião desses povos na aldeia São José.

A reputação de Maria Barbosa, adquirida por ocasião da luta pela demarcação territorial, e de algumas pessoas ligadas a ela, leva-me a pensar que os jovens solteiros ou recém-casados, homens ou mulheres, possuem pouco ou nenhum prestígio nas decisões da comunidade. Esse prestígio social é conquistado aos poucos e avança à medida que a pessoa realiza feitos importantes para a coletividade.

A questão da idade e da experiência acumulada pode transcender a questão de gênero no tocante às problemáticas ligadas à comunidade. Mesmo os jovens Apinajé que estudam, embora tenham reconhecida a sua sabedoria sobre as coisas de **kupe**¹⁰, não possuem maior respeito por isso. Entretanto, não são todos os velhos ou velhas que possuem esse peso. Depende da experiência acumulada através da realização de feitos importantes para toda a comunidade. Como também é possível que um adulto (que não seja considerado velho) tenha mais prestígio que alguém mais idoso, dependendo da importância das realizações dessa pessoa e de suas articulações políticas, dentro e fora da aldeia.

HOMENSE MULHERES E AS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

Homens Apinajé com mais de 65 anos de idade e mulheres com mais de 60 recebem um salário mínimo como aposentadoria¹¹. Os mantimentos comprados com esse dinheiro são divididos com os parentes.

Várias pessoas, homens e mulheres possuem cabeças de gado¹², independente de serem casados ou não. Cleuza tem suas cabeças de gado e quem cuida é o marido de sua irmã Neide. O marido de Neide cuida das cabeças de gado de Cleuza, dos animais de sua mulher e os dele mesmo. Algumas pessoas solicitam os serviços de um “vaqueiro” para cuidar de seu pequeno rebanho. Esses vaqueiros são homens da aldeia que se especializam em cuidar de gado e fazem isso em troca de produtos alimentícios ou outros bens materiais.

Segundo os Apinajé, cada pessoa, homem ou mulher faz com seus animais o que bem entende: usa o leite, vende ou come a carne. Entretanto, a maneira como se lida com esse bem, segue, mais ou menos, a lógica das outras posses materiais, ou seja, com o gado também deve-se demonstrar generosidade e não priorizar a acumulação. É o que mostra a história de Julia Laranja, que deu seu único bezerro a um sobrinho, quando este fora reclamar que não tinha nada para dar ao filho, que ia participar de uma festa católica. Assim, parece-me que cabeças de gado valem tanto como ‘moeda de troca’ para a aquisição de bens diversos, sobretudo não-índios, quanto para subsidiar atividades rituais ou beneficiar parentes em dificuldade. Embora homens e mulheres possuam suas cabeças de gado independentemente, a tarefa de cuidar dos animais de grande porte é atribuída aos homens.

Mulheres e homens colhem frutas nativas subindo em altos coqueiros de buriti, mangaba

⁽⁹⁾ Texto elaborado por Vicent Carelli, baseado em entrevista concedida pelos antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira.

⁽¹⁰⁾ Não-índios.

⁽¹¹⁾ Não posso precisar se todas as pessoas com a idade relatada recebem o benefício. Porém, trata-se de uma parte significativa da população dos mais idosos.

⁽¹²⁾ A quantidade que cada indivíduo possui de cabeças de gado é variável. Quanto aos exemplos citados no texto, ao que me consta, não ultrapassam a quantia de 10 animais, per capita.

ou jussara e costumam ir a Tocantinópolis vender frutas típicas de seu território, como o bacuri e artesanato. Principalmente as mulheres carregam pesados fardos de coco de babaçu em cestos apoiados na cabeça. Ambos procedem à quebra do coco de babaçu para venda da castanha; trata-se de um árduo e perigoso trabalho realizado com um machadinho¹³.

Uma atividade (quase) estritamente masculina é a construção de casas. Rosalina disse-me que, na construção das casas, as mulheres ajudam a ‘puxar a palha’ para o telhado. As casas são feitas de palha e ‘pau a pique’ (técnica que utiliza argila e varas de bambu) e não seguem um padrão muito rígido, o que dá espaço à criatividade e habilidades pessoais, qualidades que parecem bastante apreciadas. Além disso, o modelo das casas mostra influência das construções da sociedade envolvente, muito embora, freqüentemente, sejam mais bem elaboradas que os casebres da região.

Outra atividade masculina é a colheita de mel. Há vários exemplos na etnografia Jê sobre a ligação desse trabalho com a necessária demonstração de força e coragem masculina. Sobre ele, Cleuza me disse que mulher só colhe mel de abelha ‘mansa’ e o homem de abelha ‘brava’. Ou seja, espera-se que o homem enfrente abelhas ‘bravas’ com a mesma coragem que enfrentaria um inimigo. Lea (1986::xxxv) relata que entre os Kayapó “as mulheres são consideradas mansas. Os homens tornam-se valentes através de treinamentos guerreiros, como ataques a ninhos de marimbondos”.

Daniel, um jovem Apinajé casado, disse-me que “só homem que caça e tira mel. A mulher não agüenta cortar de machado”, dando a entender que trabalhos pesados são realizados por homens. Porém, pode-se verificar no cotidiano da aldeia que as mulheres executam atividades que exigem muita força e destreza física, como subir nos altos coqueiros; carregar, em cestos apoiados na cabeça, grande

quantidade de produtos da roça e quebrar coco de babaçu com machadinha.

Quase todos os trabalhos etnográficos sobre os Jê e demais etnias indígenas, costumam dedicar especial atenção à divisão sexual do trabalho como fonte de inspiração para refletir sobre a construção dos domínios feminino e masculino. Conclusões sobre a divisão sexual do trabalho são utilizadas nas argumentações, tanto a favor como contra a existência de assimetria social entre os gêneros.

Entre os Apinajé é possível observar que homens e mulheres compartilham várias atividades, sem que isso pareça significar menor status ou menor acesso a bens e serviços de um ou outro gênero, a não ser no caso de mulheres casadas que, em geral, esperam que o marido vá à cidade gastar o dinheiro arrecadado com salários de aposentadoria ou venda de artesanatos, ficando a mercê da decisão dele, de como gastar o dinheiro, o que nem sempre atende à expectativa das esposas.

Penso que a conclusão a respeito da ‘complementaridade’ ou ‘hierarquia’ entre os sexos depende, em geral, do ‘olhar’ do pesquisador(a), pois os elementos e dados referentes às relações diárias entre homens e mulheres, sejam de trabalho ou não, podem apontar em ambas as direções, ou seja, ao mesmo tempo que é possível identificar que determinado tipo de trabalho necessita de ações tanto masculina quanto feminina, concluindo a favor da interdependência entre os sexos, podem-se verificar atos de violência, ritual ou não, do homem contra a mulher, como também, embora em menor escala, da mulher contra o homem¹⁴.

HOMENS E MULHERES E AÇÕES COLETIVAS

Tanto homens quanto mulheres Apinajé afirmam que as mulheres são livres para reunirem-se no pátio. Ressaltam que reuniões

⁽¹³⁾ Com uma das mãos segura-se o coco e com a outra bate-se o machado para quebrá-lo. As mulheres contam que muitas pessoas já tiveram suas mãos feridas nessa atividade.

⁽¹⁴⁾ Conheci uma mulher Apinajé que costumava surrar o marido quando ele bebia demais e insultava sua família.

apenas de mulheres não são usuais, mas que podem ocorrer quando convocadas pelas mais velhas da aldeia que possuam prestígio para tanto. Essa assembléia feminina destinar-se-ia a aconselhar as mais jovens a corrigirem comportamentos inadequados. Nesses conselhos, os homens teriam toda liberdade para participarem, assim como as mulheres, nos conselhos onde homens tomam a iniciativa da convocação, a não ser quando se trata de um assunto tido como exclusivamente de interesse masculino como, por exemplo, a realização de excursão para caça. As reuniões mais comuns são aquelas onde homens e mulheres são convocados por iniciativa do cacique ou de outros Apinajé que ocupem cargo político para tratar de temas de interesse coletivo.

Irepxi, Neide e Teresinha, filha de Julia Corredor, já participaram de reuniões com representantes governamentais, por ocasião da demarcação das terras Apinajé em Palmas, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Recentemente, Irepxi fora convocada para participar de reuniões sobre a construção da *barragem de Lajeado*. Construção que faz parte, segundo informativo do CIMI¹⁵, de grandes projetos hidrelétricos que estão sendo implementados na região Centro-Norte do Brasil¹⁶. Representantes do poder estatal queriam que ela ajudasse a convencer os Apinajé a aceitarem esse projeto, ao que ela não concordou.

Hoje, ao que parece, mesmo que Irepxi não compareça pessoalmente às reuniões do pátio ou à casa de algum líder, nada acontece na aldeia referente a assuntos públicos que não passe primeiro pela sua casa. Entretanto, embora a participação feminina nas discussões públicas, dentro e fora da aldeia, seja qualitativamente importante, é quantitativamente minoritária, sendo mais comum que, quando se trata de problemas relacionados à coletividade, ou ao poder público, sejam dos homens a incumbência de comparecer às discussões.

Perguntei porque as mulheres iam menos à cidade ou às reuniões do pátio. A resposta de Cleuza foi: “porque eles não chamam”. Essa resposta pode ter como motivação o fato das mulheres considerarem os assuntos políticos uma responsabilidade idealmente masculina, o que não impede, entretanto, a atuação feminina na prática. Em contrapartida, não são todos os homens que costumam participar das reuniões realizadas no centro da aldeia. Aparentemente, há os que participam com mais frequência e aqueles que raramente comparecem.

Homens e mulheres (que atuam em eventos coletivos), consideram importante sua participação e contribuição no desfecho desses eventos, havendo uma certa expectativa e ansiedade diante da possibilidade de suas opiniões serem tomadas como relevantes e caracterizarem ações de liderança. Simultaneamente, há uma luta entre os grupos políticos formados por homens e mulheres, cujos interesses ultrapassam a questão de gênero. No caso que presenciei, de um lado estava o grupo político do cacique deposto, de outro, o grupo de Maria Barbosa. Quando Cleuza diz: “Porque eles não chamam”, pode estar fazendo referência ao grupo político oposto que procuraria dificultar propositadamente o acesso do grupo de Maria Barbosa a certas informações.

O CICLO DA VIDA APINAJÉ

Vários jovens, casados ou não, que completaram o ensino básico na escola da aldeia, fazem supletivo ginásial e colegial em escolas da rede pública em Tocantinópolis, o que dificilmente acontece com as mulheres.

Segundo a professora Rosa¹⁷, jovens maridos que não estudam tendem a não deixarem suas esposas estudarem, alegando ter ciúme dos outros rapazes que frequentam a escola na cidade. De acordo com a professora, entretanto, os Apinajé dão pouco valor ao ensino formal.

⁽¹⁵⁾ Informativo nº 6: ‘A Borduna’ de Nov/1999.

⁽¹⁶⁾ De acordo com o informativo citado acima, a construção de grandes barragens no rio Tocantins, como as usinas de Tucuruí, no Pará e Serra da Mesa em Goiás, tem ocasionado sérios impactos sobre a fauna, a flora e a população. São ribeirinhos, indígenas, camponeses, lavradores, que dependem exclusivamente do rio, tendo assim sua sobrevivência ameaçada.

⁽¹⁷⁾ Professora não-índia que coordenava a escola de ensino fundamental na aldeia São José.

Segundo ela, os pais acham que a escola só ensina “coisa de branco” e consideram esse conteúdo de importância secundária. Boa parte dos pais avalia que é melhor os filhos os acompanharem em suas tarefas, para aprenderem a trabalhar na roça e em outras atividades comuns aos Apinajé, encarando o tempo que a criança passa na escola como um empecilho a essa aprendizagem. Assim, nas palavras da professora, “qualquer motivo é motivo para parar de estudar”.

Além da escola, rapazes, casados e solteiros, compartilham uma atividade diária que é o jogo de futebol. Todas as tardes, durante o tempo que fiquei na aldeia, pude ver os rapazes jogando no campo formado no centro da aldeia, exceto nos dias de chuva. Até a minha volta, acreditava que essa atividade era estritamente masculina, mas em minha segunda visita, presenciei também as meninas formando times e jogando futebol no centro da aldeia.

Entre os Apinajé, homens e mulheres casam-se bastante cedo para os nossos padrões: as moças com idade de 12 a 15 anos e os rapazes entre 15 e 18 anos. Os rapazes passam repentinamente de uma existência de liberdade (que só não é plena pela obrigação de ajudar no trabalho das roças) para uma vida de obrigações com esposa, parentes da esposa e com os filhos que logo vêm.

As moças engravidam em seguida ao casamento e têm vários filhos sem muito espaço de tempo entre eles. Não demora muito, esvai-se o viço da juventude e, com ele, o brilho da pele, dos cabelos, os contornos arredondados do corpo e o sorriso branco. Aos 30, muitas já são avós. Filhos e netos brincam juntos confundindo-se no terreiro da casa, no riacho, nas copas das árvores e por todo o espaço onde movimentam-se livremente.

Embora o casamento seja apontado como uma situação ideal, quando se trata de mulheres mais velhas ele se torna aparentemente discutível. Rosa, também viúva, disse-me que “é muito feio velha casar”. E Maria Barbosa,

concordando com a opinião dela, emendou que é melhor ficar assim, viúva, porque marido “empata muito”.

Cleuza contou-me que:

“No tempo da aldeia velha, as mães escolhiam os noivos para o filho ou para a filha, quando eles faziam, mais ou menos, 9 anos de idade. Quando o rapaz ficava com 15 anos e a menina com uns 14, fazia-se o casamento. Ou então, um homem que tivesse um filho, conversava com alguma família que tivesse uma menina recém-nascida que ele quisesse como mulher para seu filho, dizendo: Essa menina que nasceu hoje, será minha nora”.

De acordo com Daniel:

“Antigamente, essa era a lei, a tradição nossa, o nosso costume. A pessoa tinha que esperar a vontade da família. Naquela época a gente respeitava e cumpria a ordem que a pessoa mais velha tratava. Mas, hoje, já não tem mais isso. Acabou. Hoje é assim, a pessoa tem que gostar da outra pessoa, se não gostar, não casa. Já mudou. Essa história que ela (a Cleuza) contou, acontece, mas, faz muito tempo que não tem mais.”

O depoimento de Daniel sugere uma mudança na maneira pela qual os Apinajé encaram o casamento. O sentimento pessoal passa a ser mais valorizado, provavelmente em decorrência de um processo de individualização desencadeado pelo contato histórico com os não-índios, e/ou com outras etnias indígenas.

Lea, em entrevista de orientação, relatou-me que entre os Kayapó a iniciativa individual passou a ser mais valorizada na hora da escolha do cônjuge. Veiga também constatou que entre os Kaingang (Jê meridional) “o sistema de aliança matrimonial vem sendo rompido cada vez mais, depois do contato, dando lugar à escolha pessoal, que muitas vezes trai a aliança dos velhos, com casamentos que se realizam dentro da mesma metade” (2000:96).

Giraldin (2000:162)¹⁸ mostra que, entre os Apinajé, há uma forte vinculação entre as relações estabelecidas através de amizade formal e o estabelecimento de relações matrimoniais. De acordo com Giraldin (2000:195), a amizade formal abre a possibilidade da relação sexual entre os filhos consangüíneos dos amigos formais. Como exemplo, relatou o casamento de uma das filhas de Irepxi com um primo paralelo de Irepxi, casamento que só pôde ocorrer porque Irepxi é amiga formal do primo. Uma vez que ele desejou casar-se com a filha dela, Irepxi não pode contrariar sua vontade. De acordo com Lea, em conversa informal, entre os Kayapó, quando uma filha casa-se com o amigo formal de sua mãe, ele jamais será considerado como genro, prevalecendo a relação de amizade formalizada.

A uxorilocalidade caracteriza uniformemente os Jê setentrionais. Essa prática prevê que o homem, após o casamento, deve deixar a casa dos pais para morar com a família de sua esposa. Segundo a análise de Turner (1979) sobre os Kayapó, esse costume promove a subordinação do genro ao sogro, consoante ao modelo da casa dos homens, onde os mais velhos têm poder sobre os mais novos. Para Lea (1986:12), o modelo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico elaborado por Turner não funciona. A autora argumenta que os homens nunca rompem os laços com sua família natal e jamais são integrados na sua família conjugal.

Entre os Apinajé, no caso de Irepxi, por exemplo, há uma tendência a congregar toda a parentela morando perto. Seu filho Joaquim, e os filhos de seus filhos e de suas filhas, depois de casados, fizeram suas casas ao lado da casa de Irepxi e não junto às casas de suas sogras.

Com base na prática da uxorilocalidade entre os Jê, Vidal afirma que: “uma mulher Kayapó nasce, vive e morre na mesma casa, unidade residencial que possui o seu lugar certo

no círculo das casas” (1983:84). Contudo, é possível observar que, de acordo com os relatos das mulheres Apinajé, nenhuma delas nasceu, cresceu, casou-se e envelheceu na casa de suas mães de forma ininterrupta. O casamento pode levar a mudanças temporárias ou permanentes para outras aldeias ou até para áreas de etnias vizinhas.

As filhas de Maria Barbosa, por exemplo, quando do meu retorno para a aldeia dos Apinajé, também estavam de mudança. Rosalina para Patizal, Maria Santana para Bonito. Elas disseram que estavam se mudando porque precisavam viver por um tempo com a família dos maridos.

Enfim, entre os Apinajé, chama a atenção, em particular, o fato de que um filho e os netos casados de Irepxi tenham construído suas casas ao lado da casa da avó e das irmãs de sua mãe e não com suas sogras, reforçando, assim, a ligação com seu grupo natal.

TEORIA DA CONCEPÇÃO

Relativamente à teoria de concepção, os Apinajé, como os demais Jê, acreditam que as mulheres só menstruam após o início da atividade sexual. É como se o corpo feminino necessitasse ser ‘perfurado’ ou ter o seu ‘lacre retirado’ para poder menstruar, ou seja, para o corpo feminino é completado através de uma ação masculina.

Parece-me que o início do período fértil marcado pela menarca, que simboliza o início da vida sexual para as meninas, tem elementos para ser uma das fases mais tensas da vida feminina. Quando uma menina sem ‘noivo’ menstrua, tem que dizer quem a desvirginou; não sendo comprometida, fica a suspeita de ela ter cedido a um homem qualquer. Cleuza contou-me o caso de uma menina, com 13 anos

⁽¹⁸⁾ De acordo com Lea (1999:182), a amizade formal Kayapó, herdada patrilinearmente, realça o ‘agency’ feminino na medida em que as mães é que são responsáveis pela escolha dos maridos de suas filhas, dentre os homens que pertencem ao círculo de seus amigos formais. Lea aponta que a proibição de casamento entre amigos formais está vinculada à transmissão de afinidade. Os Kayapó afirmam que amigo formal não é parente. Entre amigos formais do sexo oposto há evitação, tal qual a relação entre sogra e genro, não havendo evitação entre amigos formais do mesmo sexo. Se uma mulher se casa com seu amigo formal, estanca uma fonte de cônjuges potenciais para as filhas dela, ou seja, os filhos do amigo formal dela.

aproximadamente, que não queria se casar com o rapaz que a família lhe escolhera como noivo e, antes que se casassem, essa menina menstruou. Os pais queriam saber quem havia ‘mexido’ com ela, mas a menina dizia que não tinha tido relação com ninguém. Alguém, então, falou aos pais que a havia visto com um Krahó do Maranhão. Ela foi surrada pelos pais até que concordou em casar-se com o rapaz que lhe fora escolhido. Mas os próprios pais divulgaram a notícia de que o casamento não iria se realizar porque o rapaz recusara-se a casar-se com uma menina ‘mexida’.

As Apinajé, durante toda a vida fértil, costumam tomar ‘remédios’ feitos com ervas, conhecidas por algumas mulheres, para controlar o fluxo menstrual. Para as Apinajé, a menstruação não pode estancar de uma vez, pois, dessa forma, o sangue poderia ‘coalhar’ dentro da mulher, causando sua morte, nem pode ‘sair muito’, para não ‘enfraquecê-la’. Os Apinajé também compartilham da idéia de que, ao perder substâncias, o corpo vai perdendo a força, caminhando gradativamente para o envelhecimento.

As plantas utilizadas para o controle da menstruação pelas mulheres também são usadas no parto para não ‘coalhar’ o sangue na hora de nascer a criança. Bebe-se o sumo das folhas, ou o chá da raiz. Com a ingestão dessas soluções o fluxo menstrual dura em torno de dois dias. Quando está menstruada, a mulher Apinajé pode manter suas atividades diárias, porém, não deve comer carne de caça por medo da calvície¹⁹.

Para os Apinajé (assim como para os demais Jê), a criança é produzida através do sêmen. Se o casal não tem filhos, acredita-se que a parte estéril é sempre o homem. A esterilidade feminina pode ser induzida através da intervenção xamânica.

As grávidas Apinajé costumam ter seus filhos na própria aldeia, auxiliadas por parteiras. Irepxi é uma delas, assim como outras mulheres mais velhas da aldeia. Ela disse-me que

difícilmente é necessária uma cesárea; em geral, os partos são normais. Quando a cirurgia se faz necessária, a parturiente é examinada por Maria Elida (enfermeira não-índia que mora na aldeia) e encaminhada ao hospital da cidade pelo caminhão da FUNAI.

Durante o resguardo, é proibida a ingestão de caça do mato, de peixe de couro²⁰ e alguns produtos da roça como macaxeira e inhame. Essa restrição dura por volta de quinze dias, depois vai se extinguindo aos poucos. Marido e mulher passam a dormir em quartos separados. A restrição sexual dura, em média, um mês.

Segundo Maria Elida (enfermeira que vive com os Apinajé), existe uma prática de infanticídio que é ocultada dos não-índios. Contou-me vários casos, que incluíam filhos de mulheres sem companheiro estável, além de filhos gerados ainda no resguardo de um outro, e filhos de genros indesejados. Segundo Maria Elida, na sua maioria, os casos de infanticídio são decididos e realizados por mulheres mais velhas, sobretudo na posição de sogras, avós ou mães. Para tanto essas mulheres recorreriam a ingestão de ervas que apenas algumas Apinajé mais velhas conhecem.

De acordo com Nimuendajú ([1939] 1983), o infanticídio só ocorria imediatamente após o parto e no caso de nascer o que ele chamou de “criança monstruosa”. Esta era envenenada através de uma solução preparada com o **karà-kanê** (remédio de veado) passada no bico do seio. De acordo com relato desse autor, para os Apinajé, mulheres maltratadas durante a gravidez estariam sujeitas a ter filhos defeituosos. Isso faz sentido no caso vivido por uma neta de Maria Barbosa. Ela apanhava do marido durante a gravidez e depois que se separou dele tentou abortar; sua tentativa de abortar pode ter sido provocada pelo medo de que seu bebê não fosse uma criança saudável.

Segundo os dados Apinajé que possuo, tanto a gestação de uma criança quanto o parto, o aleitamento, além da prática de aborto e

⁽¹⁹⁾ Meus dados não me permitem esclarecer a lógica dessa crença.

⁽²⁰⁾ Tanto os Apinajé quanto a população regional costumam fazer distinção entre peixes com couro e peixes sem couro. Os primeiros correspondem a peixes que possuem uma pele mais grossa e escura.

infanticídio, fazem parte do conjunto de práticas sujeitas ao campo de ação feminino. Contudo, o infanticídio e abortos provocados são negados. O motivo de escondê-los pode ser a recriminação de religiosos e outros não-índios, que os Apinajé não desejam (ou não acham conveniente) contrariar abertamente, ou então, em decorrência de uma possível auto-recriminação, a partir da incorporação, de fato, de idéias cristãs.

Em minha primeira visita, apenas os abortos ‘naturais’ (ou seja, os que aconteceram independentemente da vontade direta da mãe) foram relatados abertamente. Em minha segunda visita, a própria Cleuza admitiu a existência de casos de abortos provocados: “Tem mulher que dá remédio para matar o nenê quando ainda está na barriga. Passa uns dois ou três meses e, aí, dá remédio para matar”.

DAR A VIDA E TIRAR A VIDA

De acordo com Lea (1999:186), os homens Kayapó abatem árvores, animais e inimigos e as mulheres nutrem crianças, a terra e filhotes de animais. Para reforçar sua afirmação, relembra uma colocação de Ortner, pertinente ao caso Kayapó, que classifica a mulher como o gênero que ‘dá a vida’ e o homem como o que ‘tira a vida’. Gostaria de utilizar os casos Apinajé para uma reflexão quanto a essa afirmação. Além das narrativas Apinajé sobre o poder que as mulheres conservam de ‘selecionar’ quem deve viver ou não, um depoimento de Cleuza narra como as mulheres podem, mesmo que não seja o comportamento esperado delas, ser coadjuvantes em casos de assassinato. Além disso, é preciso lembrar que, para a teoria de concepção Apinajé, como para os demais Jê, a criança é formada dentro do útero da mulher através do acúmulo de sêmen, ou seja, o homem também é responsável pelo surgimento da vida.

Entre os Apinajé, **Panhi-Kanê** é um termo que designa homens de certa forma ‘especialistas’ em matar outros índios, seja por

vingança própria ou por ‘encomenda’. Cleuza dá um exemplo: “Aqui teve duas mulheres que ajudaram a matar um homem. Diz que os homens o levaram, mas não mataram bem, então, mandaram as mulheres matarem aquele homem. As mulheres mandaram a faca nele e ele morreu.”

Assim, parece-me que, se idealmente a mulher tem a incumbência de ‘dar a vida’, enquanto o homem tem a de ‘tirar a vida’, a prática nem sempre corresponde. Primeiro porque algumas mulheres parecem deter esse poder, já mencionado, de decidir sobre a continuidade de uma gestação ou sobre a vida de um recém-nascido; depois porque, se os homens ‘fazem as crianças’, eles também participam da criação da vida.

AS KUPRY

Os Apinajé denominam **kupry** as mulheres não-írgens que possuem maturidade suficiente para estarem casadas, mas que, por viuvez, separação ou por estarem solteiras, são consideradas disponíveis para serem procuradas por homens solteiros ou casados, que retribuem as relações sexuais com alimentos, roupas, dinheiro, miçangas etc. Não se trata de ‘ser’ **kupry**, mas de ‘estar’ **kupry**, pois estas mulheres, assim que assumem um novo casamento, saem da condição de **kupry**.

Nimuendajú (1939:64) relatou a existência entre os Apinajé de jovens mulheres que, por iniciativa própria, incentivo dos pais ou ainda por relação premarital que não culminou no casamento, viviam na condição de “**me-kuprí-ya**”²¹ até se envolverem em uma relação estável. Nessa mesma categoria estariam também as divorciadas e as viúvas, sendo que a união de um homem com uma mulher na condição de **me-kuprí-ya** seria realizada, de acordo com o autor, sem nenhum cerimonial.

Entre os Apinajé, de acordo com os depoimentos que registrei, o casamento de moças

⁽²¹⁾ De acordo com informação de Lea (diálogo informal), o prefixo ‘me’ de ‘me-kuprí-ya’ designa o coletivo do substantivo ‘kuprí’, ‘ya’ quer dizer ‘este’ e kupry e ‘kuprí’ são a mesma categoria.

kupry é realizado com o mesmo cerimonial de uma não-kupry. Dizem que quando um homem casado procura uma **kupry** e a esposa descobre, ‘briga’, e às vezes separa-se do marido e ‘vira **kupry**’, ou então, fala mal da **kupry**, deixando de dirigir a palavra à mulher acusada, pressionando o marido para que ele deixe de procurá-la. Contudo, se esta mulher engravida, eles devem indenizá-la²². Diz-se que a esposa traída só volta a falar com aquela **kupry** novamente quando esta se casa.

Interessante notar que não há um termo correspondente a **kupry**²³ para o homem Apinajé, visto que também há solteiros, viúvos e separados que com certeza devem ser abordados pelas mulheres. Entretanto, o homem não é ‘retribuído’ materialmente, talvez porque o ato sexual seja considerado (idealmente) uma ‘ação’ masculina, ou seja, o homem age sobre a mulher, considerada passiva, por isso ele a presenteia, como uma forma de recompensa.

Os Apinajé apontam o estar casado como condição ideal, tal como Lea (1999:189) fala dos Kayapó: “Não existe a possibilidade de não casar-se”. Entretanto, acredito que, diante da possibilidade de separação, viuvez, demora para arranjar um parceiro, ou casamento prometido que não dá certo, ser **kupry** seria um meio de a sociedade prover o sustento de mulheres que não podem contar com um marido que providencie a carne de caça, pois seus irmãos (pelo menos idealmente) têm que prover sua própria casa, a esposa e a casa da sogra. Embora as Apinajé que estão sem parceiro possam possuir roças, cabeças de gado e, no limite, até caçar ou pescar, através das **kupry** a sociedade demonstra um mecanismo segundo o qual as pessoas não ficariam desamparadas. Para os Apinajé, ao que tudo indica, receber para manter relações sexuais não é pejorativo, aliás, é uma

vantagem para a mulher. O problema é estar sem parceiro fixo, sujeita ao ciúme das outras mulheres, e ao risco de ficar grávida e necessitar criar o filho sem a ajuda do pai.

IDADE E GÊNERO: A VELHICE

De acordo com Lea, uma caracterização globalizante dos gêneros Kayapó permite dizer que a idade “tende a dissolver a distinção entre os dois sexos.” (1994:99). A autora sustenta que, durante a vida adulta, todo contato entre homens e mulheres é sexuado. Mas, quando as mulheres tornam-se avós, detêm o mesmo prestígio que os avôs e até falam em reuniões importantes na casa dos homens.

Entre os Apinajé o arrefecimento da separação entre os sexos, com a idade, também pode ser constatado. Contudo, não me parece que se trate de uma ‘dissolução’ da diferença sexual. As mulheres tornam-se avós muito cedo, com cerca de trinta anos, e embora a ‘pirâmide da solidão’²⁴, conforme constata Lea entre as Kayapó, funcione também para as Apinajé (no tocante ao casamento após os 30 anos), o caráter sexuado do contato entre homens e mulheres, diminui, mas, não termina.

CONCLUSÃO

Entre os Apinajé, as ações, os eventos sociais e os relatos de mulheres que protagonizaram os eventos sociais serviram-me como ponto de partida para analisar a incoerência da análise dual simplesmente sobreposta à questão de gênero, à relação homem - mulher e aos aspectos da construção dos gêneros no contexto específico dessa sociedade e da

⁽²²⁾ Vários pesquisadores dos povos Jê e não Jê notaram que é costume entre eles os homens ‘retribuírem’ às mulheres com as quais mantêm relações sexuais fora do casamento. Esse ‘pagamento’ pode ser realizado em forma de mantimentos, utilidades domésticas, presentes ou dinheiro.

⁽²³⁾ A existência das **kupry** tem motivado discussões a respeito de uma possível comparação com a prática da prostituição. Werner (1984), define as **kupry** Mekrãnoti, como mulheres solteiras ‘especializadas’ em serviços sexuais à comunidade masculina.

⁽²⁴⁾ Termo utilizado por Elza Berquó, no trabalho: “Pirâmide da solidão?” apresentado no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais (1986), em Águas de São Pedro (SP).

etnologia Jê. Na aldeia São José, discussões de interesse coletivo acontecem também nas casas das lideranças, onde decisões importantes são tomadas, antes de serem comunicadas aos habitantes da aldeia no centro do pátio, sendo que homens e mulheres participam em ambas as instâncias das discussões. De maneira inversa, assuntos que poderiam ser entendidos como de interesse dos grupos domésticos (como o comportamento de moças que namoram não-índios) são, às vezes, discutidos no pátio. Ou seja, a casa é um espaço socialmente tão importante quanto o espaço central e pode abrigar, ao mesmo tempo, as relações consanguíneas, discussões e decisões políticas e ações rituais.

Irepxi, brincando com as mulheres em meio ao acampamento da nova aldeia, que ela, junto com seu afilhado, tomou a iniciativa de construir, divertia-se com um ‘faz-de-conta’ de que elas, as mulheres, poderiam ser caciques. Essas mulheres, enquanto riam, se reafirmavam como pessoas, com as responsabilidades, capacidades e limites de uma pessoa. Inclusive o poder de ‘dar de comer’ (analisado por Strathern, 1980:208) (como um ato que subordina quem depende do alimento), o poder de decidir quem casa com quem, quem recebe qual nome de quem, quem vai morar com quem, e o poder de decidir quem não deve nascer e que, se nascer, não deve viver.

Qualidades femininas e masculinas não necessariamente estão inscritas num corpo de homem ou de mulher. Irepxi encarna atributos idealmente masculinos em sua trajetória pessoal, à frente da demarcação de terras, de problemas recentes como a mudança de cacique ou a construção de uma nova aldeia. Assim como seu filho Joaquim prefere se ausentar das discussões.

Para concluir este artigo, recorro a uma observação de McCallum (1999:161) sobre os Kaxinawá que ilustra a impressão que me fica dos dados Apinajé: a de que “assim como os homens podem cozinhar, as mulheres podem matar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARELLI, Vicent. Multirão guerreiro conquista demarcação Apinayé. *Povos Indígenas no Brasil*. Série: *Aconteceu*, especial (15), CEDI. 1984.
- DA MATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Petrópolis, Ed. Vozes. 1976.
- GIRALDIN, Odair. *Axpên Pyràk. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinajé*. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas - SP. 2000.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A Luta pela Identidade Social: O caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central*. Dissertação de mestrado. Museu Nacional. UFRJ. 1981.
- LEA, Vanessa. *Desnaturalizando Gênero na sociedade Mebengôkre*. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, Unicamp. 1999.
- _____. *Nomes e Nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ. 1986.
- LORRAIN, Claire. *Cosmic Reproduction, Economics and Politics Among the Kulina of Southwest Amazonia*. *Journal of the Royal Anthropological Institute* vol. 06 n° 02. Junho / 2000.
- MAYBURY-LEWIS, David. *A Sociedade Xavante*. RJ, ed. Francisco Alves. 1974.
- McCALLUM, Cecília. *Gender, Personhood and Social Organization Amongst the Cashinuhua of Western Amazonia*. Thesis for degree of PhD. University of London. 1989.
- NIMUENDAJÚ. *Os Apinayé*. Belém, Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi. 1983 [1939].
- ROCHA, Raquel Pereira. *Filmes etnográficos sobre etnias indígenas brasileiras e o olhar sobre gênero*. *Humanitas*, PUC-Campinas, ICH, vol.II, n° 2. Ag/1998.
- ROSALDO, Michelle. *Woman, Culture, and Society*. Stanford University Press. 1979.

- STRATHERN, Marilyn . *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley, Univ. of California Press. 1988.
- TURNER, Terence. De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: VIVEIROS DE CASTRO & CARNEIRO DA CUNHA (orgs). *Amazônia e História Indígena*. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. USP: FAPESP. 1993.
- VEIGA, Juracilda. Cosmologia e práticas rituais Kaingang. Tese de doutorado. IFCH, Unicamp. 2000.
- VIDAL , Lux . *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. Hucitec. 1977.
- WERNER, Dennis. Paid Sex Specialists Among the Mekranoti. *Journal of Anthropological*. Vol 40 (3). 1984.

**TRIBUTAÇÃO, EMPREGUISMO E MANUFATURAS NA
CONFORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LIVRE NA CORTE
IMPERIAL BRASILEIRA (1850-1880)**

***TAXATION, EMPLOYISM AND MANUFACTURERS IN THE FORMATION OF
A FREE JOB MARKET AT THE BRAZILIAN IMPERIAL COURT (1850-1880)***

Artur José Renda VITORINO*

RESUMO

Ao tomar como estudo a conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira após o fim do tráfico negreiro, este artigo procura mostrar que o seu mercado interno, por estar preso aos interesses de uma economia urbana mercantil sob a escravidão, travou a generalização do trabalho assalariado.

Palavras-chave: *Rio de Janeiro, Brasil Império, mercado de trabalho, economia urbana, mercado interno, receita pública, funcionalismo público, comércio externo, industrialização.*

ABSTRACT

By focusing a research the formation of the free job market at the Brazilian Imperial Court, after the end of the slavery traffic, this article reveals that the internal market, limited by the interests of an urban mercantile economy under of slavery, prevented the spread of paid work.

Key-words: *Rio de Janeiro, Imperial Brazil, job market, urban economy, internal market, public income, public servants, external commerce, industrialization.*

Este artigo constitui o 3º capítulo da minha tese de doutorado, *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de*

1850 a 1880, defendida em julho de 2002 na UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Claudio H. de M. Batalha e financiada pela FAPESP.

(*) Doutor em História pela Unicamp. Professor do Curso de História do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

1. ECONOMIA URBANA E RECEITA PÚBLICA

O fim do tráfico negreiro alterou muita coisa na economia do Rio de Janeiro, num efeito tão impactante que foi capaz de configurar na capital do Império uma vida econômica urbana de feições e forças próprias. Induzido especialmente pelo capital que antes estava engatado no negócio negreiro, o ritmo de acumulação e as atividades produtivas internas de capitais (fixo e circulante) eram ditados pelo capital mercantil urbanizado.

O setor agrícola de exportação do Vale do Paraíba, por apresentar-se enlaçado, através dos comissários, ao sistema de crédito urbanizado, e, por ele também estar inserido no processo urbano de comercialização, de sua exportação e de seus agentes, tal mecanismo fez drenar o excedente monetizado da produção cafeeicultora desta região para a Corte.

O sistema de crédito também vai financiar o aumento das importações, fazendo gerar na Corte uma economia urbana que conseguiu confluir o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e bens de consumo, dando condições favoráveis para a tributação e conseqüente aumento do gasto público urbano.

A tutela da Praça do Rio, dos seus bancos e dos seus comissários não se fazia sentir somente no Vale do Paraíba. Especialmente após a reforma Itaboraí, que realizou um verdadeiro sistema de centralização creditícia, as sucursais do Banco do Brasil realizavam elevada transferência de capitais das províncias do Norte para o Rio. Em análise de Evaldo Cabral de Mello:

“A reforma Itaboraí (1853), que deu monopólio da emissão ao Banco do Brasil,

foi o principal instrumento de uma orientação financeira que, como notou com acuidade Joaquim Nabuco, alçou a unidade bancária à condição de um ‘dogma político’. Como se sabe, Itaboraí visava declaradamente a criar um sistema moderno de moeda e crédito assente na massa de capitais até então investidos no tráfico africano e que a lei Eusébio de Queiroz (1850) viera em boa hora liberar para outros fins reprodutivos. Ao fazê-lo, porém, com base na unidade de emissão, a reforma terá acarretado a transferência para a praça do Rio de recursos anteriormente empregados no comércio negreiro das províncias do norte, particularmente na Bahia, onde ele fora mais vivo. Daí que a terminação do tráfico não tenha criado na Bahia ou em Pernambuco ou no Maranhão, a euforia econômica observada no Rio dos primeiros anos cinqüenta; e que abortasse o surto bancário que se havia feito sentir nas principais províncias nortistas nos anos quarenta.”¹

Ao se falar da reforma realizada por Itaboraí,² entramos na questão de saber se é possível discernir, no dissídio partidário, os interesses econômicos que condicionavam o programa de Conservadores e Liberais. Mas como não é minha intenção aprofundar este tema, farei somente algumas considerações sobre como era a política monetária e a administração orçamentária e fiscal conduzidas por Liberais e Conservadores durante o Segundo Reinado, já que elas são relevantes para o entendimento deste artigo.

A reforma Itaboraí, então um dos cardeais do partido Conservador, fez concentrar em um só banco, o Banco do Brasil instalado na capital

⁽¹⁾ Evaldo CABRAL DE MELLO, *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª ed. 1999, p. 105. Nas transcrições (sempre em itálico), nos nomes próprios e de jornais ou instituições, optei por manter a ortografia original. Doravante seguirei este critério.

⁽²⁾ Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, chefiou o 11º gabinete que durou de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, e acumulou, como era de regra no período, a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Foi o fundador do terceiro Banco do Brasil a se instalar aqui, que, por suas agências e filiais, podia servir a todas as províncias, sendo concedido a esse banco o privilégio de emissão. Com isto, o banco adquiriu o caráter de regulador da circulação, e com ele contratou a substituição dos bilhetes do Tesouro por notas bancárias conversíveis.

do Império, o privilégio de emitir. Era política econômica do partido Conservador realizar, através do monopólio por parte do Banco do Brasil, a concentração da emissão e enxugar o estoque monetário do país a fim de outros bancos não criarem crédito. Deste modo, se evitaria que as letras de prazo curto ou vales (de 5 dias, em regra) desses bancos viessem a circular como moeda, fazendo concorrência ao papel do Tesouro, e que o excesso de papel-moeda, conseqüentemente, depreciasse o câmbio. Em outras palavras, a política monetária do partido Conservador era *centralizar* em um só banco a emissão do papel-moeda para restringir a circulação fiduciária e o crédito, a fim de manter uma moeda brasileira forte e estável, bem como o câmbio valorizado para facilitar o repagamento do considerado débito estrangeiro da nação.

Já a política monetária do partido Liberal podia ser exemplificada através da emblemática atuação de Bernardo de Souza Franco, quando ele esteve à frente do Ministério da Fazenda de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Ao contrário dos cardeais do Partido Conservador, Souza Franco criou na sua gestão seis novos bancos emissores com sedes nas províncias do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Maranhão, em que a garantia do valor do meio circulante era sobre títulos do crédito público nacional. Assim, ao mesmo tempo em que a emissão plural e a distribuição de crédito patrocinada pelo estado tendiam a desvalorizar o câmbio e acentuar a inflação, aumentando a dívida interna, elas também facilitavam os empreendimentos brasileiros, ao impulsionar o comércio, mesmo aquele que não estava ligado à exportação, as indústrias, os bancos domésticos (desde que tivessem poucas obrigações estrangeiras) e a agricultura de exportação.

Quanto à noção prevalecente de que a desvalorização do câmbio beneficiaria o setor de exportação e, portanto, a indústria cafeeira encorajava a desvalorização cambial, pois assim

ela seria remunerada pelas moedas mais fortes das nações mais desenvolvidas, há de se notar que a indústria cafeeira era formada pelos grupos - na maioria das vezes distintos - de agricultores, comissários e exportadores. Os agricultores eram favoráveis ao câmbio desvalorizado e até à emissão de moeda, mesmo que inflacionária, mas a possibilidade inflacionária e a desvalorização cambial assustava os grupos comerciais mais representativos no setor de exportação de café. Em suas atitudes em relação à questão cambial, as associações comerciais demonstraram interesses opostos. Os grupos comerciais e agricultores do Nordeste eram favoráveis à desvalorização cambial, ao contrário das associações comerciais de Santos e do Rio de Janeiro - dominadas por estrangeiros e representantes de casas comerciais engajadas tanto na exportação quanto na importação - dos financiadores do exterior e dos investidores estrangeiros que pressionavam a favor da alta do câmbio.³

A inter-relação entre circulação monetária e câmbio, que fazia do excesso de papel inconvertível em ouro o maior causador das variações do câmbio entre a praça do Rio e a de Londres, era fato nos anos de 1866 a 1871. Mas isso ocorreu não porque o Banco do Brasil facilitou o crédito, pois foi justamente neste período que o Banco do Brasil resgatou mais da metade de suas notas, conforme acordo de 1866 (que proibiu o banco de emitir notas e tornou-o mais independente do governo). Foi o governo quem aumentou o dinheiro em circulação em mais da metade, forçando a queda do câmbio em Londres em até 14 *pence* para cada mil-réis, em 1867, o mais baixo de todo o Império.⁴

A Guerra do Paraguai forçou o governo a se apropriar de todo o ouro do Banco do Brasil, ouro este que foi para o Prata, enriquecendo os fornecedores argentinos alocados principalmente em Buenos Aires, e para a Europa, com

⁽³⁾ Eugene RIDINGS, *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 138-144.

⁽⁴⁾ Ao relacionar o câmbio com as notas do estado, as notas do banco e os bilhetes do tesouro durante os anos de 1866 a 1871, Castro Carreira mostra que foram as notas do estado que fizeram depreciar o câmbio. Cf. Liberato de Castro CARREIRA, *História financeira e orçamentaria do Império do Brasil desde a sua fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 441.

a compra de armamentos.⁵ Para financiar os gastos de guerra, tanto a administração conservadora quanto a liberal foi obrigada a aumentar a circulação de papéis fiduciários através do curso forçado.⁶

Era normal os estadistas do Império se queixarem do excesso de papel-moeda e conseqüente depreciação do câmbio. Para o liberal Affonso Celso de Assis Figueiredo, no entanto, não havia nenhuma correlação entre meio circulante e taxa cambial. Em discurso de 18 de março de 1879, proferido na Câmara dos deputados, o futuro Visconde de Ouro Preto dizia que a prova de que

“(...) a nossa circulação fiduciária não influe nesta praça para a queda do cambio; fornecem-na tres factos altamente significativos.

Os annos de 1859 a 1860 marcam a epoca da maior expansão de credito entre nós. Foi então que a emissão do papel-moeda teve mais brusco e mais consideravel augmento.

Desapparecera a moeda metallica; emittia o thesouro, diversos bancos emittiam e tambem suas caixas filiaes.

Os 51 mil contos, que tinhamos em circulação, subiram rapidamente a 90 mil. Entretanto o cambio nunca desceu de 23 e subiu a 27 ds...

Quinze annos mais tarde⁷, o cambio estava entre 25 e 26 ds.; deu-se nesta praça uma crise monetaria; os bancos sentiam-se ameaçados, e o governo entendeu dever ir em seu auxilio. Foi autorizada uma emissão de 25.000:000\$; e o que aconteceu?

O cambio, longe de baixar, subiu até 28, e foi além, chegando a 28, á proporção que o papel ia-se introduzindo na circulação; e, ao contrario, quando o governo tratou de receber esta nova emissão, foi descendo até 24!...

Ainda agora mesmo, por ocasião do decreto promulgado pelo meu illustre antecessor,⁸ não houve nenhuma baixa de cambio. Pelo contrario, houve alta...

Logo o papel-moeda não influe para a baixa do cambio.”⁹

Com exceção do período da Guerra do Paraguai (1864-1870), ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas as políticas monetárias de Liberais e Conservadores quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto aqueles tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor

⁽⁵⁾ John SCHULZ, *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo, Ed. USP/Instituto Fernando Braudel, 1996, pp. 44-5. O partido Liberal governou da 24 de maio de 1862 (17º Gabinete) a 16 de julho de 1868 (22º Gabinete), e o partido Conservador desta data até 5 de janeiro de 1878 (26º Gabinete).

⁽⁶⁾ Entenda-se curso forçado como a declaração de que instrumentos como papel moeda ou bilhetes bancários devem ser aceitos em pagamento pelo seu valor nominal, sem levar em conta o valor atual desses instrumentos em metal. Sobre os recursos extraordinários de que lançou mão o Tesouro Nacional para fazer face às despesas da guerra do Paraguai, ver Liberato de Castro CARREIRA, *op. cit.*, p. 427. Para Rui G. GRANZIERA (*A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, Campinas, Unicamp, 1979), neste período de guerra, o governo foi obrigado a realizar uma renovação do meio circulante através do curso forçado, abrindo vantagens inéditas ao comércio atacadista local, em cujo contexto iria se dar a verdadeira acumulação de capital.

⁽⁷⁾ Refere-se, aqui, à crise de 1875, que fizera os preços do café cair e obrigou Mauá a suspender as operações de seus bancos. Esta crise teve como causa externa o início da “grande depressão” mundial originada na Europa central, na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir de maio de 1873. Cf. John SCHULZ, *op. cit.*, pp. 33-48.

⁽⁸⁾ Trata-se do decreto de 15 de abril de 1878, autorizando o Ministério da Fazenda a emitir, nos exercícios de 1877-78 e 1878-79, até a importância de 60.000:000\$ de papel-moeda para acudir às urgentes despesas da seca que devastava as províncias do Norte e às demais obrigações contraídas pelo Tesouro. Na volta ao poder do partido Liberal, no 27º gabinete que teve começo em 5 de janeiro de 1878 e deixou o poder em 28 de março de 1880, no ministério presidido pelo conselheiro Sinimbu estava na pasta da Fazenda Gaspar da Silveira Martins, substituído interinamente por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu e em 8 de fevereiro de 1879 por Affonso Celso de Assis Figueiredo.

⁽⁹⁾ *Apud* Amaro CAVALCANTI, *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 169. (O destaque está na edição citada.)

exportador; esses procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda mas aumentava os rendimentos dos exportadores. Mas, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro¹⁰, que os fazendeiros estivessem mais próximos do partido Liberal do que do Conservador, visto que os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez

surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.¹¹

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*,¹² o Estado monárquico precisava – aliás como qualquer Estado – de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo agiam de forma diferenciada: o partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do partido Liberal, que com determinada linha orçamentária tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais.¹³

Mas, que fique claro, essas considerações não significam dizer que o partido Liberal, quando no comando do centro decisório do poder, estava lá com o precípua objetivo de governar em nome e para os senhores grandes proprietários rurais e para os empreendedores e comerciantes nacionais; e que, na outra margem, o partido Conservador, quando no poder, seria o porta-voz e defenderia os interesses das grandes casas

¹⁰ Sigo, aqui, as hipóteses de trabalho lançadas por Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 8ª ed., 1988, cap. X, pp. 341-397. Como também do mesmo Autor, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro, Globo, 3ª ed., 1988, p. 162.

¹¹ Sobre os princípios do Partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do Partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver Américo BRASILIENSE, *Os Programas dos Partidos e o 2º Império. Primeira parte: exposição de princípios*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878. Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Holanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” – ver Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987. Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

¹² Um estudo de como foram bem diferentes os resultados, na construção do Estado, da independência na América espanhola e América portuguesa, ver José Guilherme MERQUIOR, “Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina”, in: John A. HALL (org.), *Os Estados na história*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 386-421.

¹³ Apesar de ter sido escrito no bojo da luta política, pois o partido Conservador estava governando o país desde 16 de julho de 1868, é imprescindível acompanhar o estudo político-financeiro realizado pelo paraense liberal e Conselheiro de estado Tito FRANCO D’ALMEIDA, *A Grande política. Balanço do Império no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1877.

comerciais importadora e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito.¹⁴

Mesmo que as medidas de extinção do tráfico e as leis abolicionistas tenham saído todas de gabinetes conservadores, a crônica política diária dos debates e resoluções realizados na Câmara, Senado, Conselho de Estado, dissoluções da Câmara, na subida e descida dos partidos do comando dos Gabinetes, revela-nos que é um exagero caracterizar o quadro institucional, o Estado, como instrumento da dominação ora dos senhores grandes proprietários rurais, ora dos senhores do grande comércio e dos financiadores.¹⁵

Sobre qual base era apoiada a estrutura fiscal, deve-se ter em conta que a Corte imperial era essencialmente uma cidade mercantil. Não somente a sua prosperidade como até a sua existência dependia do seu comércio externo. Nesse sentido, não eram somente o negociante e o construtor naval os únicos interessados no seu caráter comercial. O artífice, o oficial ou o obreiro, o lojista, o jornaleiro, o capitalista, o proprietário, o lavrador, todos se achavam estreitamente ligados e identificados com a prosperidade do Rio de Janeiro. Proclamava-se, em 1843, que a vocação natural dessa cidade era “*tornar-se o maior deposito commercial, em uma palavra, o emporio do commercio do globo.*”¹⁶

Mais do que vocação, a predominância do comércio externo era uma consequência histórica da economia colonial. Não obstante, o rendimento das alfândegas era a base de toda a

organização fiscal do Brasil. Conforme observou o Conde von Straten-Penthoz, esse rendimento fornecia ao orçamento do país “*mais de quatro quintos da sua dotação; este facto não é resultado de um systema, mas da necessidade.*”

“*Com effeito - continuava o conde belga -, a industria mercantil podia só fornecer a alimentação do novo Imperio. O luxo da colonia portugueza nas cidades do Atlantico e nas plantações vizinhas tinha dado ao commercio uma prosperidade, que antecipava muitos seculos o gráo de bem estar do interior do Brazil. Quando os acontecimentos produziram a independencia da colonia, a organização politica, que foi della o resultado, se havia regulado pela civilização do litoral, ficando quasi um mecanismo physico para o resto do territorio. Pela mais natural das consequencias, o Imperio, que nascêra sobre o litoral, foi buscar o seu imposto na prosperidade, de que estava rodeado.*

Este resultado, aliás, convinha inteiramente ás propensões das raças meridionaes; pois era tirar recursos do dinheiro mais facil de receber, fazendo do estrangeiro o fornecedor immediato delle, e deixando-lhe o cuidado de seu reembolso indireto pelo paiz, em proveito do qual o tributo era levantado.

A nova nação recebeu assim uma fôrma de governo e não sentio o onus da sua manutenção.

⁽¹⁴⁾ José Murilo de CARVALHO (*A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980, pp. 165-6.) afirma que conquanto houvesse diferenças de interesse na composição dos partidos Liberal e Conservador, eram eles em comum formados por pessoas ligadas ao setor agrário: “(...) Os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para a exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se dispõem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terras filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional.”

⁽¹⁵⁾ No livro *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, Rio de Janeiro, IPERJ, 1988, sobretudo no capítulo “A política da abolição: o rei contra os barões”, José Murilo de CARVALHO mostrou que a elite política frequentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas. Para um acompanhamento, a partir de informações colhidas de um dos protagonistas da época, dos bastidores e negociações que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre, ver Tobias BARRETO, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913, “A lei de 28 de Setembro”, pp.11-34.

⁽¹⁶⁾ “Ao habitantes do Rio de Janeiro. 1ª Carta”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 e 16 jun. 1843, p.3.

*Os factos, dos quaes nascia o regimen economico, deviam estender sua influencia á ordem politica. A insufficiencia das riquezas do interior tinha forçado o orçamento a nutrir-se do litoral; o salario publico veiu em socorro da insufficiencia das fortunas privadas para estabelecer o censo eleitoral e o censo de elegibilidade.*¹⁷

De fato, as rendas gerais do Império, em sua grande parte, procediam dos direitos alfandegários, cobrados nas importações dos

produtos estrangeiros despachados por consumo, e dos direitos dos produtos nacionais exportados para os países estrangeiros. As despesas gerais eram realizadas de conformidade com as leis do orçamento, votadas pelo poder legislativo e pelos Ministérios (Ministérios do Império, Justiça, Estrangeiros, Marinha, Guerra, Fazenda, acrescentado, a partir de 1860, o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas), em que se dividia a administração do Brasil. As rendas e despesas gerais, efetuadas nos 20 exercícios de 1844-1845 a 1863-1864 eram as que constam no mapa seguinte:

Exercícios	Rendas	Despesas
1844-45	24.276:000\$000	25.458:000\$000
1845-46	25.694:000\$000	24.245:000\$000
1846-47	26.764:000\$000	24.969:000\$000
1847-48	24.125:000\$000	24.980:000\$000
1848-49	25.204:000\$000	27.883:000\$000
1849-50	26.978:000\$000	28.563:000\$000
1850-51	31.533:000\$000	32.656:000\$000
1851-52	35.787:000\$000	42.241:000\$000
1852-53	36.391:000\$000	30.929:000\$000
1853-54	34.516:000\$000	36.234:000\$000
1854-55	35.985:000\$000	38.740:000\$000
1855-56	38.634:000\$000	40.243:000\$000
1856-57	49.156:000\$000	40.374:000\$000
1857-58	49.747:000\$000	51.756:000\$000
1858-59	46.920:000\$000	52.718:000\$000
1859-60	43.807:000\$000	52.606:000\$000
1860-61	50.052:000\$000	52.358:000\$000
1861-62	52.489:000\$000	53.050:000\$000
1862-63	48.349:000\$000	56.660:000\$000
1863-64	54.625:000\$000	55.519:000\$000

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 294.)

⁽¹⁷⁾ Citado em João Cardoso de MENEZES e SOUZA, *Theses sobre a colonização do Brazil. Projecto de solução a's questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875, p. 184.

Com exceção do biênio 1845-46 a 1846-47, e do exercício 1852-53, nos demais 17 anos as despesas excederam as rendas. Observa-se, também, que os biênios 1850-51 e 1851-52 apresentam um acréscimo substancial tanto das rendas quanto das despesas. Este acréscimo, quanto às rendas, ocorreu porque nos exercícios de 1850-51 e 1851-52, o valor total das importações do Brasil saltou de 59.165:000\$000 - durante o ano de 1849-50 - para 76.918:000\$000 e 92.860:000\$000 - representando respectivamente os exercícios dos anos 1850-51 e 1851-52.

Tal acréscimo das rendas vem então demonstrar, como veremos no quadro abaixo, que as rendas gerais e depósitos do Império

procediam em sua maior parte dos direitos aduaneiros.

Além de nos permitir reconhecer que a principal renda do Império procedia dos direitos da alfândega, os dados do quadro abaixo indicam que as rendas aduaneiras aumentaram no decurso dos 20 anos na razão de 165,58%, o que significa um crescimento médio anual de 8,02%. Já as rendas extraordinárias representaram um progresso médio e constante na razão anual de 55,36%. Da mesma forma, há um crescimento das rendas do interior, que nesse espaço de tempo saltou de 4.138:500\$ para 11.446:660\$, deixando registrado que houve um incremento das atividades artesanais, manufatureiras e

Exercícios	Das Alfândegas	Do interior	Extraordinária	Dépósitos
1844-45	18.872:100\$	4.138:500\$	265:300\$	528:600\$
1845-46	21.500:900\$	4.608:100\$	184:600\$	505:500\$
1846-47	22.007:800\$	4.434:000\$	322:300\$	863:500\$
1847-48	19.963:900\$	3.994:700\$	166:100\$	607:600\$
1848-49	19.863:300\$	5.173:700\$	165:200\$	958:700\$
1849-50	21.802:400\$	4.894:100\$	281:400\$	1.222:800\$
1850-51	25.749:000\$	5.457:800\$	325:800\$	1.164:100\$
1851-52	29.937:100\$	5.431:600\$	398:000\$	1.925:800\$
1852-53	29.939:000\$	5.866:500\$	584:800\$	1.711:800\$
1853-54	27.560:000\$	6.237:600\$	718:800\$	2.531:700\$
1854-55	28.403:000\$	7.211:800\$	370:000\$	2.590:500\$
1855-56	30.396:500\$	7.655:700\$	582:000\$	3.307:800\$
1856-57	40.016:600\$	8.597:400\$	542:200\$	3.599:700\$
1857-58	39.139:700\$	9.687:700\$	919:500\$	3.664:100\$
1858-59	36.681:900\$	9.493:800\$	744:200\$	3.455:700\$
1859-60	33.098:800\$	10.089:300\$	619:100\$	3.503:600\$
1860-61	37.559:000\$	11.614:700\$	877:900\$	3.525:400\$
1861-62	39.873:700\$	11.507:200\$	1.107:900\$	3.381:900\$
1862-63	36.042:800\$	11.000:200\$	1.306:300\$	3.138:600\$
1863-64	40.122:300\$	11.446:660\$	3.055:900\$	3.548:200\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 295.)

comerciais urbanas, de compra e venda de propriedades e do setor agrícola doméstico voltado para a produção de alimentos para o mercado interno. Quanto aos depósitos, por serem uma receita temporária do Estado, pois eram pagos pelos depositantes quando havia leis que assim determinavam, eles seguiram na razão direta das rendas arrecadadas.¹⁸

Como a principal renda do Império procedia dos direitos da alfândega, numa relação direta com o movimento transacional das importações e exportações, convém examinar o próximo quadro comparativo dos valores oficiais das importações e exportações diretas do Império do Brasil¹⁹ relativos aos exercícios de 1834-1835 a 1863-64.

Os dados da tabela expostos na próxima página, com referência aos seus valores, mostram que tanto o comércio de importação quanto o de exportação do Império do Brasil tiveram um aumento progressivo. O aumento dos valores das importações no último exercício de 1863-64 sobre os do primeiro de 1834-35 na importância de 71.469:200\$ significou um aumento de 167,53% e um progresso constante na média razão anual de 5,76%. As importações começaram a operar com um maior desenvolvimento no exercício de 1850-51 e foram aumentando até 1857-58, ano da maior soma de valores importados durante os trinta exercícios descritos acima. No ano seguinte, no exercício de 1858-59, houve uma pequena diminuição, e muito menores sendo as importações de 1859-1860, as quais tornaram a elevar-se no exercício de 1860-61, para baixarem nos dois exercícios seguintes, tendo grande incremento no exercício de 1863-64. O sempre bem avisado Sebastião Ferreira Soares, explicava da seguinte maneira essas oscilações nos valores das importações:

“O progressivo augmento dos valores importados desde 1850-1851 até 1857-1858

teve por origem tres factos principaes: 1ª A cessação do immoral commercio de escravatura africana em 1850, o que fez com que os capitaes empregados nesse nefando trafico fossem applicados a outros ramos licitos de commercio; 2ª A organização de diversas empresas industriaes que se começou a tentar de 1852 em diante, algumas das quaes forão levadas a effeito; 3ª Finalmente, porque a facilidade do credito nas principaes praças commerciaes do Imperio, e em maior escala no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco deu impulso a transacções de maiores valores; sobrevindo porém, a crise de 1857, e sabendo-se de seus effeitos no Rio de Janeiro em fins desse ano, começou a retracção dos negociantes cautelosos nas suas vendas a credito, enquanto observavão os resultados dessa crise, que felizmente pouco influio sobre as praças commerciaes do Brasil.”²⁰

O aumento que se observou nos valores importados relativos ao exercício de 1860-1861 era uma consequência da publicação da tarifa de 3 de novembro de 1860, a qual ao conceder um prazo de 60 dias para a retirada das mercadorias armazenadas pelas taxas da tarifa anterior, resultou uma retirada rápida e crescida das importações e avultou os depósitos das mercadorias alfandegadas. Não procedia, portanto, de um maior número de mercadorias importadas neste exercício, mas da saída delas dos depósitos das nossas alfândegas. Desta forma, parece que durante o exercício de 1860-1861 o volume das importações foi muito mais elevado quando comparado com os exercícios anteriores, quando na realidade o contrário aconteceu.

⁽¹⁸⁾ Regra geral, o maior volume dos depósitos era proveniente dos efetuados nas alfândegas do Império em caução dos direitos de consumo, e das multas contestadas (e estas quase sempre se saldavam dentro do exercício em que eram realizadas).

⁽¹⁹⁾ Além das importações e exportações diretas, também havia entre as províncias o comércio de cabotagem e interior que constavam de mercadorias nacionais e estrangeiras. Comparando o valor do comércio de cabotagem com o do interior, teremos que, em referência ao exercício de 1854-55, enquanto a cabotagem movimentou 49.772:000\$, o comércio interior girou 14.200:000\$; e, no exercício de 1863-64, a cabotagem estava para o comércio interior, como 100.702:000\$/17.500:000\$. Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística...*, Tomo I, p. 96.

⁽²⁰⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística ...*, Tomo I, pp. 125-7.

Exercícios	Importação	Exportação	Balança Comercial: Desfavorável	Balança Comercial: Favorável
1834-1835	36.577:000\$	32.999:000\$	3.578:000\$	
1835-1836	41.196:000\$	41.442:000\$		246:000\$
1836-1837	45.320:000\$	34.183:000\$	11.137:000\$	
1837-1838	40.757:000\$	33.511:000\$	7.246:000\$	
1838-1839	49.446:000\$	41.442:000\$	7.848:000\$	
Média	42.659:200\$	36.746:600\$	5.912:000\$	
1839-1840	52.359:000\$	43.192:000\$	9.167:000\$	
1840-1841	57.727:000\$	41.672:000\$	16.055:000\$	
1841-1842	56.041:000\$	39.084:000\$	16.957:000\$	
1842-1843	50.639:000\$	41.040:000\$	9.599:000\$	
1843-1844	55.289:000\$	43.800:000\$	11.489:000\$	
Média	54.411:000\$	41.757:600\$	12.653:400\$	
1844-1845	55.228:000\$	47.054:000\$	8.174:000\$	
1845-1846	52.194:000\$	53.630:000\$		1.436:000\$
1846-1847	55.740:000\$	52.450:000\$	3.290:000\$	
1847-1848	47.350:000\$	57.926:000\$		10.576:000\$
1848-1849	51.570:000\$	56.290:000\$		4.720:000\$
Média	52.416:000\$	53.470:000\$		1.054:000\$
1849-1850	59.165:000\$	55.032:000\$	4.137:000\$	
1850-1851	76.918:000\$	67.788:000\$	9.130:000\$	
1851-1852	92.860:000\$	66.640:000\$	26.220:000\$	
1852-1853	87.332:000\$	73.645:000\$	13.687:000\$	
1853-1854	85.839:000\$	76.843:000\$	8.996:000\$	
Média	80.422:800\$	67.989:000\$	12.433:200\$	
1854-1855	85.171:000\$	90.699:000\$		5.528:000\$
1855-1856	92.779:000\$	94.432:000\$		1.653:000\$
1856-1857	125.227:000\$	114.457:000\$	10.770:000\$	
1857-1858	130.264:000\$	96.200:000\$	34.064:000\$	
1858-1859	127.268:000\$	106.782:000\$	20.486:000\$	
Média	112.141:800\$	100.514:000\$	11.627:800\$	
1859-1860	113.028:000\$	112.958:000\$	70:000\$	
1860-1861	123.720:000\$	123.171:000\$	549:000\$	
1861-1862	110.531:000\$	120.720:000\$		10.189:000\$
1862-1863	99.163:000\$	122.480:000\$		23.317:000\$
1863-1864	124.200:000\$	130.565:000\$		6.365:000\$
Média	114.128:400\$	121.978:800\$		7.850:400\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 152.)

O decrescimento constante dos valores das importações nos exercícios que seguiram ao de 1860 a 1861 até o de 1862 a 1863 originou-se principalmente do estado de dúvida em que se achava o comércio em referência às leis do crédito bancário, desde que foi apresentado o projeto para a reforma dos bancos na Câmara dos deputados pelo ministro da Fazenda Conselheiro Salles Torres Homem, cujo projeto, não tendo sido aprovado na mesma Câmara, deu em resultado a sua retirada do ministério, sendo nela substituído pelo Sr. conselheiro Ferraz, que insistiu na reforma bancária, a qual então foi votada, e produziu a lei de 22 de agosto de 1860, que fez desaparecer o estado de dúvida comercial, e firmou as transações a crédito nas nossas praças mercantis. Firmada a lei bancária, e determinada a conversão dos bilhetes dos bancos em ouro, as transações comerciais tornaram a entrar na ordem normal. Porém, foi somente depois de dois anos da publicação daquela lei que as transações chegaram ao seu

estado anterior, tempo este gasto para liquidar as transações anteriores à sua promulgação.

Quanto às exportações, no espaço de 30 anos, contados de 1834-35 até 1863-64, houve um aumento de valores na razão de 232,24%, o qual se traduz em um crescimento constante na razão média anual de 8%. Como as exportações se referiam quase por completo aos produtos agrícolas – café, açúcar e aguardente, algodão, couro, fumo, borracha, mate, cacau –, as pequenas intermitências que se observam em alguns dos exercícios comparados eram consequência da influência das estações mais ou menos regulares sobre as colheitas no país, ou da diminuição dos valores desses produtos no mercado durante aqueles 30 anos. Mas em termos médios dos quinquênios, quando comparados entre si, verifica-se sempre aumentos e não decréscimos de valores. Uma sinopse dos principais produtos do Brasil exportados, por suas quantidades e valores nos exercícios de 1854-1855 e 1863-64, segue abaixo:

Gêneros	Unidades	Quantidades (1854-55)	Valores (1854-1855)	Quantidades (1863-1864)	Valores (1863-1864)
Aguardente	Canadas	3.689.614	1.300:000\$	1.736.950	645:000\$
Algodão em rama	Arrobas	887.177	4.686:000\$	1.338.200	29.293:000\$
Açúcar	Arrobas	8.193.137	16.679:000\$	7.919.976	19.893:000\$
Cacau	Arrobas	147.901	419:000\$	234.633	1.133:000\$
Café	Arrobas	8.698.036	18.491:000\$	8.172.233	54.131:000\$
Castanhas	Alqueires	45.000	150:000\$	55.437	197:000\$
Couros em cabelo	Arrobas	955.885	5.810:000\$	1.464.486	7.604:000\$
Diamantes	Oitavas	9.571	3.738:000\$	10.255	4.129:000\$
Farinha de mandioca	Aqueires	95.505	202:000\$	86.711	100:000\$
Fumo em folha e corda	Arrobas	681.230	2.028:000\$	897.313	3.476:000\$
Goma elástica	Arrobas	195.285	2.830:000\$	232.288	3.695:000\$
Erva mate	Arrobas	406.682	857:000\$	614.602	1.274:000\$
Ouro em pó e barra	Oitavas	63.428	257:000\$	31.898	114:000\$
			87.447:000\$		125.693:000\$
Diversos artigos			3.252:000\$		4.872:000\$
			90.699:000\$		130.565:000\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 104.)

Observa-se que a aguardente, o açúcar e o café experimentaram alguma diferença para menos nas quantidades do exercício de 1863-64, ao mesmo passo que muito aumentaram os seus valores. A diminuição da exportação da aguardente de cana pode ser explicada pelos pesados impostos implementados pela administração pública com o fim principal de diminuir a sua fabricação e aumentar a do açúcar, pois enquanto este produto encontrava maior consumo nos mercados estrangeiros, a aguardente de cana, assim que cessou o tráfico da escravatura da África, baixou muito de preço no mercado, sofrendo uma depreciação de 40 a 50%. Mesmo assim houve uma diminuição da exportação do açúcar, porque verificava-se na província de São Paulo e no município de Campos (RJ), até então os lugares mais açucareiros do sul do Império, que a cultura da cana de açúcar foi em grande parte abandonada pela do café. Quanto a este produto, a despeito da diminuição verificada no último exercício de 1863-64 com relação ao exercício de 1854-55, o aumento do valor de exportação evidenciava que os seus cultivadores tinham melhorado a sua preparação, resultando obter o café brasileiro preços mais altos nas praças comerciais em que era exposto à venda.

Dos produtos exportados nos exercícios de 1854-1855 e 1863-64, o maior aumento

aconteceu com o algodão, que teve a sua quantidade elevada em quase 50%, bem como o seu valor subiu ao sêxtuplo do que tinha no exercício de 1854-55. A par do progresso da cultura do algodão, o preço deste produto foi muito elevado no mercado pela falta que sentiram os mercados consumidores do algodão dos Estados Unidos, haja visto que o maior produtor de algodão do mundo estava impossibilitado pela Guerra Civil de exportá-lo.

Não obstante, afora os últimos exercícios de 1862-64, em que a balança comercial nos foi favorável em 39.871:000\$000, na comparação relativa aos exercícios de 1834-35 a 1863-64, ocorreu um déficit de 33.722:000\$000, conforme pode ser verificado no quadro abaixo do balanço dos saldos das importações e exportações pelos quinquênios em referência aos valores médios.

Nesse espaço de 30 anos, as 20 províncias do Império concorriam todas para o cofre geral do Estado na proporção dos impostos gerais que arrecadavam, os quais se realizavam na razão direta do desenvolvimento comercial e produtivo a que cada uma delas havia atingido até então. Mas as despesas não seguiam a mesma determinação encontrada na arrecadação, pois elas eram efetuadas conforme as necessidades públicas de cada parte do Império e conforme a precisão de cada um dos ministérios.

Exercícios (quinquênio)	Saldos contra (em réis)	Saldos a favor (em réis)
De 1834-35 a 1838-39	5.912:000\$	— — — — —
De 1839-40 a 1843-44	12.653:400\$	— — — — —
De 1849-50 a 1853-54	— — — — —	1.054:000\$
De 1854-55 a 1858-59	11.627:800\$	— — — — —
De 1859-60 a 1863-64	— — — — —	7.850:400\$
		Total: 8.904:400\$
Saldo contra a exportação no Fim dos 30 anos		33.722:000\$
	Total: 42.626:400\$	
Déficit anual	1.124:660\$	

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 154.)

Conforme demonstra o quadro abaixo, no quinquênio de 1859-60 a 1863-64, a participação das somas arrecadadas por cada província com relação à arrecadação geral do Império nesse período foram as que se encontram abaixo.

Nota-se, mais uma vez, que as divisas do Império provinham do comércio de exportação e importação, a atividade mais importante do Império. Tanto era assim que, se separarmos as províncias do Império em províncias marítimas (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará, São Paulo, Alagoas, Paraíba, Ceará, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo) e

centrais (Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Minas Gerais), ficará evidente a superior arrecadação das províncias marítimas – com exceção de Minas Gerais.

Observa-se, também, que a província do Rio de Janeiro (juntamente com a cidade do Rio de Janeiro) concorria com 54,45% da renda geral do Império. No entanto, caso atente-se que a importação de grande parte das mercadorias estrangeiras consumidas nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás era efetuada pela alfândega da Corte, verificar-se-á que a sua renda própria não excedia de 45,85%,

Províncias	Termo médio das rendas	Razão por % para o total das Rendas gerais
Rio de Janeiro e município	26.914:000\$	54,45%
Pernambuco	6.066:000\$	12,27%
Bahia	5.771:000\$	11,68%
Rio Grande do Sul	2.889:000\$	5,84%
Pará	1.823:000\$	3,71%
Maranhão	1.535:000\$	3,10%
São Paulo	1.458:000\$	2,95%
Ceará	617:000\$	1,24%
Minas Gerais	585:000\$	1,18%
Alagoas	365:000\$	0,74%
Paraíba	351:000\$	0,71%
Paraná	202:000\$	0,40%
Sergipe	162:000\$	0,32%
Santa Catarina	159:000\$	0,32%
Piauí	151:000\$	0,30%
Rio Grande do Norte	129:000\$	0,26%
Mato Grosso	118:000\$	0,23%
Espírito Santo	66:000\$	0,13%
Goiás	21:000\$	0,04%
Amazonas	17:000\$	0,03%
Total	49.402:000\$	100,00%

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 300.)

cuja diferença de 8,60% deve ser distribuída pelas províncias designadas – elevando-se a razão com que concorriam aquelas províncias para a renda geral. Tal observação sobre o Rio de Janeiro, também se dava, em referência às províncias do norte, como a Bahia e Pernambuco.

Já na década de 1850, a quantidade do café produzida na província do Rio de Janeiro somava em mais de 3/4 partes de todo o café do Brasil. Foi através do café que a economia brasileira se articulou ao mundo da Revolução Industrial, ao constituí-lo em um bem-salário, “*que em 1850 era o quarto item do comércio mundial*”.²¹

Tão grande navegação resultava do seu porto que só o comércio da capital do Império e província do Rio de Janeiro produzia um rendimento para o cofre geral do Estado maior que 20.000:000\$ anualmente, do qual, deduzida a quota correspondente ao consumo de outras províncias, que ao mercado desta vinham fornecer-se do necessário, ficava-lhe uma renda própria, proveniente de seu comércio e indústria que se computava em 32,26% para o todo da arrecadação geral do Império; e conseguintemente concorria esta província quase que com 1/3 da renda pública.²²

No período de 1850 a 1886, o percentual das rendas alfandegárias cobradas no porto da cidade do Rio de Janeiro sobre o total da receita do estado brasileiro oscilou entre 31% e 51%; e o percentual do total das rendas alfandegárias

em relação à receita geral ficou entre 68% e 91%, como pode ser visto no quadro da próxima página.

Em suma, dessa pequena digressão sobre as divisas e os gastos verifica-se que, em sua máxima parte, as rendas gerais do estado imperial procediam da atividade comercial, sobretudo dos impostos aduaneiros. Assim, o progresso ou a decadência da renda do estado imperial estava diretamente relacionado com a maior ou menor arrecadação das alfândegas; em que o valor da tributação sobre as importações era superior ao realizado sobre as exportações de produtos exclusivamente agrícolas. E somente o porto da cidade do Rio de Janeiro concentrava, em média, 1/3 de toda a renda fiscal do estado brasileiro.

A prosperidade comercial e o aumento da renda das alfândegas favoreciam sobremaneira a vida urbana – notadamente o comércio interno, o crédito e a importação da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, observadores da época revelavam que se de um lado a importação exagerada de produtos manufaturados geravam um aumento dos impostos aduaneiros, de outro deixavam sentir que o aumento da renda nem sempre representava um aumento real da produção do país. Conforme esclarecia Manoel Joaquim Alves:

“É um erro tomar por barometro da prosperidade do paiz a receita das Alfandegas; ella satisfaz o Thesouro, não ha duvida; mas a missão do Thesouro

⁽²¹⁾ Carlos LESSA, “O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro, e com muita dor, da economia nacional”, in José Luís FIORI (org.), *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 245-268. (cit. pp. 265-6.) A contribuição do Brasil na produção mundial de café apresentava o seguinte percentual com relação à produção mundial da década de 1820 até os anos finais do século XIX:

Período	Percentual brasileiro na produção mundial de café
1820-1829	18,18%
1830-1839	29,70%
1840-1849	40,00%
1850-1859	52,09%
1860-1869	49,07%
1870-1879	49,09%
1880-1889	56,63%
1890-1894	59,70%
1895-1899	66,68%

(Fonte: Hans Scherrer, “Die Kaffeewalorisation und Valorisationsversuche in andaren Welthandelsartikeln”, *Weltwirtschaftliches Archiv*, p. 358, 1919, vol. 14. Apud: J. F. NORMANO, *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 54).

⁽²²⁾ As informações e números estão em Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e corestia dos generos alimentícios no Império do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve e Comp., 1960, pp. 204 e 206.

Anos	% das rendas alfandegárias cobradas no Rio de Janeiro sobre o total da receita do Brasil	% do total das rendas alfandegárias sobre o total da receita do Brasil	Anos	% das rendas alfandegárias cobradas no Rio de Janeiro sobre o total da receita do Brasil	% do total das rendas alfandegárias sobre o total da receita do Brasil
1850/1851	41	82	1868/1869	33	73
1851/1852	47	84	1869/1870	32	74
1852/1853	45	82	1870/1871	34	71
1853/1854	39	80	1871/1872	34	75
1854/1855	43	79	1872/1873	35	73
1855/1856	41	79	1873/1874	39	73
1856/1857	41	81	1874/1875	40	72
1857/1858	39	79	1875/1876	40	72
1858/1859	39	78	1876/1877	39	72
1859/1860	40	75	1877/1878	36	68
1860/1861	44	75	1878/1879	38	70
1861/1862	38	76	1879/1880	35	70
1862/1863	35	74	1880/1881	34	70
1863/1864	34	73	1881/1882	31	71
1864/1865	34	78	1882/1883	32	70
1865/1866	35	76	1883/1884	31	72
1866/1867	51	91	1884/1885	33	69
1867/1868	35	72	1885/1886	36	73

(Fonte: Amaro CAVALCANTI, *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 330.)

limita-se a arrecadar o imposto e a distribuil-o pelas verbas da despeza votada pelos poderes competentes, e o que deseja é os fundos; não cura de saber se elles provém de fonte, que possa exhaurir e arruinar o paiz. Os homens de estado, um Ministro da Fazenda, os pensadores em fim, devem alongar mais as suas vistas e não se limitarem á comparação das cifras da despeza com a receita para procurar meios de equilibrar-a; devem attender a esse elemento, que olhado superficialmente, parece prosperidade, mas que é origem de ruina – o rendimento das Alfandegas.

Basta lançar os olhos para essas esquadras de vapores, que continuamente visitam os nossos portos, abarrotados com os productos da industria de outros povos; a carga de um destes vapores, o de Liverpool, por exemplo, deixa sempre para o Thesouro pelos direitos de importação muitos centos de contos de réis; porém não será digno de profunda meditação e estudo o modo, por que o paiz paga o valor desses carregamentos aos exportadores ou productores do paiz, d'onde elles vieram? Quem não sabe que, regressando para a Europa, todos esses vapores ainda, que

abarrotados, como alguns vão (e muitos voltam vazios) com productos de nossa agricultura, tres carregamentos não chegam para pagar o valor de um importado, guardada a igualdade de lotação? É este desequilíbrio o escolho, onde naufragam todas as theorias da circulação monetaria em metal, que tem preoccupado o espirito de altas capacidades do paiz; é desequilíbrio, em fim, que originou a divida do commercio á Europa, que progride, e que, emquanto existir, ha de nullificar todos os calculos, todas as medidas, leis e disposições, que se tem promulgado e possam promulgar com o fim de chamar ouro ao paiz para girar como moeda corrente... Sómente o augmento da producção poderá equilibrar a balança do commercio, devendo por tanto, todos os estudos encaminhar-se para esse augmento.”²³

Observem que, para Manoel Joaquim Alves, promover com toda a eficácia os meios para aumentar a força produtiva do país significava melhorar o estado da primeira e vital indústria, ou seja, a produção agrícola. Não se propugnava, aqui, desenvolver a indústria manufatureira nacional, pois que ela não tinha forças para lutar com a produção estrangeira. Não está dito ali com todas as letras, mas era claro, para a época, que a prosperidade, fosse da agricultura ou da empresa industrial, só aconteceria pelo influxo estatal. Para o conservador José de Alencar, esse influxo poderoso tinha um preço político bem alto: as subvenções vinham acompanhadas de tutela, com o poder estatal invadindo tudo. Em sua análise:

“Depois de absorver pela centralização a vida política e administrativa das localidades, elle [o poder] começou a lançar as raizes do enorme polipo pelo campo das relações civis.

Monopolisou o credito; avassallou o commercio; subvencionou a industria; e domina até as profissões liberaes pelos privilegios que reparte entre os seus favoritos. O ministerio da agricultura creou duas novas classes: os advogados administrativos e os litteratos imperiaes.

Restava porém a agricultura. Em todos os tempos e em todas as nações, sempre essa classe distinguiu-se pela sua independencia e isenção, como por seus principios de ordem e moralidade.

Em nosso paiz era ella talvez a base única de uma resistencia legal e pacifica, mas perseverante e energica, ás invasões do poder. Com sua costumada sagacidade a corôa viu o perigo, e encampou tambem a industria rural.

Creou-se uma agricultura official.

Eis o único sentido e o efeito único da lei chamada de auxilios á lavoura, a qual, si ainda não produziu todos os males de que veio pejada, é porque o mercado monetario de Londres retrahiu-se, espantado ante a nossa prodigalidade.

Quando, porém, cada provincia, ou cada municipio, tiver o seu engenho e fazenda central, subvencionados pelo governo; a machina administrativa ficará montada; e as lavouras serão, como as outras empresas, meras secções do ministerio das Obras Publicas.”²⁴

Já o liberal Tito Franco D’Almeida, ao considerar o Estado o senhor da prosperidade, sintetizava:

“Actualmente, o governo exerce todas as profissões!

É alfaiate, sapateiro, machinista...

É criador de gado e lavrador...

⁽²³⁾ Citado em João Cardoso de MENEZES e SOUZA, *op cit*, pp. 192-3.

⁽²⁴⁾ José de ALENCAR, “A agricultura”, *O Protesto: jornal de Três*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *apud* José de Alencar, *com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, 1922, p. 254. Por lei de 6 de novembro de 1875 foram os engenhos centrais para a fabricação de açúcar de cana, aguardente e outros produtos autorizados, pelo governo, a garantir juro pelos capitais neles empregados.

É proprietário de casas e terrenos...

*É negociante, é especulador, é empregario, é tudo.*²⁵

O giro da economia no Segundo Reinado estava enredado pela dinâmica patrimonial. O Estado, ou melhor, o Tesouro, de mãos dadas com o dinheiro, tornou-se capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse sua empresa. Estava, então, em funcionamento, a dominação patrimonial – conforme primeiro a identificou Raymundo Faoro.²⁶ Nesta dinâmica, caberia ao Estado velar e prover concessões com garantias de juros, eliminando da empresa industrial o risco, com proteções alfandegárias, emissões de papel-moeda e a decretação do curso forçado para conjurar as crises, conceder patentes e privilégios, proteger os pobres trabalhadores dos “*que se locupletam com o alheio suor, fazendo do trabalho de seu semelhante uma renda própria de capital*”,²⁷ além de manter o empreguismo público. Fruto da centralização política²⁸, a *burocracia imperial* - escreveu em 1877 Tito Franco d’Almeida -

“O funcionalismo é grande cancro, que devora o nosso orçamento.

Outr’ora procurava-se empregados para os serviços; hoje decreta-se serviços para accommodar empregados!

Hontem, simplificava-se o serviço para redusir o pessoal; hoje complica-se o mesmo serviço para multiplicar o pessoal!

Antigamente a administração dominava o funcionalismo; actualmennte este domina aquella.

No passado o pessoal, escolhido pelo merito real, era auxiliar do governo; hoje é o seu tormento, e da sociedade inteira.

As repartições publicas estam pejudadas de empregados, que em numero extraordinario nem trabalham, nem sabem trabalhar, nem deixam trabalhar.

As maiores apresentam o aspecto ou de feiras, em que todos mercam, ou de salões de reunião, em que todos podem ir conversar.

Umam semelham colmêas de vespas com seu zumbido infernal.

Outras – o retiro do tedio, da inercia, da indifferença.

A maior parte das repartições publicas são verdadeiras casas de socorro, em que, á titulo de serviços negativos, a clientella administrativa e afilhadagem politica procuram tornar-se pensionistas do estado.

Para co-honestar o progressivo augmento do funccionalismo allega-se, por exemplo, que o augmento da receita exige o dos gastos na arredação, principio este

⁽²⁵⁾ Tito FRANCO D’ALMEIDA, *op. cit.*, p. 169.

⁽²⁶⁾ A análise de Raymundo FAORO do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo começa com *Os Donos do Poder* (quer na 1ª ed. de 1958, quer nas versões que seguem a 2ª ed. de 1975.) Mais recentemente, Faoro escreveu que o “*patrimonialismo não se mede apenas pela extensão. Tem a profundidade coincidente com a história brasileira, nesta incluída a sua origem ibérica. Ele vai desde a monarquia patrimonial, que encontra, na dinastia de Avis (século XIV), sua vocação marítima, até os planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século [20]. Em todos os momentos, o poder público dispõe da riqueza, da propriedade e dos bens particulares, como se não pertencessem aos particulares, mas a eles estivessem revogavelmente confiados.*” Raymundo FAORO, “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”, *Revista USP*, nº 17, mar./abr./mai. 1993, pp.14-29.

⁽²⁷⁾ Octaviano Hudson, “Os artistas no Brazil”, *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1871, p. 2. Ainda para o compositor tipográfico Octaviano Hudson, era do governo que deveria partir a iniciativa de remunerar melhor os proletários. “*Senhores do governo, a protecção dada ás classes menos acolhidas da fortuna é o incentivo, não só para augmento da riqueza publica, como tambem para que essas classes tenham amor ao trabalho./ Augmentando os salarios dos artistas e do povo levantando o imposto pessoal, evitaremos a miseria, creando, em seu lugar, fontes de riqueza publica.*” “Os artistas no Brazil. Typographia Nacional”, *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 17 dez. 1871, p.2.

⁽²⁸⁾ Os estudos de José Murilo de CARVALHO (*A Construção da ordem, op. cit.*, pp. 177 e segs.) e de Fernando URICOCHEA (*O minotauro imperial*. São Paulo, Difel, 1977, p. 282.) demonstraram que a centralização administrativa foi um fenômeno crescente no Segundo Reinado.

completamente falso como provam todas as grandes explorações industriaes.

*A situação não pôde continuar por forma alguma.*²⁹

O crescimento dos empregados públicos fez com que eles exercessem influência política. A distribuição dos eleitores do Município Neutro em 1881³⁰ mostra bem qual era a representação dos empregados públicos. Dos 5.928 eleitores que representavam a capital do país, havia 2.211 empregados públicos, civis ou militares, 1.076 negociantes ou empregados do comércio, 516 proprietários, 398 médicos, 211 advogados, 207 engenheiros, 179 professores, 145 farmacêuticos, 236 operários, dividindo-se o resto por diversas profissões, como clérigos (76), guarda-livros (58), despachantes (56), solicitadores (27) etc.³¹

Era a impotência do mercado de criar postos de trabalho para absorver o crescente número de homens proletarizados que fazia emergir com toda força a política clientelista, com o constrangimento do eleitor sendo açodado à medida que se aproximavam as eleições. O

mecanismo de cooptação, em um centro urbano, era satirizado pelo povo carioca:

*“Chapéu na mão, no botequim, na praça,
Offegante e possesso cabalista,
Um grupo apenas fulminou co’ a vista,
Ao branco oscula a mão, ao preto abraça,*

*‘Avante! ...’ á turba exclama que o
congraca,*

‘Se votardes, patricios, nesta lista,

‘Deputado tereis, que vos assista

‘Com casa, carne e pão, - tudo de graça!’

‘Seja eleito quem tudo nos garante!’

O povo brada, ferve o páo, e nisto

Triumpho, e fa-lo alfim REPRESENTANTE.

Ao deputado então – ‘fiquei malquisto,

‘Tenho fome, estou nú’, - diz o votante,

*‘Não me lembro (diz elle) de o ter visto!’.*³²

O mecanismo de cooptação política realizado pelo estamento³³ funcionava porque

⁽³⁰⁾ Tito FRANCO D’ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 172-3. (Os destaques são do original.) Em 1885, o editorial do *Jornal do Commercio* denunciava que, ao invés de resolver os problemas mais prementes para o bom andamento de administração pública, a Câmara dos Deputados dissipava boa parte dos seus esforços e tempo para resolver as “licenças a funcionarios publicos, julgando-se os autores de numerosos pedidos desta natureza na obrigação de os justificarem pela allegação dos motivos que os fundamentão. Isto é incrível. Tudo é preterido por amor das licenças e isto ocorre quando o governo tem competencia para as conceder até seis mezes com ordenado e por mais outro semestre sem elle.” “Licenças a empregados publicos”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 9 ago. 1885, p.1.

⁽³¹⁾ Em sua análise sobre a reforma eleitoral de 1881, que extinguiu o sistema de dois turnos, instituindo a eleição direta casada com aumento do censo para eleitor, Richard GRAHAM (*Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, 239-268.) interpreta a mudança como resultado da pressão dos setores urbanos que reclamavam do poder excessivo dos chefes rurais, escorados em eleitorado pobre e ignorante, e dos próprios plantadores, que, ameaçados de desordem pelas leis abolicionistas, teriam preferido aumentar a influência das elites letradas e excluir os homens livres, em especial os libertos, das decisões políticas. Até a lei eleitoral de 1881, o liberto (escravo emancipado) votava nas eleições paroquiais para a designação dos eleitores que nomeavam os deputados e senadores. De acordo com a Constituição do império, eles não podiam ser eleitor, nem deputado e senador, mas concorriam com o quaisquer brasileiros na eleição dos juizes de paz e dos membros das câmaras municipais, que eram eleitos diretamente por todos os cidadãos alistados nas paróquias.

⁽³¹⁾ *Apud*: Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, nota 1 à p. 155.

⁽³²⁾ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 9 nov. 1856, p.2. (O destaque está na fonte citada.) Neste mesmo dia, o *Jornal do Commercio* também publicava a seguinte conclamação feita pelos “Sertanejos” - moradores da vila de Barra Mansa (RJ): “(...) não podemos ser mudos espectadores quando nesta villa se apresenta alguém que, morando no Ribeirão Frio, quer a toda força impôr-se nas presentes eleições um nome por muitos titulos deitestavel; mas devemos mostrar a esse quidam que não somos carneiros, já arrematados pelo carniceiro, que a seu bel-prazer os manda ao açougue, não; somos homens e homens livres; e tendo convicção disso, como temos, havemos de mostrar-lhe que, como cidadãos, sabemos desempenhar uma das melhores prerrogativas da nossa constituição; mostremos a esse homem que não somos aquillo que lhe parecemos.”

⁽³³⁾ Por estamento, entenda-o pela definição dada por Raymundo FAORO (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, *op. cit.*, p.205.): “O estamento se compõe de um conjunto de convenções, que determinam um modo e um estilo de vida, certas maneiras de educação, com a auréola de prestígio secular, firmado na tradição. Tende para a apropriação do poder político, dele haurindo condições de sobrevivência, independente da base de classe.”

não havia independência econômica, sobre a qual assenta a autonomia política, deixando comprometidas as garantias necessárias ao exercício da liberdade de votar.³⁴ Em seu relato sobre o episódio *Jararaca*, o candidato Joaquim Nabuco, na oposição, conta como um eleitor não podia votar de acordo com as suas preferências:

*“Uma vez entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jararaca, mas só tinha de terrível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me êle; mas votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a chapa de caixaõ (uma cédula marcada com um nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. ‘Olhe, senhor doutor’, disse-me êle, mostrando-me quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que tratava dêles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer ... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sôbre os buracos de um antigo canapé desmantelado: ‘Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante de uma porta, quase morrendo de fome, roída pela formigas, e hoje é mais um filho que temos!’ ‘No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava êle cedendo á sua tentação liberal, se o senhor me trazer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto’. Êsse foi talvez o primeiro **florianista** do país ... ‘Pode vir por telegrama ... Êle esta no engenho, nas Alagoas ... E o que êle me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer ... Telegrafe a êle ...’ ‘Não é preciso, respondi-lhe, vote como quer o Govêrno, não deixe de levar a*

*sua chapa de caixaõ ... não arrisque à fome tôda essa gentinha que está me olhando ... Há de vir tempo em que o senhor poderá votar por mim livremente; até lá, é como se o tivesse feito, invocando a intervenção do seu protetor ...’ E saí, instando com a mulher, suplicando, com mêdo que êlle se arrependesse e fôsse votar em mim.”*³⁵

Preocupado em detectar as mazelas que a escravidão fixou em nossa vida econômica, social e política, Joaquim Nabuco fez perceber que, ao longo do Segundo Reinado, a empregomania estava vinculada à economia escravista.

*“O funcionalismo” – comentava em 1883 – “é o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se, em regra, como se diz das fortunas feitas no jôgo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas suas listas, os nomes de quase todos êles.”*³⁶

O próprio Joaquim Nabuco, quando deputado pela província de Pernambuco, era funcionário público e ganhava mensalmente do estado um conto e quinhentos mil-réis. Os seus

⁽³⁴⁾ Foi Raymundo FAORO (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio, op. cit.*, p. 135.) quem me chamou a atenção para a falta de independência econômica que tornava impotente qualquer reforma que pretendesse infundir autenticidade às eleições no Segundo Reinado.

⁽³⁵⁾ Joaquim NABUCO, *Minha formação*. São Paulo, IPÊ, 1949, pp. 215-6. (O destaque está na edição citada.)

⁽³⁶⁾ Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo, op. cit.*, p. 159.

discursos em prol da emancipação do escravo³⁷ – discursos estes que iam de encontro ao que o próprio Nabuco pensava quando era deputado, já que ele havia reconhecido o direito da escravidão ao apresentar no parlamento um projeto para a emancipação dos escravos ter lugar em 1890 – e a sua campanha eleitoral na Corte para mais um mandato de deputado deixavam irado o então funcionário demitido da alfândega, Favilla Nunes. No jornal *Revolução*, numa retórica ofensiva,³⁸ o ex-funcionário escrevia:

“O sr. J. Nabuco nascido e creado na abastança, em fidalguia; eleito deputado sem ser conhecido pelos eleitores de Pernambuco; não está na condições de representar o povo, esse que soffre da tyrania dos grandes e que paga quanto imposto é preciso para augmentar o dinheiro que tem de sahir do tesouro para o bolso dos patoteiros.

O sr. J. Nabuco está acostumado a viver do imposto, a viver do luxo que lhe

*proporcionam os pingues empregos que tem usufruido, S. ex. não pode imaginar o que custa o trabalho quotidiano para o pae de familia obter subsistencia digna e honesta. S. ex., frequentador de palacios, olha para estas minudencias do povo como para couza que não lhe interessa; não sabe que no interior de um casebre há a honra de uma pobre familia protegida pelo incessante trabalho do artista, que dá quase metade do que ganha para esses impostos que sustentam a vaidade e o luxo dos que, como s. ex., já nascem predestinados á governar e á saber o caminho do thesouro, sem nunca saber o caminho da officina.”*³⁹

Inter-relacionada à cabala dos partidos e sobrecarregada de impostos, num sistema circular de causa e efeito, na economia escravista o funcionalismo público era quase a única vocação dos homens livres - ao constituir o serviço público numa profissão sobranceira

⁽³⁷⁾ Para Favilla Nunes, o trêfego Joaquim Nabuco era um “formidável impostor”. “Com que audacia andou elle a espalhar pela Europa a mentira de que elle foi quem começou no Brasil a agitação abolicionista! / É o mesmo Appollo de gesso do tempo de José de Alencar! / O sr. Joaquim Nabuco é um brasileiro sem patriotismo senão é simplesmente um insensato. Ainda elle não havia nascido já se tratava da abolição do elemento servil, e desde a decretação da Lei de 28 de Setembro de 1871 formou-se o programma da abolição, programma que tem sido executado pelo incalculavel numero de manumissões effectuadas já por sociedades para esse fim organizadas já pela philantropia dos particulares. / Ainda o sr. Nabuco não havia sido deputado feito pelo **carro de Appollo** e já a agitação abolicionista dava os melhores fructos.” “Ao sr. Joaquim Nabuco”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(7) 2 mai. 1881, p. 1. (Os destaques estão no original.) Tendo-se esgotado esta edição em que foi publicado este artigo sobre Joaquim Nabuco, o mesmo artigo foi transcrito na edição do jornal de 9 de maio de 1881. De acordo com o periódico *Revolução*, a sua tiragem era de 9 mil exemplares. Neste momento, a imprensa de “opiniões politicas **extraofficiaes** ou independentes” da Corte contava com dois diários (*Gazeta de Noticias* e *Gazeta da Tarde*) e cinco periódicos (*Patria*, *Corsario*, *Tagarella*, *Revolução* e *Combate*). Só o *Corsario* tinha uma tiragem de 25 mil exemplares. Cf. “A imprensa revolucionario [sic] no Brazil”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(2) 11 abr. 1881, p. 2. (O destaque está no original.)

⁽³⁸⁾ Para ficarmos em dois exemplos dessa retórica, há o tom empregado por Favilla Nunes para elogiar o republicano Lopes Trovão e desancar os desamigos: “No dia em que nós precisarmos de um chefe, o dr. Lopes Trovão estará na nossa frente para darmos combate, franco e leal, de frente erguida, ao canalha rei, aos safados ladrões nobres, aos corruptores da patria, desde o rei infame até o mais safado graúdo que como ministro rouba o estado para comprar fazendas para si e para os genros.” Sobre “a canalha grauda”, “dos ladrões safados e nojentos que escondem a lepra sobre as golas bordadas, quando chega-nos ao conhecimento que, altos pensionistas do estado, grandes representantes das verbas do orçamento, fazem uma propaganda hostile contra nós”, Favilla Nunes fulminava: “É para esses safados que escrevemos estas linhas. / Fiquem elles sabendo que nós não os tememos. / Nem podiamos temer, nós que somos o povo e que podemos de uma hora para outra, reduzir á um montão de ruinas todas essas miseraveis grandezas em que se refestela uma aristocracia messalina, impudica e depravada, uma nobreza prostituta, que vive concubinada com o rei, amazio de todas as prostituições hypocritas, concubino de todas as crapulas, que, em vez de pagar a sua immoralidade safada com os classicos dois mil réis da rua S. Jorge, paga com viscondados e baronatos, com patotas e verdadeiros roubos dos dinheiros publicos. / Todas as corrupções nós observamos no alto e vemos bastante ... / Vemos o rei, Bobeche sem dignidade, Lovelace canalha, comprando com o dinheiro do povo que elle nos rouba por meio de impostos, as mulheres da sua aristocracia; entra como um ratoeiro vulgar, escalando janellas, na alcova-bordel de uma condessa. / E os canalhas graúdos que nos querem mal, (com que muito ganhamos,) esses que vivem á nossa custa, entregam sem vergonha alguma a honra das esposas aos instinctos libidinosos, do rei-macaco, do rei-Tatú, do safado-môr, que é a fonte de todas as perversões, de toda as mizerias! / Nós estamos de alerta! ...” “A canlha graúda”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(9) 9 mai. 1881, p. 2.

⁽³⁹⁾ “Ao sr. Joaquim Nabuco”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(5) 25 abr. 1881, p. 1.

aos imperativos sócio-econômicos de uma sociedade escravista. Assim, essa economia deixava o país

*“fechado em tôdas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de velas, e outras, em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas.”*⁴⁰

Praticamente fechada a avenida para as outras profissões, cuja passagem se abria somente para o preenchimento de cargos públicos, conseqüentemente ficava aberta a porta para o aumento do déficit orçamentário⁴¹. Quanto à receita, vimos que ela se concentrava quase inteiramente numa única fonte: o imposto sobre o comércio externo (em um maior percentual de receita sobre a importação do que sobre a exportação). Esta concentração revela pelo menos duas características da estrutura econômica do país naquele período: 1º, a falta de uma base tributável, decorrência do baixo nível de renda (inclusive da incapacidade política e prática de tributar o latifúndio); 2º, a orientação para o mercado externo era uma conseqüência da própria estrutura econômica interna, em que o setor exportador mostrava-se ainda preso ao

mercantilismo, e o setor importador era dominado pelos grupos de interesse comercial, que defendiam o livre cambismo internacional e se opunham à elevação das taxas alfandegárias, impedindo o aumento da receita.

Na Corte, em que se concentrava grande parte do funcionalismo,⁴² a burocracia estatal foi sustentada pela receita pública advinda de uma economia urbana que fez confluir o setor exportador agrícola com o setor importador de bens de consumo corrente. Nesse quadro, a política alfandegária foi capaz de satisfazer os comerciantes – e favorecer o consumo das classes superiores – além de não sobrecarregar ainda mais com impostos o setor agrário exportador. Se o país vivia para exportar *commodities*, também importava de manufaturas e produtos básicos que poderiam prontamente produzir.

A força e a difusão da economia de importação existente no Brasil também contribuiu para o parco desenvolvimento manufatureiro do país nesse período, deixando conseqüentemente nãnico o mercado de trabalho para os operários nacionais e estrangeiros.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO ATRAVANCADA

Fundada em 1834, a Associação Comercial do Rio de Janeiro foi a primeira organização permanente comercial a formar um grupo de interesse que exerceu influência em todos os níveis do governo até 1900. Invisível em suas

⁽⁴⁰⁾ Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo*, op. cit., p. 159. De acordo com José Murilo de CARVALHO (*A construção da ordem*, op. cit., p. 71.): “O problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar o caráter clientelístico da burocracia imperial.”

⁽⁴¹⁾ Em 1889, Castro CARREIRA (op. cit., pp. 615-6) registrava: “O aumento do funcionalismo é um facto que chama logo a atenção daquelle que estuda a marcha do orçamento, é um vicio de administração que em lugar de encontrar correctivo no seu máo resultado, pelo contrario progride na razão directa dos pretendentes e patronos; o funcionalismo é um cancro que devora e aniquila as forças do paiz, prejudicial, não só pelo augmento das despezas, como pela desorganização [sic] do serviço. (...) Na classe do funcionalismo figura a dos aposentados, que não pode passar despercebida pelo abuso, que se tem dado a essa garantia, que a lei reservou ao amparo do empregado inutilizado pelo serviço publico ou nelle encanecido; a verba destes funcionarios comprehendidos os reformados de mar e terra avulta por mais de 2.000:000\$, e a de pensionistas em mais de 1.500:000\$.”

⁽⁴²⁾ De acordo com José Murilo de CARVALHO (*Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2002, p. Especial-10.), ao analisar o livro de Antonio Candido, *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, “cerca de 15% da população ocupada da corte eram funcionários públicos, um número substancial. A corte concentrava a elite política, mas era também foco de atração para todos os que queriam fazer carreira nas letras, na burocracia ou nas três coisas ao mesmo tempo, de vez que as esferas de atividades não se separavam com nitidez.”

ações, o poder dos grupos comerciais no Brasil do século XIX não teve adversário até o advento de organizações industriais a partir da década de 1880. Como escreveu Eugene Ridings sobre os grupos de interesse brasileiros do século XIX,

“(...) o poder dos grupos de interesse comercial foi subestimado tanto no passado como no presente porque seus líderes assim o quiseram. Eles queriam manter imperceptível seu sucesso em mudar o governo. Eles perceberam, assim como a maioria dos grupos de interesse, hoje, que a contínua e forte influência no governo dependia daquela influência sendo utilizada ponderada e imperceptivelmente. Além disso, as organizações que eles lideravam eram objeto de suspeita. (...) a cultura luso-brasileira tradicionalmente desconfiava dos homens de negócio e de suas organizações. Uma outra causa da suspeita da elite comercial do Brasil era que a sua maioria era estrangeira (...). As associações comerciais, freqüentemente lideradas por estrangeiros, eram particularmente passíveis de ressentimentos nacionalistas. Em geral, os líderes dos grupos de interesse comercial esperavam que a percepção pública do poder de suas organizações seria menos que sua realidade.”⁴³

Depois de 1808, com o fim das restrições mercantis portuguesas, os grupos comerciais tiveram um papel relevante tanto na integração do Brasil com os outros países da comunidade de comércio do Atlântico, como na regularização e padronização da prática comercial nacionalmente. Neste sentido, os grupos comerciais, sobretudo a Associação Comercial

do Rio de Janeiro, influenciaram na formulação e decretação do Código Comercial de 1850, que, conseqüentemente, confiou muitos poderes regulatórios às associações comerciais.⁴⁴

Os grupos comerciais também criaram leis para eles próprios, determinando o padrão das práticas comerciais, conhecidas como “usos e costumes da praça”, bem como tiveram seus tribunais próprios, com o direito de julgar as disputas comerciais. Eles ajudaram a introduzir um sistema métrico nacional e fixaram a regulamentação das profissões auxiliares de negócios (que incluíam os corretores, agentes de leilões, feitores, guarda-livros, caixeiros e trapicheiros), além de promover o comércio honesto, ao regularizar práticas de crédito e procedimentos de falências - essenciais para a padronização do comércio no Brasil e com os outros países.⁴⁵

Associada às pressões exercidas pelos grupos comerciais, e dela se alimentando, havia a estrutura colonial mercantil herdada pelo Brasil, que fazia com que o dinamismo da economia nacional dependesse da agricultura de exportação e da importação de bens transacionados no mercado brasileiro.

A força e a difusão da importação de mercadorias eram percebidas nos lugares mais recônditos do Brasil.⁴⁶ A importação não se limitava aos bens intermediários básicos (ferro, aço e produtos químicos) e aos produtos manufaturados complexos, mas incluíam mercadorias que podiam ser produzidas nacionalmente. Não por acaso, ao indagar sobre quais eram “*as causas da decadência da indústria*”⁴⁷ no Brasil, Julio P. de Castro escrevia: “*Por ventura precisará o commercio importar chapéus, roupa, trastes, calçado, ourivesaria, charutos, fumo, impressos, tinta,*

⁽⁴³⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 2.

⁽⁴⁴⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, pp. 284-297.

⁽⁴⁵⁾ *Idem.*

⁽⁴⁶⁾ De acordo com Eugene RIDINGS (*op. cit.*, pp. 202-3.), “*Os tijolos eram trazidos da Alemanha e o sal de Portugal. Os viajantes freqüentemente observavam a onipresença de bens de consumo europeus. Eles encontravam bebidas inglesas na região da Amazônia e no oeste da Província da Bahia, uma área distante até hoje: ‘cerveja inglesa Tennant, biscoitos Huntley and Palmer, fósforos suecos, pirético salino, medicamentos com patente americana e francesa, ‘hardware’ Birmingham e Sheffield, porcelana Staffordshire e mercadorias de Manchester’.*”

⁽⁴⁷⁾ Julio P. de CASTRO, “Indústria”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(9) 30 set. 1874, p. 3.

sabão, velas de composição, kerosene, e outros objectos de uso e consumo? Não, porcerto.”⁴⁸

Os produtores nacionais haviam percebido que não bastava somente repudiar os princípios econômicos estabelecidos por Adam Smith⁴⁹, pois, se no âmbito das idéias, as doutrinas de livre comércio, oriundas principalmente da Grã-Bretanha, reforçavam a idéia de que o papel “natural” ou mesmo “divino” do Brasil era o de exportador de produtos agrícolas e importador de produtos industrializados, no dia-a-dia, o pragmático mecanismo de “ganhar” os compradores fazia unir, no comércio varejista nacional, importadores e industriais europeus para colocarem no mercado carioca artigos de ponta da moda francesa a baixos preços:

*“Os Srs. Cesar Garnier e Ignacio Cruvelo, de mãos dadas com os manufactureiros francezes, acabão de emprehender uma cruzada contra os sapateiros nacionaes. Até agora esses senhores limitavão-se a vender por 14, 16 ou 20\$000 calças de casimira aos nossos dandys, agora vendem por igual preço calças com botas e calções com meias. A noticia que acabamos de dar precisa de explicações, e só á vista dos extravagantes córtes de calças de casimira que acabão de chegar poderá satisfazer os leitores. Mas para que o milagre seja completo, diremos que tambem há calças de pennas e calças de renda, com as quaes se pôde ir, sem offensa do pudor, á missa, ao baile, e até ao palacio da Praia Vermelha.”*⁵⁰

Mas se a “cruzada contra os sapateiros nacionaes” parecia vitoriosa aos olhos da época, o mesmo não podia ser dito da concorrência estrangeira ter conseguido diminuir os preços e melhorar a qualidade das mercadorias no mercado consumidor nacional. Com o fim de animar com direitos protetores algumas manufaturas brasileiras, como as de sapateiro,

marceneiro, alfaiate e chapeleiro, que há anos se achavam estabelecidas no país, era percebido o seguinte aspecto: logo após a entrada dos produtos importados, os consumidores nacionais não pagavam mais caro os seus produtos, pois o estrangeiro calculadamente vendia mais barato que o seu similar para poder destruir a concorrência nacional, para logo depois de vencida a concorrência impor os preços que lhes conviesse a fim de ressarcir os prejuízos e faturar mais. Aí, sim, os preços das mercadorias importadas subiam, piorando, ainda mais, a situação dos operários dispensados pelas manufaturas nacionais que fecharam as suas portas por causa dos concorrentes estrangeiros.

Para se ter uma idéia de como os concorrentes estrangeiros impunham os preços de suas mercadorias no mercado brasileiro, convém acompanhar a tabela abaixo sobre o número de fábricas e oficinas existentes na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1799 e 1865:

Oficinas existente no Rio de Janeiro	1799	1865
De ourives	59	115
Sapatarias	135	144
Marcenarias	64	118
Alfaiaterias	85	120
Chapelarias	—	82

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística*, op. cit., Tomo I, p. 271.)

Observava-se que as oficinas relativas a 1865 tinham em sua maior parte produtos estrangeiros e poucos fabricados no país, e que era comum as fábricas de 1799 empregarem às vezes mais de 100 operários, sendo rara a de 1865 que continha igual número de trabalhadores. Além disso, como o desenvolvimento das fábricas e oficinas apontadas acima não acompanhou na

⁽⁴⁸⁾ Julio P. de CASTRO, “Industria. II”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(10) 31 out. 1874, p. 4.

⁽⁴⁹⁾ De acordo com Adam Smith: “Se o estrangeiro pôde fornecer-vos um objecto por preço inferior áquelle que podemos fabricar, é preferivel comprar esse objecto com uma parte do producto da nossa propria industria.” Citado por Julio P. de CASTRO, “Industria”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro 1(9) 30 set. 1874, p. 4.

⁽⁵⁰⁾ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 30 dez. 1853, p. 1. (O destaque é da fonte.)

mesma proporção o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, enquanto em 1835 um par de sapatos de homem custava 2\$500 e um par de botinas 7\$000, em 1865 essas mesmas mercadorias, de qualidade inferior, apresentavam os seguintes valores: sapatos de homem, entre 5\$ e 5\$500, e as botinas entre 16\$ e 18\$000. Nesse mesmo ano de 1865, um contemporâneo afirmava a necessidade de

“animar os officios de sapateiro, marceneiro e outros que como este são indispensaveis ao homem social.

Não sou muito velho, porem, há trinta annos me lembra de ver muito maior numero de sapateiros, marceneiros e alfaiates nacionaes nesta côrte, que actualmente, e então a sua população, se tanto, orçaria por um terço da população que possuímos.

Lamento quando vejo citarem-se para modelo do nosso systema fiscal administrativo a Inglaterra e a França, e dizer-se que não devemos ter direitos protectores, porque, segundo a opinião dos economistas, é obrigado o consumidor a pagar mais caro e receber peiores objectos, que os que apresenta a concorrência; isto dito em absoluto é uma incontestavel verdade; porque é certo que a concorrência produz a melhoria dos productos, e faz a sua barateza; mas como poderemos crear as industrias se as não animarmos de alguma fôrma com direitos protectores?”⁵¹

A concorrência dos produtos fabricados no país com os similares estrangeiros eram percebidos pelos anúncios publicados nos jornais que circulavam na Corte imperial. Em um desses anúncios, o italiano João Baptista Nervi, fabricante de graxa para lustro de sapatos estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, promovia e custeava a divulgação do seguinte anúncio:

“NO’S ABAIXO assignados, estabelecidos com lojas de calçado na côrte do Rio de

Janeiro, fazemos certo, e positivamente affirmamos que, tendo experimentado e escrupulosamente observado a graxa de lustro fabricada nesta cidade pelo Sr. João Baptista Nervi, italiano, estabelecido com sua fabrica na rua do Senado, em a loja da casa n. 90, achámos que ella é de uma superior qualidade, tão boa, e do mesmo effeito do que a graxa Ingleza – dos Day e Martin - ; e por essa razão ha já algum tempo que fazemos uso, de preferencia, da dita graxa de lustro do Sr. Nervi nas nossas obras: declarando outrosim que é só este senhor nos tem apresenttado até agora uma graxa aqui fabricada que se possa dizer perfeita, e que deva, por isso, merecer a preferencia do respeitavel publico, a quem a recommendamos, por ser louvavel manufactura nacional. E por ser verdade mandámos passar o presente, em que nos assignamos. [Seguem os nomes e endereços dos assinantes.]

(...) Na mesma casa da graxa acima (tanto em liquido como em massa) se fabrica tambem e vende-se cera de lustro para correames, agua de Colonia fina e superfina, e tintas para escrever, de todas as côres e qualidades, tudo por preços razoaveis, e tinta para marcar roupa.”⁵²

Quarenta anos depois, em um relatório apresentado ao Corpo Legislativo pela Comissão Parlamentar de inquérito, nomeada em sessão de 24 de outubro de 1883, sobre as condições do comércio, indústria fabril, serviço e tarifas das alfândegas existentes no país, afirmava-se que não havia no Brasil cidade, vila ou povoado onde não se encontrasse pelo menos uma oficina de carpintaria ou também de marcenaria. No entanto, era fato averiguado

“que de 1860 em diante começou esta industria a apresentar symptomas de uma phase decadente.

⁽⁵¹⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, E & H. Larmer, 1865, p.99.

⁽⁵²⁾ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 de abr. 1843, p.4.

Já em 1847 poucos serão os estabelecimentos de importância que se conservarão em actividade; e alguns desta Côrte transferirão-se para a Europa, de onde, ainda hoje, nos envião seus productos mais elegantes e solidos, e que não obstante, fazem activa concorrência ás fabricas que permanecerão no paiz, visto disporem de copiosas vantagens, inclusive os direitos modicos das pautas aduaneiras.

Dos 80 estabelecimentos, mais ou menos, que ainda se encontrão nesta Côrte, raros são os que se achão montados em grande escala; a mór parte está abaixo da categoria das antigas officinas.

*É necessario, entretanto, observar que, apesar disso, não se achão completamente extinctas as tradições artisticas.*⁵³

Mesmo o país produzindo as melhores madeiras para a construção das obras de marcenaria, e ainda que na Europa do período as mobílias mais estimadas eram as fabricadas de jacarandá, vinhático, pau rosa, cetim e tartaruga, os brasileiros preferiam *érable* (que não tinha tanta resistência e duração) àquelas madeiras nacionais.

Na cidade do Rio de Janeiro e em Salvador a indústria da marcenaria poderia apresentar-se em concorrência com os produtos similares da França e da Alemanha, pois os móveis fabricados na Europa não eram mais elegantes que os manufaturados no país. Mas, pelo menos na

Corte imperial, observava-se que a maior parte das lojas, ao invés de vender obras de marcenaria nacionais punha-se a comercializar as estrangeiras. “*Desta sorte*” – observava um arguto contemporâneo – “*vai se definhando no paiz uma industria tão adiantada, e na qual grande numero de braços brasileiros erão empregados, assim capitalizando os seus productos no paiz*”.⁵⁴

A produção manufatureira brasileira sofria com a concorrência de produtos similares importados, conforme pode ser observado na tabela abaixo pelos valores médios das importações de manufaturas de marcenaria, sapataria, alfaiataria e chapelaria, nos quinquênios decorridos de 1839-1840 a 1863-1864, quando se cobravam diversas taxas aduaneiras sobre essas mercadorias estrangeiras.

No quadro abaixo, no decurso do 1º período, isto é, de 1839 a 1844, os direitos de importação de calçados, roupas, chapéus e mobílias cobravam-se nas alfândegas do Império na razão de 20%; no 2º período, de 1844 a 1849, as taxas desses mesmos gêneros foram cobrados na razão de 40%, conforme a tarifa de 12 de agosto de 1844; no 3º período, de 1849 a 1854, cobraram-se direitos de importação dessas mercadorias, de conformidade com o art. 9º § 1º da lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 até fins de 1850, na razão de 80%; e dessa época em diante, em virtude da lei nº 586 de 6 de setembro de 1850, na razão de 40%; e, finalmente, nos 4º e 5º períodos, isto é, de 1854 a 1864, na razão de 40% se efetuou a

Quinquênios	Calçado	Roupa	Chapéus	Mobílias
1839-40 a 1843-44	625:000\$	62:000\$	523:000\$	213:000\$
1844-45 a 1848-49	346:000\$	76:000\$	363:000\$	211:000\$
1849-50 a 1853-54	329:000\$	177:000\$	976:000\$	253:000\$
1854-55 a 1858-59	1.191:000\$	990:000\$	1.647:000\$	385:000\$
1859-60 a 1863-65	1.383:000\$	1.325:000\$	1.220:000\$	412:000\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística, op. cit.*, Tomo I, p. 274.)

⁽⁵³⁾ *O Auxiliador da Industria Nacional*. Vol. 53, nº 12, dez. 1885, p. 274.

⁽⁵⁴⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística...* Tomo I, p. 273.

arrecadação dos direitos aduaneiros de importação de calçados, roupas e mobílias; e na razão de 30% sobre os chapéus. Mesmo tendo em conta o crescente fluxo importador, as diferenças dos valores da importação eram atribuídas principalmente às alterações nas tarifas alfandegárias.

O total médio do quinquênio de 1859 a 1864 dos quatro produtos apontados apresenta o valor de 4.340:000\$000, que saíam do país anualmente para o estrangeiro, e que poderiam ser capitalizados se essas indústrias fossem mais protegidas; tendo ainda em conta que os consumidores compravam essas mercadorias importadas por maiores preços do que os similares nacionais, pois o calçado, a roupa, os chapéus e as mobílias estrangeiras eram vendidos por preços muito elevados; sendo esta a consequência necessária do definhamento da indústria nacional, na qual os produtos estrangeiros, não encontravam naquele período concorrentes.

A concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros podia ser sentida nos mais diversos setores produtivos. A fabricação do sabão em branco e de vela de estearina estava nacionalizada desde meados de 1860. A companhia Luz Stearica era capaz de atender às necessidades do consumo geral (referente aos produtos: velas, sabão, oleína e glicerina), e fez reduzir os preços desses produtos pela metade quando comparados aos preços do similar importado. Mas ainda assim, para achar maior saída para as suas mercadorias, a Luz Stearica empregou rótulos estrangeiros em suas velas para ganhar a preferência do consumidor. A constatação efetuada pelos júris da Exposição Nacional de 1861 era confirmada por um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, que se exprimia nos seguintes termos:

“Com effeito para achar venda para as suas velas vio-se a companhia Luz Stearica constrangida a disfarçar-as com rotulos

*francezes! E com tudo estamos convencidos importamos mais um producto estrangeiro inferior ao producto nacional.”*⁵⁵

A produção manufatureira nacional de chapéus também sofreu uma intensa concorrência de produtos importados. No início da década de 1870, a introdução no país de chapéus de lã alemães e ingleses colocou em dificuldades financeiras muitas manufaturas chapeleiras aqui instaladas. Como esses chapéus importados chegavam aqui com preços mais baratos do que os similares nacionais e ainda possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pêlo de lebre, o seu consumo cresceu enormemente. De acordo com o Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866, a situação das manufaturas chapeleiras instaladas na Corte Imperial nesse ano era o que pode ser vista na próxima página.

Uma década depois, várias manufaturas chapeleiras fecharam suas portas. Entre 1876 e 1877, quando da crise que levou muitas manufaturas desse setor à falência, os operários afirmavam que na Corte não havia *“mais de 17 estabelecimentos a que se possa dar o titulo de fabricas de chapéos. Destas 17, 15 fabricão chapéos de lebre, castor, etc., desde o seu primordial começo até o completo acabamento (...).”*

“As duas mais que existem são fabricadas de chapéos de seda, conhecidas vulgarmente por fabricas de patente, uma das quaes pertence ao illustrado Sr. J. Alvaro de Armada & C.

*Há, porem, outros estabelecimentos que conservão o titulo de fabrica; mas hoje infelizmente não são mais que depositos de chapéos estrangeiros, que apenas empregão um outro artista, para meramente fazer concertos, prova evidente de que há extrema decadencia, e cada vez mais caminhando a industria de chapéos no Brazil.”*⁵⁶

⁽⁵⁵⁾ *Relatorio geral da Exposição Nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da CUNHA.* Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, pp. 140-1.

⁽⁵⁶⁾ *“Os artistas chapeleiros e o contra-protesto dos commerciantes de Chapéos”. Á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os Artistas Chapeleiros.* Rio de Janeiro, Typ. Econômica, de Machado & C., 1876, pp.4-5. (Os destaques são do original.)

Estabelecimentos	Quantidade de Chapéus produzidos de pelúcia	Quantidade de Chapéus produzidos de feltro	Quantidade De Chapéus Produzidos de fantasia e outros	Total dos Chapéus Produzidos	Valor	Número de Operários
1. Agostinho Machado & Cia	—	30.000	—	30.000	90.000\$	30
2. Armada & Guimarães	10.000	—	13.000	23.000	100.000\$	15
3. Bernardes & Raythe	—	41.000	7.000	48.000	250.000\$	65
4. Chastel & Cia	6.000	—	3.000	9.000	60.000\$	9
5. Costa Braga & Cia	3.000	60.000	6.000	69.000	300.000\$	80
6. Gonçalves Braga & Cia.	—	22.000	2.000	24.000	75.000\$	30
7. José de Araújo Motta	—	25.000	1.200	26.200	77.000\$	32
8. Machado & Dias Abreu	—	24.000	—	24.000	70.000\$	26
9. Pereira Castro & Irmãos	10.000	—	8.000	18.000	90.000\$	15
10. Braga Costa & Cia.	—	20.000	4.000	24.000	75.000\$	26
11. F. C. Borges	—	12.000	—	12.000	36.000\$	16
12. J. Siqueira	5.600	—	—	5.600	36.000\$	6
13. J. M. P. de Castro	2.200	—	3.800	6.000	40.000\$	6
14. Barcellos & Vianna	—	15.000	—	15.000	35.000\$	16
15. Brochado & Cardoso	1.200	—	1.200	2.400	15.000\$	5
16. Castro & Vianna	—	10.000	—	10.000	30.000\$	12
17. J. F. Campos Arcos	500	9.000	2.000	11.500	40.000\$	15
18. J. Lemos Pinheiro	—	16.000	—	16.000	45.000\$	18
19. M. A. M. de Mello	—	10.000	1.000	11.000	34.000\$	14
20. Roberto A. de Almeida	—	20.000	3.000	23.000	70.000\$	20

(Fonte: *Relatorio da Segunda Exposição Nacional de 1866*. Vol. II, p. 62, citado em *Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, p. 68.)

Tal situação mostrava o quanto a indústria de chapéus no Brasil caminhava para a decadência. Se outrora existiam 10 fábricas de chapéus de seda, naquele momento esse número havia sido reduzido a 2 fábricas, e estas ainda encontravam-se limitadas a ocupar pouco mais de metade do pessoal que antes empregavam. Como os direitos aduaneiros incentivavam a importação de chapéus estrangeiros, estabelecendo assim uma concorrência em preços com os chapéus nacionais, sobretudo com a indústria nacional de chapéus de seda e de castor, isso

fez com que este ramo da indústria nacional entrasse em franca decadência e tivesse muitos de seus estabelecimentos fechados, pois seus altos custos produtivos não lhe propiciaram vencer no mercado a concorrência exercida pelo produto importado. Em consequência, muitos operários chapeleiros perdem seus empregos. Conforme informavam os próprios “artistas chapeleiros”,

“o artista que não encontra nella [indústria de chapéus] o meio de sustentar-se têm-se

*valido até de uma carroça ou de um sexto, tornando-se o que se chama ganhadores; outros tem recorrido á empresa Gary, outros a empregos de bonds, etc. etc.*⁵⁷

Quanto às 15 fábricas de chapéus de lebres existentes no Rio de Janeiro, elas eram bem montadas, com bom pessoal (um pouco mais de 500 operários) e maquinismo o mais aperfeiçoado para a época. As de maior escala, empregando de 50 a 80 operários, preparavam diariamente, com o auxílio das máquinas, de 1.000 a 1.400 chapéus; e as de menor escala conseguiam aprontar 200 chapéus por dia, sem a menor dificuldade.

Em 1877, a maior fábrica de sapatos dava empregos a 100 operários, que produziam botinas com maquinário a vapor e manipulavam objetos de couro para o serviço militar. Mesmo assim, no *Auxiliador da Industria Nacional* informava-se que esse estabelecimento do Sr. Cathiard

*“tem sempre lutado para poder sustentar-se (...). Esta industria, pois, apesar de ser uma das mais bem estabelecidas no Brazil, não póde ainda dispensar a protecção, porque o elemento estrangeiro lhe faz concorrência muito prejudicial: entretanto a comissão revisora de 1875 entendeu dever abaixar os direitos de sorte que as botinas até 22 c/m, que pagavão 600 réis o par, pagão hoje [1877] 500 réis; as de mais de 22 c/m, que pagavão 1\$800 réis, pagão hoje 1\$600 réis; os sapatos até 22 c/m, que pagavão 400 réis, pagão 360 réis, e os demais de 22 c/m de 800 réis passárão a pagar 700 réis; e assim outros.”*⁵⁸

Era idéia partilhada por muitos de que dificilmente podia progredir a indústria de calçados em consequência da insignificância dos direitos aduaneiros. No exercício de 1878-9, por exemplo, os direitos de entrada sobre 1.364.276 pares de calçados, importados pelo

porto do Rio de Janeiro, foram de 892:201\$ ou 630 réis por par. Unicamente 25% dos couros, peles e solas que se empregavam na fabricação eram de produção nacional. Reclamava-se no período que a indústria do curtume não podia progredir, desde que a principal aplicação que poderiam ter seus produtos era restringida pela facilidade concedida à importação do calçado estrangeiro.

Nesse momento, a tarifa alfandegária protetora era a condição *sine qua non* para promover o desenvolvimento industrial. A substituição da importação através de tarifas era uma ajuda básica que deveria ser promovida pelo Estado. Por causa desse papel central do Estado no desenvolvimento industrial, as fortes prerrogativas na ajuda oficial para a indústria apreciada pelos grupos de interesses de negócios são relevantes para o entendimento das opções seguidas pelos líderes do governo sobre se o desenvolvimento industrial era desejável ou até possível.

Até o surgimento de grupos representando os fabricantes, todos os grupos de interesse de negócio foram contra a industrialização. “É claro” – escreveu Eugene Ridings sobre a resistência à industrialização da maioria das associações comerciais e membros de agentes comerciais de todo o Brasil – “que os membros fabricantes das associações comerciais discordaram, mas eram invariavelmente em menor número nas diretorias das associações. Além disso, alguns fabricantes não eram zelosos em defender interesses industriais porque eles também encabeçavam firmas de comércio estrangeiro ou tinham investimentos pesados nelas.”⁵⁹

Por sua habilidade em influenciar os níveis das tarifas aduaneiras, os grupos de interesse de negócio foram os que mais afetaram no surgimento da produção manufatureira nacional. A prerrogativa das associações comerciais no aconselhamento sobre as tarifas alfandegárias era considerada uma medida sábia, como também

⁽⁵⁷⁾ *Idem*, p.6. (O destaque está no original.)

⁽⁵⁸⁾ *O Auxiliador da Industria da Nacional*, nº 4, abril de 1877, p. 162.

⁽⁵⁹⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 205.

justa. Como a Associação Comercial do Rio de Janeiro colocava, “*o estado tem os homens de teoria, o comércio os homens que são práticos e experientes.*”⁶⁰

Foram diversificados e muitos os meios pelos quais os grupos de negócios influenciavam nas tarifas alfandegárias, indo desde o aconselhamento na classificação e nos custos dos produtos até a participação de representantes de grupos de interesse de negócio na elaboração das tarifas alfandegárias brasileiras. Como cabia às associações comerciais o papel de esboçar e criticar as tarifas aduaneiras e de ajudar os funcionários da alfândega a estabelecer os preços das mercadorias que constavam na pauta do comércio importador e exportador, havia fortes indícios de que a fixação dos preços oficiais estaria abaixo dos preços de mercado. De acordo com Sebastião Ferreira Soares, “*sobre os mais severos exames por mim feitos e baseados em verdadeiras informações de negociantes respeitáveis desta praça [da cidade do Rio de Janeiro], deve-se estimar os preços officiaes (...) menores que os commerciaes dos mercados do Brasil na razão média, as – Importações – de menos de 20%, e as Exportações – de menos de 10%.*”⁶¹ Notava-se, também, que os comitês de importadores haviam abaixado os requisitos de taxas ao colocarem certas mercadorias numa categoria de impostos inferiores. Conforme denunciava a Associação Industrial, em 1881, “*os importadores não só organizam a tarifa [aduaneira] como a vão quotidianamente adaptando aos seus interesses com prejuizo do fisco, da industria do paiz e até do negociante de boa fé, avesso ao papelorio, e a tudo quanto é questão com o governo.*”⁶²

Tudo faz crer, então, que os valores do comércio externo (sobretudo das importações) estavam subestimados, pois atribuía-se às associações comerciais o papel de ajustar as tarifas alfandegárias e a seus membros importadores o de fixar os valores para a classificação das mercadorias transacionadas no mercado externo. Conseqüentemente, como afirmou Eugene Ridings, “*a proteção oferecida pelas tarifas brasileiras do século XIX era mais fraca que o suposto.*”⁶³

As associações e agentes comerciais também inibiram o desenvolvimento da indústria nacional ao insistirem na proteção legal para as patentes estrangeiras. A questão girava em torno das falsificações das marcas dos produtos industrializados e da necessidade do Brasil acomodar a sua legislação sobre esta matéria à convenção internacional de Paris de 1883. Para um observador nacional, o regulamento das marcas de fábrica e de comércio que estava tramitando no parlamento havia esquecido as condições especiais do Brasil, expondo a sua nascente indústria a uma derrota inevitável e certa, visto que, por esse novo regulamento, toda a tentativa de imitação dos produtos estrangeiros seria proibida em prol dos interesses da indústria estrangeira.

“Paiz novo, e onde a industria está ainda em embryão, que lucro o Brazil com a severidade inquisitorial imposta aos nossos industriaes, ao passo que se deixa prosseguir desassombradamente e sem empecilios, que não podemos nem teríamos meios de coarctar ou evitar, os abusos intoleraveis e tantas vezes perigosos dos estranhos?”

⁶⁰ Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatorio de 1878*, p. 33, *apud*: Eugene RIDINGS, *op. cit.*, pp. 209-210.

⁶¹ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*, *op. cit.*, Tomo I, p. 30.

⁶² Associação Industrial. *O Trabalho Nacional e Seus Adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinguer & Filhos, 1881, p. 94.

⁶³ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 213. Apesar de ser necessário ter em conta, além disso, as variáveis câmbio e inflação para fixar qual era o custo médio real das importações brasileiras, bem como os efeitos disso para a fixação da tarifa aduaneira, está claro que certas afirmações, como a de João Manuel Cardoso de Mello, precisam ser revistas. De acordo com ele, é “*preciso afastar um equívoco em que muitos incorreram: a ausência de indústria tem sido atribuída, antes de tudo, à falta de proteção. (...) Não se está autorizado, portanto, a atribuir o bloqueio da industrialização à carência de proteção. O verdadeiro problema começa aí: há que explicar por que o nível de proteção, que jamais foi baixo, revelou-se insuficiente.*” João M. C. de MELLO, *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas, Unicamp/IE, 10ª ed., 1998, pp. 76-7. (O destaque está na *op. cit.*)

Acaso ainda há alguém que ignore que a maior parte dos artigos que importamos e seja de que especie fôr é viciado, tanto na natureza como na origem da producção e até no nome do productor?

E haverá alguma compensação para tão benevola e graciosa condescendencia da nossa parte?

*É conhecida por todos a curiosa defeza de uma importante fabrica estrangeira de productos químicos e pharmaceuticos, apanhada em flagrante delicto de substituição fraudulenta, de sulphato de quinino e outros medicamentos por substancias inertes e sem valor, respondendo **que perigo algum havia para a saude das mystificações que manipulava, visto que erão destinadas á exportação para o Brazil, sendo que as reservadas para o proprio paiz, ella as preparava por uma maneira inteiramente diversa; este facto por si só é bastante significativo, e dispensa perfeitamente outro qualquer commentario.***⁶⁴

As associações comerciais também denunciavam que certos produtos nacionais não deveriam receber proteções aduaneiras diante do similar importado. Este foi o caso do vinho artificial brasileiro, cujo pedido de proteção tarifária atraiu o apoio dos plantadores de cana-de-açúcar, pois este produto era uma mistura fabricada à base de açúcar. A competição deste vinho artificial com o vinho natural importado, fez com que as associações comerciais do Rio de Janeiro e de Pernambuco, ambas tendo uma proporção alta de importadores de bebidas, pressionassem as autoridades a tomarem medidas contra a fabricação e proteção do vinho artificial. Para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, ao ser questionada em 1879 pelo Ministro da Fazenda para avaliar um pedido feito pelos produtores de açúcar para aumentar as taxas de

importação de vinho, a fabricação de vinhos artificiais era uma indústria ilícita, porque seus ingredientes básicos eram quase todos importados, além dele ser “*manifestadamente prejudicial à saúde pública*”.⁶⁵ Até o início da década de 1880, os ataques feitos pelas associações comerciais do Rio de Janeiro e de Pernambuco às indústrias de vinho artificial haviam conseguido frustrar as demandas desta indústria por tarifas alfandegárias mais altas no vinho importado.

O mais forte aliado dos importadores de vinhos era a necessidade do Estado de aumentar as suas receitas. Em 1885, o Ministro da Fazenda, o conselheiro José Antonio Saraiva, atribuía a diminuição da arrecadação fiscal sobre as bebidas nacionais e estrangeiras à “*grande quantidade de bebidas alcoolicas fabricadas no paiz, e vendidas com as marcas de productos similares estrangeiros, tem influido bastantes para diminuir a importação destes. Disto resulta sensível desfalque na renda de importação para consumo, sem augmento correspondente nas rendas do interior*”.⁶⁶ Ao verificar uma diminuição de 5% na arrecadação de direitos sobre as bebidas importadas nos exercícios de 1881 a 1884, o Ministro da Fazenda argumentava que este era o motivo que o levava a ser contra o pretendido aumento de impostos de 10% sobre as bebidas importadas.

“Não sendo já benevolas as taxas por que actualmente é cobrado este imposto, a aggravação dellas terá como consequencia necessaria a diminuição da importação, e portanto o augmento de renda, se augmento houver, será insignificantissimo para justificar o encarecimento de qualquer producto, ainda mesmo de luxo. Accresce que iriamos animar a industria de vinhos artificiaes, cognac e licôres, com que se

⁽⁶⁴⁾ “Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação. Marcas e fabrica e commercio”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6 ago. 1885, p.2. (Os destaques estão no original). Em decreto de 31/12/1887, foi aprovado o regulamento para a execução da lei nº 3.346, de 14/10/1887, sobre marcas de fábricas e de comércio.

⁽⁶⁵⁾ Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatorio de 1879*, pp. 21-25, *apud*, Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 209.

⁽⁶⁶⁾ “Extractos do relatorio apresentado ao corpo legislativo pelo ministro da fazenda conselheiro José Saraiva, em 26 de maio de 1885”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 maio. 1885, p. 2.

tem invadido ao mercado da côrte e das provincias, com manifesto damno para a saude publica. Emquanto não fôr rigorosamente inspeccionado o serviço das respectivas fabricas, convém coarctar, em vez de animar, o fabrico dos seus productos que, como bem disse o meu illustrado antecessor, 'constituem pela maior parte, venenos lentos, que vão destruindo a saude dos consumidores, causando molestias graves'. A falsificação desses productos no paiz encontra já grande margem para auferir avultado lucro, e ella mais se desenvolverá á sombra de taxas quase prohibitivas, que acabarão por afastar do mercado todos os liquidos estrangeiros.

Por enquanto o que devemos é agravar o imposto de industrias e profissões sobre as fabricas de vinhos e licôres nacionaes. Sobre esses vinhos poder-se-há estabelecer tambem uma taxa de 100 rs.[réis] por litro.”⁶⁷

Por esses anos 1880, ocorria uma expansão da produção manufatureira nacional que continuaria a se prolongar nas próximas três décadas. A industrialização foi impulsionada pela mudança dos comerciantes para a industrialização, pelas tarifas aduaneiras que, sem deixar de serem fiscais, passaram, a partir da tarifa de 1889, a conter medidas abertamente protecionistas, pelo acesso mais fácil ao crédito e pela desvalorização cambial que tornou os produtos importados mais caros.

A instabilidade demonstrada pela exportação agrícola, que culminou com a queda rápida dos preços do algodão após a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, com o declínio contínuo dos preços do açúcar depois de 1872, com o tombo dos preços do café em 1881 e a diminuição dos preços da borracha depois de 1884, levou muitos comerciantes, agentes exportadores e importadores a realizarem uma inversão de capitais para a produção manufatureira nacional. Conforme salientou

Eugene Ridings:

“Parte do desenvolvimento da indústria durante 1880 foi uma mudança dos comerciantes para a industrialização. Muitos agentes de café investiram na indústria como uma resposta à iminente abolição e outras ameaças a seu sustento. O movimento dos importadores foi até mais notável. Tipicamente, dos 117 diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante 1834 e 1844-1902, somente quinze eram fabricantes, mas todos entraram no campo durante 1880 e treze começaram como importadores. A transição para a industrialização foi relativamente fácil para os importadores: eles tinham acesso a crédito, conhecimento de mercado e canais para distribuição do produto industrializado. Este movimento em direção à indústria pôde ter sido em grande parte uma antecipação de futuras mudanças. Embora o Brasil ainda não tivesse decretado uma tarifa protetora verdadeira, o apoio crescente à industrialização indicava que ela viria logo, e alguma linhas de importação têxtil já estavam afetadas pela tendência de se elevar as taxas existentes. Os importadores perspicazes consideravam indubitavelmente um movimento para a industrialização como o meio mais lógico de se encontrar tal ameaça.”⁶⁸

Quem se limitasse a apreciar a situação da indústria brasileira consultando o relatório da Exposição Nacional que se realizou em 11 de dezembro de 1888 no Campo de Marte, como preparatória da exposição universal de Paris, realizada em 1889, poderia concluir que não houve nenhum progresso da indústria nacional no intervalo de 1881 até o ano do fim da escravidão. No entanto, nos anos de 1880 a 1900, ocorreu uma expansão da indústria brasileira – principalmente na Capital Federal da recém inaugurada república. Dentre os numerosos fatores que contribuíram para dar

⁽⁶⁷⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁶⁸⁾ Eugene RIDINGS, op. cit., p. 221.

maior impulso para o desenvolvimento da indústria fabril destacam-se os seguintes:

A) O aumento considerável das despesas públicas do país, que uma mudança radical do regime político sempre acarreta, obrigou o Poder Legislativo a aumentar os impostos e, por consequência, as taxas aduaneiras, que constituíam a principal fonte de rendas do país. A elevação dos direitos de entrada de vários produtos estrangeiros foi, em certos casos, poderoso incentivo para a fundação de novos estabelecimentos industriais ou a ampliação dos preexistentes;

B) A baixa rápida e contínua do câmbio, durante muitos anos, a partir de 1880, atuando com muito mais força e prontidão sobre o custo, embalagem e frete dos produtos importados, do que sobre os salários dos operários e outros gastos de fabricação no interior, produziu efeito análogo ao determinado pela elevação dos direitos de alfândega, restringindo no mercado do país a procura dos artigos estrangeiros, assim encarecidos, e alargando na mesma proporção o consumo dos similares nacionais;

C) As excessivas emissões bancárias, tão nocivas sob diversos pontos de vista, facilitaram entretanto o crédito a novas e antigas empresas, promovendo desta forma a instalação de numerosos estabelecimentos fabris e o aumento ou aperfeiçoamento do material de outros fundados anteriormente. E, se não há dúvida que a abundância do meio circulante e a facilidade do crédito ocasionaram especulações que reverteram em esbanjamento de capitais na montagem de indústrias inviáveis, não é menos certo que a abundância dos recursos disponíveis naquela época fez nascer ou incrementou grande número de fábricas que daí em diante prosperaram.⁶⁹

Em suma, por sua capacidade de influenciar na proposição e execução das medidas tarifárias, os grupos comerciais afetaram o desenvolvimento da manufatura nacional até os primeiros anos da década de 1880. A força empreendida por eles provinha da própria dinâmica da *economia*

urbana que, assentada no capital mercantil, tinha plena percepção de que os lucros comerciais eram independentes dos requisitos da acumulação produtiva, travando, deste modo, os empreendimentos manufatureiros e a organização da produção à base do trabalho livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

1.1. Livros e Folhetos

ALENCAR, José de. *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, 1922.

ALMEIDA, Tito FRANCO de. *A Grande política. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1877.

Associação Industrial. *O Trabalho nacional e seus adversarios*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881.

BARRETO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913.

BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio. Primeira parte: exposição de principios*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878.

CARREIRA, Liberato de Castro. *Historia financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independencia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

⁽⁶⁹⁾ Cf.: Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908*. Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908.

Informações sobre a fabrica de cerveja da rua riachuelo nº 78 de Leon Leiden & Companhia offerecidas ao jury da exposição nacional de 1866. Rio de Janeiro, Typographia do – Commercio – de Pereira Braga, 1866.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo.* São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. *Minha formação.* São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908.* Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908.

Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Commissão de Inquerito Industrial. Vol. 1. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882.

Relatorio geral da exposição nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da CUNHA. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatistica commercial do Brasil.* Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Tomo I e II, 1865.

_____. *Esboço, ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1865.

_____. *Notas estaticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Império do Brazil.* Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve e Comp.; 1860

A' Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os artistas chapeleiros. Rio de Janeiro, Typ. Economica, de Machado & C., 1876, 36 p.

SOUZA, João Cardoso de Menezes. *These sobre colonização do Brazil. Projecto de solução a's questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatorio apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

1.2. Jornais

Correio Mercantil, Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.

O Protesto: jornal de Tres, Rio de Janeiro.

Revolução, Rio de Janeiro.

Tribuna Artistica, Rio de Janeiro.

1.3. Revistas

O Auxiliador da Industria Nacional, Rio de Janeiro.

Revista da Associação dos Guarda-Livros, Rio de Janeiro.

2. BIBLIOGRAFIA CITADA:

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial.* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* Rio de Janeiro, Globo, 8ª ed., 1988.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.* 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 1988.

_____. “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”, *Revista USP*, nº 17, mar./abr./mai. 1993, pp.14-29.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.
- LESSA, Carlos. “O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro, e com muita dor, da economia nacional”, in FIORI, José Luís. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 245-268.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de MELLO. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Unicamp/IE, Campinas, 1998.
- MERQUIOR, José Guilherme MERQUIOR. “Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina”, in: HALL, John A.(org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- RUDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo, Ed. USP/Instituto Fernando Braudel, 1996.
- URICOHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo, Difel, 1977.

**AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS DE EXCLUSÃO EM UMA
FÁBRICA NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

***THE SYMBOLIC CONSTRUCTIONS OF EXCLUSION IN A FACTORY
IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO STATE***

Cátia Regina MUNIZ*

RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir uma das formas elaboradas, por operários de uma fábrica localizada no interior do Estado de São Paulo, para excluírem, simbolicamente, as operárias desta mesma fábrica.

Para isto, é necessário esclarecer dois processos importantes para entendermos esta forma de exclusão: a) as representações construídas sobre o passado da empresa; b) a exclusão destas operárias no processo seletivo dos grupos semi-autônomos na área produtiva. Tentarei no final verificar se há alguma relação entre este passado e a construção da exclusão simbólica por estes operários. Deste modo, as questões referentes a gênero serão de suma importância, portando serão também destacados.

Palavras chaves: gênero, exclusão, representações, simbólico.

ABSTRACT

This paper aims goal is to discuss the different ways in which plant workers in the interior city of São Paulo State, engage to exclude symbolically female workers from the same plant.

It is necessary, therefore, to explain two important processes in order to understand these forms of exclusion: a) the representations "built" over the company's past; b) the exclusion of female workers in the semi-independent groups' processes of selection in the production area.

*It is my intention at the end to verify if there is a **RELATION** between this past and the construction of symbolic exclusion by the male workers. Hence, questions concerning gender will be vital, and therefore, will be highlighted.*

Keywords: gender, exclusion, representations, symbolic.

(*) Mestre em Antropologia Social e Doutoranda em Ciências Sociais - IFCH/Unicamp. Professora do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

A proposta deste artigo é discutir as formas de exclusão social no universo empresarial. Para tanto me concentrarei em uma das formas construídas pelos operários de uma fábrica¹ localizada em Vinhedo, interior de São Paulo, através do que denominou-se “cantadas”.

Para entendermos como foi construída esta forma de exclusão, é necessário relatar como esta empresa era definida pelas outras fábricas do mesmo grupo a qual pertence. No passado, período anterior a década de 1994², esta fábrica era caracterizada como festeira, famosa por suas festas, informal, divertida, superficial, elitista, glamourosa, cheia de nomes famosos e de pessoas interessantes (Sadia, Matarazzo, etc.), que sabiam se divertir, e que mantinham pouca distinção entre o profissional e o pessoal, segundo dados coletados por Livia Barbosa³ (1996/97), e foi confirmado por trabalhadores e trabalhadoras entrevistados. A divisão de Produtos Pessoais era denominada e ainda continuava sendo, segundo alguns relatos, o “barco do amor”, ou seja, “todo mundo tinha caso com todo mundo” (Barbosa, 1996/97: 17). Num dos relatos coletados por Barbosa (1996/97), uma trabalhadora comenta que haviam ensaios de peças de teatros realizadas por trabalhadores e trabalhadoras que acabavam conduzindo os participantes a outras coisas, segundo o relato desta pessoa, “loucuras aconteciam depois do teatro. Aí você acordava na cama de não sabe quem...” (Barbosa, 1996/97: 17).

Quando a fábrica apresentava maus resultados no negócio este era atribuído, pelas outras divisões, à existência das festas, afirma Barbosa. “A existência da festa funcionava como pólo contrastivo negativo e englobava quaisquer aspectos positivos do negócio” (Barbosa, 1996/97: 20).

Segundo Barbosa, esta Divisão no passado aparece, metaforicamente falando, como uma figura feminina ambígua.

“A ambigüidade nasce da combinação dos aspectos positivos associados a uma mulher - divertida, glamourosa, sensual, festeira - com aspectos negativos, que tornam uma mulher vulnerável no seu caráter: pouco séria (muitos casos, misturando vida privada com o trabalho); caprichosa (decisões paternalistas); pouca efetividade (trabalho, investimento com pouco retorno); instável e superficial nos seus procedimentos” (Barbosa, 1996/97: 19).

É muito interessante a metáfora da mulher utilizada por Barbosa para definir esta Divisão no passado porque, apesar de todas as mudanças realizadas a partir de 1994, ainda pode-se perceber que há alguns elementos desse passado citados por esta pesquisadora, que poderiam explicar o incomodo das trabalhadoras da fábrica estudada, quanto ao que elas chamam de “cantadas”. As festas deixaram de existir, a empresa passou a prosperar, mas permaneceu a questão da “mistura” entre o profissional com o pessoal, através das “cantadas”, que é o que tentaremos discutir ao longo do artigo.

Apesar da tentativa de transformar uma empresa considerado pouco “seria” em uma profissional, a representação que ainda se faz é de uma empresa não profissional. Segundo relato de uma mensalista, se perguntam a um gerente da divisão de Produtos Pessoais como foi encaminhada uma determinada reunião, este responde: “Foi uma festa!” No entanto, se fazem a mesma pergunta para um gerente da divisão de Sabonetes e Detergentes, por exemplo, este responde que a reunião foi realizada a contento,

⁽¹⁾ A fábrica pesquisada pertence a um grupo anglo-holandês, que possuía, na época da pesquisa três divisões: de Alimentos, de Detergentes e Sabonetes e de Produtos Pessoais. Minha pesquisa se concentrou na divisão de Produtos Pessoais, cujos produtos fabricados são: shampoo, desodorantes, cremes dentais, cremes hidratantes e sabonetes líquidos. Na fábrica os cargos são divididos hierarquicamente em: horistas (que recebem seus salários por horas trabalhadas); mensalistas (que recebem seus salários por dias trabalhados) e gerentes.

⁽²⁾ A partir desta data há mudanças na presidência desta divisão, por causa dos maus resultados financeiros apresentados pela fábrica. Esta mudança também será estendida ao comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras da divisão, com o intuito de melhorar sua imagem junto ao grupo ao qual pertence.

⁽³⁾ Livia Barbosa é antropóloga e realizou uma pesquisa de análise cultural na fábrica em 1996 e 1997.

atingindo os objetivos propostos, marcando a diferença entre uma empresa séria e outra não tão séria⁴.

Uma mensalista da área de Recursos Humanos, que trabalhou na divisão de Sabonetes e Detergentes, considera o trabalho na divisão de Produtos Pessoais mais informal, pois podem falar com qualquer nível hierárquico. Esta mensalista comenta que há um lado bom e um lado ruim de toda essa informalidade. O lado bom desta informalidade é facilitar a aproximação entre as pessoas; o ruim é que alguns trabalhadores acabam cometendo certos abusos no que se refere às “coisas” que necessitam ser documentadas, estas ficam apenas nas palavras, sem registros. Com essa informalidade alguns trabalhadores- aqui a mensalista quer dizer apenas os homens- acham que podem “brincar mais”, afirma. Muitos trabalhadores interpretam estes tipos de brincadeiras, tais como “cantar” as colegas de trabalho, como uma maneira de serem aceitos no grupo, ficam com medo de serem excluídos se não agirem da mesma forma, afirma um dos mensalistas entrevistado.

Esta necessidade de pertencer a um grupo que obriga seus membros a aderir aos mesmos ideais sociais se assemelha ao que Norbert Elias (1987) comenta sobre os nobres franceses que tinham o intuito de se diferenciar, distinguindo-se dos que não faziam parte do seu grupo, assim como os estabelecidos em relação aos outsiders descrito por este mesmo autor em sua pesquisa numa comunidade de periferia urbana denominada Winston Parva, na Inglaterra, na qual o autor observou que havia uma povoação de classe trabalhadora, “estabelecida desde longa data”, que tratava “todos os recém-chegados” como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora”. O relato deste trabalhador mostra um certo receio por parte dos trabalhadores recém-chegados em serem excluídos deste grupo,

por isso reproduzem seus comportamentos já estabelecidos em relação às trabalhadoras.

Há outra questão que também necessita de esclarecimento, que refere-se à organização do trabalho na área produtiva em grupos (denominados na fábrica de núcleos) semi-autônomos, baseados no modelo da fábrica da Volvo na Suécia. Estes grupos possuem autonomia na escolha dos integrantes de seus núcleos e também para decidir como realizar o trabalho estabelecido pela administração da fábrica. No início da formação destes núcleos, as escolhas foram realizadas pelos coordenadores de produção e, segundo relatos, havia pelo menos uma mulher em cada núcleo. Num segundo momento, os próprios trabalhadores e trabalhadoras passaram a fazerem estas escolhas - em situações de demissões, afastamentos por doenças de operários e operárias e licença maternidade, este último apenas no caso das operárias- e começaram a excluir todos aqueles trabalhadores e trabalhadoras que não faziam parte do círculo de amizades daquele núcleo que estava realizando o processo de seleção. Fazer parte do círculo de amizades significa para os trabalhadores da fábrica estudada, saírem juntos para beber depois do trabalho, jogarem futebol juntos, ou seja, possuir uma relação pessoal entre eles. Não estão privilegiando, neste caso, a competência do trabalhador ou da trabalhadora, mas sim a “amizade” estabelecida entre o grupo e o candidato à vaga para integrar os grupos.

A situação das trabalhadoras nesta área se torna mais crítica, porque dificilmente fará este tipo de programa com seus colegas homens e há ainda outro agravante, os núcleos têm preferido, na maioria dos processos de seleção, trabalhadores homens para integrar o seu grupo de trabalho. Muitas são as justificativas dadas para a exclusão das mulheres dos núcleos. As mulheres são excluídas, na opinião dos gerentes da produção,

⁴ Mesmo com esta representação de uma empresa não muito profissional, esta Divisão, nos anos 90, cresceu e se expandiu, segundo dados da empresa. Em 1993 a empresa também, montou uma estratégia de concentração do negócio em número limitado de marcas: de 33 marcas com cerca de 220 itens, passou para 15 marcas consideradas importantes, com cerca de 180 itens em 1996, eliminado, segundo a empresa, a complexidade e simplificando a organização e aumentando a força de vendas. Segundo dados da empresa, desde 1996, a Divisão vem ultrapassando todos os recordes de vendas e produções, um crescimento das marcas no mercado considerado extraordinário pela empresa, com 30% das vendas baseadas em novos produtos. Em 1993, a divisão de Produtos Pessoais ocupa a 12ª posição no ranking das empresas do grupo anglo-holandês. Dois anos depois, 1995, passa a ocupar a 2ª posição. Esta Divisão é responsável pela produção anual de 690 milhões de unidades, o que a coloca entre as três primeiras fábricas de Produtos Pessoais do grupo anglo-holandês espalhadas pelo mundo.

porque os homens consideram o trabalho muito “pesado” e argumentam que as mulheres “não dariam conta de executá-lo”. Por este motivo estão optando, segundo relatos dos próprios trabalhadores da produção, por homens que trabalhem bem - ou seja, dão conta das funções a serem executadas - e que possuam certa afinidade, para que não ocorram problemas de relacionamento no futuro. Como afirmou um dos entrevistados: “Não vou trabalhar com quem eu não conheço e não sei se vou me dar bem com ele”. Com isto acaba-se não dando oportunidade para muitas mulheres que querem e são capazes de “dar conta” das funções a serem exercidas, e aos outros que são competentes, mas não são “conhecidos”.

Elida Rubini Liedke (1988) afirma que as estratégias empresariais, ao identificarem as tarefas femininas como tendo uma natureza “mais frágil”, “reforçam o patriarcado, ao manter as mulheres como uma força de trabalho desprivilegiada” (Liedke, 1988: 68-69). Na fábrica estudada há muitas trabalhadoras que desempenham as mesmas funções que os trabalhadores, mostrando que esta não é uma justificativa para as tais exclusões.

Um dos coordenadores da área produtiva acredita que em 97% dos processos de escolha de componentes para os núcleos há *cartas marcadas*, ou seja, já sabem quem irão escolher para seus núcleos, independente dos candidatos à vaga, e não levam em consideração a situação pessoal destes candidatos, como o fato de ser casado, por exemplo, ter filhos ou necessitar mais da vaga do que um outro empregado da empresa. Como pudemos verificar, esta é uma forma de exclusão que está explicitada no processo de seleção para os integrantes dos grupos. Entretanto, há uma outra forma de exclusão que não é tão visível, por isso a denominei de simbólica⁵, que aparece nos relatos tanto das operárias quanto dos próprios operários coletados na pesquisa.

Durante as entrevistas foram sendo relatadas certas inquietações com relação ao tipo de

“brincadeira” citada acima, além de comentários que são considerados ofensivos pelas trabalhadoras, principalmente as horistas. Estes comentários fazem com que se sintam, segundo seus relatos, como objetos sexuais e não como colegas de trabalho.

Segundo Isaac Charam (1997) o que conhecemos popularmente como “paquera” ou “cantada” pode vir a se tornar assédio sexual, “quando ocorre com insistência ou sem a permissão ou incentivo de uma das partes” (Charam, 1997: 157-158). Este autor define assédio sexual como sendo,

“qualquer comportamento de natureza sexual inoportuno ou indesejável. Ou seja, qualquer tipo de abordagem feita sem que você deseje que isso aconteça.

O Assédio Sexual ocorre mais por questões de poder e controle do que propriamente por questões de sexo e está ligado ao fato sociológico de que ‘os homens dominam as mulheres, e socialmente todos são ensinados dessa maneira’ ” (Charam, 1997: 157).

O assédio sexual, permeado por relações de poder, pode acontecer com homens e mulheres, afirma este autor. A partir desta definição, pode-se considerar que a situação em que as trabalhadoras desta fábrica denominam de “cantadas” poderia ser considerado assédio sexual. A afirmação de Colette Gendron (1994) de que em casos de assédio sexual, o poder é exercido pelos homens para exercer controle sobre as mulheres, “das quais eles querem dispor como se elas fossem para eles somente objetos sexuais” (Gendron, 1994: 468), reforça este argumento. Entretanto, segundo a legislação vigente no Brasil, o assédio sexual ocorre entre chefes e subordinadas e há uma ameaça de perda de emprego no caso da recusa da trabalhadora em não aceitar a abordagem de caráter sexual. Neste caso, o que estaria acontecendo na empresa estudada seria apenas “cantadas” e não assédio sexual, pois este último envolveria níveis hierárquicos diferentes. Na fábrica estudada as

⁽⁵⁾ Trabalho este conceito baseada em Clifford Geertz (1979), ou seja, utilizado “para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção - a concepção é o ‘significado’ do símbolo” (Geertz, 1979: 105).

“cantadas” são entre trabalhadores e trabalhadoras que ocupam o mesmo nível hierárquico. Estas “cantadas” apesar de, na fábrica pesquisada, envolver questões de poder.⁶

O incômodo relato das horistas evidencia que estas não consideram que o comportamento de seus colegas de trabalho seja uma simples “cantada”, já que se sentem inferiorizadas por tais comportamentos, na interpretação destas trabalhadoras há, nestes gestos, uma clara demonstração de superioridade dos trabalhadores em relação às trabalhadoras.

A maioria das operárias que foi entrevistada, interpreta sua situação atual na fábrica como sendo de discriminação e desrespeito no relacionamento com seus colegas operários. As trabalhadoras desta área se consideram mais higiênicas e mais fortes que muitos homens, consideram que precisam de trabalho tanto quanto eles, pois muitas mulheres têm que sustentar suas casas. Na opinião da maioria destas operárias, elas têm que trabalhar muito mais do que os homens, pois, se param um minuto de realizar suas tarefas seus colegas operários já chamam-nas de *folgadas*, afirmam. O relato de uma das horistas ilustra bem o que estão chamando de desrespeito e discriminação:

“Quando a mulher se separa do marido, os homens acham que ela está necessitada, está precisando. Cai um monte de homens em cima da gente. É uma falta total de respeito. É uma cabecinha tão pequena, um cérebro tão minúsculo, que acha que eu tô separada, eu tô precisando de um homem na minha vida. Aí, vem aquele monte de homem em cima de mim. Aí o que acontece, eu não saio com ninguém, mas eles têm que falar que conseguiram, eles têm que manter o lado macho deles. No final quem sai perdendo nesta história sou eu, que sou uma tranqueira. Esse preconceito ridículo de homem, macho. Isto aqui dentro é uma coisa horrível. Isto acaba comigo, com a minha força de vontade. No meu caso eu namoro um negro, por isto para muitas

peças eu sou um bicho” (trabalhadora horista).

Este relato evidencia como estas trabalhadoras estão se sentindo incomodadas com o tipo de comportamento praticado por seus colegas de trabalho que, além de estarem excluindo-as dos núcleos as submetem a estas “cantadas” que, na interpretação das próprias trabalhadoras, tentam inferiorizá-las ainda mais. Esta sensação de inferioridade que estas operárias dizem sentir se assemelha muito ao descrito por Elias (2000) nas figurações estabelecidos-outsiders:

*“o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [**praise gossip**], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [**blame gossip**] contra os suspeitos de transgressão” (Elias, 2000: 20).*

Na fábrica estudada, ao contrário da comunidade pesquisada por Elias (2000), a exclusão se concretiza no ambiente profissional e as tais “fofocas depreciativas” podem ser ilustradas pelo relato citado acima. Assim como na área produtiva da Divisão de Produtos Pessoais, na comunidade estudada por este autor, os moradores considerados estabelecidos e os outsiders não diferenciavam-se quanto a sua classe social, as áreas de habitação destes moradores eram áreas de trabalhadores, o que aproxima ainda mais esta figuração da situação vivida na fábrica pesquisada. A diferença entre os moradores, na pesquisa de Elias (2000) era a que já foi mencionada: um grupo era composto por antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados. Na fábrica pesquisada o que marca a diferença entre os trabalhadores são as relações pessoais e as relações de gênero. Este autor afirma ainda sobre esta figuração,

“afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de

⁶ Utilizarei este termo, pois é assim que esta situação é denominada tanto pelas trabalhadoras quanto pelos trabalhadores.

poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (Elias, 2001: 24).

Apesar da pesquisa deste autor ter se realizado num outro contexto, não se pode negar que os acontecimentos relatados pelas operárias da fábrica estudada, que estão sendo descritos neste item, na própria interpretação destas operárias é muito semelhante à figuração apresentada por Elias.

Ainda sobre as “cantadas”, todas as entrevistadas da manufatura comentaram que nunca tiveram oportunidade de levar este tipo de reclamação à gerência. Um dos coordenadores comentou que seria a palavra dela contra a do seu colega, fato este confirmado por uma das entrevistadas ao dizer que nestas horas os homens se juntam contra elas porque são minoria. Segundo relato de um promotor de justiça da cidade de São Paulo, citado por Charam (1997), na maior parte das denúncias de assédio sexual há apenas a palavra da vítima e não há como condenar o agressor. A mesma situação que ocorre na Justiça tem ocorrido na fábrica em Vinhedo-SP, não há como repreender também o “agressor”.

Na comunidade estudada por Elias, os outsiders permitiam ser classificados abaixo de outras porque não podiam evitá-lo, afirma este autor. Este ainda acrescenta,

“Em todos esses casos, aqueles que são objeto do ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações ou censuras, não conseguem livrar-se, nem sequer em pensamento, da identificação com o grupo estigmatizado. Assim, as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais de caráter imprestável que lhes é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revidar que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm

sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores” (Elias, 2000: 131).

Não se pode afirmar que esta situação descrita por este autor esteja ocorrendo na fábrica pesquisada, seria necessário uma reflexão mais aprofundada sobre a questão.

Um dos mensalistas entrevistado interpreta o fato das mulheres não comentarem com seus chefes sobre as “cantadas”, por causa da visão mais ou menos disseminada na empresa de que este tipo de comportamento é “normal”, por isso muitas mulheres têm receio de falar com seus chefes sobre este assunto. Um exemplo dado por este mensalista pode nos dar uma idéia sobre o que ele está querendo dizer com “normal”: certo dia, uma trabalhadora do Banco Bradesco, que está na fábrica todas as terças-feiras, precisou de ajuda para colocar uma mesa para ela pudesse atender os (as) trabalhadores (as) da fábrica, já que a cadeira que sempre utiliza não estava no seu local habitual. Diante dessa necessidade pediram que chamasse alguém da produção, isto porque, estão acostumados a carregarem peso. Quando um dos coordenadores viu para quem era a ajuda comenta: *Se eu soubesse para quem seria a ajuda, eu mesmo teria vindo ajudá-la.* No caso, era uma mulher muito bonita, segundo os padrões de beleza brasileiro. Este mensalista, ao relatar este fato quis mostrar que os trabalhadores são muito solícitos e atenciosos com as mulheres consideradas “bonitas” e é “normal”, assim como os coordenadores gostam de “brincar” com as trabalhadoras, que tenham a mesma posição hierárquica que eles, os horistas também façam “brincadeiras” com as horistas, porém estas não interpretam este tipo de comportamento como uma simples “brincadeira”.

Uma das horistas entrevistadas comentou que há algum tempo teve problemas com um colega de núcleo que tomava certas liberdades - dizendo a elas coisas consideradas obscenas. Segundo o seu relato, esta precisou agüentar quieta todas as humilhações quieta, pois se fosse reclamar com a coordenação ou com a gerência este trabalhador seria demitido da empresa e isto esta trabalhadora não queria, porque este trabalhador tinha filhos para sustentar. Diante

deste fato, ela ia ao banheiro chorar, e preferiu ficar quieta para não prejudicar o colega de trabalho. Esta horista comentou que gosta muito de brincar com as pessoas, e este trabalhador, por sua vez, interpretou mal suas brincadeiras, os outros colegas por serem homens apoiaram-no, ela como mulher era a *fraca ali, pegar testemunha era difícil*, afirma. Segundo ela *“graças a Deus ele saiu do núcleo e agora está tudo bem”*.

Uma outra horista comentou que as mulheres não podem nem ao menos ter uma conversa com os horistas, porque eles já saem falando que saiu com a pessoa, entre outras coisas. Houve, no relato dos horistas, uma confirmação deste fato:

“Tem homem que pisa na bola também, né? Tem vezes que ela espelha um homem mal educado, o cara vai “cantar” ela com os outros, então ela já evita. Pô o cara está conversando dois minutos comigo, já está me chavecando aqui, querendo me comer? Então ela já pega e fica meio com receio, né? Tem vezes que eu dou razão pra elas, dou razão, verdade...” (trabalhador horista).

Um outro complementa:

“Tem outra coisa também: ele tá andando com uma mulher, outro já está pensando que você já tá dando em cima da mulher. Se você está sozinho com uma mulher: O cara já está cantando aquela mina...” (dizem). (trabalhador horista).

Por causa de comentários como os citados acima, alguns horistas comentaram que não têm amizade com as mulheres porque seus colegas já pensam que estão tendo intimidade com elas e expressam isto, não ficam apenas pensando. Este tipo de comportamento reforça ainda mais a situação de exclusão de mulheres dos núcleos de trabalho, pois se escolhem apenas aqueles que fazem parte do seu círculo de amizade, as trabalhadoras, por causa desses comentários, não têm oportunidade de fazer parte deste círculo.

Para Carmen Mozo Gonzáles (1999), em sua pesquisa de gênero na área de seguros, as mulheres são construídas socialmente não como uma pessoa socialmente individualizada, mas sim como um ser essencial e naturalmente feminino.

“Por eso, em este sector, se plantea la relación del cliente hacia la agente em términos de una atracción sexual de los machos hacia las hembras de la especie, atracción em tanto que natural, inevitable” (Gonzáles, 1999: 287).

Os relatos citados acima demonstram que alguns trabalhadores da fábrica estudada constróem representações sobre a atração sexual entre homens e mulheres, também como algo natural e inevitável. Apesar disto, um dos entrevistados comenta não ter esse medo de conversar com suas colegas horistas. Vejamos o seu relato:

“Eu converso, eu não tô nem aí, mas também não falo abobrinha pra mulher de jeito nenhum, porque se uma pessoa falar comigo certas coisas eu fico muito chateado, então eu procuro respeitar, tratar com o maior respeito” (trabalhador horista).

Para outro horista, o problema não se refere ao sexo e sim à personalidade, porque alguns homens agem da mesma forma, não querem conversa com eles, não gostam de travar relações de amizade. Este relato também evidencia porque muitos trabalhadores também são excluídos dos núcleos de trabalho e não procuram fazer “amigos”.

Um outro comenta ainda que as “cantadas” não são permitidas na fábrica:

“Aqui dentro não pode dar cantada numa mulher não... Dependendo da cantada que você der numa mulher... Você não viu o ... não vou falar nem o nome do cidadão, a mulher foi lá na mesa e entregou ele, o homem andou com as cuecas penduradas, quase que foi embora. Às vezes o homem está conversando com uma mulher, e ela dá um pouco de liberdade pro cara também, né? Ai o cara vê que o negócio tá bom, dá uma cantada, aí ela já pega e entrega o cara (trabalhador horista)”.

Este tipo de comentário também foi elaborado pelos coordenadores e gerentes da área produtiva. Um dos gerentes comentou que

estas “cantadas” dependem da postura da pessoa diante de tal situação, esta tem que impor um limite. Para este gerente, o limite só é imposto quando a situação já está fora de controle, confirmando o relato do horista citado. Seu próximo relato deixa bem claro que também às vezes é “cantado” pelas trabalhadoras da produção:

“Às vezes a gente como gerente também...têm meninas que vem conversar, depende...eu tenho minha vida, a minha família e eu respondo como tal e acabou, né? A gente bem que podia usar da nossa...da nossa, da nossa situação aqui...pra ter vantagem, deu pra entender?”

Ao se expressar desta forma, este gerente de produção, nos leva à interpretação de que é algo comum os gerentes tirarem vantagens sexuais das trabalhadoras por causa da posição privilegiada que ocupam, mas que na Divisão de Produtos Pessoais isto não ocorre.

Outro fato que as mulheres, que trabalham na área produtiva, disseram não suportar, segundo relato de uma delas, as conversas consideradas por elas como preconceituosas sobre as mulheres com quem os trabalhadores das linhas têm algum tipo de relacionamento, ou seja, para esta horista,

“tem tanta coisa pra se falar, tantos assuntos, mas o que se ouve é apenas assuntos sobre mulher (e sempre gabando-se da sua masculinidade, ou seja, “peguei uma mulher aqui, outra ali”...). É impossível conversar com eles” (trabalhadora horista).

Tanto os gerentes da manufatura quanto os coordenadores acreditam que, se as “cantadas” acontecem é porque há uma certa receptividade das mulheres às mesmas. Gendron (1994) comenta que as vítimas de assédio sexual são também acusadas de provocar, como ocorria nos casos de estupro, ou de serem moralistas quando querem se defender, como no caso citado pelo horista acima. Charam (1997: 162; Vargas, 1997) também afirma que um dos mitos disseminados sobre o estupro é que a mulher estuprada “estava querendo mesmo”, era sedutora, provocante e gostou. Esta parece também ser a representação

que se tem construído sobre as “cantadas” na fábrica estudada.

Os gerentes da manufatura comentaram nas entrevistas que, a partir deste momento, ficarão mais alertas quanto a esse tipo de comportamento- as “cantadas”-, mas um deles considera que este tipo de comportamento acontece em qualquer lugar, na rua, no cinema, no restaurante. Para este gerente, é evidente que os homens preferem olhar para as mulheres do que para homens, e desde que não tenha nada muito exagerado, não vê problema nenhum nisso. Acha que depende muito do comportamento que a mulher terá diante da situação, se não ligar, disser que não, a conversa acabará ali.

Não se pode negar que as “cantadas” podem existir em qualquer situação social na qual se encontram homens e mulheres podendo ou não serem interpretadas como algo lúdico, entretanto, quando as mulheres se sentem humilhadas com tal atitude este fato deixa de ser algo corriqueiro para se tornar um abuso, mostrando que a construção elaborada socialmente sobre a relação entre homens e mulheres é uma atração “natural”, “inerente”, que não pode ser evitada, como algo biológico e não socialmente construído.

Um outro gerente comenta que nunca presenciou um trabalhador desrespeitar o outro, porque é algo que não admitem, seja entre homem e homem, seja entre homem e mulher. Para ele, o mínimo que uma pessoa pode ter pela outra é respeito, principalmente entre homem e mulher. Um deles considera que, talvez por causa do cargo que ocupam, esse tipo de assunto não tenha chegado até eles, pois iriam querer saber quem é e teriam que tomar alguma atitude.

O outro gerente entrevistado relatou que isso não acontecia apenas com as mulheres, mas também, com alguns trabalhadores que são tidos como homossexuais. Já chegaram a receber algumas reclamações destes trabalhadores com relação a algum tipo de brincadeira que não gostaram. Acrescenta ainda que isso não ocorre apenas na produção, ocorre também na área administrativa e até gerencial. Por outro lado, os gerentes entrevistados enfatizam que as mulheres, na fábrica estudada, disputam em forma de

igualdade todas as funções, todas as áreas e isso é um grande ponto positivo, o que não acontece em outras divisões, em outras fábricas. Este comentário foi realizado com a intenção de que, se por um lado há as “cantadas”, por outro lado há uma “igualdade” de oportunidades para homens e mulheres que estiverem ocupando as mesmas posições hierárquicas na fábrica. Porém como já pudemos observar, essas oportunidades não são tão iguais como este gerente quis me fazer acreditar, pois há departamentos que só contratam mulher ou vice-versa.⁷

Para um dos coordenadores da manufatura, a questão das “cantadas” depende muito individualmente da pessoa, pois trabalham com um grupo muito heterogêneo de mulheres e na sua interpretação há mulheres que têm uma conversa boa, sabem conversar sobre qualquer assunto, estão atualizadas, sabem coisas que os próprios coordenadores não conhecem e ficam sabendo através delas. Ao mesmo tempo convivem com aquelas que estão no *mundinho* delas, não fazem nada para mudarem. Acrescenta que os homens também se encaixam no que disse sobre as mulheres. Este coordenador considera esta questão como algo “inerente” à raça humana - este termo é usado aqui como masculino - como algo “natural”.

No entanto, Margareth Mead, em *Sexo e Temperamento*, já descarta enfaticamente a naturalização dos chamados “papéis sexuais” e, desde então, há muitas publicações sobre a desnaturalização do gênero. Para Bila Sorj (1992) a primeira dimensão que envolve a categoria de gênero,

“compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (Sorj, 1992: 15).

Maria Luiza Heilborn (1992) acrescenta que a postura cognitiva implica o uso da categoria de gênero e a desnaturalização radical das categorias de homem e mulher.

“Ela não deve ser adicionada como um termo substituto. Seu uso designa (ou deveria fazê-lo) a dimensão inerente de uma escolha cultural (arbitrária) e de conteúdo relacional. E, quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso antropológico está enfatizando a perspectiva sistêmica que domina o jogo de construção de papéis e identidades para ambos os sexos. É retirar-lhes a aparência de ‘natural’, ainda que o discurso com que se apresentam assim o designe” (Heilborn, 1992: 103).

As mulheres, segundo Elisabeth Lobo, *“vivem experiências diferentes, nem definidas, nem essenciais, mas construídas através das formas culturais, do imaginário e da história das relações entre sexos”* (Lobo, 1991: 261).

Por isto, deve-se destacar que estas “cantadas” que vêm ocorrendo na fábrica estudada são também construções culturais. Deste modo, não são inerentes à raça humana, como aponta o discurso de alguns trabalhadores na fábrica estudada.

Os coordenadores da área de manufatura estão ainda interpretando a situação das trabalhadoras na produção como uma transferência das suas angústias profissionais - a exclusão nos núcleos- para esta questão das “cantadas”. Para Gendron (1994) o maior problema deste tipo de situação é,

“a recusa dos homens em se assumirem, e isso em todas as esferas da vida (...). (...) o recado que nos dão é que deveríamos nos sentir culpadas, nos calar, e ocupar nosso ‘lugar’ para que os homens se sintam bem, seguros, e que, principalmente, não se sintam abandonados. É o próprio sentido da violência contra as mulheres. Querem levar-nos de volta ao ponto de partida, acusando-nos de provocação ao infringirmos regras que estabelecem para nós. Exatamente o que dizem os homens que agridem mulheres: ‘Elas provocaram!’” (Gendron, 1994: 472).

⁽⁷⁾ Para maiores informações ver Rúniz Cátia. As prestações nativas do universo fabril: um estudo etnográfico. IFCH/UNICAMP, 2001.

Não se pode negar que situação vivida pelas trabalhadoras na área produtiva com relação às “cantadas” remete às exclusões dos núcleos, pois este fato têm tornado mais evidentes a tentativa dos trabalhadores desta área em querer manter uma certa “superioridade” sobre as trabalhadoras, sendo que estas têm percebido estas atitudes no comportamento dos seus colegas de trabalho.

Neste caso, tal situação é algo muito mais sério e complexo do que uma simples transferência das frustrações e angústias profissionais para as questões pessoais, como afirma o gerente citado acima. Ao fazer esta afirmação, o gerente insinua que as trabalhadoras estariam comentando sobre estas “supostas cantadas” como uma forma de represália aos seus colegas de profissão. Mas como pudemos perceber, esta questão é muito mais complexa do que sugere a afirmação e piora ainda mais a situação das horistas nesta fábrica.

Em muitos momentos durante a entrevista, os coordenadores deixaram claro que estão abertos para qualquer tipo de diálogo, que as trabalhadoras não precisam ter vergonha de se abrirem com eles, o que me parece ser um pouco contraditório com suas afirmações anteriores. Afirmam ainda que, se ficam sabendo desse tipo de problema, procuram ouvir sempre os dois lados e, como já foi dito no relato de uma horista, seria a palavra dela contra a dele e, neste caso as trabalhadoras são minoria na produção. Mas como também pudemos observar num outro relato, há algumas punições consideradas sérias para este tipo de comportamento, porém este fato não tem inibido tal comportamento.

O gerente da fábrica tem uma opinião diferente da relatada pelos coordenadores sobre a questão de estarem “abertos” para qualquer tipo de diálogo. Na sua interpretação, os brasileiros são muito machistas para compreender este tipo de situação:

“Você imagine, por exemplo, você tendo só coordenadores homens, né? Eu concordo com elas que, eles podem dizer por exemplo uma dessa operárias que eu tenho chegar prum coordenador e falar pra ele: Fui cantada e aí? O cara vai dar risada, tenho certeza, numa sociedade machista do jeito que a gente tem...” (gerente de produção).

Assim como o gerente da fábrica, o diretor de Recursos Humanos também concorda que a questão das “cantadas” são muito difíceis de serem administradas. O gerente da fábrica emitiu a mesma opinião de um dos coordenadores sobre isto ser *meio inerente à natureza humana*. Para ele, é algo que se vê na sociedade como um todo, por isso não há como ser facilmente evitado.

Comentei com os coordenadores que as trabalhadoras da produção gostariam que houvesse mais conversas com os trabalhadores, cujo objetivo é fazê-los com que estes as vejam não como objetos sexuais, mas como colegas de trabalho. Um dos coordenadores me respondeu que para isto deveriam mudar o mundo. Para Lobo (1991), não é o capital que cria a subordinação das mulheres, mas pode integrá-la e reforçá-la, ou seja, algumas atitudes ou falta delas, podem contribuir ainda mais para a opressão das mulheres no mundo do trabalho, tais como a afirmação fatalista do gerente citado.

Apenas uma das mensalistas entrevistadas comentou sobre as “cantadas” na área administrativa. Citou um episódio ocorrido num churrasco no final do ano de 1999, no qual estavam presentes apenas gerentes e alguns mensalistas de ambos os sexos: os gerentes e o diretor da fábrica resolveram, no meio do churrasco, eleger as mulheres mais bonitas, as mais *gostasas*, as mais *sexys*, com os seios maiores e também com os bumbuns maiores. Realizada a eleição, não satisfeitos com tal atitude, resolveram anunciar as vencedoras em alto e bom som para que todas ouvissem, relata a mensalista. As trabalhadoras presentes neste evento se sentiram muito humilhadas com tal comportamento, principalmente as eleitas, por isto muitas foram embora por estarem se sentindo muito mal com esta situação, afirma. Esta mensalista considerou tal comportamento extremamente machista, pois os gerentes e o diretor da fábrica queriam, assim como os horistas, evidenciar que, apesar destas trabalhadoras estarem ocupando os mesmos cargos que os trabalhadores e recebendo salários equivalentes, os homens são “superiores” às mulheres e podem tratá-las como objetos sexuais, quando fora do ambiente de trabalho.

Uma outra mensalista comentou informalmente que é muito comum os trabalhadores verem as trabalhadoras da área administrativa muito mais por sua aparência do que por sua competência, fato este que as incomoda muito. Sobre as “cantadas” esta mensalista relatou que, na administração, esta ocorre sempre em tons de “brincadeira” como algo lúdico, sem muitas conseqüências, apesar de algumas mensalistas não gostarem de tais atitudes, porém não chega a ser tão explícito quanto na produção, por causa da maneira de agir dos mensalistas, e mesmo da interpretação das mensalistas, como algo não ofensivo, mas lúdico. Por este motivo, a maioria das entrevistadas desta área comentou que há um ótimo relacionamento entre estas e seus colegas mensalistas, no qual são muito respeitadas e tratadas como “iguais”. Não podemos esquecer que as mensalistas interpretam sua situação na fábrica como sendo uma situação de “igualdade” com seus colegas homens e, apesar de algumas ressalvas, não percebem o deslocamento de algumas trabalhadoras e trabalhadoras para determinadas áreas consideradas “masculinas” ou “femininas”.

Em minhas observações, pude verificar como o tratamento às mulheres é diferenciado no escritório de engenharia. Presenciei algo muito interessante: um mensalista da engenharia pediu licença a mim para usar o computador da mesa em que eu estava, este disse, em tom de brincadeira, que estava me atrapalhando. Eu respondi que, ao contrário, era eu quem o estava atrapalhando, voltou a me responder dizendo que os homens da sala prefeririam a minha presença à dele, um outro mensalista da sala disse que se houvesse uma votação, ele (o mensalista que pediu para usar o computador) é que estaria realmente atrapalhando. Parece que as mulheres ali são sempre muito bem-vindas. Para confirmar este fato, quando a pessoa do RH me levou até este espaço, um dos mensalistas da área de compras perguntou a esta trabalhadora porque tinha me levado até lá se não iria me apresentar a eles e comenta: *Se fosse um “marmanhão” você teria apresentado, como é uma mulher...* Este trabalhador acrescentou ainda, de maneira pejorativa, que naquele setor só havia gays. Ao comentar este fato à mensalista, que havia me conduzido à tal sala, esta comentou que o

comportamento deste trabalhador na fábrica em relação às trabalhadoras é extremamente ofensivo e de caráter sexual implícito e, por este motivo ainda não foi repreendido pelos seus superiores.

Apenas uma das mensalistas entrevistada observa preconceito dos trabalhadores em relação às trabalhadoras na fábrica pesquisada. Ela considera que algumas mulheres sentem mais do que outras, as que estão há mais tempo na fábrica já estão acostumadas a este tipo de comportamento. Citou o exemplo da gerente de Recursos Humanos, transferida da fábrica da Divisão de Sabonetes e Detergentes localizada na cidade de São Paulo, que é jovem e pode ser considerada muito bonita, segundo os padrões de beleza ocidentais, quando esta foi apresentada aos trabalhadores da produção, ficaram *encarando-a*, assobiando, gritando, o que fez com que esta gerente se sentisse muito mal com esse tipo de comportamento, afirma esta entrevistada. No entanto, esta mensalista faz algumas ressalvas: assim como para alguns outros entrevistados, há sempre os dois lados da questão, há também mulheres que não têm uma postura muito boa na fábrica. Para ilustrar o que queria dizer com “não ter uma postura muito boa”, citou outro exemplo de uma gerente que *brigava* com o marido por telefone, de modo que todos que estavam por perto, pudessem ouvi-la e, com isto, acabava descontando em seus subordinados. Então chorava, fazia escândalo - este relato se refere à gerente citada anteriormente que tem enfrentado muitos problemas, por causa de sua transferência de São Paulo para Vinhedo. Na opinião da entrevistada, este tipo de comportamento provoca comentários dos homens tipo: *Ah, mas é mulher mesmo*. Por isso, todas as outras mulheres na fábrica ficam sob este estigma de escandalosas, descontroladas, entre outras coisas, relata a mensalista.

Uma das reclamações de um dos diretores da área de seguro estudada por Gonzáles (1999) é que o mais difícil de se trabalhar com mulheres é que elas choram quando estão com raiva e os homens não, eles esmurram a mesa, por exemplo.

“La acción simbólica masculina legitima ciertas prácticas sociales y no otras, y ello explica la confusión de este director. Llorar

o pegar um puñetazo em la mesa son dos formas distintas de enfrentarse y expresar los conflictos condicionadas por el proceso de endoculturación de género. La diferencia entre ellas es únicamente una diferencia de legitimación social” (González, 1999: 247).

Para Rosemary Pringle (1994), gênero e sexualidade são centrais em todas as relações de poder nos locais de trabalho.

“Sexuality in the workplace is not simply repressed or sublimated or, as Marcuse (1968) suggested, subjected to controlled expression. It is actively produced in a range of discourse and interactions. (...) While the rational – legal or bureaucratic form presents itself as gender-neutral it actually constitutes a particular kind of masculinity based on the exclusion of the personal, the sexual and the feminine. This does not mean that men are in fact ‘rational’ or that women are ‘emotional’ but that they come to recognize themselves in these conceptions” (Pringle, 1994: 117-118).

Como pude observar, ao longo da minha pesquisa, na fábrica estudada, estão muito presentes as representações construídas culturalmente sobre gênero, que procuram o tempo todo naturalizá-lo, formando locais específicos para homens e mulheres e prescrevendo que tipo de comportamento cada um deve ter, de acordo com o seu sexo.

Além do comportamento apontado, outro agravante da gerente citada acima, continuando a citar o relato da mensalista, é que esta é muito autoritária, não delega poderes, não ensina nada para que seus subordinados se desenvolvam, deixando-os extremamente insatisfeitos, afirma a entrevistada. Segundo esta mensalista, há alguns gerentes que agem desta forma na empresa, entretanto, há outros que procuram ter um diálogo muito aberto com seus empregados, dão autonomia para certos tipos de trabalho, incentivando-os. Na interpretação desta mensalista, a idade não é muito relevante, já que havia na fábrica uma gerente jovem que era muito autoritária. Considera que chorar na frente dos outros não é uma postura adequada para um cargo

de gerência, já que os gerentes representam a imagem da empresa. Nas relações de trabalho, segundo discurso da empresa, o empowerment - delegação de poderes - e a transparência aparecem como os pontos básicos atualmente na fábrica estudada. Entretanto, de acordo com o relato acima, na prática, isto não está ocorrendo como o discursado.

Na área gerencial, nenhuma das entrevistadas fez comentários sobre serem “cantadas” por seus colegas gerentes, embora um dos gerentes da manufatura ter comentado que este tipo de comportamento também é praticado na gerência, pudemos observar este fato no relato sobre o churrasco realizado em dezembro de 1999.

Novamente, recorrerei a Elias (2000) no intuito de buscar um caminho para uma maior reflexão sobre a situação de exclusão e das “cantadas” na fábrica estudada. Na concepção deste autor, as figurações estabelecidas- outsiders sempre se trata, no fundo, do fato de que um grupo exclui outro das chances de poder e status, conseguindo monopolizar essas chances. Elias afirma que,

“a exclusão pode variar em modo e grau, pode ser total ou parcial, mais forte ou mais fraca. Também pode ser recíproca. Em numerosas cidades antigas, era total a exclusão das mulheres de posição no governo e de muitos outros cargos ou empregos. Frequentemente, essa exclusão caminhava lado a lado com a exclusão dos homens de um complexo de atividades específicas das mulheres. Algumas dessas desigualdades diminuíram atualmente, mesmo não tendo desaparecido” (Elias, 2000: 207-208).

Na fábrica pesquisada, pudemos observar que a exclusão em certos cargos e funções são também recíprocas, não se restringem apenas às trabalhadoras, pois trabalhadores também são excluídos de cargos considerados “femininos” na área administrativa e na manufatura dos núcleos, quando estes não fazem parte do círculo de amizade de algum integrante destes núcleos.

Essa necessidade que alguns indivíduos têm de se destacar de outros, pode ser explicada,

segundo Elias, talvez pela necessidade humana, “nunca serenada, de elevar a auto-estima, de melhorar o valor da própria pessoa ou do próprio grupo” (Elias, 2000: 209). Por falta de dados mais aprofundados não posso afirmar que o mesmo esteja ocorrendo com os grupos que estão promovendo a exclusão na fábrica da Divisão de Produtos Pessoais em Vinhedo, porém a recorrência a Elias tem a finalidade de provocar maiores reflexões, talvez, para uma futura pesquisa⁸.

Na interpretação das trabalhadoras, principalmente da área produtiva, como já anunciei acima, a questão dos trabalhadores estarem querendo mostrar sua superioridade em relação às trabalhadoras nesta área poderia estar sendo justificada por estas figurações estabelecidos-outsiders proposta por Elias.

Para estas trabalhadoras as exclusões e as “cantadas” são instrumentos utilizados pelos trabalhadores para estigmatizá-las e assim manterem sua predominância “masculina” na fábrica.

Durante a análise dos dados coletados, pude perceber que há ainda representações sobre o passado de festas na área administrativa, sob uma forma de “brincadeira”, cujo caráter sexual encontra-se mais implícito. Na produção, parece haver uma necessidade de distinção entre os trabalhadores já que homens e mulheres exercem as mesmas funções e recebem um mesmo salário, numa área que, somente nesta fábrica e em sua outra fábrica da mesma divisão localizada em Recife-PE, há trabalhadoras. Como não é possível haver distinção entre trabalhadores e trabalhadoras na questão da qualificação, salário e funções, como acontece em outras empresas, nesta fábrica o sexo parece ser o diferencial entre eles. Por isso, para adquirir uma certa superioridade em relação às trabalhadoras, os trabalhadores procuram inferiorizá-las excluindo-as dos núcleos

como mulheres sendo tratadas como objetos sexuais e não como trabalhadoras⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBOSA, Livia. Relatório de análise cultural realizado na fábrica e centro empresarial da divisão de Produtos Pessoais, 1996/97.
- CHARAM, Isaac. **O estupro e o assédio sexual: como não ser a próxima vítima**, Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____ e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GENDRON, Colette. Violência e Assédio Sexual *In Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre de 1994.
- GONZÁLES, Carmen Mozo. **Gênero y Nuevas Profisiones: El Sector Seguros en Sevilla**, Sevilla: Área de Cultura, Ayuntamiento de Sevilla, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil *In Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRINGLE, Rosemary. Office affairs *In* WRIGHT, Susan **Antropology of Organizations**, London: Routledge, 1994.
- SORJ, Bila. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade *In Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

⁽⁸⁾ Iniciei uma nova pesquisa na fábrica citada no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, na qual estarei aprofundando o assunto.

⁽⁹⁾ É necessário lembrar que este comportamento não é praticado por todos os trabalhadores da área produtiva, porém são coniventes com a situação, já que quando alguma das trabalhadoras necessitam que as apoiem, num momento de denúncia à chefia, não encontram este apoio.

APONTAMENTOS SOBRE A INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL*

NOTES ON THE LABOR INFORMALITY IN BRAZIL

Maria Aparecida ALVES**

RESUMO

Este artigo aborda as formas contemporâneas do trabalho informal no Brasil e seu significado no processo de acumulação capitalista, buscando novas abordagens que nos possibilitem levantar as situações de informalidade. Retomamos a origem do conceito de setor informal, problematizando questões referentes à articulação entre setor informal e setor formal, propondo a utilização do conceito de informalidade, por ser mais abrangente.

Palavras-chave: *setor informal, setor formal, informalidade.*

ABSTRACT

This article addresses the contemporary characteristics and types of informal labor in Brazil and its role in the process of capitalist accumulation, in search of new approaches for the analysis of the informality context. The article presents the origins of the informal sector and discusses issues about the relationships between the informal and the formal sectors to suggest the use of "informality" as a broader concept.

Key words: *informal sector, formal sector, informality.*

I - APRESENTAÇÃO

Nos anos 80, a informalidade foi analisada no contexto do processo de desenvolvimento capitalista, dentro de condições específicas. Naquele contexto,

as grandes empresas impunham sua dinâmica ao espaço econômico, delimitando os interstícios que a produção informal podia ocupar. Assim, a expansão do trabalho informal passava a depender do ritmo da expansão e reprodução capitalista.

(*) O presente artigo foi elaborado a partir de ALVES, Maria Aparecida. "Setor Informal" ou Trabalho Informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH – UNICAMP, 2001.

(**) Professora do curso de Administração da Faculdade Network e membro do grupo de pesquisa: Dimensões do Capitalismo no Brasil: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva, coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo L. C. Antunes.

Com as grandes mudanças no processo de produção e no mercado de trabalho, ocorridas nos anos 90, entendemos que a discussão sobre informalidade passa a fazer parte do debate contemporâneo relacionado à reestruturação produtiva, à flexibilização e precarização das relações de trabalho, à terceirização e à configuração de novos padrões de consumo. Neste novo contexto, as formas de introdução dos trabalhadores nas atividades informais estão inseridas nos movimentos de transformação estrutural da economia urbana e nos movimentos conjunturais dessas atividades.

II – O SURGIMENTO DO CONCEITO DE SETOR INFORMAL

O trabalho informal assume hoje uma forma atípica em relação às décadas de 70 e 80 no Brasil. Na década de 70, as análises dualistas viam o *setor formal* como composto por unidades produtivas organizadas e o *setor informal* era caracterizado por unidades produtivas não organizadas que viviam à margem da legislação trabalhista. Neste momento, eram tratadas as características mais globais do mercado de trabalho, priorizando as questões ligadas ao desemprego e subemprego.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou, em 1972, um estudo sobre emprego no Quênia, dando origem ao conceito de *setor informal*. Esse estudo considerava o processo de desenvolvimento como resultante da coexistência de *setores modernos e atrasados*, podendo-se perceber aí uma concepção dual sobre a organização da economia urbana. A denominação de *setor informal* foi generalizada em estudos da OIT, a partir dos anos 70 (Cacciamali, 1983; Dedecca, 1990).

A OIT definia como *setor informal* aqueles setores que apresentavam organização da produção com pouco capital, em mercados não regulamentados e pouco competitivos, com uso de técnicas de trabalho pouco complexas e intensivas, e utilizando pequeno número de trabalhadores remunerados ou membros da família (Cacciamali, 1983).

Ainda nos anos 70, o conceito de *setor informal* também foi incorporado em análises sobre os países latino-americanos, através da experiência do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC). Nesta concepção o *setor informal* era visto como complementar ao *setor formal*, ou seja, absorvia o excedente de força de trabalho do mercado formal. O *setor informal* agruparia as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes e empresas muito pequenas ou não organizadas. Agrupariam categorias distintas de trabalhadores não subordinadas à legislação trabalhista (Cacciamali, 1983).

Souza (1980) critica as formulações do PREALC, por esse órgão não definir claramente qual a ligação existente entre o setor informal e o funcionamento do sistema econômico. Este autor sustenta que o processo de acumulação capitalista tem a capacidade de criar, destruir e recriar os espaços econômicos ocupados pelas unidades informais. Assim, em fases de expansão esses espaços são ampliados, e nos momentos de crise os mesmos são reduzidos. O desenvolvimento do *setor informal* se dá, portanto, de forma intersticial às formas propriamente capitalistas.

Nos anos 80, Souza (1980) e Cacciamali (1983) rompem com a abordagem dualista e concebem o *setor informal* como intersticial e subordinado ao movimento das empresas capitalistas. Ou seja, a produção informal passa a ser vista como determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica do processo de acumulação capitalista.

Com relação ao conceito de *setor informal*, Cacciamali considera que esse setor está ligado a determinadas condições: 1) o produtor direto é simultaneamente patrão e empregado; 2) ele próprio participa diretamente da produção, podendo se utilizar de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 3) o objetivo último da atividade informal é a renda para consumo individual e familiar, e para a manutenção da atividade econômica; essa forma de trabalho não propicia acumulação ao produtor direto; 4) a atividade é mantida pelo

fluxo de renda que fornece ao trabalhador e a seus ajudantes o salário; 5) nesta forma de produção quase não existe vínculo pessoal e é freqüente a força de trabalho familiar e 6) pode haver divisão do trabalho informal, mas o proprietário mantém o domínio sobre a totalidade das etapas que compõem aquela produção (Cacciomali, 1983:28-29).

Existem duas definições de *setor informal*: atividades econômicas não baseadas no trabalho assalariado e atividades não subordinadas à legislação fiscal, trabalhista e previdenciária. Os estudos mais recentes sobre o *setor informal* seguem duas direções principais: a primeira, de caráter mais conceitual-teórico e a segunda, voltada para a caracterização e dimensionamento da informalidade. Uma parcela considerável desses estudos acaba utilizando indiscriminadamente o termo *informal*, com referência a fenômenos distintos, descaracterizando o conceito, de forma a comprometer a própria interpretação dos resultados conseguidos (Fagundes, 1992).

Os estudos dos anos 80 limitaram-se a apontar a persistência das atividades informais ocupando os interstícios deixados pelas atividades capitalistas, consideradas como determinantes para sua reprodução (Pires, 1993). A análise dos economistas, deste período, sobre o mercado de trabalho, também limitaram-se a medir os níveis de emprego e desemprego, sem discutir os reflexos disso para a sociedade.

Esta literatura define as atividades informais como um conjunto de atividades não-capitalistas de produção, vinculadas ao mercado de trabalho e subordinadas ao modo de produção capitalista. Esta definição só poderia dar conta de explicar aquele trabalhador informal despossuído, que desenvolve suas atividades obtendo apenas o necessário para sua sobrevivência, e que não tem como objetivo principal a acumulação de capital. Nesse caso não poderia empregar outros trabalhadores visando a extração de mais-valia.

A partir da década de 80, houve um crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, que passou a

englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. De um lado, estão aqueles que contribuem com a Previdência Social, atuando como autônomos; e de outro, encontramos uma parcela *desprotegida*, sem benefícios sociais, desenvolvendo suas atividades em espaços urbanos variados.

Observamos o crescimento de novas relações de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como conseqüência da crescente precarização do trabalho. Exemplo disso é o aumento de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira (Meneleu Neto, 1993; Martins & Dombrowski, 2000; Tedesco & Dalsoto, 1995).

Somente em fins dos anos 80 e início dos 90 os estudiosos começam a incorporar as novas formas de trabalho desregulamentadas como características do trabalho informal. Buscando tratar a questão do emprego e das condições de vida da força de trabalho informal como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho, passaram a considerar as especificidades dessas formas de organização social da produção. Nesse sentido, a maioria dos autores rompem com a concepção dual de mercado de trabalho, privilegiando-se as formas produtivas e as relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”, buscando estabelecer qual a relação com o processo de acumulação capitalista.

Nos anos 90, a *informalidade* é redefinida, para Paiva *et al.* (1997), ela deixa de ser concebida apenas como um espaço alternativo ao assalariamento e passa a ser referida à esfera da reprodução social e aos conflitos de legitimidade, associados às próprias condições de trabalho. Assim, a informalidade, além de possibilitar a análise das formas de coexistência conflituosa de diferentes âmbitos de sociabilidade, relaciona a informalização com os processos de reprodução da força de trabalho, abrangendo, também, as estratégias de sobrevivência.

Diferentes graus de informalidade são encontráveis em diferentes tipos de produção de bens e serviços. Bagnasco (1997) propõe

mudanças no conceito de *setor informal* de modo a levá-lo a abranger as combinações complexas das *velhas* e *novas* formas de atividades informais.

Apesar da economia informal estar diretamente relacionada a estruturas e relações tradicionais, como por exemplo o comércio ambulante, as suas mudanças não parecem reintroduzir apenas as formas anteriores. Na prática essas combinações têm apresentado inovações nas estruturas econômicas tradicionais. Nesse novo contexto as atividades informais, apesar dos traços fortes da economia informal tradicional, “parecem constituir uma transição em direção a formas não ocultas e totalmente institucionalizadas” (Bagnasco, 1997:29).

Devido ao intenso processo de concorrência entre as empresas, tendo que lidar com mercados mais diversificados e instáveis, com restrições maiores no uso de recursos e de força de trabalho, essas empresas optaram por transferir a responsabilidade de suas operações às pequenas empresas, através da descentralização da produção. Dessa forma, pôde-se baixar o custo da força de trabalho ao mesmo tempo em que se aumentava a extração da mais-valia relativa e absoluta, explorando a falta de representação sindical em pequenas unidades de produção, podendo também infringir leis trabalhistas (Bagnasco, 1997).

III – A DELIMITAÇÃO DA INFORMALIDADE

Entendemos que as formas de trabalho do *setor informal* e *setor formal* estão imbricadas, portanto, esses conceitos¹ já não dão conta de explicar a nova realidade. O conceito de *setor*

informal tem sido utilizado indevidamente para caracterizar todas as situações de trabalho que não se encaixam nos segmentos assalariados. As transformações atuais nessa área têm dificultado ainda mais a precisão desse conceito, dessa forma, sua utilização torna-se inadequada. Incorporamos a utilização do conceito de *informalidade*², por ser mais abrangente e também por englobar o primeiro conceito. A informalidade pode ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho *formalizado*, visando atender às exigências da reestruturação produtiva do capital. A expansão dessas atividades é o indicador da intensificação da precarização e desregulamentação das relações de trabalho.

Analisando o *processo de informalidade*, Cacciamali (2000) propõe a existência de quatro elementos condicionantes da configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do *setor informal*: 1) os processos de reestruturação produtiva; 2) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; 3) o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; 4) a desregulamentação dos mercados. Para a autora esses processos geram insegurança nos negócios e, como consequência, têm-se menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes.

As grandes empresas, para enfrentarem o acirramento da competitividade, desenvolvem estratégias visando a reorganização do trabalho de modo a flexibilizá-lo de inúmeras formas, mudando a jornada de trabalho, a remuneração, os

⁽¹⁾ Sobre esse assunto ver Malaguti: “Caso conheçamos todas as restrições ao uso da distinção setorial, sua utilização poderá, no entanto, ser de alguma valia. Se a idéia de setor pode ter uma certa utilidade operacional, sua construção é categoricamente ‘gelatinosa’, podendo, no fundo, abarcar toda e qualquer realidade. Como primeira aproximação, ela é útil. Mas está longe de substituir o rigoroso conceito de informalidade” (Malaguti, 2000:102).

⁽²⁾ Tal concepção se baseia em Cacciamali, que define o *processo de informalidade* como “um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (Cacciamali, 2000:163). Na mesma linha de abordagem temos Tedesco & Dalsoto, que definem: “a informalidade é uma etapa do processo econômico global, em que não se estabelecem relações permanentes de assalariamento; não há registro dessas relações e elas não figuram nas contas nacionais; são ‘invisíveis’ aos olhos do Estado, em alguns casos, não havendo uma nítida separação entre capital e trabalho” (Tedesco & Dalsoto, 1995:102). Ver também Malaguti, 2000:99.

cargos e também aumentando a responsabilidade do trabalhador. Dessa forma, criam-se e recriam-se novas relações e formas de trabalho.

Para Cacciamali (2000), o termo *setor informal* é utilizado pela literatura especializada de uma maneira muito abrangente, podendo representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em micro ou pequenas unidades produtivas, cujas relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, tanto no que se refere à organização do trabalho quanto ao cumprimento de regras legais. Assim, a autora propõe a utilização do conceito *processo de informalidade* que deve se referir às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reestruturação das economias mundial, nacionais e locais.

A autora caracteriza o *processo de informalidade* como representado por duas categorias de trabalhadores: *os assalariados sem registro* e *os trabalhadores por conta-própria*:

1) *Os assalariados sem registro*, por serem admitidos através de contratações ilegais que burlam a legislação laboral, não têm acesso a um conjunto de garantias sociais. Assim, esses fatores acabam refletindo negativamente sobre a sua própria condição de trabalho. Em casos de acidentes ou problemas de saúde decorrentes do trabalho, eles têm sua renda suspensa e por não serem sindicalizados, não têm acesso às resoluções dos acordos coletivos de sua categoria e não recebem os benefícios do seguro-desemprego;

2) *Os trabalhadores por conta-própria* estão engajados principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar, podendo engajar familiares ou ajudantes-assalariados como extensão de seu próprio trabalho. O trabalhador por conta-própria visa a obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família, sem pretender exclusivamente o acúmulo de capital. Suas atividades se desenvolvem nos interstícios não ocupados pelas grandes empresas.

A atual desregulamentação do mercado de trabalho leva-nos à necessidade de reavaliação dos conceitos usados para entender as situações de informalidade. Para Meneleu

Neto, “as transformações nos processos de trabalho e no gerenciamento da força de trabalho avançam rumo à generalização do trabalhador em tempo parcial, ao trabalhador domiciliar, à terceirização etc.” (Meneleu Neto, 1993:831).

As explicações tradicionais sobre o chamado *setor informal* são insuficientes para dar conta da nova realidade. Segundo Meneleu Neto (1993), a análise dessas formas de trabalho através da posse ou não de carteira assinada, ou pela categoria ocupacional, ou pela forma de realização do trabalho, não dão conta das atuais transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Esse autor acredita que o número de trabalhos flexibilizados, *periféricos*, de tempo parcial, em domicílio, deverão se expandir, principalmente quando há uma redução de empregos nos setores centrais da produção material na administração e nos serviços, em seu conjunto.

O autor chama essas novas situações vivenciadas pelos trabalhadores de “desformalização” das relações de trabalho, entendendo que a *terceirização* é um de seus mecanismos mais evidentes. São estabelecidas *parcerias* entre a empresa e ex-trabalhadores da empresa, e a relação aparece como entre empresas, distorcendo o caráter subordinado desses trabalhadores. “Através dos mitos ligados à pequena empresa, é sugerida uma nova relação, agora uma relação de parceria, que ‘substituiria’ a tradicional relação capital X trabalho pela relação entre novos parceiros capitalistas” (Meneleu Neto, 1993:835).

Assim sendo, a *informalidade* tem que ser rediscutida sob novas perspectivas teóricas, que nos permitam levantar as *situações de informalidade*, buscando suas formas de reprodução e sua relação com o processo de expansão e acumulação capitalistas.

As atividades informais, em suas várias formas, mantêm relações intrínsecas com as formas de trabalho *formalizadas*.

Os trabalhadores informais dependem do movimento do mercado de trabalho regulamentado, ou seja, da renda dos trabalhadores assalariados

para sobreviverem. Assim sendo, as rendas obtidas pelos informais têm decaído, devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados e dos desempregados. Outro fator responsável pela diminuição de sua renda é a forte concorrência entre os próprios informais, pois o número desses trabalhadores é cada vez mais crescente, levando-os a obterem apenas o necessário para sua subsistência.

Assim, a condição de sobrevivência das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais (por conta-própria) estão condicionadas pelo desenvolvimento e fortalecimento das empresas capitalistas, pelos empregos ali gerados e pelos níveis de salários decorrentes.

Podemos constatar esta tendência no estudo de Dedecca (1990), no qual afirma que as formas de inserção dos trabalhadores informais nos *segmentos não organizados* aumentaram nos momentos de expansão do emprego no segmento capitalista. O autor conclui que nas fases de maior expansão capitalista aumentam-se os espaços passíveis de ocupação pelas atividades informais e nos momentos de crise essas atividades se retraem.

Malaguti (2000) chama a atenção para os casos de trabalhadores assalariados, com contrato de trabalho formalizado, que trabalham sem condições de segurança, fazem horas extras sem recebê-las, desenvolvem atividades informais no mesmo expediente de trabalho formalizado, trabalham nas horas de folga. Essas são práticas atribuídas à informalidade, mas que na realidade, ocorrem também à margem da legislação trabalhista. Para o autor, o *setor informal* está no *setor formal*, já que as relações salariais mais *transparentes* contêm informalidades.

Alguns estudos³ demonstram que só é possível o trabalhador informal pauperizado sobreviver e se manter na profissão porque vive num grupo familiar em que outros membros estão empregados nos segmentos assalariados, podendo garantir a renda mínima para reprodução da força de trabalho familiar. Muitas vezes, os membros da família - assalariados em

outros segmentos ou não (nas suas horas de folga/lazer, à noite ou nos finais de semana) - auxiliam o produtor informal nos momentos de acúmulo de trabalho. Essa ajuda se dá tanto nas atividades de produção quanto naquelas dedicadas ao comércio. Assim, os mesmos atuam como força de trabalho eventual e não paga, auxiliando tanto na produção de mercadorias como na reprodução do grupo familiar. E o tempo despendido para realizar esse trabalho nem é percebido como um tempo racional de trabalho.

IV – AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA INFORMALIDADE

A informalidade deve ser tratada num sentido mais amplo, por abarcar uma grande diversidade de situações, podendo ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho *formalizado*. Apresentaremos a seguir suas formas diferenciadas:

1) Trabalhadores informais tradicionais

Os trabalhadores informais tradicionais são aqueles que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos incorporam a força de trabalho de familiares, normalmente não contratam trabalhadores assalariados. Essa forma de trabalho deve ser analisada dependendo das condições econômicas em que é realizada. Dificilmente conseguem acumular capital, obtêm apenas o necessário para sua subsistência. Os trabalhadores informais subdividem-se em várias categorias específicas:

Entre os trabalhadores informais tradicionais existem os mais “estáveis” que possuem meios de trabalho ou um mínimo de conhecimento profissional. E, também, os “instáveis” que dependem de ocupação eventual, de sua força física e da disposição para realizar pequenas e

⁽³⁾ Sobre esse assunto ver: Tedesco & Dalsoto, 1995; Azevedo, 1997; Bruschini & Ridenti, 1993; Malaguti, 2000.

diversificadas tarefas de pouca qualificação. Trabalham por empreitada e são recrutados eventualmente dependendo do ciclo econômico da produção ou do acúmulo de trabalho, nesse caso são contratados e remunerados por peça ou por serviço realizado. Normalmente são mal remunerados. (Berlinck *et al.*, 1977; Prandi, 1978; Bruschini & Ridenti, 1993).

E, por último, os trabalhadores informais “ocasionais” ou “temporários”, que eventualmente permanecem sem trabalho e desenvolvem atividades informais temporariamente, e às vezes passam a trabalhar como assalariados. Praticam os chamados *bicos*, conciliando o trabalho *regular* com o ocasional. Nesses casos obtém-se um baixo nível de rendimento com essas atividades (Berlinck *et al.*, 1977; Prandi, 1978; Malaguti, 2000).

Observamos que em todos esses casos a remuneração desses trabalhadores visa garantir a sua própria reprodução e a do capital.

O trabalhador informal tradicional, que atua no comércio ambulante, participa do processo de circulação da mercadoria, ele é o comprador do fornecedor (na verdade ele também é um consumidor). Podemos perceber que são atividades que envolvem um coletivo de trabalhadores e todos estão inseridos numa forma de organização estabelecida pelo movimento mais amplo do capital, que inclusive vai determinar suas formas de expansão.

Consideramos que a função do informal tradicional será de repassar produtos com preços menores, possibilitando a reprodução/manutenção da classe trabalhadora com um custo mais baixo, deixando-a mais suscetível a baixos salários.

Ao analisarmos suas condições de trabalho podemos afirmar que eles vivem em condições extremamente precárias: não têm direito a aposentadoria, FGTS, licença-maternidade, auxílio-doença; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. Estes trabalhadores, em sua maior parte, já desistiram de procurar emprego, pois não se encaixam nas *novas* exigências do mercado de trabalho, por isso às vezes se inserem em qualquer ocupação que lhes possa auferir algum rendimento.

Normalmente eles não têm horário fixo de trabalho, tendo jornadas superiores a 8 horas diárias. Em muitos casos, estes trabalhadores exercem atividades precárias, muitas vezes sujeitas a repressão policial e a fiscais, tornando os ganhos extremamente instáveis e incertos. Mesmo quando há condições de investir na melhoria de seus negócios ou nos serviços prestados, eles desistem devido ao medo freqüente de serem abordados pelos agentes fiscalizadores, temendo ser impedidos de trabalhar ou ter suas mercadorias apreendidas. Neste caso, a falta de regulamentação acaba se revertendo em um fator de corrupção, violência e insegurança (Berlinck *et al.*, 1977; Singer, 2000; Martins & Dombrowski, 2000).

Percebemos que nas várias formas de informalidade, esse trabalhador busca incessantemente no seu cotidiano alternativas de sobrevivência, mesmo sem conseguir efetivá-las. Com toda a insegurança que perpassa sua vida, essa é uma forma de inserção social.

2) Trabalhadores assalariados sem registro

Esses trabalhadores, em sua maior parte, foram contratados “à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical” (Cacciamali, 2000:166).

Na década de 90, o número das empresas locadoras de trabalho aumentou para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem a obrigatoriedade de efetivá-los. Com isso as empresas aumentaram a rotatividade de sua força de trabalho, mantendo os salários reduzidos. Esse segmento de trabalhadores está em crescimento e encontra-se distribuído no setor de serviços, comércio e na indústria de transformação (Martins & Dombrowski, 2000).

Estes trabalhadores não contribuem com a previdência social e, portanto, não há interesse de sindicatos e órgãos políticos em defenderem seus direitos. Os sindicatos encontram dificuldades para organizar o trabalhador sem registro, por este não ter uma relação de trabalho

permanente com um empregador. Os dirigentes sindicais não criam formas de organizar essa categoria porque entendem que se assim o fizerem, estarão legitimando e contribuindo para perpetuar uma situação indesejável (Jakobsen *et al.*, 2000).

As maiores dificuldades dos sindicatos dão-se por considerarem o trabalho sem registro como um competidor dos assalariados no mercado de trabalho. O movimento sindical é muito mais atuante junto aos trabalhadores assalariados de grandes empresas, que compartilham das mesmas situações de trabalho e dessa forma, facilitam o desenvolvimento de ações coletivas (Abreu & Sorj, 1993).

3) Trabalhadores por conta-própria

Existe uma série de conceituações para dar conta da generalidade do trabalhador por conta-própria, que vão desde a definição de produtor simples de mercadoria, envolvendo força de trabalho própria ou de familiares, e, em alguns casos, força de trabalho permanente assalariada, até as formas de subcontratação pelas grandes empresas. Apesar de todas essas formas de trabalho estarem subordinadas ao grande capital, há algo que as diferencia, que é a propriedade dos meios de produção por alguns, e outros totalmente despossuídos, que são os informais.

Faremos a seguir a diferenciação das formas de atuação do trabalhador por conta-própria, buscando caracterizar seu grau de informalidade:

- a) O trabalhador por conta-própria que utiliza o seu próprio trabalho e subemprega força de trabalho temporária e em condições precárias, sem os benefícios sociais e que não tem a propriedade dos meios de produção, sua forma de atuação faz parte das práticas da informalidade (Carvalho, 1986; Cacciamalli, 1997).
- b) O pequeno proprietário por conta-própria que exerce uma profissão ou ofício e conta com o auxílio de um ou mais

empregados assalariados com registro em carteira, de forma permanente e tem a propriedade dos meios de produção, está fora do âmbito da informalidade, é considerado como empregador e tem sua situação *regulamentada* junto aos órgãos públicos (Jakobsen *et al.*, 2000).

Os trabalhadores autônomos são aqueles, geralmente mais qualificados, que possuem seus meios de trabalho e utilizam força de trabalho própria ou familiar. Há casos em que empregam um número pequeno de trabalhadores temporários (Prandi, 1978). Engloba, também, os trabalhadores *independentes*, que prestam serviços às grandes empresas. Eles têm jornadas extremamente prolongadas de trabalho, com precariedade das remunerações. Essas formas de trabalho decorrem das novas estratégias adotadas pelas empresas para enfrentar a forte concorrência, buscando com isso baratear os custos com a força de trabalho. Esses trabalhadores também são ameaçados pelo avanço do capitalismo, subsistem na medida em que atendem determinadas necessidades do padrão de desenvolvimento do capital e mantêm baixos preços (Carvalho, 1986; Cacciamalli, 1997).

As formas de inserção dos pequenos proprietários diversificaram-se muito e boa parte de suas atividades não são práticas novas, mas foram recriadas como forma de possibilitar a combinação da extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta, como é o caso da pequena empresa artesanal (familiar), cujo proprietário utiliza força de trabalho própria e subemprega a força de trabalho familiar não paga, obtendo apenas uma renda necessária para sua subsistência. Nesse caso, apenas o grande capital se beneficia do resultado de sua produção. Muitas pequenas empresas por atuarem *ilegalmente* acabam intensificando ainda mais a exploração e nesse sentido, acabam sendo mais vantajosas ao capital, já que permitem uma maior exploração com menor custo social (Carvalho, 1986; Cacciamalli, 1997; Colli, 1997).

Analisando a relação entre os trabalhadores informais e o grande capital, Tedesco & Dalsoto (1995) afirmam que há uma dinâmica mercantil

envolvendo os aspectos da distribuição, do consumo e da própria produção englobando também a redução do valor da reprodução da força de trabalho (no caso das contratações em domicílio) e da média geral do valor da força de trabalho. Na relação da pequena com a grande empresa, a primeira tem que assumir os riscos advindos de suas operações, enquanto que a última dispõe de empréstimos bancários, infra-estrutura e uma legislação legal que a favorece.

A partir dos anos 90, observa-se a tendência das grandes empresas em transferir suas atividades produtivas para empresas subcontratadas como forma de se tornarem mais competitivas, essa prática deve-se, em parte, ao fato de seus trabalhadores contarem com o apoio dos sindicatos. Isso dificulta o dribble das leis trabalhistas visando uma maior flexibilização das relações de trabalho com diminuição de encargos sociais. Dessa forma, preferem transferir as responsabilidades com custos sociais às pequenas e médias empresas, por serem menos suscetíveis de sofrerem penalidades legais.

As pequenas empresas subcontratadas são diretamente subordinadas à grande empresa que controla as decisões técnicas e econômicas de sua produção. O pequeno proprietário enfrenta a incerteza, instabilidade nos ganhos e riscos, estando constantemente sujeito aos efeitos das crises econômicas.

Assim, a pequena empresa, para sobreviver, muitas vezes recorre à intensificação do trabalho e ao pagamento de baixos salários, diminuição dos benefícios sociais e muitas vezes contrata sem registro em carteira. Devido à instabilidade vivida por essas empresas, há uma rotatividade da força de trabalho que contribuiu para o aprofundamento da distância entre as várias categorias de trabalhadores, impedindo-as de participarem de organizações coletivas. A fragmentação desses trabalhadores torna-os mais suscetíveis à exploração. Normalmente, as denúncias contra as empresas partem dos sindicatos e não dos trabalhadores individuais, que temem sofrer represálias por parte do empregador.

No caso dos trabalhadores antes assalariados, e hoje considerados *independentes* (por conta-própria, autônomo, pequena empresa, empresas terceirizadas) podemos perceber claramente que é uma forma de precarização do trabalho. Se nos anos 80, a implantação de processos de organização e gestão do trabalho tinha mais recorrência em áreas diretamente ligadas à produção, atualmente, os cargos mais especializados também estão sendo atingidos.

Ao montar um negócio próprio, o pequeno proprietário enfrenta a insegurança, mas não se sente enquadrado no mesmo grau de precarização de outras categorias de trabalhadores. Alguns trabalhadores se sujeitam a prestar serviços para a antiga empregadora, como empresa contratada, como forma de preservar as habilidades e qualificações adquiridas durante sua vida profissional. Na realidade, o processo de reestruturação produtiva do capital diminui cada vez mais as chances de reinserção profissional dos trabalhadores demitidos, que muitas vezes são obrigados a se encaixar no mercado de trabalho em outras áreas, tendo que desenvolver outras habilidades e qualificações. Dessa forma, são levados a assumir todos os encargos de realizar as tarefas da empresa no domicílio ou num escritório, utilizando seus próprios meios de produção. Trabalham um número de horas excessivas e nesse caso a empresa extrai mais-valia relativa e mais-valia absoluta.

Outro aspecto importante é que com as constantes mudanças tecnológicas, tornando obsoletos os equipamentos e máquinas, cabe aos pequenos produtores informais conviver com os constantes problemas técnicos apresentados pelos equipamentos, tendo que buscar estratégias para resolver esses problemas. Enfim, surge um conjunto de novas exigências que muitas vezes não são apreendidas pelo trabalhador como sendo parte da exploração de seu trabalho. Com isso ele se auto-incumbe de resolver os novos problemas operacionais, que passam a ser usuais, sem com isso aumentar seus ganhos (Itani, 1996; Bernardo, 2000). Assim, esses trabalhadores têm ainda que arcar com cursos de aperfeiçoamento, de forma a

aliar conhecimentos e habilidades para assegurar a eficiência dos serviços prestados às empresas.

Do ponto de vista político, apesar de muitos desses trabalhadores viverem as mesmas dificuldades e sentirem os reflexos da intensa exploração de seu trabalho, suas reivindicações não são canalizadas para o coletivo, de forma a fazer valer seus interesses e criar estratégias coletivas para atender as especificidades de cada situação vivida. Talvez este seja um dos aspectos mais vantajosos para o capital, pois o universo de trabalho de cada um deles é diferente e desenvolvem suas atividades individualmente, de forma a tornarem-se cada vez mais fragilizados.

O trabalhador informal autônomo ou pequeno proprietário *iludido* com a idéia de *independência*; é levado a trabalhar um número excessivo de horas. Tendo que assumir mais riscos, ele também aumenta a extração de sobretrabalho de seus funcionários, oferecendo condições de trabalho mais precárias que as grandes empresas e, em muitos casos, utiliza o trabalho não pago de membros de sua família; estes cooperam nas fases de grande produtividade.

Entendemos que a aparente auto-suficiência desses trabalhadores encobre a relação de subordinação que mantêm com a grande empresa capitalista, disfarçada sob a condição de aparente autonomia. As grandes empresas, através da estratégia descentralizada, envolvem um grande número de pequenas e médias empresas no seu processo produtivo, com o objetivo de manter o controle e aumentar a concentração no mercado.

No nosso entendimento, a reestruturação produtiva do capital atinge desde os trabalhadores informais tradicionais até os pequenos proprietários autônomos que atuam em várias áreas da economia.

As tendências mais recentes indicam que as ocupações informais têm um papel muito importante, não apenas de ocupar os interstícios deixados pelo grande capital, mas desempenham outras funções no processo de acumulação capitalista. Essas atividades podem se concentrar na produção, nas áreas de comércio

e prestação de serviços, englobando desde os empregos familiares do setor artesanal, os pequenos ofícios, os pequenos comércios e as atividades ocasionais diversas.

Se as novas atividades informais estão crescendo a cada dia, isso é um indicativo de que as mesmas apresentam lucratividade ao grande capital, especialmente por sua capacidade de se adaptarem às várias modalidades de exploração criadas pelo capital. Podemos definir os trabalhadores informais como participantes das diferenciadas formas da informalidade. Assim, é necessário desvendar quais os vínculos existentes entre esses trabalhadores e o acúmulo de capital, lembrando que há diferentes formas de inserção das pequenas empresas no modo de produção capitalista, e que para sua análise devemos considerar essa grande heterogeneidade.

O estudo das atividades informais deve ser articulado ao processo dinâmico e contraditório de acumulação do capital, o qual cria e recria atividades tradicionais paralelamente às formas flexíveis de trabalho. Essas relações que parecem ser contrárias ao seu próprio movimento, servem para manter a subordinação do trabalho ao capital e garantir a exploração pela via da mais-valia relativa e mais-valia absoluta, com a extensão e intensificação da jornada de trabalho.

Observamos que as formas contemporâneas de informalidade trazem novas características que ainda estão em andamento, dificultando uma análise mais global. Para uma análise parcial, devemos considerar as formas específicas de participação dos trabalhadores informais no processo de produção e também em que condições esse trabalho se realiza.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade informal que era considerada como intersticial na década de 80, agora converte-se em novas formas da relação de exploração capitalista. Nos anos 90, a tendência que pode ser identificada é a de uma combinação de formas tradicionais de informalidade com outras formas de trabalho precárias, sem contratos formalizados, visando atender às

exigências da reestruturação produtiva do capital, pois a expansão dessas atividades é o indicador da nova tendência de precarização e desregulamentação das relações de trabalho.

O processo de produção capitalista, através da intensificação da precarização do trabalho, cria, rompe e reestrutura as atividades informais dando origem a novas formas ainda em andamento. Observamos a tendência de informalização das relações de trabalho, em que os direitos sociais estão sendo eliminados para atender à flexibilização do mercado de trabalho imposta pela lógica do capital e isso tem implicado em aumento dos trabalhadores informais.

Ao analisar o trabalho informal desvinculado do contexto em que é realizado, é difícil compreender qual a sua contribuição para o modo de acumulação capitalista. Podemos concluir que a situação de precariedade em que vivem os trabalhadores informais não constitui prioritariamente um problema específico dessa categoria, mas atinge toda a classe trabalhadora sujeita aos efeitos da reestruturação produtiva do capital, que combina *velhas* e *novas* formas de exploração do trabalho.

Portanto, a função do trabalho informal deve ser remetida às formas de exploração contidas no conjunto de realização do trabalho coletivo, pois as mesmas se renovam constantemente. Para o estudo de cada categoria específica de trabalhador faz-se necessário voltar nosso olhar e analisar como as *velhas* formas de exploração se transmutaram em *novas* formas, mascarando seu objetivo principal que é o da exploração, que se intensifica cada vez mais através de um sistema tecnológico em constante mutação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alice R.P. & SORJ, Bila (orgs). **O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade**. Dissertação de Mestrado (Sociologia). IFCH:UNICAMP. Campinas, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. (org.). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva na Inglaterra e no Brasil**, 2ª Ed., São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AZEVEDO, Beatriz. “O Setor Informal em uma Dinâmica de Desenvolvimento Local: Indústria, Família e Território”. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº 2, p.126-137, 1997.
- BAGNASCO, Arnaldo. “A Economia Informal”. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº 2, p.13-31, 1997.
- BERLINCK, Manoel T. **A Vida como Ela é: Marginalidade Social ou Desenvolvimento Capitalista Periférico na Cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. IFCH:UNICAMP, Campinas (SP), 1974.
- BERLINCK, Manoel T. *et al.*. **Desenvolvimento da Economia de Campinas: O “Setor Informal”**. Relatório de Pesquisa, Campinas (SP), 1977, mimeo.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os Sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BRUSCHINI, Cristina & RIDENTI, Sandra. “Desvendando o Oculto: Família e Trabalho Domiciliar em São Paulo”. In ABREU, A.R.P. & SORJ, B. (orgs). **O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- CACCIAMALI, M. Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na**

- Produção**. São Paulo: Inst. Pesquisas Econômicas, 1983.
- _____. "A Economia Informal 20 Anos Depois". **Indicadores Econômicos** – FEE, Porto Alegre, v.21, nº 4, p.217-232, jan/1994.
- _____. "Flexibilidade: Maior Número de Micro e Pequenas Empresas ou Manutenção da Concentração de Forma Descentralizada?". **Contemporaneidade e Educação**, ano II, nº 1, p.47-57, maio/97.
- _____. "Globalização e Processo de Informalidade". **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp. I.E., nº 14, p.152-174, jun/2000.
- CARVALHO, Inaiá M.M. de. "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha dos Estudos Recentes". **Boletim Informativo Bibliográfico (BIB)**, Rio de Janeiro, nº 22, 2º semestre 1986.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLLI, Juliana M. **O Façonismo pelo Averso: Um Estudo das Novas Formas de Organização do Trabalho à Fação no Ramo de Tecelagem do Pólo Têxtil de Americana-SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IFCH:UNICAMP. Campinas (SP), 1997.
- DEDECCA, Cláudio S. **Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Economia). Inst.Economia: UNICAMP, Campinas (SP), 1990.
- DEDECCA, Cláudio S. & FERREIRA, Sinésio. **O Setor Informal no Funcionamento Mercado de Trabalho Urbano**, Relatório de Pesquisa, Campinas (SP), dezembro de 1990, mimeo.
- FAGUNDES, Maria Emília Marques. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório**. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- ITANI, Alice. "O Trabalho, sua Invisibilidade e seu Estudo – Algumas Considerações a Partir do Trabalho nos Serviços dos Transportes". **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 8, nº 1, p.161-194, maio/1996.
- JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LOPES, Doraci A. **Marginais da História? O Movimento dos Favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)**, Campinas (SP): Editora Alínea, 1997.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. **Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Univ. Fed. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1971.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal – A Imaterialidade do Salarido**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARTINS, Renato & DOMBROWSKI, O. "Estudo de Casos". in JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.24-39, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**, 7ª edição, São Paulo: Difel, 1982, Livro Primeiro, vol. I e II.
- MATTOSO, Jorge Eduardo L. **Trabalho e Desigualdade Social no Final do Século XX**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia:UNICAMP. Campinas (SP), 1993.
- MATTOSO, Jorge E.L. & SIQUEIRA NETO, José F. **O Trabalho em Regime de Subcontratação no Brasil. Cadernos do CESIT**, Campinas (SP), nº 24, set.1997.

- MENELEU NETO, José. “Mercado Informal – Roteiro para uma Nova Agenda de Pesquisa”. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)** – 21 a 23 set. 1993, Rio de Janeiro, vol.II, p.829-836.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- PAIVA, Vanilda, *et al.*. “Qualificação e Inserção Alternativa no Mundo do Trabalho. A Sociologia do Trabalho Para Além da Indústria”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 48, p.121-142, julho de 1997.
- PIRES, Elson L. S. “O Trabalho Informal nos Anos 80: Novos Rumos Teóricos e Perspectivas Analíticas”. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)** – 21 a 23 set. 1993, Rio de Janeiro, vol.II, p.913-926.
- POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização – A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. São Paulo:Boitempo, 2001.
- PRANDI, José Reginaldo. **O Trabalhador Por Conta Própria sob o Capital**. S. Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- SINGER, Paul. “O Trabalho Informal e a Luta da Classe Operária”. in JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.11-13, 2000.
- SOUZA, Maria Carolina A. F. *et al.*. “Relações de Cooperação com as Grandes Empresas: Oportunidades e Limites para o Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas – Reflexões para o Caso do Brasil”. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº.2, p. 201-234, 1997.
- SOUZA, Paulo R. **A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas**. Tese de Doutorado. IFCH:UNICAMP, Campinas (SP), 1980.
- TEDESCO, João C. & DALSTO, Adelar. “Desvendando o Invisível: Considerações Introdutórias Acerca da Informalidade”. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo (RS): FEA/UPE, p. 101-132, 1995.

**EM BUSCA DA UTOPIA - ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O
SURGIMENTO DA PRIMEIRA GRANDE ORGANIZAÇÃO DE
ESQUERDA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

***SEARCHING UTOPIA - SOME COMMENTS ABOUT EMERSION OF THE
FIRST BIG LEFT ORGANIZATION IN BRAZILIAN POLITICAL SCENERY***

Galileu do Amaral FIDÉLIS*

RESUMO

Este artigo teve, por objetivo específico, examinar a gênese do Partido Comunista Brasileiro e a sua consolidação, na prática, como a única organização de esquerda a atuar no cenário político brasileiro por cerca de quarenta anos. O período analisado vai desde a fundação do PCB, em 1922, até a cassação do registro do Partido, pelo T.S.E., em 7 de maio de 1947. Durante a maior parte deste período, o PCB (então Partido Comunista do Brasil) ficou na clandestinidade, com apenas dois momentos de legalidade: o primeiro, por alguns meses em 1927, que terminou com a Lei Celerada, e o segundo por dois anos, de 1945 a 1947.

Palavras-chave: política, partido político, partido comunista, esquerda, socialismo

ABSTRACT

This article aimed to examine, in practice, the Brazilian Communist Party's genesis and consolidation, as the unique left organization to act in the Brazilian political scenery for about forty years. The analysed period began whith PCB's foundation, in 1922, till the period when the register of the political party was lost, on May 7th 1947 by the T.S.E.. During most part of this period, PCB (at that time, Communist Party of Brazil) rested in clandestinity, except for two moments: first, a few months in 1927, which came to na end' with Lei Celerada and the second for two years, from 1945 to 1947.

Key words: politics, political party, communist party, left, socialism.

^(*) Professor Titular da PUC-Campinas e das Faculdades Integradas Campos Salles (São Paulo). Mestre em Ciências - Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Por cerca de quatro décadas, desde a sua fundação, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro - PCB -, (até 1961, Partido Comunista do Brasil) foi o principal - senão o único - ator significativo da esquerda organizada no cenário político brasileiro. Mergulhado na clandestinidade durante quase toda a sua existência, nesse período, mesmo assim, o PCB trouxe uma nova roupagem para a luta dos trabalhadores brasileiros, contra sua exclusão política e social e pela melhoria das condições de trabalho. A partir da década de 60, o PCB, embora hegemônico, teve que dividir seu espaço político com outras organizações de esquerda, dentre as quais as mais significativas foram a Ação Popular (AP), agrupamento dos católicos de esquerda, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), resultante de uma cisão do próprio PCB, ocorrida em 1962. Após o golpe militar de 1964, surgiram várias organizações de oposição armada ao regime dali resultante, a maioria oriunda de divisões nas bases e na direção do PCB, que não apoiou a luta armada¹. Logo após a Lei da Anistia e Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979, é fundado, no ano seguinte, contando com a participação de alguns ex-membros do PCB, mas, principalmente com lideranças do movimento grevista eclodido em 1978, no ABC paulista, o Partido dos Trabalhadores (PT), que viria a tornar-se a principal organização política da esquerda brasileira. O PCB, que obteve o seu diploma legal em 1985 perdeu seu caráter hegemônico e, a partir de 1992 teve sua última e mais significativa cisão, que deu origem ao

Partido Popular Socialista (PPS), ficando com um reduzido número de militantes e com participação quase inexpressiva na arena política.

A finalidade deste trabalho é trazer para a discussão alguns aspectos relacionados à origem do PCB e das questões ligadas à sua configuração, até o momento em que foi, por ato da Justiça Eleitoral, pela terceira vez lançado na ilegalidade. Não haverá preocupação com o espaço cronológico, mas tão somente com a investigação histórico-analítica.

A GÊNESE E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS DO PCB

No II Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em agosto de 1920, ficou decidido que seriam constituídos partidos comunistas em todo mundo, dado o caráter internacional da luta pelo socialismo. E o modelo era o partido bolchevique e a Revolução Russa emblemática. No V Congresso, realizado em 1924, desenvolveu-se, com intensidade, a tese da bolchevização de todos os partidos comunistas. Stálin², que naquele Congresso foi eleito para o Comitê Executivo da Internacional Comunista, apregoa que os partidos comunistas, como fiéis executores das orientações emanadas de Lênin, deveriam estruturar-se segundo a fórmula bolchevique e, ao mesmo tempo atuar segundo as condições concretas de seus respectivos países. Na realidade, a adoção do paradigma bolchevique foi o ponto de inflexão

⁽¹⁾ Mesmo assim, o PCB sofreu a mais trágica perseguição da sua história, com grande parte de sua direção presa, torturada e assassinada. O mesmo destino tiveram praticamente todos que ingressaram na luta armada. Marco Antônio Tavares Coelho, ex-membro do Comitê Central do PCB, preso e violentamente torturado em 1975, relata a impressão que teve numa reunião com dissidentes, a maioria jovens estudantes que optaram por ingressar na luta armada: *“Ali estava a nata dos jovens comunistas, sérios, o melhor que possuíamos e com prestígio na universidade. Enfrentamos uma discussão que durou três dias. Falei cerca de uma hora sem ser apertado, tentando desmontar os argumentos apresentados pelos que defendiam uma plataforma esquerdista, de imediata opção pelo caminho trilhado por Guevara e Mariguella... Eu previa que aqueles jovens seriam massacrados no combate que almejavam travar contra a ditadura, mas não invoquei e nem poderia apresentar esse argumento. Pois seria considerado um apelo à acomodação, quando unicamente poderia recorrer a uma análise racional. Se não bastasse, paciência. Só a vida ensina a todos nós.”* (Herança de Um Sonho - as memórias de um comunista. São Paulo, Record, 2000, p.321)

⁽²⁾ Iosif Vissarianovitch Djugatchvili nasceu em Gori, na Geórgia (Grússia, em russo), em 1879. Ingressou no movimento revolucionário russo em 1899, um ano após o Congresso de fundação do Partido Operário Social Democrata da Rússia (POSDR). Em 1913 adotou o codinome de *Stálin* (em russo, “feito de aço”). Liderou o PCUS desde a morte de Lênin, em 1924, até 1953, quando faleceu. Seu estilo autocrático e controvertido fez com que *stalinismo* se tornasse um qualificativo pejorativo.

para a *stalinização* dos partidos comunistas em todo mundo.

A despeito de acentuar a necessidade de análise das condições concretas de cada país, o que ocorreu foi estabelecer que a Revolução Russa era o modelo a ser seguido e os partidos comunistas ficaram sob a hegemonia do partido soviético que, sob a égide do stalinismo iria priorizar a tática, colocada aí na condição de marxismo-leninismo autêntico, quando, na verdade, para este, era a teoria que constituía o fundamento intelectual da elaboração das táticas. Surge então o império do taticismo³ que, através da III Internacional, irá impregnar todo o movimento comunista mundial.

Os partidos comunistas que emergem então, no pós-Outubro, tendo a Revolução Russa e o partido bolchevique como modelos acabam, de uma maneira inevitável, por reduzir e depauperar os fundamentos que calcaram as ações do partido bolchevique vitorioso em 1917, esvaziando sua capacidade de particularizar a teoria marxista, transmudando os referenciais teóricos em paradigmas míticos, estáticos e doutrinários de ação e de reflexão.

O Partido Comunista Brasileiro⁴, fundado em março de 1922, começou sua trajetória com essas características. Resultado, não apenas das contradições produzidas por uma sociedade, que devido aos impactos dos primeiros impulsos industrializantes sofria profundas mutações, como a crescente urbanização, mas também como produto daquela que foi a primeira revolução proletária vitoriosa da História. O PCB vai se constituir num instrumento de inovação política, uma vez que colocará no cenário político e social os elementos correspondentes às classes marginalizadas. De maneira diferente ao que ocorreu na Europa, onde os partidos comunistas tiveram sua gênese

nos partidos sociais democratas, o Partido Comunista Brasileiro resulta, de um lado, do já referido impacto da Revolução Socialista de Outubro e, de outro, dos movimentos anarquistas nas suas diversas versões, que haviam fracassado na tentativa de dar consistência ao movimento operário, conforme observou Brandão⁵:

Fracasso, entre nós, não só do anarquismo, cujo libertarismo havia se mostrado teórico e politicamente incapaz de “resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica”, no juízo até hoje não desmentido de Astrojildo Pereira, mas também dos ensaios de trabalhismo e de socialismo, cuja consolidação dependeria não apenas de um movimento operário sólido, mas sobretudo de um sistema político liberal com um mínimo de flexibilidade. Na ausência deste - vale dizer, de uma burguesia capaz de organizar a classe operária ou de uma alternativa revolucionária que combinasse valores socialistas e liberais - uma organização ao estilo bolchevique, ideologicamente coesa e dotada de uma conduta política nacionalmente centralizada, capaz de se estruturar em situação de ilegalidade e, a partir daí, abrir-se a alianças e forçar sua inclusão no sistema político, parecia ter mais condições de sucesso.

A inserção do Partido Comunista Brasileiro, como ator significativo no cenário político, constituiu um marco de modernidade, inegavelmente, uma vez que iria se contrapor, de maneira persistente, ao conservadorismo de uma sociedade que tinha, como detentora do processo político, uma burguesia tradicionalmente

³ Ver, a respeito, o texto de Lukács, *Carta sobre o Stalinismo*, in **TEMAS**, n.1, Grijalbo, 1977, pp.1 a 17. Gyorgy Lukács (1885 - 1971) importante pensador marxista húngaro, foi membro do governo de Imre Nagy, quando da invasão soviética na Hungria. Tornou-se crítico do *stalinismo*, mas, na verdade, *dançava conforme a música*. No texto referido, por exemplo, apesar de fazer uma análise brilhante sobre Stálin, vê esperançoso as mudanças de Kruschev, embora este tenha apenas feito alterações políticas e não tenha atacado questões estruturais.

⁴ Na realidade, por ocasião de sua fundação, o nome adotado foi *Partido Comunista do Brasil*, que irá prevalecer até a IV Conferência Nacional, realizada em 1961.

⁵ Gildo Marçal Brandão, **A Esquerda Positiva - As duas almas do Partido Comunista 1920/1964**, São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 74/75.

autocrática e germinada, em grande parte, no escravismo.

Ademais, no Brasil nunca tinha havido um movimento socialista expressivo, antes da formação do PCB; daí, portanto, pela ausência de uma tradição socialista anterior, o PCB constituiu-se na primeira.

Trazido do poscênio, pelas razões - e nas condições - já expostas, o Partido Comunista Brasileiro não se torna um partido como os outros. Com efeito, ao se falar de PCB deve-se, de imediato, descartar a famosa expressão latina *ejusdem farinae*⁶, tão bem utilizada por Balzac, no seu *Pai Goriot*. Isto é bem formulado em outra observação de Brandão :

Evidentemente, mesmo quando legal, um partido comunista não é um partido político como os outros. Primeiro porque, ele não se insere de forma lateral, mas essencial, num movimento político supranacional, e há pouco, até estatal; segundo, porque ainda quando “moderado” e “reformista”, sua ação não se limita ao terreno parlamentar e institucional, mas investe o inteiro terreno da vida social-política, economia, ideologia, cultura, etc. Nesse sentido, sendo o produto de um casamento complicado entre uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro, representa não apenas uma alternativa de governo ou mesmo de regime, mas de Estado e de civilização; não se dedica apenas a reformar o sistema político, mas a mudar as relações sociais, a fazer vencer uma

*concepção de mundo. Apesar disso, boa parte de sua eficácia política está condicionada à maneira pela qual se insere na vida nacional de um povo, torna-se peça chave da política institucional e é reconhecido como um parceiro incômodo e perigoso, mas necessário à vida política. Não sendo **comme les autres**, boa parte de sua eficácia advém de como e em que medida se torna **un parmi les autres**⁷.*

As assimetrias podem ser notadas também pela longevidade do Partido Comunista Brasileiro em relação aos demais partidos : é, de longe, o partido político mais antigo do Brasil, com quase oito décadas de existência!⁸ Durante este período, o PCB foi um ator permanente no cenário político brasileiro⁹, com uma influência geralmente significativa, ainda que desproporcional às suas reais dimensões. Aliás, essa parece ter sido a tônica da participação dos partidos comunistas latino-americanos, conforme oportuna observação de Darcy Ribeiro, em O Dilema da América Latina:

(...) os comunistas desempenharam um papel capital na vida política latino-americana das últimas décadas, exercendo uma influência ideológica notoriamente maior do que corresponde à sua força política e sindical¹⁰.

E isto se torna, no caso do PCB, mais significativo quando se verifica - outro elemento

⁽⁶⁾ Expressão latina que significa “farinha do mesmo saco”.

⁽⁷⁾ Ob. cit., p. 26.

⁽⁸⁾ Pode-se considerar, como querem alguns, que o PCB sofreu tantas mudanças ao longo desse período, que não pode ser visto como um **único** partido. É perfunctório que, mudanças nos contextos, nacional e internacional, assim como nos membros e na direção provocaram alterações profundas no partido. Chilcote (1982) chamou de **fase** cada etapa diferenciada no tempo. Embora discorde da divisão cronológica proposta por esse Autor, considero **fase** mais apropriado que **descontinuidade**, uma vez que o PCB continuou sendo aquilo que Cerroni evidenciou como característica fundamental do partido político : combinação de uma máquina organizativa com um programa político (tendo esta última, *mutatis mutandis*, mantido a mesma essência). Esta interpretação, todavia, não é tranqüila; o PC do B, criado em 1962, reivindica o lugar de sequenciador do partido de 1922 ; já o PPS, originado da “dissolução” do PCB, em 1992, embora reverencie a tradição, não tem porque fazer essa reivindicação, uma vez que mudou seu conteúdo programático e considera extinto o partido de 1922. Para estes o atual PCB é apenas o detentor da sigla.

⁽⁹⁾ Desde a sua fundação, em 1922, ano em que apoiou a irrupção do *tenentismo*, o PCB só não teve participação na revolução da Aliança Liberal, de 1930 e na revolução constitucionalista de 1932, *motu proprio*. A despeito disso, no caso da revolução paulista, o partido teve dezenas de dirigentes presos pela polícia de Vargas, sob acusação de participação no movimento.

⁽¹⁰⁾ Apud Gildo M. Brandão, ob. cit., p.163.

distintivo - que sua influência ocorreu em condições de especial dificuldade, uma vez que a maior parte de sua atuação se deu em meio a uma profunda clandestinidade. É bem provável que não exista, na história política universal, outro partido - comunista ou não - que tenha experimentado uma clandestinidade tão prolongada... seis décadas! Essa condição, totalmente esdrúxula, ocorreu, é certo, em parte por responsabilidade do partido, mas, principalmente, pelas características próprias da sociedade brasileira, permissiva - ou, no mínimo, leniente -, em relação às suas sociopatias, mas, extremamente repressiva com os interesses não-conformistas que, por ventura, venham a medrar, afrontando seu alinhamento ideológico. Como observou Marco Aurélio Nogueira¹¹:

(...) Em nome do combate ao comunismo, diversas arbitrariedades, muita repressão e intimidação foram cometidas, não apenas contra os comunistas, mas contra o povo e o conjunto dos democratas. Com isso reforçaram-se sobremaneira os traços antidemocráticos e autoritários da sociedade brasileira, tradicionalmente fechada e discriminatória em relação a todos que mantêm vínculos com as massas populares, como é o caso do PCB.

A persistente clandestinidade, apesar de não ter sido a responsável, serviu para exacerbar a autocracia da organização partidária¹² e criar um ambiente de desconfiança mútua e de permanente vigilância com relação a tudo e a todos. Esta atmosfera de seita, junto com o exagero nas concepções obreiristas produziram situações tragicômicas, como, por exemplo, a de obrigar Caio Prado Jr. a percorrer, descalço,

algumas ruas do centro de São Paulo, para demonstrar sua identificação com a causa proletária!¹³

O esmaecimento da prática democrática também está intimamente ligado ao próprio objetivo do partido: a transformação revolucionária da sociedade. Apolônio de Carvalho¹⁴, diz que, “o socialismo tem que ser visto, também, como uma ditadura de classe”. Não há como destruir a “velha ordem” sem que essa ditadura se estabeleça. Assim, o objeto acaba envolvendo, valorativamente, aquele que o persegue. Para o partido comunista, o que está em jogo é a luta pela igualdade, que não pode ser alcançada através dos dispositivos institucionais vigentes. Daí, a democracia política - dentro da ordem política liberal - passa a ser apenas um objetivo tático - ainda que, subjetivamente, isto possa ser negado, é o que ocorre objetivamente -, que amplia as perspectivas de luta legal, para que o partido possa desenvolver, junto às massas, a sua tarefa de proselitismo ideológico e organizá-las, em torno de seus interesses imediatos, inculcar novos valores e, se possível, ocupar espaços junto aos aparelhos do Estado. Os trechos abaixo evidenciam essa questão tática:

A Declaração de Março codificou, sem dúvida, essa tardia descoberta, sendo como tal recusada pelo restante da esquerda. Mas foi preciso viver algum período sem solução de continuidade democrática, passar pela experiência de luta dos anos 60 e especialmente pela derrota de 1964 para entender que, distinta de insurreição armada.

“Revolução significa o processo histórico assinalado por reformas e

⁽¹¹⁾ **PCB: Vinte Anos de Política, 1958-1979**, São Paulo, LECH, 1980, p.VIII

⁽¹²⁾ Ver, a respeito, o artigo de Gildo Marçal Brandão: “*A Ilegalidade Mata: o Partido Comunista e o Sistema Partidário entre 1954 e 1964.*” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, São Paulo, Anpocs, 1977.

⁽¹³⁾ Caio Prado Jr., intelectual de abastada e tradicional família paulista, e que viria a se tornar um dos maiores, senão o único, teórico marxista brasileiro, procurando aplicar - a exemplo de Gramsci, na Itália e Mariátegui, no Perú - as concepções marxistas à realidade brasileira, ingressou no PCB, nos inícios dos anos 30, em plena vigência do *obreirismo*. Segundo conversa que circulava entre os dirigentes do partido, entre os quais o falecido Joaquim Câmara Ferreira - que lutou e foi morto pela ditadura militar, como membro da ALN, que sequestrou, em 1969, o embaixador norte-americano -, dizia que Caio Prado Jr. teve que, para ser aceito no partido, dar provas de que se ligava *humildemente* à *causa operária*, caminhando, descalço, pela Avenida São João, desde a Praça do Correio até a Praça Marechal Deodoro, no centro da capital paulista.

⁽¹⁴⁾ Apolônio de Carvalho, membro-suplente do Comitê Central do PCB, de 1954 a 1967. Segundo Gorender, o Partido nunca deu o valor devido a Apolônio. O trecho mencionado foi extraído da revista **Socialismo e Democracia**, n. 12, São Paulo, 1986, p. 42.

modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.”

(...) Apesar disso, a formulação de uma específica via brasileira ao socialismo - pois é do que se trata - avançará mais rapidamente nos documentos partidários do que na cabeça dos militantes e da mídia dos dirigentes. Na verdade, mesmo em sua vertente mais liberalizante, o Partido Comunista jamais ultrapassará o conceito de revolução como mudança concentrada no tempo, permanecendo siderado pela expectativa de, uma vez a cavaleiro do aparelho de Estado, converter, rapidamente, a exemplo da Cuba de Fidel ou do Egito de Nasser, a nacional democrática em socialista, reintroduzindo, assim, pela porta de trás, o golpismo que havia expulsado pela frente...¹⁵ (grifos meus)

Trata-se, na realidade, de uma tautologia: a ambigüidade do propósito se confunde com a ambigüidade da ação. O partido comunista, ao longo do tempo, procura, por caminhos anunciados, atingir objetivos não anunciados.

Para a consecução de seus objetivos, o partido caminhou por veredas diversificadas, sempre tendo como princípio de coerência sua inserção em um movimento internacional. Até 1935 a tônica do internacionalismo era dada pelas resoluções da III Internacional, sob cujo influxo o PCB traçava sua postura tática. Assim

é que, por ocasião do VII - e último - Congresso da IC, no ano mencionado, cuja grande temática foi o avanço do nazi-fascismo e a iminência da guerra, aprovou-se a política de frente única e de frente popular, o que levava, necessariamente à formação de alianças com os sociais-democratas e com as parcelas liberais da burguesia. Embora essa política estivesse permeada pela possibilidade de um enfrentamento com as forças do capitalismo, sua ênfase estava na preservação - e, em certos casos, conquista - das liberdades democráticas, ameaçadas pelo nazi-fascismo, contra o perigo de guerra e defesa da União Soviética. Para tanto, aprovou-se a tese, defendida pelo búlgaro Dimitrov¹⁶ de partido de massa, que, na realidade histórica concreta, de luta contra o nazi-fascismo, era a mais condizente.

No caso do Partido Comunista Brasileiro, a questão do enfrentamento foi privilegiada, em relação a do partido de massa. Em verdade, mais uma vez a ambigüidade prevaleceu. Ao mesmo tempo que procurava, através da Aliança Nacional Libertadora, formar uma ampla coalizão de forças democráticas, nos bastidores, baseado numa avaliação subjetiva da realidade brasileira, feita pela direção do partido, principalmente por seu secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, que participou da III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em 1934, em Montevideu, o PCB preparava uma investida - frustrada - para tomar o poder. Contou, para tanto, como já é sabido, com o apoio e a orientação da IC, como se pode ver no informe de Dimitrov, de 2 de agosto de 1935¹⁷:

No Brasil, o partido comunista, tendo estabelecido as bases concretas para o desenvolvimento da frente unida

⁽¹⁵⁾ Gildo Marçal Brandão, o. cit, pp. 53/55. O trecho aspeado é uma citação que Gildo retira da obra **A Revolução Brasileira**, de Caio Prado Jr. O texto de Brandão, embasado em tese de doutoramento que defendeu em 1992, no DCP da FFLCH da USP constituiu uma das análises mais equilibradas e consistentes sobre a trajetória do PCB, desde a sua fundação até o ano de 1964. De se estranhar, portanto, que em alguns trechos, como os citados, deixe transparecer uma indisfarçável estupefação pelo óbvio.

⁽¹⁶⁾ Giorgi Mikhailovich Dimitrov, revolucionário búlgaro que, em 1933, em Berlim, onde estava como delegado búlgaro da Internacional Comunista, foi preso pelos nazistas, acusado de ter fomentado o incêndio do *Reichstag*. Sua brilhante defesa teve repercussão internacional, transformando-se num símbolo de resistência ao nazismo. Colocado em liberdade, viajou para a URSS, em 1934, quando foi elevado ao posto de *Secretário Geral* do *Komintern*, organizando as famosas *Frentes Populares*. Em 1945 voltou à Bulgária, onde foi eleito presidente do Conselho da República Popular Búlgara. Morreu em 1949, sem ter concretizado o sonho de formar uma Federação Balcânica.

⁽¹⁷⁾ Ver Marco Aurélio Guedes de Oliveira, **O Comintern e a Aliança Nacional Libertadora**, Recife, Bagaço, 1996, p.19.

antiimperialista, com o estabelecimento da Aliança Nacional Libertadora, deve fazer todo esforço para ampliar esta frente, atraindo para ela, primeiramente e acima de tudo, milhões de camponeses orientados para a formação de unidades de um exército revolucionário completamente devotado à revolução e ao estabelecimento do governo da ANL.

Na realidade, a direção partidária não só apresentou informes irrealistas da situação brasileira e da capacidade política - e militar - do partido naquele momento, mais ainda, longe de formar um exército revolucionário desencadeou a luta de maneira atabalhoada e no mais puro estilo *blanquista*¹⁸ à revelia dos aliancistas, das bases partidárias e, inclusive, de parte da direção do partido. O levante, conhecido na historiografia militar como Intentona Comunista e que foi um prato cheio para os anticomunistas das forças armadas, foi visto assim por um militante e dirigente do PCB, já falecido:

Na verdade, não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 35. Sequer o partido teve conhecimento antecipado e participação no levante. Tanto é assim que a maioria dos secretários políticos estaduais desconhecia a decisão tomada, afinal, pelo braço armado do partido, que praticamente atuava com independência. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que o partido radicalizou e golpeou o movimento de massas e, em segundo lugar, que o próprio partido foi golpeado. Provavelmente, o levante tem mais a ver com o golpismo tenentista do que com os comunistas - a Insurreição de 1935 é o último movimento do ciclo aberto em 1922 e

*1924 - mas não deixa de ser a expressão trágica de uma época e de um partido que encontrou maiores facilidades de em se organizar nos quartéis do que nas fábricas, como anos depois reconheceria o então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, sem perceber que esse mero reconhecimento é uma condenação política do próprio levante*¹⁹.

A partir de então, o partido, que na prática tinha experimentado um exíguo tempo de legalidade, na década anterior²⁰ e se encontrava numa situação de semi-clandestinidade, foi severamente perseguido pelos organismos de repressão - que não se limitaram a reprimir os comunistas. O PCB foi desarticulado e enfrentou, como agravante, divergências internas. Essas divergências formavam um arco que ia desde a linha de atuação que o partido deveria adotar, com relação à sucessão presidencial, prevista para 1937, até a identificação das forças motrizes da Revolução Brasileira. De um lado, estava o grupo baiano²¹ atuando em São Paulo e, de outro, os membros do Comitê Regional deste Estado, que tinha apoio dos Comitês de Mato Grosso, Triângulo Mineiro, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Os primeiros apregoavam que, naquele momento, a revolução seria *democrático-burguesa*, cabendo a vanguarda à burguesia nacional e, os segundos, que a vanguarda seria o proletariado e o caráter da revolução seria *antifeudal e antiimperialista*.

No Pleno Ampliado do Comitê Central²², realizado em agosto de 1937, prevaleceu a tese dos primeiros. Com o golpe de novembro daquele mesmo ano, a questão eleitoral desapareceu, uma vez que as eleições foram canceladas e os

⁽¹⁸⁾ O blanquismo é uma doutrina resultante das idéias de Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), e que concebe a atividade revolucionária como uma preparação do golpe decisivo, mais *técnico* que *político*, para a tomada do poder, pela violência e o conseqüente estabelecimento do socialismo.

⁽¹⁹⁾ Ver, Moisés Vinhas, **O Partidão. A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)**, São Paulo, Hucitec, 1982, p.72.

⁽²⁰⁾ O primeiro período legal do PCB foi extremamente curto: durou pouco mais de 7 meses (1 de janeiro a 12 de agosto de 1927). Terminou com a edição da *Lei Celerada*.

⁽²¹⁾ Jacob Gorender ironiza a denominação de *grupo baiano*, afirmando que, de baiano mesmo, só ele, o Armênio Guedes e o João Falcão. Apesar da ironia de Gorender, o fato é que o grupo de baianos, que se reuniam em Salvador, principalmente em torno da revista *Seiva*, editada por João Falcão, teve destacada atuação na reorganização do Partido, sendo majoritário na formação da CNOP e, posteriormente, na elaboração da *Declaração de Março*, de 1958.

⁽²²⁾ Pleno Ampliado é a reunião do Comitê Central (órgão máximo dirigente) do PCB com a participação de todos os seus membros.

partidos políticos extintos²³. Em 1940, cai²⁴ todo o Comitê Central do partido, deixando-o, na prática, sem vida orgânica. Em atividade, ficaram apenas alguns grupos em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia²⁵.

Com a entrada dos Estados Unidos e da União Soviética, como aliados, na guerra, a partir de 1942, começa a recrudescer o movimento antifascista no Brasil, abrindo espaço para a atuação do partido. Os chamados baianos, que se encontravam em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), juntaram-se para preparar uma Conferência Nacional, com o objetivo de reorganizar o partido. Havia ainda um terceiro grupo, *browderiano*²⁶ que considerava que o partido não tinha mais razão de ser, propondo sua liquidação.

Em agosto de 1943, num sítio localizado em Engenheiro Passos, no Estado do Rio de Janeiro, é realizada a Conferência da Mantiqueira²⁷, ou II Conferência Nacional do PCB²⁸. Desta Conferência participaram: o engenheiro-agrônomo pernambucano Diógenes de Arruda Câmara, o ex-militar Dinarco Reis, do antigo Departamento de Aviação do Exército - Aeronáutica, a partir de 1941 -, Ivan, Mano, Júlio César, Cabral e Chaves - estes dois últimos, ex-marinheiros -, o comerciário Amarílio de Vasconcelos²⁹, o sindicalista paraense, funcionário do Sindicato

da Construção Civil, João Amazonas, os operários Francisco Gomes e Agostinho Dias de Oliveira - ambos viriam a ser deputados federais, o primeiro como suplente pelo então Distrito Federal e que viria a tomar posse em 1947, e o segundo, constituinte em 1946 - o ex-estudante de medicina Pedro Pomar, os intelectuais Mário Alves, Maurício Grabois e Armênio Guedes, o estivador catarinense Álvaro Ventura³⁰, os operários Jorge Herleim, Lindolfo Hill, Draga, o ferroviário Vanderlei, o jornalista Waldyr Duarte, o médico Milton Caires de Brito e José Medina, antigo militante, que ficou como secretário-geral interino, uma vez que Luiz Carlos Prestes, eleito para o cargo pela Conferência encontrava-se preso - Medina foi logo substituído por Álvaro Ventura. Marco Antônio Coelho, em obra publicada há pouco mais de um ano³¹, faz ainda referência a José Militão Soares, cozinheiro mineiro, que foi delegado de Minas Gerais, em substituição a Armando Ziller, que não teria podido ir devido ao seu trabalho no Banco do Brasil.³²

Entre as já conhecidas deliberações da Conferência, estava a luta pela legalização do partido. A legalidade veio logo após a guerra, quando, apoiado no Decreto-Lei n. 7586, de 28 de maio de 1945 - Lei Agamenon -, o partido requereu ao Tribunal Superior Eleitoral o seu registro, em setembro de 1945, sendo que o mesmo lhe foi concedido, primeiro provisoriamente, em outubro e depois, definitivamente, em novembro do mesmo ano. Foi concedida também anistia aos presos políticos, embora sem reincorporação

⁽²³⁾ Em 10 de novembro de 1937 foi decretado o *Estado Novo* e suspensas as eleições presidenciais. Em 2 de dezembro, do mesmo ano, outro decreto extinguiu todos os partidos políticos.

⁽²⁴⁾ No jargão comunista, *cair* significa ser preso.

⁽²⁵⁾ Na Bahia, a repressão foi menor, porque não houve eclosão militar em 1935.

⁽²⁶⁾ Earl Browder, dirigente do Partido Comunista Americano, exerceu uma influência significativa nos comunistas do pós-guerra, levando a extremos o *caminho pacífico* propugnado por Stálin, e conseguindo a auto-dissolução do seu partido. Em 1946, com os primeiros sinais da *Guerra-Fria*, William Forbes reconstituiu o PCA e Browder foi expurgado. No Brasil, destacados comunistas, como Fernando Lacerda, os irmãos Paulo e Pedro Mota Lima e o próprio Carlos Mariguella, chegaram a propor a dissolução do PCB. Mais tarde, Mariguella fez autocrítica.

⁽²⁷⁾ Engenheiro Passos é distrito de Resende, onde, na época estava sendo construída a Academia Militar das Agulhas Negras.

⁽²⁸⁾ A I Conferência foi em 1934, com alteração do Comitê Central, expulsão de Leôncio Basbaum e eleição de *Miranda* para a secretaria-geral.

⁽²⁹⁾ Amarílio foi tesoureiro do partido de 1959 a 1962. Com a cisão que deu origem ao PC do B, ficou com este partido.

⁽³⁰⁾ Álvaro Ventura foi deputado classista em 1934. Acompanhou Amazonas, Grabois e Pomar na dissidência que deu origem ao PC do B.

⁽³¹⁾ Ver, Marco Antônio Tavares Coelho, **Herança de um Sonho - As Memórias de um Comunista**. São Paulo, Record, 2000.

⁽³²⁾ A relação dos participantes foi feita com base em informações contidas nos textos de Coelho (2000), Reis (1985), Beloch e Abreu (1984). Não foi possível obter o nome completo de todos os participantes, nem tampouco saber se eram nomes verdadeiros ou codinomes.

dos militares, entre eles, Luiz Carlos Prestes³³. Prestes assume a secretaria-geral e, em 1946, o partido realiza a sua III Conferência, que serve para alterar o Comitê Central, com a inclusão de vários anistiados, grande parte de ex-militares. Inicia-se a era Prestes, que iria durar até 1980.

O prestígio representou uma ambigüidade valorativa para o PCB: de um lado, trouxe para o partido um prestígio que ele não possuía; de outro, praticamente liquidou a possibilidade da formação de uma organização política capaz de se auto-orientar no sentido de buscar a implantação de um marxismo não doutrinário, respeitando as características nacionais. De se notar que o surgimento do prestígio vem a coincidir com a absolutização do stalinismo no movimento comunista internacional.. Não vou entrar em considerações sobre se as coisas poderiam ter sido diferentes, isto é, se a União Soviética teria sobrevivido - melhor -, sem Stálin, ou se o PCB teria se firmado sem Prestes pois, além de tratar-se de hipótese contrafactual, não é objeto deste trabalho.

É inegável que o paralelismo em questão teve fortes conseqüências para o partido, como um todo e, principalmente na formação de atitudes do núcleo dirigente. A centralidade do problema está, não apenas na concentração do poder em uma pessoa, nem no chamado culto à personalidade, mas, e acima de tudo, no empobrecimento teórico, aparentemente inexplicável, num partido que conseguiu, de maneira inusitada, trazer como militantes, ou mesmo como simpatizantes, o maior número de intelectuais que uma organização política brasileira jamais conseguira, e uma vez que o chamado período stalinista construiu a imagem

universal de um líder que amalgamava a figura do militante comunista e do teórico marxista. Assim, corria em busca da redenção do proletariado brasileiro o Cavaleiro da Esperança, sob a luz emanada do Guia Genial dos Povos. É importante reproduzir, a respeito, o que diz Basbaum³⁴

(...) o militante bolchevique dirigente não era descartado do teórico, ao contrário, completava-o. No entanto, o que Stálin fez, na verdade, foi erigir em doutrina a elaboração teórica de Lênin, transformando-a em um conjunto de idéias como base quase de um sistema rígido, metafísico, cheio de dogmas.

Lênin falava que sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário, Stálin dizia que, para ele, a teoria é a "experiência do movimento operário de todos os países, tomada em sua forma geral". Note-se que a idéia de teoria em Stálin não referencia O Capital, obra fundante do materialismo histórico. Descontextualizando uma facécia de Lênin, que teria dito ser a política a economia condensada, o stalinismo estabelece que a teoria seria a prática condensada.

Fica clara a idéia de circularidade da concepção: é revolucionário o Partido que se guia pela teoria revolucionária e é revolucionária a teoria que guia o Partido revolucionário.

Disso resulta que, na prática, a elaboração da teoria revolucionária e a direção do Partido revolucionário se fundem e se confundem, numa única e mesma instância."

⁽³³⁾ Luiz Carlos Prestes (1898-1990) foi, indiscutivelmente a figura mais expressiva da história do PCB. Ex- capitão de engenharia do exército brasileiro, Prestes tem, como seu feito mais notável a liderança da Coluna que leva o seu nome, e foi chamada de *invicta*, por ter percorrido o Brasil de sul a norte, de leste a oeste, entre 1924 e 1927, sem conhecer derrotas. Foi o evento mais notável do chamado *Movimento Tenentista*. O curioso é que nenhum dos chamados *tenentes*, que ocupavam o Estado-Maior da Coluna acompanhou Prestes na sua adesão ao marxismo. Quem talvez o acompanhasse seria Siqueira Campos, que pediu a Prestes, no seu último contato, na Argentina, quinze dias para se decidir, mas morreu quando retornava ao Brasil e seu avião se precipitou no Rio da Prata. Pode-se tentar explicar, alegando que o *tenentismo* tinha outras motivações, que a origem social de seus membros não era compatível com a ideologia marxista, que faltou habilidade a Prestes e competência ao PCB, et. Na verdade, este é ainda um assunto pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros.

⁽³⁴⁾ Hersch W. Basbaum, *Cartas ao Comitê Central - História Sincera de Um Sonhador*, São Paulo, Discurso Editorial, 1999, pp. 86 e 87. Filho de Leôncio Basbaum, Hersch militou na Juventude Comunista, no início dos anos 50 e posteriormente no CZU (Comitê Zonal Universitário) do PCB. Saiu do partido comunista e aderiu ao trotskismo, tornando-se um acérrimo crítico do PCB.

(...) Em outras palavras, o efeito nefasto da “consolidação” stalinista não está necessariamente nos erros, mas sim na redução da teoria a mera doutrina (uma teoria que não critica seus pressupostos).

(...) A teoria instrumentalizada serve para identificar o complexo de contradições características de uma dada situação e determinar seus pontos de ruptura. O descompromisso com a verdade, ou a busca da verdade pela verdade, ficava encoberto pelo “ponto de vista de classe”, na verdade, do ponto de vista da direção do P.

Mas o que Stálin fez foi uma profunda revisão no conceito de socialismo, deixando este de significar uma sociedade sem classes, sem economia mercantil, sem Estado, “uma associação de produtores livres” (Marx) e passou a designar uma sociedade onde predominava a propriedade estatal dos meios de produção e o planejamento da economia e um único partido político³⁵. (grifo meu)

Não é de estranhar que o PCB, Fênix Renascida em 1943, sob o influxo do stalinismo, voe, ziguezagueante, abastecida pela energia eólica que sopra do gelado oriente setentrional. Os seus ziguezagues correspondem às linhas políticas adotadas: primeiro, de quase subserviência ao governo constituído, procurando não criar problemas, desaconselhando greves e outras formas de luta do proletariado - afinal, estávamos num mundo de convergência, resultante da união vitoriosa da URSS e das potências ocidentais (EUA e Inglaterra) contra o nazi-fascismo;

posteriormente, com o advento da Guerra Fria e a cassação do registro eleitoral do partido, seguida da cassação dos mandatos dos seus representantes no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, vem o mergulho na clandestinidade e a adoção de uma política radical, contra o mesmo governo, cuja expressão mais efusiva foi o famoso Manifesto de Agosto, de 1950.

A expulsão dos comunistas da arena política legal foi mais uma manifestação da idiossincrasia anticomunista da elite do poder no Brasil e da sua subserviência aos ditames das potências ocidentais, principalmente dos EUA. É interessante ver, como descreve esse momento, o jurista e político Afonso Arinos:

A primeira fase, entregue ao Poder Judiciário, foi a do cancelamento do registro do partido e não há que negar que obedeceu às normas da Constituição.

A segunda fase, entregue ao Poder Legislativo, foi que terminou por considerar extintos os mandatos dos representantes do povo eleitos sob a legenda do Partido Comunista, em todo país. Na nossa opinião, esta fase se caracterizou pela desobediência aos princípios gerais do Direito Público aplicáveis à espécie e também pela infração clara de dispositivos da Constituição vigente.

Como expressão direta das condições sociais e políticas, o Direito Brasileiro exprime aqui as condições peculiares da nossa democracia³⁶.

⁽³⁵⁾ A despeito de, no meu entendimento, a análise de Basbaum ser correta - excetuando as ironias - ela encerra o caráter áspero das críticas trotskistas aos PCs. e a Stálin, de maneira especial. Contudo, Lefort -cuja origem trotskista é declarada - fala sobre o partido no qual militou: “ Foi a experiência do militantismo, durante alguns anos, o que me ensinou a escrutar esse estranho movimento mediante o qual um grupo - por débil que seja numericamente e por pouco submetido que esteja a imperativos econômicos, devido a sua própria ineficácia - volta a introduzir em seu meio as regras, as condutas, as relações interpessoais específicas das organizações contra as quais quer lutar, volta a tecer o mesmo gênero de tecido social, se submete aos princípios da divisão dos dirigentes e executantes, da hierarquia rígida das funções, da separação estrita dos setores de atividade e da segregação da informação, tende a fazer da sua própria existência um fim em si mesmo, e acaba por adquirir uma natureza opaca, que rechaça a reflexão.” Claude Lefort, “**Qué es la Burocracia?**” Paris, Editions Ruedo ibérico, 1970, pp. 11 e 12. s.

⁽³⁶⁾ “Peculiaridade” que levou a uma violenta repressão, com prisão de militantes, fechamento de sedes, gráficas e jornais, como o *Hoje*, em São Paulo. Aliás, Rubim (1986), diz que o *Hoje* foi empastelado, o que não ocorreu - o empastelamento deu-se com outro jornal do partido, a *Tribuna Popular*, no Rio de Janeiro. Para saber mais sobre o *Hoje*, é bom ler o excelente verbete de Sedi Hirano e Amélia Cohn no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1933 - 1983**. São Paulo, Forense, 1984., cuja única falha é não assinalar a mudança de nome do jornal para *Notícias de Hoje*, em 1949.

*O fato é que a legislação vigente no Brasil, o nosso direito positivo, foi sempre uma espécie de guilhotina armada sobre a legalidade do Partido Comunista. E, à primeira solicitação, a guilhotina funcionou.*³⁷ (grifos meus)

A partir daí o PCB vai amargar mais 38 anos de vida clandestina. Em 1985, quando novamente emerge para a vida legal, o Partido mostra-se totalmente despreparado para as novas formas de embate político e entra em trajetória declinante, vendo o espaço da esquerda ser cada vez mais ocupado por outras organizações.

CONCLUSÃO

Em janeiro de 1992, o falecido escritor baiano Jorge Amado, que foi militante do Partido Comunista Brasileiro até 1957, tendo sido, inclusive, deputado constituinte, pela legenda do PCB, em 1946 era entrevistado por um repórter de uma emissora de televisão sobre o fim da União Soviética:

O senhor acha que o Socialismo morreu?

Jorge Amado, olhando de frente para as câmeras, respondeu:

Não. O Socialismo não morreu. Porque o Socialismo é um sonho, e os sonhos não morrem nunca.

Essa lembrança do grande escritor brasileiro remete às condições atuais do PCB. Sem dúvida, uma organização do tipo “bolchevique” não tinha mais razão de ser no ocaso do século XX e muito menos no século que se inicia. Mas, a busca da utopia socialista não se completou e está longe de ser encerrada. E, para a consecução desse objetivo, perseguido pelas organizações de esquerda e demais setores populares e progressistas da sociedade, é imperioso que não se descarte, como fez o PCB,

por seus vícios de origem, agravados pela longa clandestinidade, a postura democrática.

Não se pode, no entanto, desqualificar o papel desempenhado pelo PCB nas lutas sociais no Brasil; ele se tornou, sem sombra de dúvida, na matriz geradora do movimento de esquerda no país e é impossível reconstituir a história política brasileira, no século XX sem levar em conta a participação do velho *Partidão*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.H.T. e MARTINS, C.E. *Modus in Rebus*. Partidos e Classes na Queda do Estado Novo (mimeo). São Paulo, 1973.
- BASBAUM, W.H. *Cartas ao Comitê Central*. História Sincera de um Sonhador. São Paulo, Discurso Editorial, 1999.
- BADIA, GILBERT *Rosa de Luxemburg, le Spartakisme et la Fondation du Parti Communiste Allemand*. Paris, La Pensée, 1969.
- BELOCH, ISRAEL e ABREU E ALVES, ALZIRA (Coord.) Partido Comunista Brasileiro, in *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, 1933-1983*. São Paulo, Florense, 1984.
- BEZERRA, GREGÓRIO *Memórias* (2 vol.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BRANDÃO, GILDO M. *A Esquerda Positiva – As Duas Almas do Partido Comunista 1920/1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____ *A Ilegalidade Mata: Partido Comunista e Sistema Partidário entre 1945 e 1964*. in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33. São Paulo, Anpocs, 1997.
- CARONE, E. O PCB (3 vol.) *Corpo e Alma do Brasil*, São Paulo, 1982.
- CARVALHO, APOLÔNIO de. *Vale à Pena Sonhar*. Rio de Janeiro, Rocio, 1997.

⁽³⁷⁾ Ver Afonso Arinos de Melo Franco, *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1974, p.104.

- CERRONI, UMBERTO *Teoria do Partido Político*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- CHILCOTE, RONALD H. *Partido Comunista Brasileiro*. Conflito e Integração. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- LEFORT, C. *Qué es la Burocracia? Y otros ensaios*. Paris, Rodo Iberico, 1970.
- MICHELS, R. *Os Partidos Políticos*. São Paulo, Senzala, 1968.
- RODRIGUES, L. M. O PCB; os dirigentes e a organização. in Boris Fausto (coord.) *História Geral da Civilização Brasileira III*. São Paulo, Difel, 1986.
- VINHAS, M. *O Partidão. A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

HERKENHOFF, João Baptista. **PARA GOSTAR DO DIREITO: CARTA DE INICIAÇÃO PARA GOSTAR DO DIREITO**. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 115 p.

Magistrado aposentado e livre-docente da UFES, Herkenhoff publica a 3ª edição de seu livro.

No capítulo I, fala-se que o objetivo da disciplina introdutória de Direito nos cursos de graduação é mais que iniciar o neófito no estudo das letras jurídicas: é levar o discente a gostar da nova ciência que se lhe depara, mediante metodologias didáticas estimuladoras do aprendizado agradável acerca das noções gerais e elementares que perpassam pelo fenômeno jurídico. Fala-se, também, sobre a evolução da disciplina, especialmente a sua nomenclatura, nas Faculdades de Direito brasileiras, aludindo-se à fundação dos cursos jurídicos no Brasil em 11 de agosto de 1827.

Alinham-se, no capítulo II, os sentidos sob os quais é empregada a palavra **direito**: a) “conjunto de normas ou regras jurídicas” (p. 24) – direito positivo, em sentido objetivo ou como norma; b) “autorização que um sujeito tem para exigir a prestação de um dever por parte de outro sujeito” (p. 24) – faculdade, direito subjetivo; c) “ideal de justiça” (p. 25) – direito natural ou direito justo, superior ao direito positivo; d) ciência que estuda o fenômeno jurídico; e) fato social; f) “idéia inata” (p. 29) – integra a natureza humana “o sentimento de Direito e de Justiça” (p. 29); g) “noção histórica”; h) “expressão histórica de uma classe economicamente dominante” (p. 29) – o autor cita os doutrinadores Krylenko, Strogovic e Porto Carneiro, a esta corrente filiando-se. A seguir, em rápidas palavras são listadas as disciplinas principais que se debruçam no estudo do fenômeno jurídico: Dogmática, Filosofia, Sociologia, História e Antropologia Jurídicas, bem como Direito Comparado.

Leva como título o capítulo III a pergunta: “O Direito é ciência?”, para, logo na primeira página a esse capítulo dedicada, registrar-se que “Aurélio Wander Bastos afirma que a questão da cientificidade do Direito é o problema central dos estudos jurídicos” (p. 35). Dentre os argumentos contrários à aceitação do caráter científico do Direito, têm-se: 1) a sua contingência e, portanto, falta de estabilidade e generalização de suas “leis”, haja vista a imprescindibilidade desta para se alçar um conhecimento à categoria científica; 2) conforme o pensamento de Paul Koschaker, “o Direito (...) não se propõe a descobrir verdades” (p. 37); 3) a inexistência de “validade universal” (p. 37). Por outro lado, os argumentos favoráveis à cientificidade do Direito são vários, a exemplo de: 1) presença de objeto de estudo determinado, específico; 2) metodologia própria. O autor expõe seu ponto de vista ao asseverar, à p. 42: “Defendemos o caráter científico do conhecimento jurídico”. As considerações finais, presentes nesse capítulo, são no sentido de que, “Não obstante a relevância da discussão, a dignidade do Direito e sua importância independem de ser esse conhecimento considerado, ou não, científico. Não é o carimbo ‘científico’ apostado ao saber jurídico que vai definir o papel do Direito na sociedade” (p. 45).

São comentados, no capítulo IV, os fatores influenciadores do Direito, notadamente os de ordem cultural, aqui incluídas as suas interfaces política, econômica e social, dentre outras. O relacionamento intrínseco entre estrutura econômica e superestrutura jurídica é explicado nos moldes marxistas, sendo também exposto o pensamento de outros autores, a exemplo de Hermes Lima, Edwin Seligman, Pontes de

Miranda. Delineia-se uma visão de Direito voltado para as lutas sociais, recheado de carga ideológica libertadora, a partir da citação de Luiz Fernando Coelho, oportunidade na qual o autor do livro ora resenhado relata parte de sua experiência enquanto Juiz de Direito, fazendo-se alusão, ainda, à corrente do Direito Alternativo, **deixando o leitor com a sensação de que João Baptista Herkenhoff conseguiu plantar a semente da conscientização em prol da defesa dos direitos humanos e sociais.**

O capítulo V intitula-se “Relações do Direito com outros ramos do conhecimento”. Podem ser salientadas as explicações concernentes à História e à Antropologia – em relação à primeira, cita-se a seguinte passagem: “Só a iluminada visão histórica pode permitir que os excluídos de direito se situem, na sua luta, para compreender e interpretar o fundamento das exclusões. Conscientizados pela percepção da História, estarão equipados para buscar a afirmação da dignidade, na construção de um Direito que não exclua” (p. 61).

O capítulo VI propõe-se a discorrer sobre fatos jurídicos e relações jurídicas, objetivando fornecer os conceitos preliminares desses assuntos. Na penúltima página do capítulo (p. 75), ao tecer comentários acerca da sentença, o autor assevera muito acertadamente: “Caberá ao juiz, como cientista do Direito, como portador de valores que se pressupõe sejam éticos e humanistas, fazer a justiça do caso. Aí desempenhará um papel humanizador, político, social, do qual não poderá se afastar.”

“Técnica jurídica” é o título que o interessante capítulo VII recebe. Inicia-se a explanação ao se registrar que, dentre as óticas sob as quais o Direito pode ser analisado, uma delas é a de “ciência normativa técnica” (p. 77).

O capítulo se desenvolve com os comentários pertinentes à: 1) técnica da formulação legislativa (elaboração e processo legislativo); 2) técnica da sistematização do Direito; 3) técnica da interpretação jurídica. Comenta-se a respeito dos meios formais (linguagem, formalidades e sistema de publicidade) e substanciais (definições, conceitos, categorias, presunções e ficções) usados na técnica jurídica.

O VIII e último capítulo do livro aborda “uma reflexão sobre quatro outros *conceitos gerais* da maior relevância na Teoria Geral do Direito: Lei, Direito, Justiça e Segurança Jurídica” (p. 97), destacando-se a impreterível subordinação da lei ao Direito e da segurança à Justiça, considerada esta como “valor maior” (p. 101). O capítulo é concluído com a assertiva seguinte (por sinal, muito verdadeira): “Se entendemos que a segurança jurídica é um direito de todos e que só existe segurança jurídica onde houver Justiça, não se temerá este debate e suas conseqüências” (p. 104).

Não há referência bibliográfica no livro, porém uma indicação de leituras complementares às páginas 105-111. No final, com a denominação “Depoimento”, um pequeno relato de como o autor passou a gostar do Direito e, também, um currículo resumido.

De linguagem simples e agradável leitura, a obra de João Baptista Herkenhoff é um estudo propedêutico, podendo muito bem ser indicado, especial mas não exclusivamente, aos neófitos que se voltam para a aprendizagem do jurídico.

Wellington Soares da Costa

Bacharel em Administração (CRA/BA 6028), Pós-Graduando em “Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos”, Graduando em Direito e Servidor Público da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Instruções aos autores

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

Apresentação das colaborações. Enviar os textos e/ou resenhas para o Conselho Editorial do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com fonte Time New Roman tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial - CCH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, km 136 - Campinas, SP - Caixa Postal 317 - CEP: 13086-900. Endereço eletrônico: fcs@puc-campinas.edu.br

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo/abstract: Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

Palavras-chave/keywords: seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/1989.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em

CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2.ed. São Paulo : Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". In **Dados**, v. 25, n.3, p.275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S.H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA O.B., e ABRANCHES, S.H. (org.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1987.

Teses acadêmicas

BARBOSA, S.R.C.S. **Qualidade de vida e suas metáforas Uma reflexão sócio-ambiental**. Campinas, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996, 326p.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

As nomenclaturas deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais
e Faculdade de História no
Centro de Ciências Humanas (CCH)
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136 - Caixa Postal 317
Parque das Universidades
Telefone/Fax: (0xx19) 3756-7238
CEP 13020-904 - Campinas - SP - Brasil
E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Ficha de Assinatura

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Ap. _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

ARTIGOS / ARTICLES

- 3 Os Caseiros de Vinhedo, São Paulo, e a Ruralidade
The Home Care Takers in Vinhedo, São Paulo, and Rurality
Vera Lúcia G. Silva Rodrigues
- 27 A Mídia e o Discurso sobre a Preguiça
The Media and the Discourse About Laziness
Elisete Zanlorenzi
- 41 Um Estudo sobre a Questão de Gênero entre os Apinajé Etnia Indígena de Língua Jê
A Study About the Question of Gender Among the Apinajé
Raquel Pereira Rocha
- 57 Tributação, Empreguismo e Manufaturas na Conformação do Mercado de Trabalho Livre na Corte Imperial Brasileira (1850-1864)
Taxation, Employism and Manufacturers in the Formation of a Free Job Market at the Brazilian Imperial Court (1850-1864)
Artur José Renda Vitorino
- 91 As Construções Simbólicas de Exclusão em uma Fábrica no Interior do Estado de São Paulo
The Symbolic Constructions of Exclusion in a Factory in the Interior of São Paulo State
Cátia Regina Muniz
- 105 Apontamentos sobre a Informalização do Trabalho no Brasil
Notes on the Labor Informality in Brazil
Maria Aparecida Alves
- 119 Em Busca da Utopia - Alguns Comentários sobre o Surgimento da Primeira grande Organização de Esquerda no Cenário Político Brasileiro
Searching Utopia - Some Comments about Emersion of the First Big Left Organization in Brazilian Political Scenery
Galileu do Amaral Fidélis

RESENHA

- 131 HERKENHOFF, João Baptista. Para gostar do direito: carta de Iniciação para Gostar do Direito.
Wellington Soares da Costa

